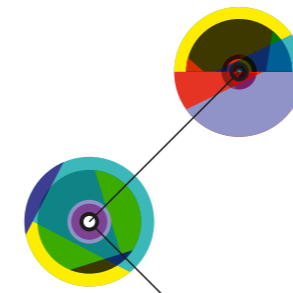


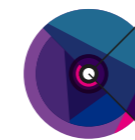
SONAE RELATO FINANCEIRO 2012



IMPROVING LIFE



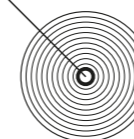
RELATÓRIO DE GESTÃO	P. 005
● 1 Mensagem do Chairman	P. 013
● 2 Mensagem do CEO	P. 017
● 3 Estratégia em Ação	P. 023
● 4 Responsabilidade Corporativa	P. 031
● 5 Análise Financeira	P. 055
● 6 Agradecimentos e Glossário	P. 077
● 7 Anexos	P. 081

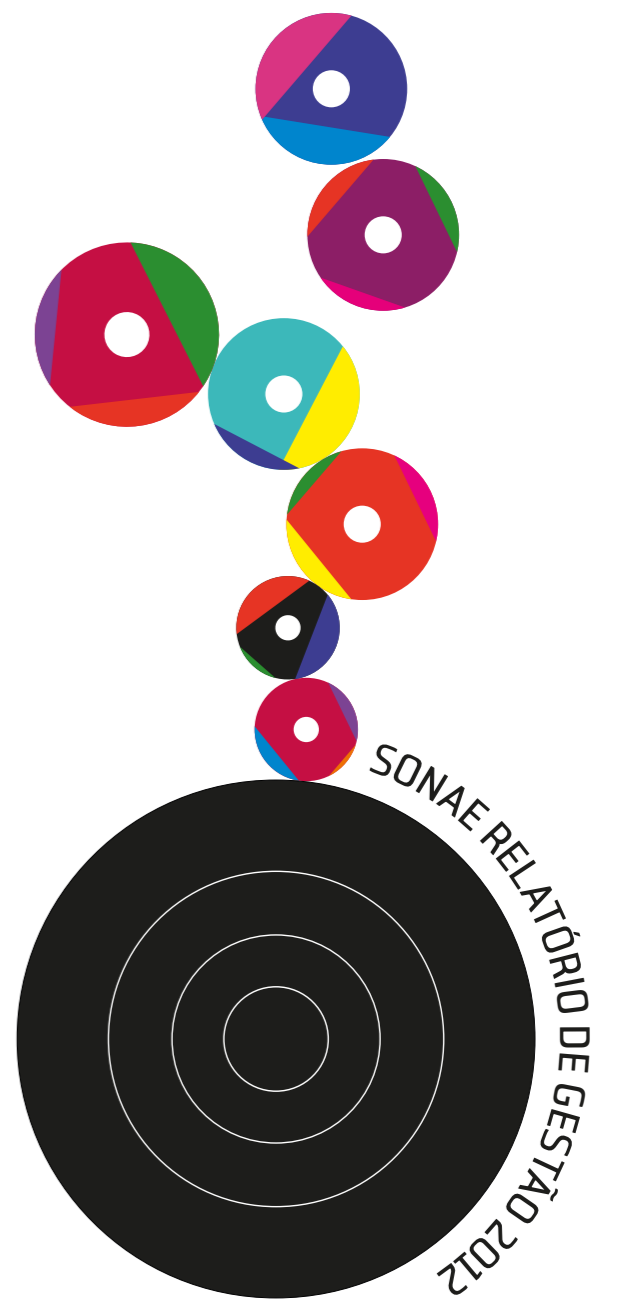


RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE	P. 091
● 1 Declaração de Cumprimento	P. 093
● 1 Órgãos da Sociedade	P. 107
● 2 Administração	P. 111
● 3 Organização da Estrutura Corporativa – Funções e Competências	P. 121
● 4 Órgãos de Fiscalização da Sociedade	P. 129
● 5 Acionistas	P. 135
● 6 Remuneração	P. 141
● 7 Controlo dos Riscos	P. 155
● 8 Comunicação de Irregularidades	P. 167
● 9 Informação	P. 171
Anexo I	P. 177
Anexo II	P. 197

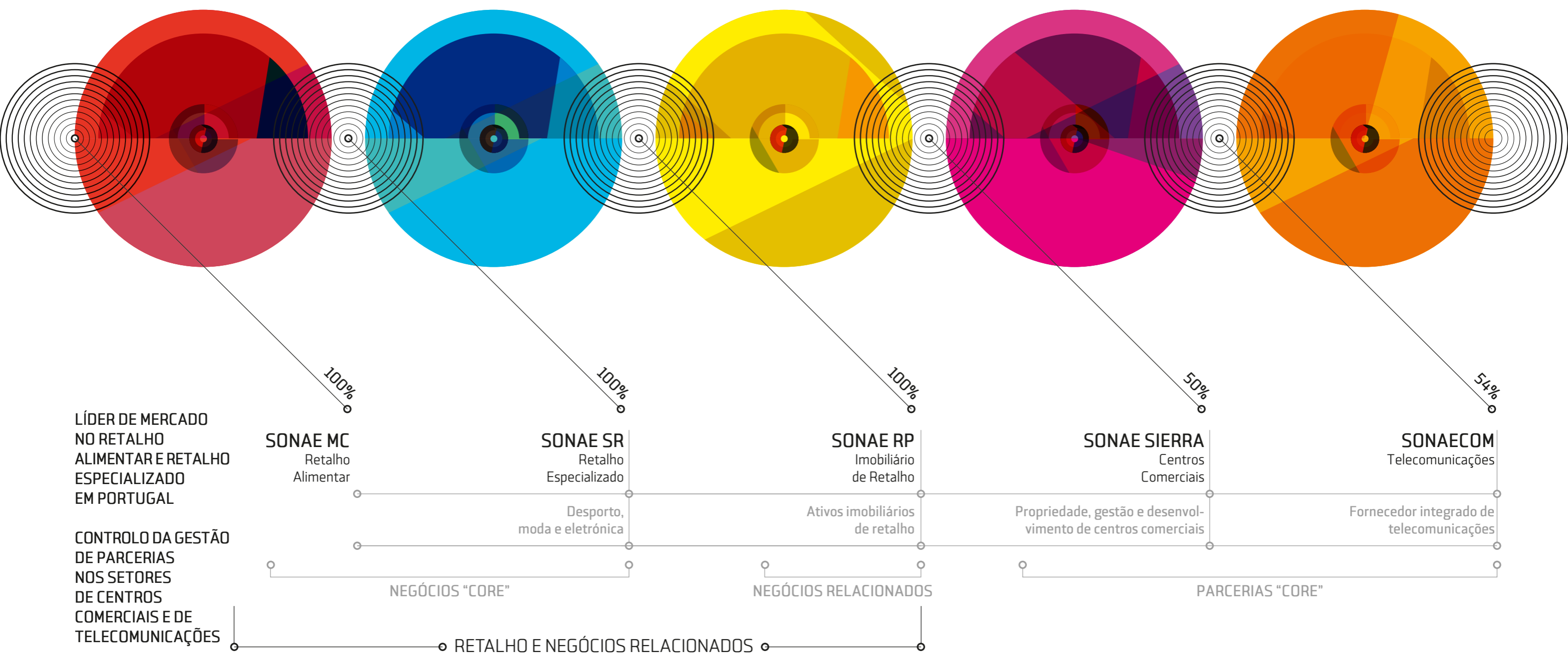


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	P. 205
----------------------------------	---------------





ESTRUTURA DO GRUPO



ACREDITAMOS NA RESPONSABILIDADE CORPORATIVA



Pelo segundo ano consecutivo, fomos distinguidos pelo Ethisphere como uma das empresas mais éticas do mundo. Adicionalmente, o Continente foi premiado, pelo 10º ano consecutivo, com o prémio "Marca de Confiança".

É com grande orgulho que vemos os nossos valores fundamentais serem reconhecidos.

1ª Empresa Portuguesa
a ser incluída na lista das Empresas mais Éticas do Mundo

10º ano consecutivo
Continente com a distinção de "Marca de Confiança"

O AMBIENTE É UMA PRIORIDADE



Reduzir o impacto ambiental da Sonae é um compromisso assumido. Todos os dias trabalhamos para melhorar o nosso desempenho ambiental e aumentar a sensibilização da comunidade para causas ambientais.

Somos reconhecidos como exemplo e incentivamos a nossa equipa a fazer parte do nosso esforço.

Top 10 na Península Ibérica
no combate às alterações climáticas

4.784 toneladas
equipamentos eletrónicos recolhidos

90% dos centros comerciais
certificados pela ISO 14001

APOIAMOS A NOSSA COMUNIDADE



Na Sonae estamos empenhados em apoiar a nossa comunidade, quer através de apoios diretos, quer incentivando a nossa equipa a voluntariar-se para ajudar a melhorar a vida de quem mais necessita. Recebemos com orgulho o prémio da "Empresa do Ano" pela Junior Achievement Portugal e o Prémio Damião de Góis para o empreendedorismo social pelos nossos esforços no desenvolvimento do empreendedorismo e na ação social.

10 M€
para projetos sociais, humanos e culturais

3.229 instituições
apoiadas

10.480 horas
de voluntariado



4 M€ de poupança
em eficiência energética nos últimos 3 anos através do projeto "Trevo"

6 projetos inovadores
distinguidos no Fórum de Inovação da Sonae



3,2 milhões de cartões Continente
425 M€ em poupanças

235 M€ em compras
ao Clube de Produtores do Continente

450 auditorias
de segurança alimentar em todo o mundo



1,3 milhões de horas
de formação especializada

40 mil colaboradores
a partilharem um objetivo comum

A LIDERANÇA DE AMANHÃ COMEÇA HOJE

A inovação é a chave para um futuro sustentável. A nossa visão de inovação prevê o desenvolvimento de novos produtos e serviços, mas também a capacidade de melhorar continuamente os processos. O prémio do Kaizen Institute reconhece o trabalho pioneiro e inovador, de elevada qualidade, realizado pela Sonae. O mundo está em constante mudança, a um ritmo incrivelmente rápido e nós somos reconhecidos pela excelência da nossa inovação.

NÃO COMPROMETEMOS A QUALIDADE

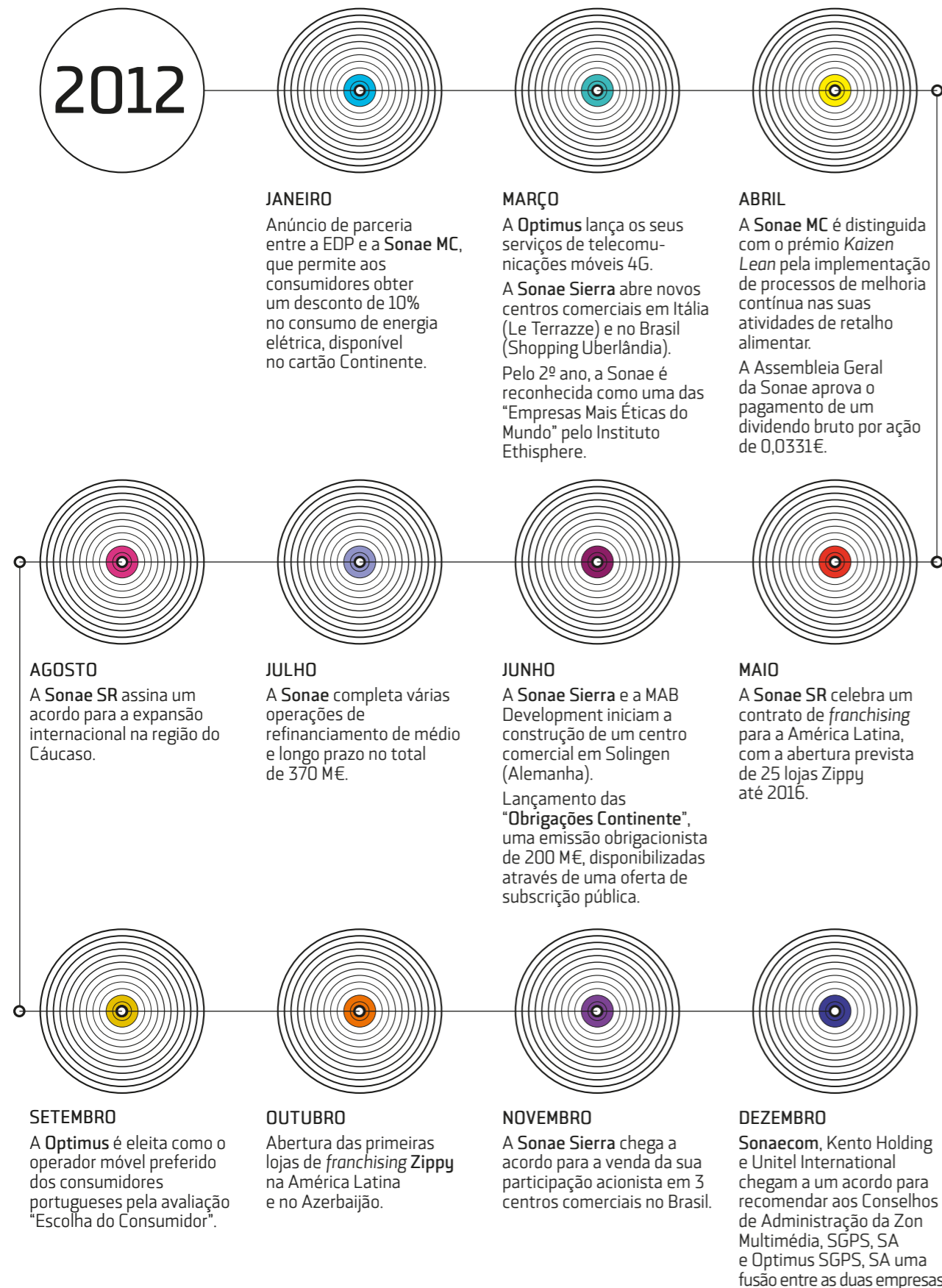
Os esforços contínuos da Sonae rumo à qualidade são parte da nossa aposta em oferecer aos nossos clientes os melhores produtos e serviços, a um preço justo.

Pelo 8º ano consecutivo, fomos distinguidos pelos nossos clientes como uma Supermarca e o Serviço de Apoio ao Cliente Sonaecom foi eleito, mais uma vez, como o melhor na sua categoria nos prémios *Contact Centre World 2012*.

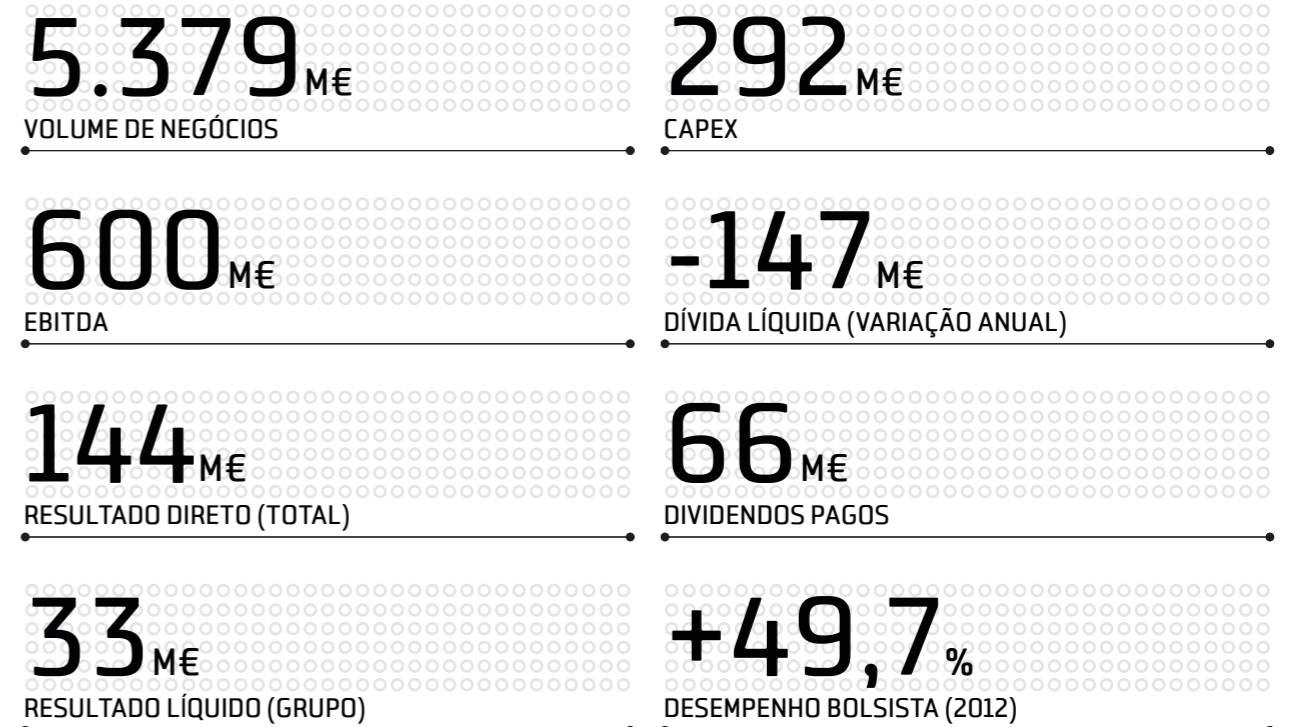
VALORIZAMOS A NOSSA EQUIPA

A nossa equipa é um dos nossos mais importantes ativos. Pretendemos recrutar os melhores e procuramos continuamente novos talentos. O nosso projeto pioneiro "Rede Contacto" ganhou o prémio internacional nos *Digital Communication Awards*. O júri premiou a inovação da Rede Contacto, desenvolvida com o objetivo de encontrar novos e promissores talentos para um só grupo económico.

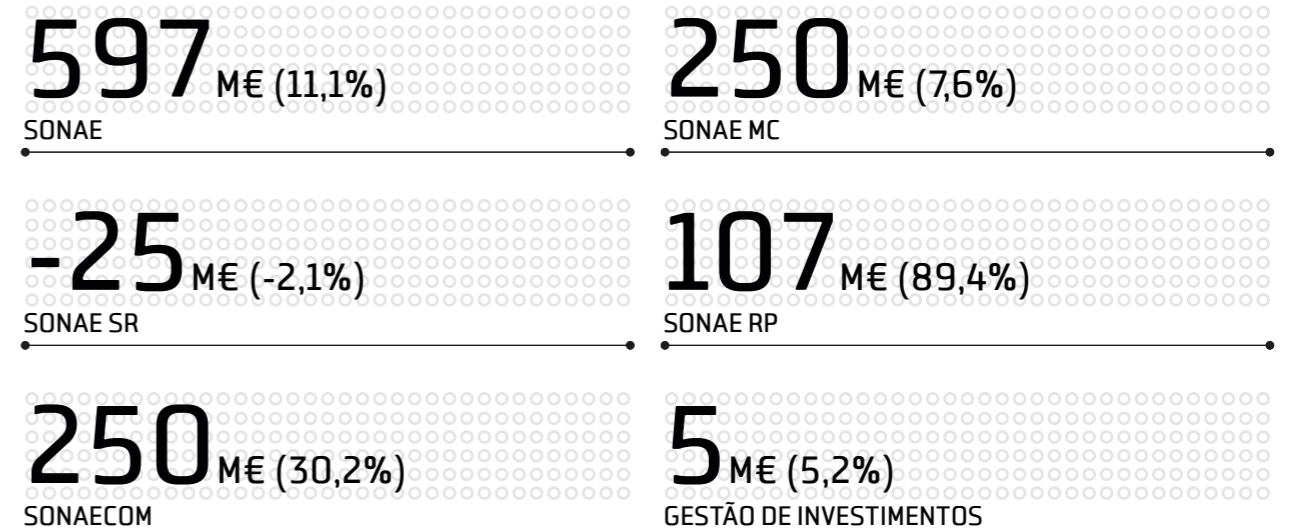
PRINCIPAIS EVENTOS CORPORATIVOS

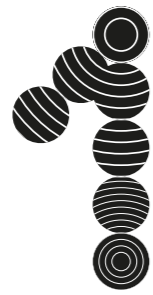
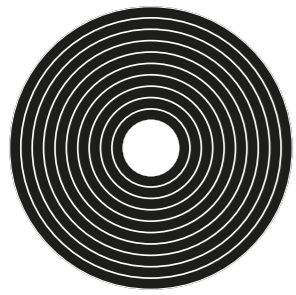


DESTAQUES FINANCEIROS

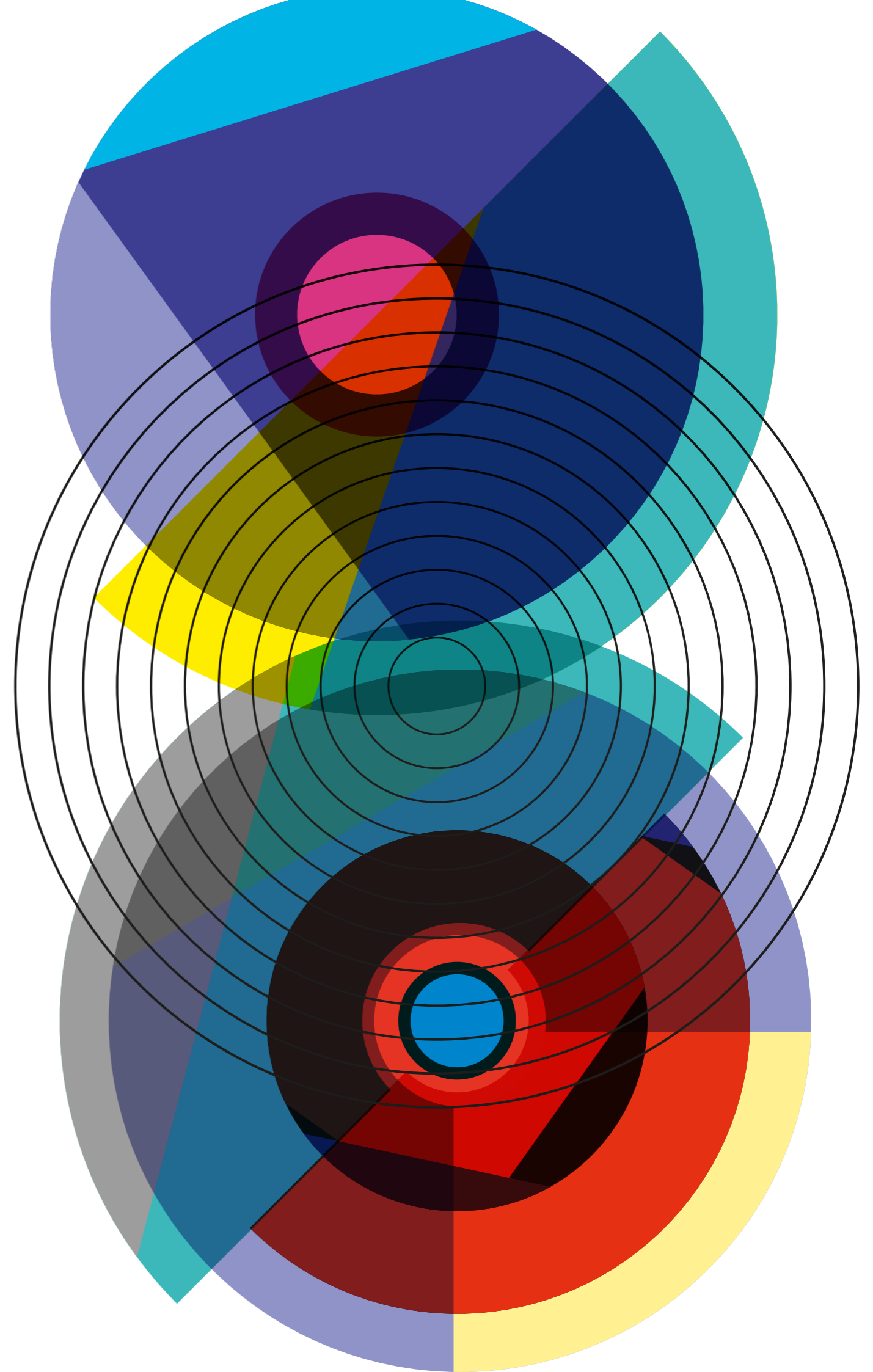


EBITDA RECORRENTE (% DO VOLUME DE NEGÓCIOS)





MENSAGEM DO CHAIRMAN





MENSAGEM DO CHAIRMAN



BELMIRO DE AZEVEDO
Chairman Sonae

A atual crise financeira alterou de forma estruturante o ambiente económico, obrigando as empresas a concentrarem-se em sólidos valores socioeconómicos, como única forma de enfrentar as severas condições económicas e garantir um crescimento sustentável a prazo. Os valores corporativos da Sonae revelam-se uma vez mais o nosso ativo mais importante, tendo possibilitado uma rápida adaptação às novas condições de mercado e uma reação atempada às alterações dos hábitos de consumo, sem nunca descuidar a imperiosa necessidade de reforçarmos as fundações para o crescimento futuro.

Atualmente, o crescimento apenas é possível através da procura de novos mercados ou da inovação contínua. Continuamos a explorar novos mercados, através de investimentos em áreas adjacentes e da expansão internacional. No entanto, as dificuldades criadas pela atual situação macroeconómica reforçam a importância crítica da inovação dentro dos nossos negócios, enquanto fator fundamental para o crescimento sustentado. Como parte das nossas ambições de crescimento em mercados externos, temos vindo também a alterar a forma como recrutamos e formamos os nossos recursos humanos, procurando promover a adaptabilidade, a mobilidade setorial e a exposição internacional como competências-chave para o futuro.

A inovação faz parte do código genético do grupo Sonae e o nosso compromisso de longa data revela o papel insubstituível da inovação em cada um dos sucessos alcançados,

permitindo-nos prosperar num contexto extremamente difícil e competitivo. Inovamos nos produtos e nos serviços que oferecemos, nunca esquecendo a importância crescente do comércio eletrónico. Inovamos nos processos internos ao longo de toda a organização. Inovamos na forma de pensar sobre a equipa. Inovamos nos processos de sustentabilidade, promovendo o respeito pelo meio ambiente. Inovamos na procura de novas soluções para ajudar a comunidade. Inovamos na forma como apoiamos e desenvolvemos uma forte cultura organizacional dedicada à inovação.

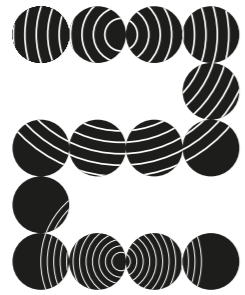
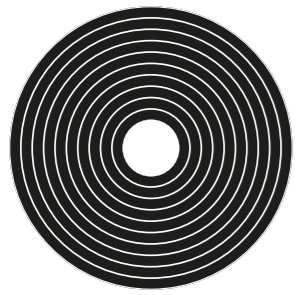
A Sonae continua a ser uma empresa Portuguesa fortemente global, com uma presença ativa em 66 países. Em cada um deles, alimentamos a ambição de ser considerados um parceiro atrativo. Os valores corporativos e o desempenho de excelência ao longo da nossa história são uma sólida referência para os nossos *stakeholders*. A excelência da Sonae no setor do retalho é reconhecida internacionalmente e a nossa capacidade de integrar a produção e os consumidores finais, através de canais de distribuição modernos e eficientes, é já um referencial na indústria. Não obstante, continuamos sempre a procurar novas maneiras de melhorar a afetação de recursos em todas as dimensões da nossa cadeia de distribuição e estamos determinados em continuar a partilhar esses ganhos de eficiência com a nossa equipa, os nossos fornecedores, os nossos clientes, os nossos acionistas e com as comunidades onde estamos inseridos. Esta determinação em partilhar os sucessos com os nossos *stakeholders* é a base da nossa definição de desenvolvimento sustentável.

Estamos conscientes das nossas responsabilidades e estamos continuamente a procurar, na nossa comunidade, oportunidades para ajudar e melhorar a qualidade de vida de quem precisa. A Sonae mantém uma política ativa de prestação de apoio financeiro, técnico e, muitas vezes, simplesmente humano a inúmeras instituições nos mercados onde opera. O empenho da nossa equipa continua inabalável no que concerne à dedicação a projetos de solidariedade. Sinto, por isso, o orgulho e o dever de expressar um sincero agradecimento à nossa equipa pelos seus inestimáveis esforços de voluntariado.

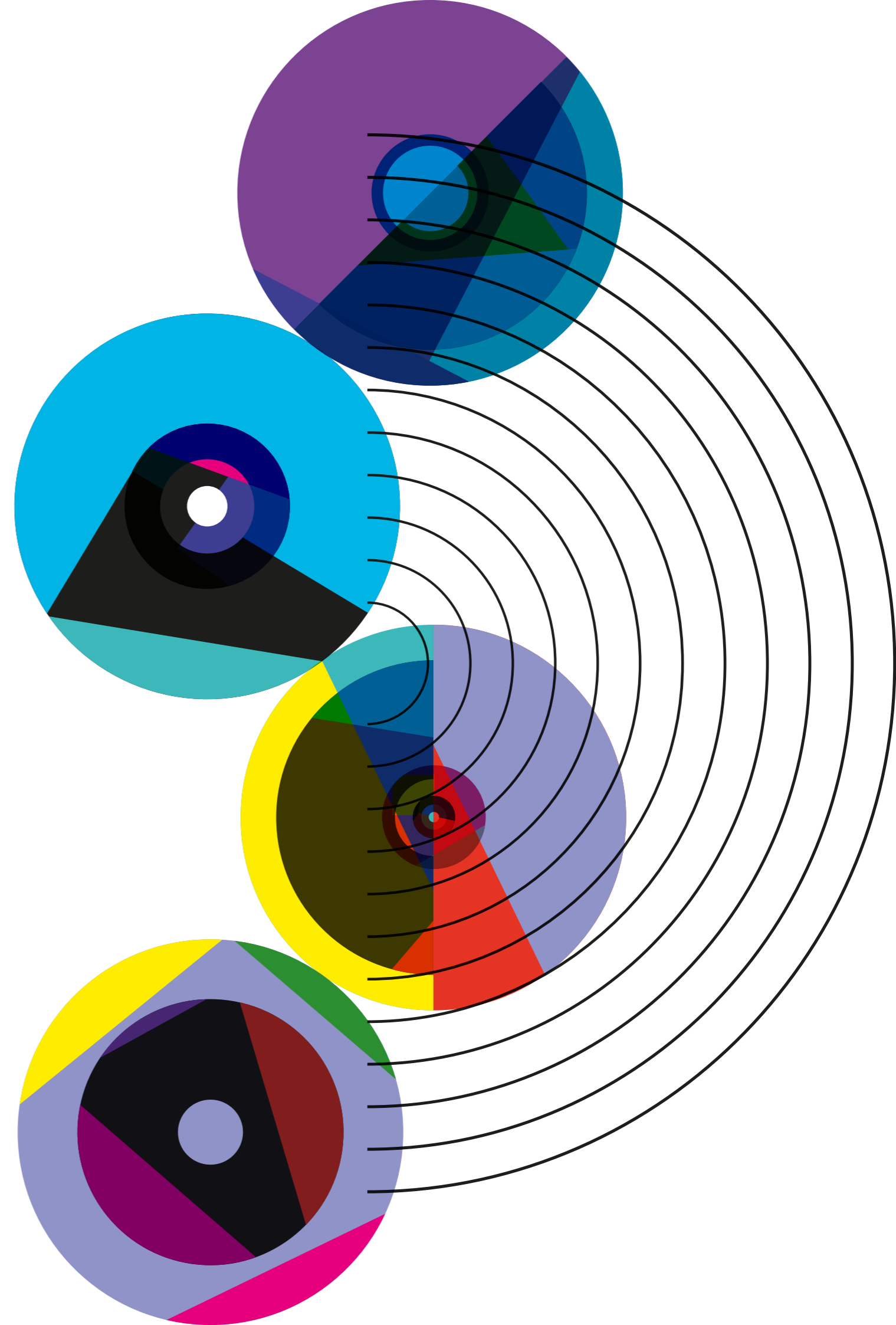
Em 2012, apesar da volatilidade do contexto económico e financeiro, a Sonae conseguiu sustentar o volume de negócios e aumentar as margens de EBITDA recorrente, um reflexo dos esforços de todos para atingir níveis mais elevados de eficiência em todas as nossas atividades. Temos também dado passos importantes no reforço da nossa estrutura de capitais e na redução do endividamento, o que é particularmente relevante no atual enquadramento financeiro, caracterizado por fortes restrições no acesso ao crédito e por taxas de juro insustentáveis. Apesar das melhorias no contexto financeiro europeu e dos esforços para recapitalizar o sistema bancário, vive-se ainda uma realidade em que as empresas e as famílias em Portugal não têm acesso a financiamento em condições razoáveis. É largamente reconhecido que as empresas não podem competir num mercado único europeu, com a mesma moeda e com significativas desvantagens no acesso e no custo de financiamento.

Não obstante o clima adverso, as ações da Sonae fecharam o ano com uma valorização de 49,7%, um crescimento bem acima da média do mercado, com os investidores a reconhecerem o desempenho sustentável dos nossos negócios e os méritos das medidas encetadas com o objetivo de racionalizar as operações e gerir eficazmente a nossa estrutura de capital, bem como do ajustamento da nossa estratégia às novas condicionantes.

No meio de uma crise económica, a nossa visão mantém-se clara como sempre, permitindo-nos ver adiante e antecipar o futuro. Estamos mais comprometidos que nunca com os nossos valores corporativos, porque acreditamos que a nossa estratégia, a confiança depositada pelos nossos clientes e a qualidade da nossa equipa emergem desses princípios fundamentais. O clima económico vai continuar a desafiar-nos, mas para a Sonae isso representa apenas um novo mundo de oportunidades, a ser explorado com a ambição, a confiança e a atitude positiva, pedras angulares da cultura Sonae.

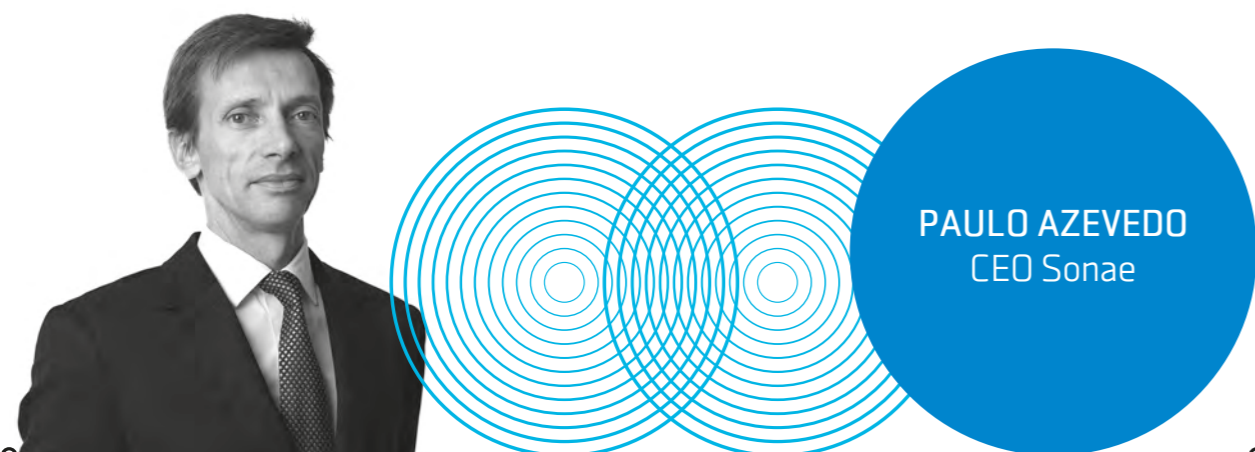


MENSAGEM DO CEO





MENSAGEM DO CEO



Temos vindo a enfrentar, ao longo dos últimos anos, condições macroeconómicas extremamente difíceis no sul da Europa, caracterizadas por uma recessão económica, níveis de desemprego em máximos históricos e declínio acentuado do consumo privado.

Espera-se que, no decorrer do próximo ano, as economias dos países do Sul da Europa iniciem um processo de retoma, voltando a apresentar crescimento económico. No entanto, estas previsões são ainda bastante voláteis e incertas. Em relação ao nosso mercado doméstico, Portugal, esforços significativos têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de reduzir a despesa pública, introduzindo reformas estruturais e melhorando a competitividade das empresas. Estes esforços têm-se traduzido em alguns resultados concretos, nomeadamente numa rápida correção dos desequilíbrios da balança comercial. Contudo, a condição essencial associada ao financiamento do crescimento permanece ainda por resolver, com a disponibilidade e o custo do crédito para as empresas, após a retirada de alguns bancos internacionais e face às dificuldades do setor bancário nacional, a constituírem fortes entraves à competitividade.

A Sonae tem-se adaptado rapidamente às novas condições de mercado, confiando na sua reconhecida agilidade e na capacidade das nossas equipas de trabalharem de forma excecional quando tal é mais necessário. Conseguimos, desta forma, manter o nosso volume de negócios e rentabilidade operacional, adaptando a nossa estratégia e reduzindo a alavancagem a um ritmo constante ao longo do processo.

A manutenção do volume de negócios foi conseguida essencialmente por via de ganhos de quota de mercado nos nossos negócios principais e da manutenção do crescimento internacional. A consistência da rentabilidade operacional resultou de ações sucessivas de redução e contenção de gastos, de implementação de melhorias contínuas e da inovação de processos. A desalavancagem foi obtida, inicialmente, pela venda de imobiliário de retalho, posteriormente por rigorosas políticas de investimento e, finalmente, por via de reduções significativas do nível de capital circulante.

A Sonae ajustou em grande medida a sua estratégia ao atual contexto, mantendo os pilares fundamentais da estratégia corporativa mas adotando uma abordagem diferente à sua implementação. Em particular, temos investido na procura de soluções com menores exigências de capital para a manutenção do nosso objetivo de crescimento internacional, aprofundando ainda mais os outros dois pilares – diversificação do estilo de investimento e avançamento das nossas competências-chave. Implementámos até agora, com sucesso, acordos de *franchising* (por exemplo, as vendas em lojas Zippy franquizadas representam já cerca de 20% do total das vendas da marca), acordos de *wholesale* (por exemplo, nas áreas da Sport Zone e Continente), contratos de serviços (por exemplo, os contratos já estabelecidos pela Sonae Sierra em 11 países) e várias novas *joint-ventures*. Conscientes da importância crescente do comércio *online*, investimos também em novas plataformas de comércio eletrónico, com o intuito de promover vendas internacionais.

O nosso desafio é agora o de aproveitar e dar maior dimensão a estas aprendizagens.

No atual contexto, mudanças e inovações têm vindo a ser implementadas em todas as dimensões do nosso portfólio de negócios. A revisão da oferta de produtos foi efetuada conjuntamente com a reengenharia das operações, procurando alcançar ganhos de eficiência. Obtivemos poupanças significativas não só em gastos operacionais, mas também, e de forma relevante, ao nível de inventários. Estes ganhos de eficiência foram partilhados com os nossos clientes por via da redução de preços, sem comprometermos uma rentabilidade apropriada aos nossos acionistas. Graças a estes esforços, a **Sonae MC** conseguiu aumentar a sua quota de mercado durante 2012 e manter uma posição de liderança em termos de notoriedade de marca, com o "Continente" a ser considerado consistentemente ao longo dos últimos 10 anos como o retalhista alimentar de maior confiança em Portugal.

Em 2012, é ainda de destacar o desenvolvimento e implementação de uma nova geração de loja em 2 conceitos-chave: Continente e Continente Bom Dia. Alcançamos, ainda, progressos significativos em termos da densidade de vendas e rentabilidade dos nossos negócios mais recentes (Well's, Book.it e Bom Bocado).

O ano de 2012 foi, novamente, um ano desafiante para o nosso negócio não-alimentar (**Sonae SR**), com a redução dos níveis de consumo a fazer-se sentir particularmente nas categorias mais discricionárias. A Worten conseguiu contrariar totalmente o forte declínio do mercado em Portugal, mantendo os níveis de rentabilidade operacional. Os segmentos de desporto e de moda foram, conforme divulgado durante o ano, objeto de uma mudança profunda nos respetivos modelos de aprovisionamento, o que teve consequências negativas na sua *performance* de vendas e, particularmente, nas suas margens. No último trimestre do ano, os benefícios desta alteração de modelo tornaram-se evidentes através de uma forte redução dos níveis de *stocks*, permitindo à Sonae SR alcançar um *Free Cash Flow* positivo no ano de 2012, apesar das perdas operacionais significativas. Esperamos que os benefícios desta transformação tenham um impacto gradual na melhoria das margens durante o ano de 2013. O ano será também importante para a Sonae SR em termos de iniciativas de comércio eletrónico e da reestruturação das operações em Espanha.



A **Sonae Sierra** continua a ser amplamente reconhecida em todo o mundo pela excelência no desenvolvimento e gestão de centros comerciais. A Sierra está atualmente presente ou presta serviços em 11 países. Durante o ano de 2012, foram inaugurados novos centros comerciais no Brasil e na Alemanha e 27 novos contratos de prestação de serviços foram assinados com outros promotores. A empresa tem continuado a procurar oportunidades para "reciclar" capital de projetos maduros para novos desenvolvimentos, mas a crise da dívida soberana afetou fortemente as transações de bens imóveis nos mercados Ibéricos. Esta limitação, conjuntamente com o elevado custo do crédito na periferia da Europa, tem restringido fortemente as oportunidades de expansão na Europa, o que tem sido, no entanto, compensado através de novos projetos no Brasil. Relativamente à atividade operacional, apesar do declínio nas vendas de retalho nos mercados Ibéricos, as rendas provenientes das operações internacionais, principalmente do Brasil, continuaram a aumentar de forma consistente, tendo a Sonae Sierra conseguido alcançar, em 2012, um crescimento de 2% no seu resultado direto.

O ano de 2012 foi também um ano de importantes desenvolvimentos para a **Sonaecom**. Num ambiente desafiante, a Optimus foi capaz de cumprir objetivos estratégicos importantes em áreas como a imagem de marca, dados móveis, convergência, 4G, inovação e qualidade do serviço ao cliente, conseguindo, em paralelo, aumentar os seus níveis de rentabilidade. O ano ficou também marcado pelo anúncio público, em 14 de dezembro, do acordo entre a Sonaecom, a Kento e a Unitel International Holding para a promoção de

uma fusão entre a Zon e a Optimus. As duas empresas complementam-se de forma quase perfeita, praticamente não apresentando sobreposição de áreas de negócio, sendo que existem ganhos de eficiência elevados associados à operação proposta. Acreditamos que os ganhos de massa crítica para a empresa resultante da fusão aumentarão a sua capacidade para competir no mercado local e, simultaneamente, de procurar oportunidades de crescimento internacional.

As decisões que tomámos ao longo do ano tiveram um impacto positivo no nosso desempenho financeiro e contribuíram para preparar a empresa para o futuro. As vendas do Grupo desceram apenas 3% para 5.379 milhões de euros, enquanto a margem de EBITDA recorrente aumentou em 0,4 p.p., impulsionada por ganhos de eficiência significativos em todas as nossas atividades.

O resultado líquido diminuiu em 71 milhões de euros, exclusivamente pelo efeito de taxas de juro mais elevadas e dos impactos decorrentes de imparidades de ativos e de desvalorização de centros comerciais na Península Ibérica. Estes efeitos resultam da atual situação macroeconómica e da turbulência que ainda persiste nos mercados financeiros, não tendo, no entanto, qualquer impacto na nossa rentabilidade operacional ou na capacidade de geração de *cash-flow*. A desvalorização de centros comerciais no sul da Europa durante este ciclo negativo deve-se quase que inteiramente à evolução das *yields* utilizadas em avaliações externas. A ausência quase total de transações de centros comerciais na Península Ibérica foi causada, principalmente, pela incerteza

sobre o futuro do Euro. A recente forte queda da perceção de risco deverá permitir que o mercado volte a funcionar e, apesar de não esperarmos que as primeiras transações contribuam para a contração de *yields*, acreditamos que este possa ser o início do regresso de condições normais de mercado, sendo expectável que os ativos dominantes beneficiem desta evolução no médio prazo.

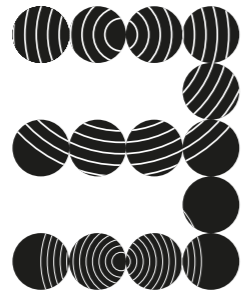
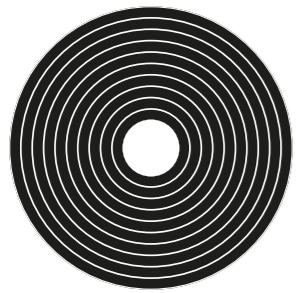
Terminámos o ano de 2012 com uma estrutura de capital reforçada e com uma redução da dívida líquida de 147 milhões de euros, enquanto implementávamos os investimentos necessários em todos os negócios e mantínhamos a nossa política de dividendos. Pelo quarto ano consecutivo, a Sonae foi capaz de gerar *cash-flow* suficiente para investir no crescimento futuro e para financiar a inovação, continuando, simultaneamente, a reduzir o seu nível de alavancagem.

A nossa estratégia mantém uma relevância inalterada em relação ao passado e continuamos empenhados em atingir níveis de rentabilidade mais elevados para os acionistas. A sustentabilidade está no centro das nossas preocupações e temos envidado, e vamos continuar a fazê-lo, todos os esforços para implementar as medidas mais corretas para os negócios, para os clientes, para a comunidade onde operamos, para a nossa equipa e para os nossos acionistas. Continuamos comprometidos com a nossa política de dividendos. Considerando os resultados financeiros alcançados no ano, e a confiança que temos na capacidade da empresa em prosseguir no caminho traçado, iremos propor aos acionistas o pagamento de um dividendo de 0,0331 euros por ação, correspondente a um *dividend yield* de 4,8%, considerando a cotação da ação no final do ano de 2012.

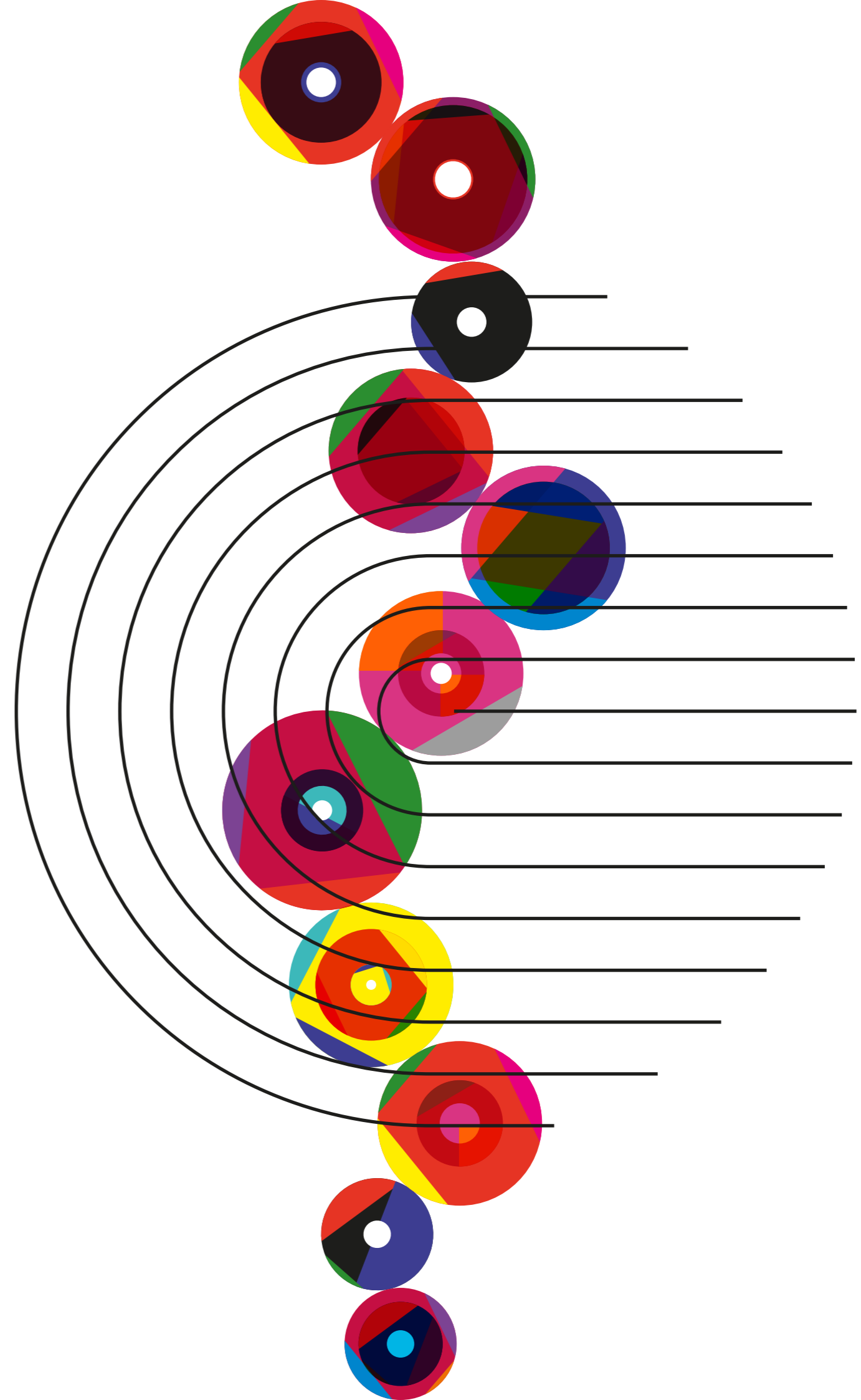
As equipas são um fator determinante para os negócios e para a implementação da estratégia. A economia Portuguesa é hoje caracterizada por elevadas taxas de desemprego, impostos crescentes, cortes salariais e, simultaneamente, um crescimento do custo do crédito. O nosso esforço para assegurar ganhos de eficiência e crescimento é também uma tentativa de manter os níveis de emprego na Sonae, sem comprometer o objetivo de distribuir valor aos restantes *stakeholders*. Investimos ativamente na nossa equipa e eu gostaria de agradecer a todos os nossos empenhados e dedicados colaboradores, que conseguiram superar os desafios encontrados ao longo de 2012 e que estiveram na base destes sucessos e destes resultados.

Estamos também extremamente gratos ao nosso Conselho de Administração e aos acionistas por apoiarem a nossa estratégia de longo prazo e, em particular, por permitirem à empresa, mesmo numa altura de menor resultado líquido, manter os elevados níveis de contribuições e de tempo dedicados ao apoio às comunidades onde estamos inseridos.





ESTRATÉGIA EM AÇÃO





ESTRATÉGIA EM AÇÃO

A nossa missão é criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

Na Sonae acreditamos que os nossos valores definem quem somos e o que defendemos. Os nossos valores são a base para as nossas responsabilidades como empresa e são fundamentais para o sucesso da nossa missão.

Os Nossos Valores

ÉTICA E CONFIANÇA

Temos o compromisso de criar valor económico baseado em relações de ética e confiança, num horizonte de médio e longo prazo.

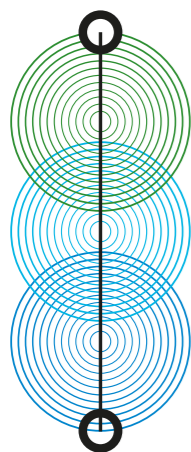
PESSOAS NO CENTRO DO NOSSO SUCESSO

Os desafios constantes e a disponibilidade para a mudança são fundamentais para atrairmos pessoas ambiciosas. Os nossos colaboradores são fatores determinantes para o desempenho, em todos

os mercados onde operamos. Assim sendo, e de modo a enriquecer continuamente a nossa cultura, investimos no desenvolvimento das suas capacidades e competências.

AMBIÇÃO

A ambição nasce do contínuo estabelecimento de metas que testam os limites e estimulam a vitalidade da organização. É ela que nos move e mantém construtivamente insatisfeitos, impedindo-nos de ficar presos aos sucessos do passado.



INOVAÇÃO

A inovação está na essência dos nossos negócios. Sabemos que inovar comporta riscos, mas estamos conscientes da importância de os prever e acompanhar, para os manter dentro de padrões razoáveis, por forma a conseguirmos crescer contínua e sustentadamente.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Temos um sentido de responsabilidade social ativo e tentamos contribuir para a melhoria da sociedade em que nos inserimos. Pautamos a nossa conduta por preocupações ambientais e por políticas de desenvolvimento sustentável.

FRUGALIDADE E EFICIÊNCIA

O nosso objetivo é otimizar a utilização de recursos e maximizar o seu retorno, mantendo um perfil de frugalidade. Fazemos incidir o foco da nossa ação na eficiência, na competição saudável e na concretização de projetos de grande alcance.

COOPERAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Permanecemos predispostos e abertos para cooperar com os governos (sempre com o intuito de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social), adotando simultaneamente uma posição de independência em relação ao poder central ou local.

Quem somos e o que defendemos

Somos uma organização baseada na confiança com vincados e profundos valores e com crenças que fazem parte da nossa história e que têm resistido ao teste do tempo – os nossos valores e crenças têm-se mantido consistentes e formaram a nossa cultura. Vivemos e crescemos com eles e temos aumentado, constantemente, o nosso alcance e valor, mantendo, simultaneamente, uma contribuição para a sociedade que vai além da riqueza económica criada.

Investidor ativo e empreendedor

Somos um grupo ativo de investimento com uma forte ambição por um crescimento e criação de valor elevados. Planeamos e otimizamos a nossa estratégia continuamente, sempre na procura de novas oportunidades no âmbito dos nossos negócios e analisando novas opções de investimento, quer nos mercados onde já atuamos quer em novos setores e áreas geográficas.

Procuramos constantemente novos modelos e conceitos de negócio, desenvolvendo o nosso espírito empreendedor e consentindo um risco considerável na implementação de novos investimentos. Somos rápidos e eficientes, quando entramos e saímos de negócios, enquanto tomamos decisões estratégicas numa perspetiva de criar valor a médio e longo prazo.

Doing it Well



A Well's é um exemplo do compromisso da Sonae em explorar ativamente novos mercados, sempre com o espírito empreendedor que caracteriza a nossa cultura.

A Well's, um negócio de retalho focado em produtos de saúde, bem-estar e ótica, foi lançada em outubro de 2010, registando um crescimento sustentado de dois dígitos das suas vendas nos últimos 2 anos. Neste curto espaço de tempo, a Well's tornou-se líder de mercado em Portugal, com uma quota de mercado estimada em cerca de 53% (fonte: Mercado de Parafarmácias junho 2011-junho 2012), com cerca de 150 lojas, localizadas sobretudo junto a supermercados Continente.

Para além de oferecer as melhores marcas aos melhores preços e fornecer uma experiência e aconselhamento profissional, os clientes Well's beneficiam ainda das vantagens do cartão de fidelidade Continente.

Responsabilidade corporativa

Temos um compromisso com o desenvolvimento sustentável das nossas atividades, com o objetivo de contribuir para a sociedade em geral, para além do valor económico gerado pelas nossas atividades comerciais. A nossa tomada de decisão e as nossas interações com os nossos stakeholders têm em consideração os nossos princípios sociais, ambientais e de governação, bem como as melhores práticas aplicáveis em cada caso. Assumimos um compromisso financeiro e humano no apoio às comunidades em que nos integramos.

Voluntários Sonae



Estamos orgulhosos pelo facto de a nossa equipa partilhar os nossos valores sociais e encorajamos os seus esforços em ações de voluntariado. Durante o ano de 2012, os nossos colaboradores prestaram voluntariado em 300 causas sociais nas áreas da cultura, educação, ambiente, saúde, ciência e inovação e solidariedade social.

Os colaboradores Sonae estiveram envolvidos em cerca de 10.480 horas de voluntariado durante o ano de 2012, beneficiando 180 instituições, designadamente, Agrupamento de Escolas do Cerco, Acreditar, Fundação Gil, Associação Sol, Cruz Vermelha Portuguesa, AMI, Aldeias SOS, Casa do Caminho, Médicos do Mundo, Associação Lavoisier, Associação Humanidades, Banco Alimentar Contra a Fome, entre tantas outras.



Organização baseada na ética e confiança

Somos uma organização que se baseia na ética e confiança. Os nossos padrões de ética são evidenciados nas redes de contactos que estabelecemos baseadas em princípios de honestidade, integridade e transparência, onde a corrupção é completamente inaceitável. A nossa organização fomenta o desenvolvimento de relações de longo prazo, que primam por elevados padrões de confiança entre nós e os nossos parceiros.

Os colaboradores são a razão para o sucesso

O talento, a experiência, o profissionalismo e a dedicação de cada um de nós são os alicerces do sucesso continuado. Estas características são o fundamento das nossas competências e do conhecimento distintivo de negócio.

Acreditamos e promovemos a meritocracia e não toleramos qualquer forma de discriminação, seja de género, religião, raça, nacionalidade, estatuto socioeconómico ou qualquer outra.

Promovemos um ambiente de trabalho seguro e produtivo que fomenta o desenvolvimento contínuo, pessoal e profissional, dos nossos colaboradores (através da formação, experiência e orientação) atraindo jovens e novos profissionais talentosos. No Grupo, todos temos a oportunidade de explorar e ampliar os nossos horizontes, a fim de proporcionar um desempenho excepcional.

Uma referência ética

"Os vencedores deste ano, entre os quais está a Sonae, sabem que um programa de ética forte é um componente chave para um modelo de negócio bem-sucedido, e por isso continuam a escrutinar os seus padrões éticos para se elevarem num ambiente em constante mudança regulatória". Alex Brigham, Diretor Executivo do The Ethisphere Institute.



FINOV – Prémio Chairman

O Prémio Chairman do FINOV (Fórum de Inovação da Sonae) é atribuído, anualmente, a uma iniciativa ou uma implementação bem-sucedida de um projeto inovador, reconhecendo a contribuição significativa para a empresa e o notável esforço realizado no sentido da promoção da cultura de inovação Sonae.

O prémio de 2012 foi atribuído a um grupo de 4 colaboradores que desenvolveram uma garrafa biodegradável para desporto, e a "Peugaiter", uma meia desportiva inovadora. As duas inovações contribuíram para a notoriedade de uma das marcas de desporto da Sonae – Berg – no seu primeiro ano de internacionalização. A garrafa biodegradável é destinada a desportistas com preocupações ambientais, enquanto a "Peugaiter" foi especialmente desenhada para evitar a entrada de sujidade nas sapatilhas, sendo destinada àqueles que procuram um melhor desempenho. Os dois produtos foram selecionados para o prémio de inovação na maior feira de desportos ao ar livre da Europa "Friedrichshafen Outdoor". A garrafa biodegradável ganhou o primeiro prémio na categoria "Elevado valor ecológico e sustentável", evidenciando, de forma notória, o compromisso da Berg com a inovação.

Os nossos valores e crenças são partilhados por todas as nossas unidades de negócio. São um elemento fundamental e estrutural em que baseamos as nossas competências distintivas. Os nossos valores são o vínculo que nos une e garantem a nossa robustez coletiva e o nosso futuro comum. Os atributos da nossa cultura corporativa guiam as nossas ações e são um imperativo claro do que defendemos.

Ambição

A nossa ambição transformou um pequeno negócio industrial numa das maiores empresas portuguesas, com uma crescente presença internacional. Tornámo-nos líderes na maioria dos setores em que estamos presentes e a ambição continua a ser determinante para o nosso sucesso.

A liderança é um objetivo sempre presente em todas as nossas áreas de negócio. Propomo-nos constantemente a objetivos ambiciosos, que são inspirados, mas não limitados, pelas referências ou melhores práticas, colocando sempre à prova as nossas competências e exigindo uma atitude ousada e empreendedora por parte dos nossos gestores. Somos resilientes na prossecução dos nossos objetivos ambiciosos e na implementação de eficientes práticas de gestão de risco, no sentido de balancear a nossa atitude ousada e de garantir que situações adversas sejam detetadas e geridas atempadamente.

Excelência e Inovação

A excelência é o nosso objetivo em todas as nossas atividades e o nosso profissionalismo está acima de qualquer padrão de referência.

Questionamos continuamente os nossos modelos de negócio e os paradigmas da indústria no sentido de identificar oportunidades. Os clientes são o centro das nossas atividades. Acreditamos que é necessário pensar "out-of-the-box" e desenvolver novas formas de competir, mantendo sempre uma atitude desafiadora, através de uma melhoria contínua das nossas propostas de valor e pela experiência de novos modelos de negócio.

Frugalidade e Eficiência

Somos conscientes quanto aos gastos e eliminamos as despesas supérfluas, tentando sempre melhorar a nossa eficiência operacional e estrutura organizacional. Trabalhamos no sentido de otimizar a utilização dos nossos recursos, através da escolha cuidada de onde e quando os usar, maximizando os seus rendimentos. Investimos com confiança em todas as áreas e iniciativas que melhorem a nossa capacidade para criar valor.

Cooperação e Independência

Estabelecemos com terceiros parcerias de longo prazo baseadas em princípios de honestidade, integridade e transparência. Estamos totalmente empenhados com o sucesso de cada parceria, adotando um papel ativo pela partilha de objetivos e riscos, oferecendo contribuições valiosas e disponibilizando os recursos necessários.

Procuramos cooperar com os governos centrais e regionais, contribuindo com a nossa experiência para melhorar a envolvente social, normativa e legislativa. O nosso compromisso e vontade de ajudar a sociedade não são afetados por perdas de independência ou por qualquer envolvimento em atividades político-partidárias.

Governo das sociedades

Implementámos procedimentos que permitem uma avaliação, clara e fidedigna, do desempenho das nossas atividades e que garantem a conformidade com os nossos valores e princípios. Os nossos administradores aceitam e procuram uma avaliação regular por parte dos nossos stakeholders, principalmente dos acionistas (ou seus representantes), bem como clientes, colaboradores, analistas de mercado ou outros observadores externos.

Somos uma empresa com títulos admitidos à negociação em bolsa, detida na sua maioria por um acionista que moldou a nossa cultura e crenças. Partilhamos esta cultura e crenças com as empresas do Grupo e somos uma empresa de capital aberto, com um elevado *free float* e responsabilidades para com mais de 30 mil acionistas.

Acreditamos que os nossos princípios fundadores de "contribuir para o desenvolvimento económico" e "promover o bem-estar social global" são intemporais.



Estratégia

A nossa missão e os nossos valores estão embebidos na nossa estratégia e, desta forma, sabemos sempre **para onde vamos e porquê**. Vamos alargar o nosso palco de ação para novas áreas geográficas e aplicar novos modelos de negócio

que promoverão o crescimento e a criação de valor. Tomando por base os nossos negócios de retalho, centros comerciais, telecomunicações, ou outros negócios emergentes, em adição às nossas competências, ativos e cultura distintivos, vamos perseguir os três principais pilares estratégicos, a seguir apresentados.

Estratégia Corporativa

CRIAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DA EXPANSÃO INTERNACIONAL E DO REFORÇO DOS NEGÓCIOS "CORE".

PILARES ESTRATÉGICOS DA ORGANIZAÇÃO

INTERNACIONALIZAÇÃO

NOVAS AVENIDAS DE CRESCIMENTO

APROVEITAMENTO DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- o Atual negócio "core" com formatos líder em mercados maduros
- o Alargar o leque de conhecimentos, competências e experiências
- o Novas fontes de criação de valor

DIVERSIFICAÇÃO DO ESTILO DE INVESTIMENTO

ADOÇÃO DO TIPO DE INVESTIMENTO MAIS ADEQUADO

- FRANCHISING
- PARCERIAS
- PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS

- o Uso de modelos de investimento pouco capital intensivos (arrendamento vs propriedade; parcerias vs controlo completo; e *franchising*)
- o Acrescentar conhecimento local
- o Redução de necessidades de capital empregue

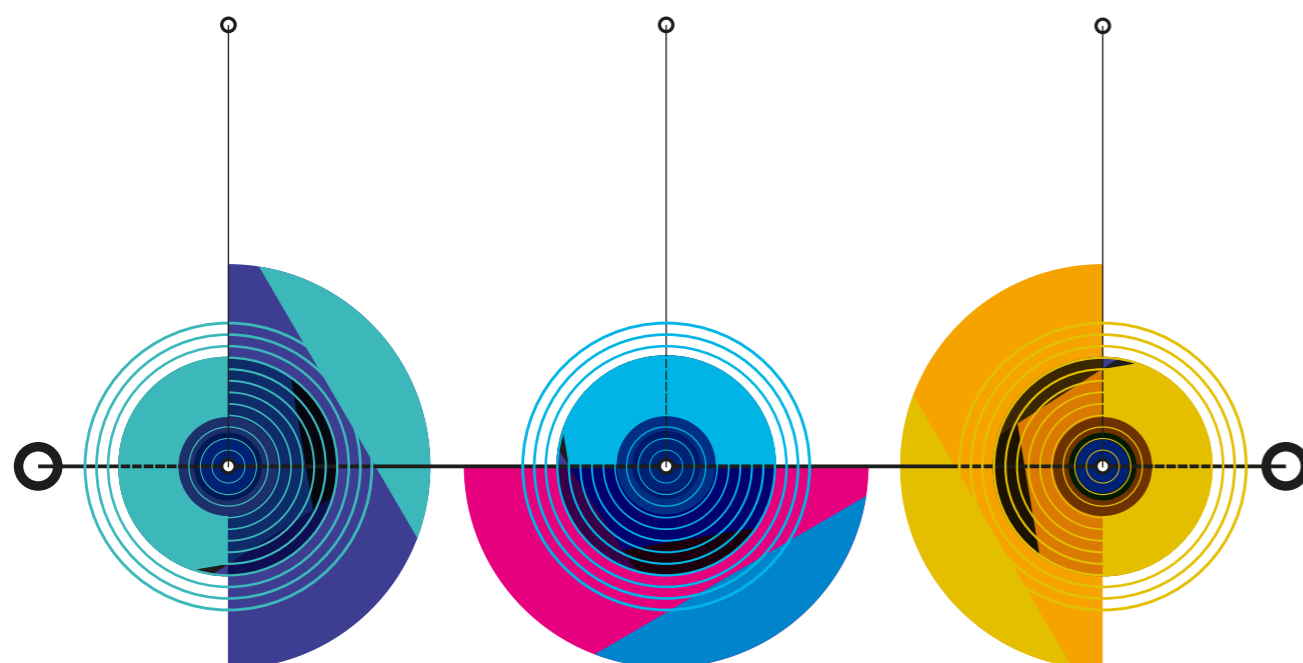
ALAVANCAR E REFORÇAR A BASE DE ATIVOS E COMPETÊNCIAS

INOVAR

GERAR NOVOS NEGÓCIOS

REFORÇAR A POSIÇÃO COMPETITIVA

- o Aproveitamento de ativos e competências no mercado doméstico para lançamento de novos projetos em áreas adjacentes
- o Reforço da posição competitiva
- o Crescer "share-of-wallet"



Internacionalização

A expansão internacional, focada nos nossos negócios "core" e em áreas adjacentes, será o principal determinante para o nosso crescimento nos tempos vindouros. Esta é uma das nossas prioridades estratégicas e à qual afetaremos os recursos de forma adequada com o intuito de aproveitar a oportunidade de ampliar a nossa presença internacional, transformando a Sonae numa grande empresa multinacional.

A nossa estratégia assenta em oportunidades em áreas geográficas em crescimento, com mercados de retalho em desenvolvimento e em melhoria de práticas de governação corporativa. Estamos numa posição favorecida para explorar oportunidades em países onde já operamos ou nas áreas próximas em fase de crescimento. Adicionalmente, procuraremos oportunidades de crescimento nos mercados desenvolvidos, servindo-nos das nossas competências, ativos estratégicos e produtos distintivos, nas situações em que detivermos uma clara vantagem sobre os concorrentes já instalados.

Precisamos de melhorar o nosso perfil internacional e a experiência dos nossos gestores de topo. A formação, o recrutamento e a cultura de gestão da empresa devem acompanhar esta intenção estratégica. Por fim, necessitamos de preparar a nossa organização de gestão por forma a ser suficientemente flexível para acomodar o crescimento futuro.

Diversificação do estilo de investimento

Pretendemos alavancar os nossos recursos e a efetiva implementação dos nossos planos estratégicos através da utilização do tipo, ou mistura de tipos, de investimento mais adequados a cada caso, incluindo detenção a 100% de negócios, participações maioritárias e participações minoritárias, com ou sem direitos especiais.

As participações maioritárias serão consideradas o tipo de investimento mais apropriado quando, individualmente ou com pequenas contribuições de outras partes, possuímos os recursos e as competências necessárias para liderar o negócio, garantir o desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis e a criação de valor.

As participações minoritárias serão consideradas a forma mais adequada sempre que não tenhamos os recursos suficientes ou quando possamos beneficiar da contribuição de terceiros para a criação de valor. As posições minoritárias devem ser usadas para facilitar a consolidação e outros movimentos de reestruturação de setores, para entrar em novas áreas geográficas como parceiros técnicos e para desenvolver uma rede de negócios adequada ao mais elevado nível.

Alavancar e reforçar a base de ativos e competências

Continuaremos a explorar novas oportunidades de negócio que alavancem a nossa excepcional base de ativos em Portugal de forma a desenvolver o nosso portfólio de opções para o crescimento futuro. Estes novos empreendimentos devem apresentar a maioria das seguintes características: (i) um caminho claro para a internacionalização; (ii) níveis de rentabilidade potencialmente atrativos; (iii) beneficiem de tendências globais emergentes; (iv) beneficiem de e reforcem as nossas competências e/ou ativos estratégicos; e (v) possuam o potencial para se tornar num grande negócio a médio prazo.

Dedicamos uma parte do nosso capital a estes investimentos, dada a sua capacidade de gerar crescimento e criar valor. Faremos uma análise constante, procurando sinais precoces de sucesso ou insucesso, garantindo que decisões de crescimento, fusão ou alienação são tomadas no momento mais adequado.

Porquê esta estratégia?

A nossa busca constante pelo crescimento e pela criação de valor reforçam a nossa ambição de expansão internacional. Temos as competências e o *know-how* técnico para explorar oportunidades com sucesso não apenas em áreas geográficas "em crescimento", que apresentem um crescimento macroe-

conómico significativo, estruturas setoriais em desenvolvimento e com melhorias ao nível de *governance*; mas também em mercados desenvolvidos, graças aos nossos produtos, competências e ativos estratégicos distintivos.

O mercado doméstico não é suficiente para as nossas ambições: (i) Portugal é um mercado pequeno e difícil de defender num ambiente competitivo crescentemente global, e (ii) os nossos atuais negócios "core" em Portugal estão a atingir a maturidade e, conseqüentemente, apresentam oportunidades de crescimento limitadas.

Temos uma equipa de gestão, experiência e reputação excecionais nos nossos negócios de referência, que podem ser usados para criar valor numa escala superior e em mercados que estão a crescer mais rapidamente e que apresentem um maior potencial.

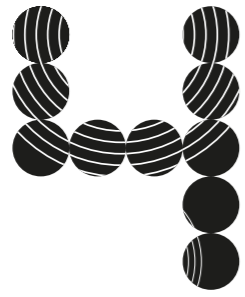
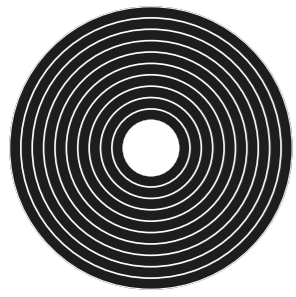
Iremos criar novas oportunidades de evolução na carreira para os nossos gestores, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional e melhorando o seu perfil internacional. O nosso acumular de competências, conhecimentos e experiências irá continuar a crescer e tornar-se-á numa base ainda mais sólida para promover o desenvolvimento futuro do Grupo, através da exposição a ambientes diversos.

Alguns dos nossos negócios de referência possuem já uma experiência internacional de sucesso, o que demonstra o imenso potencial que podemos explorar. As nossas equipas de gestão são sólidas e competentes, intervindo ativamente nas estratégias do negócio. A internacionalização dá-nos a oportunidade de exponenciar este ativo numa escala muito superior.

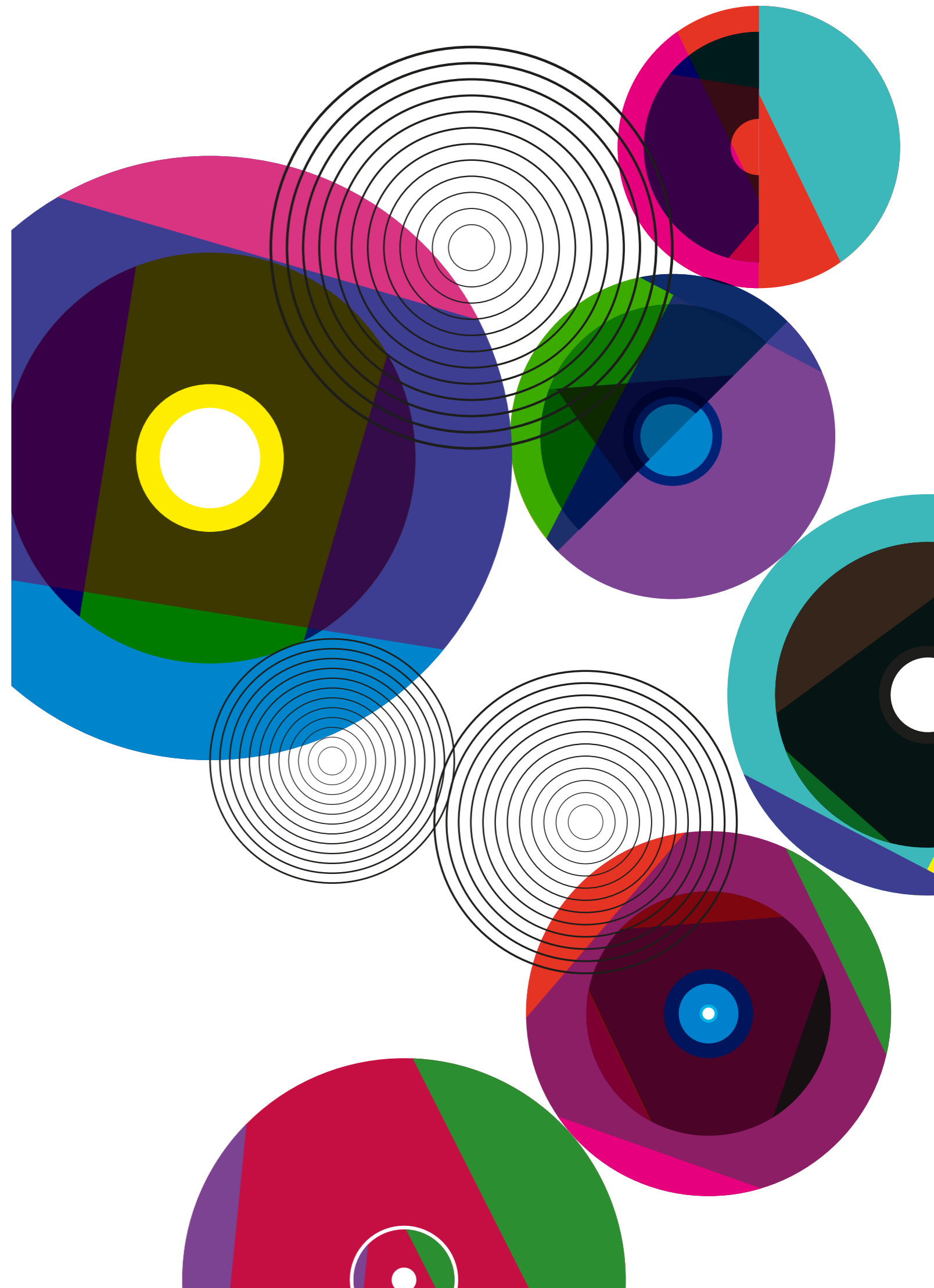
Para acelerar a nossa presença internacional será crucial um investimento mais flexível, que nos permita: (i) alavancar os nossos recursos financeiros e humanos, multiplicando a nossa capacidade de aproveitar oportunidades diferentes e maiores; (ii) tornarmo-nos numa empresa com uma "network" externa de relevância; e (iii) melhorar o acesso a informação relevante, permitindo uma gestão mais proativa do enquadramento político, legal e regulatório, aumentando a nossa influência. Estas capacidades são fundamentais para o sucesso da expansão internacional e para melhorar a capacidade de identificarmos os reais obstáculos ao desenvolvimento de um negócio, bem como para a identificação de novas oportunidades.

Embora a internacionalização abra uma grande oportunidade para o nosso crescimento, não podemos ignorar a nossa base de ativos em Portugal. Ao alavancar estes ativos para criar novos investimentos, estamos, por sua vez, a alimentar a nossa capacidade e ambição para crescer no futuro, ao mesmo tempo que mitigamos os riscos envolvidos.

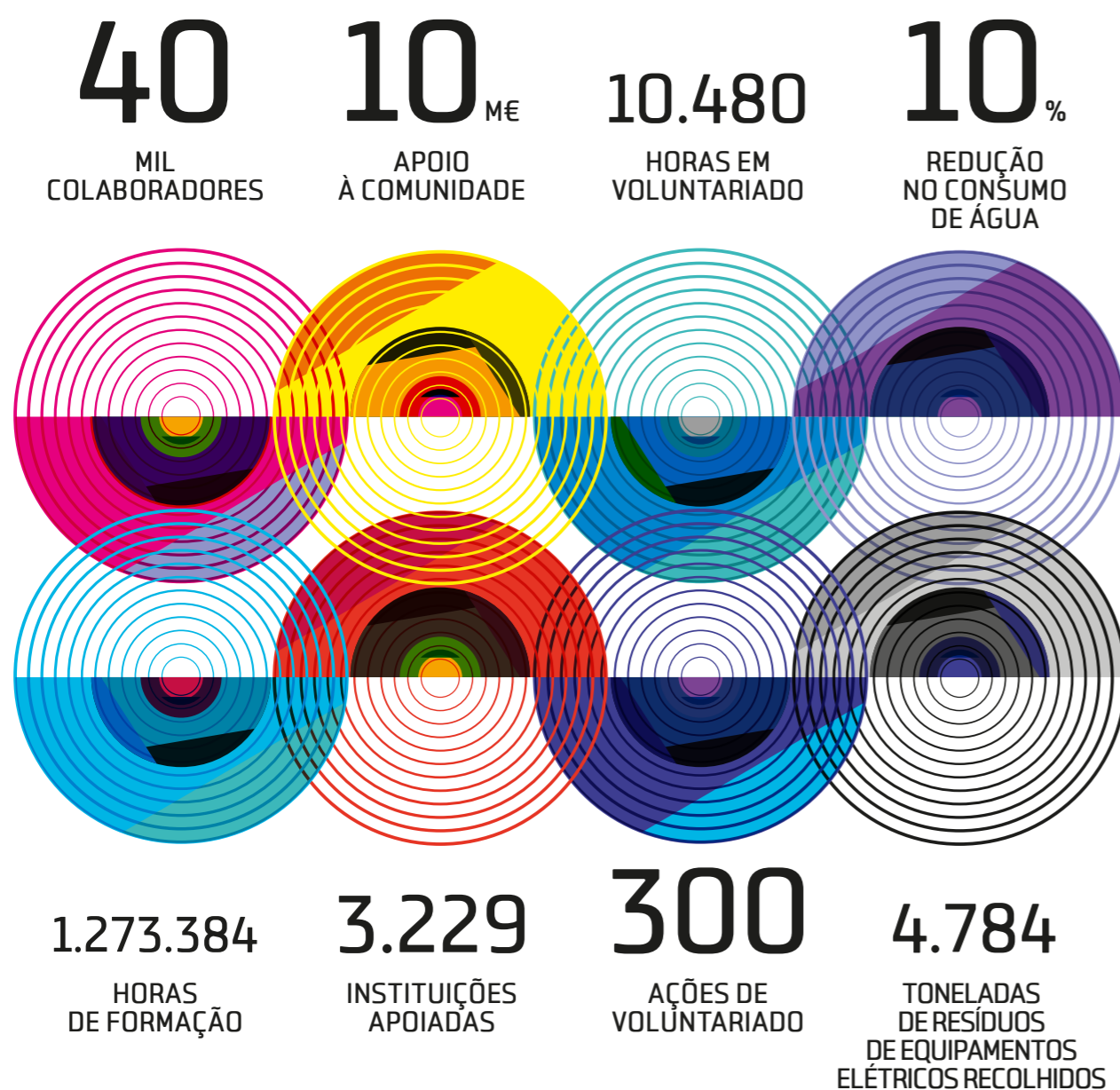
Em suma, focando-nos na internacionalização, diversificando o tipo de investimento e aproveitando a nossa excepcional base de ativos em Portugal, conseguiremos maximizar a nossa capacidade para, com os nossos recursos humanos e financeiros, continuar a crescer e criar valor.



RESPONSABILIDADE CORPORATIVA



RESPONSABILIDADE CORPORATIVA



Na Sonae, acreditamos que os nossos valores são o determinante mais relevante do sucesso da nossa missão. A ética e sustentabilidade são essenciais para a nossa estratégia e estão no centro do nosso processo de tomada de decisão.

Perante a situação socioeconómica atual, assumimos as nossas responsabilidades enquanto uma das maiores empresas Portuguesas, com mais um ano cheio de projetos inovadores e emocionantes que garantem que iremos continuar a apresentar um crescimento económico e social, de forma responsável e sustentável.

Os nossos esforços continuam a ser reconhecidos por organizações líderes em todo o mundo mas, principalmente, pelos nossos clientes, que, dia após dia, confiam na qualidade e integridade dos nossos produtos e serviços. O nosso elevado nível de sucesso é apenas possível graças ao tremendo esforço da nossa equipa, em que cada indivíduo sabe que ele ou ela é parte de uma grande organização que trabalha em conjunto com a sua comunidade. O nosso compromisso com a inovação tem impacto ao longo de toda a organização, com especial ênfase no seu meio ambiente.

A Sonae foi reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas mais éticas do Mundo



A Sonae foi reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma das "Empresas Mais Éticas do Mundo" pelo Ethisphere Institute. A Sonae voltou a ser destacada, entre as milhares de empresas candidatas a nível mundial, pela implementação de práticas de negócio transparentes e de iniciativas com benefício para a comunidade, elevando a fasquia de padrões éticos junto de todos os seus *stakeholders*.

Este renovado reconhecimento confirma o compromisso da Sonae com a criação de valor económico e social, baseado em princípios éticos e de desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo, assente em relações de confiança com todos os seus interlocutores.

Paulo Azevedo, CEO da Sonae, afirma: "A cultura da Sonae incorpora, desde o seu nascimento, princípios éticos de desenvolvimento sustentável. Esta distinção encoraja-nos a continuar o nosso caminho na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento das comunidades onde operamos, bem como na implementação de práticas transparentes de negócio e governação". E acrescenta: "Ética e confiança fazem parte dos valores da Sonae, fortemente enraizados na nossa cultura, e parte do que une todos os colaboradores, nas diversas geografias onde estamos presentes".

Luís Filipe Reis, *Chief Corporate Centre Officer* da Sonae, referiu "Precisamos de olhar para o futuro e perceber em que medida o nosso país e as nossas organizações podem agir para promover o crescimento económico e gerar riqueza para a sociedade. Temos um compromisso com a sustentabilidade como um todo e a nossa missão é criar valor económico e social. Enquanto o maior empregador privado em Portugal, somos uma "organização para as pessoas", o que significa que o desenvolvimento total do potencial das nossas pessoas é uma preocupação estratégica. Simultaneamente, estamos empenhados em promover uma cultura que advoga uma participação ativa na nossa sociedade."



Sonae cria Activshare

Estamos constantemente à procura de formas de melhorar a eficiência em toda a organização. Por este motivo, acreditamos que podemos fazer mais e melhorar a nossa dimensão da responsabilidade corporativa. Em 2012 criámos o programa Sonae Activshare, que consolida e agrega as ações de voluntariado e responsabilidade social da Sonae.

Na Sonae, as pessoas estão no centro do nosso sucesso. O programa Sonae Activshare promove o desenvolvimento de ações de voluntariado, comunicando todas as ações de responsabilidade social, quer para colaboradores, quer para voluntários. Através desta plataforma, a nossa equipa estará sempre informada das variadas iniciativas em curso.

A responsabilidade corporativa é uma parte crítica da nossa estratégia e, continuamente, revemos os nossos objetivos e monitorizamos a sua implementação e resultados. Recentemente completámos o nosso ciclo de compromissos para a área do Retalho para 2009-2012 e estamos agora a iniciar um novo ciclo que nos levará até 2015.



Compromissos de responsabilidade corporativa de 2012/2015 – Retalho

Better purpose

Promover a adoção de estilos de vida mais saudáveis, proporcionando aos consumidores todas as informações necessárias para uma escolha equilibrada e nutricionalmente mais responsável.

Promover o bem-estar das comunidades onde a Sonae está presente, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da coesão social.

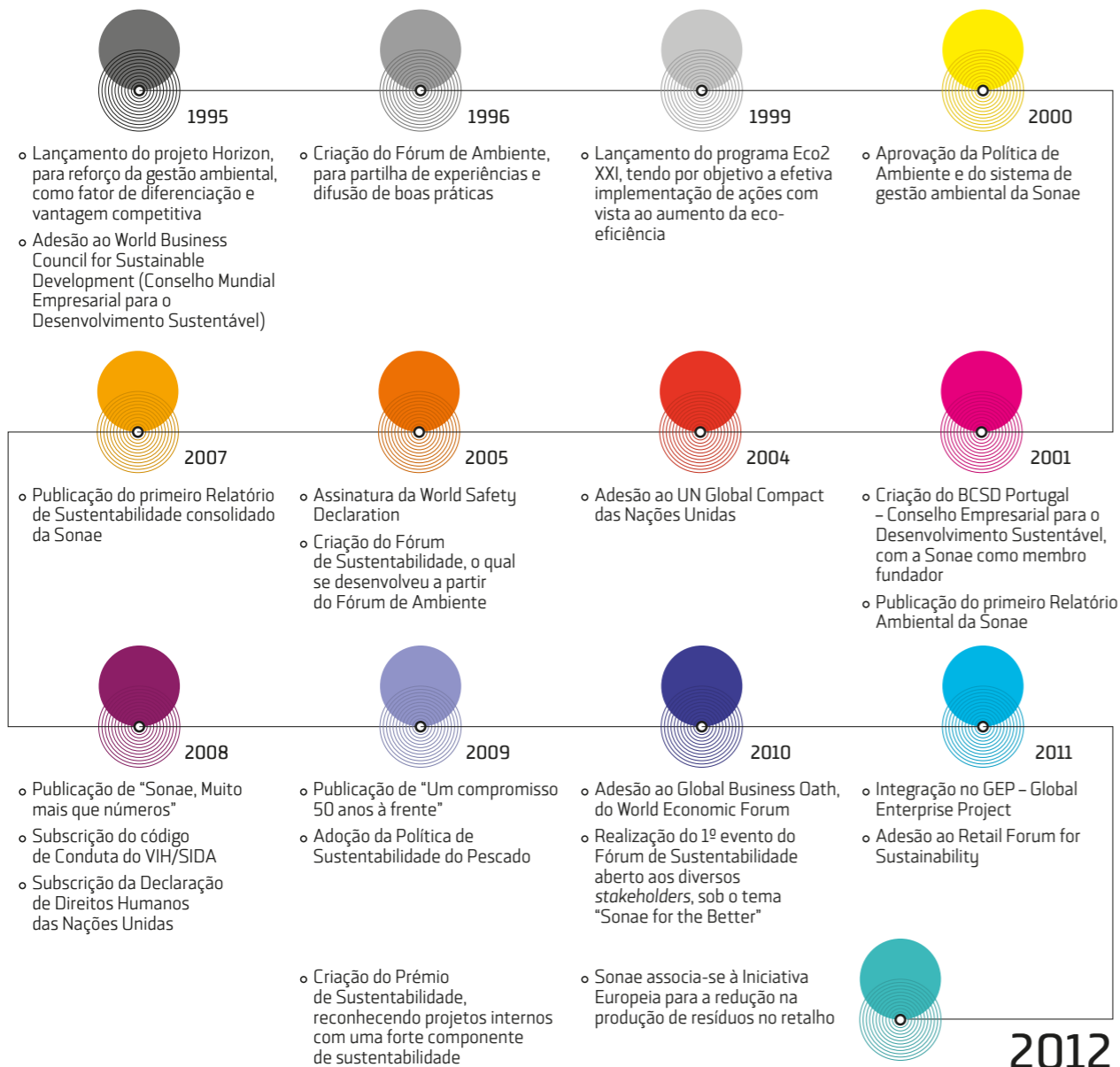
Better people

Promover o bem-estar e investir no desenvolvimento das características e competências pessoais dos nossos colaboradores, enriquecendo continuamente a cultura da Sonae.

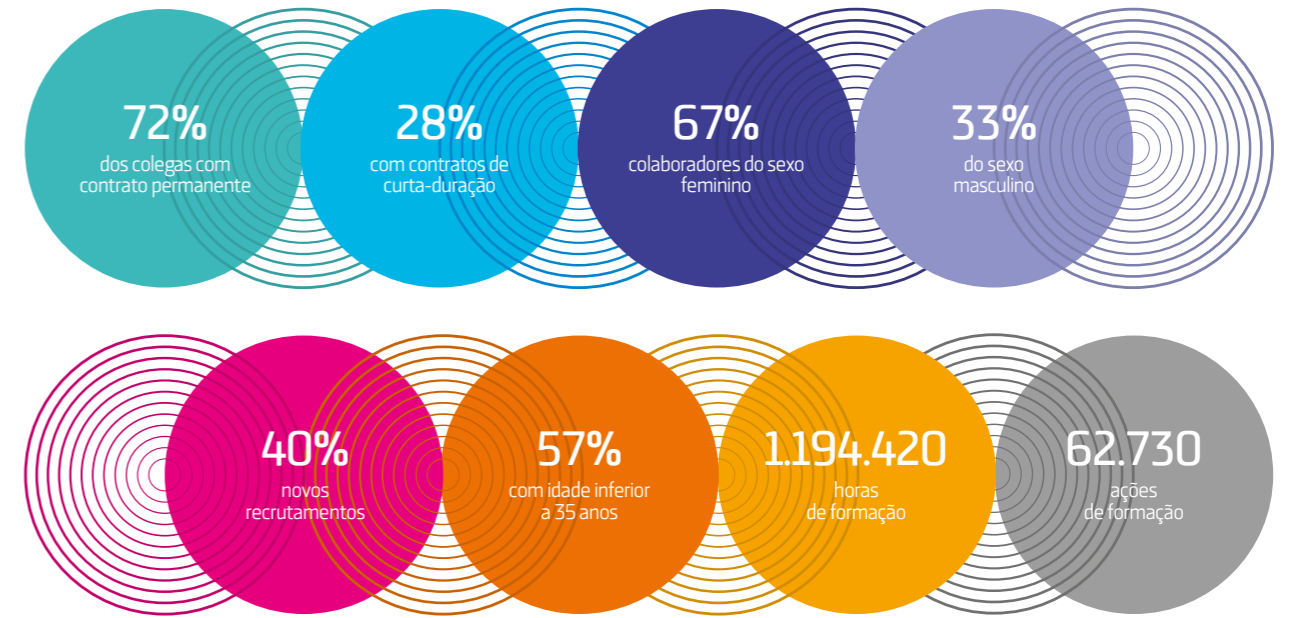
Integrar a sustentabilidade na cadeia de abastecimento e melhorar o alinhamento das práticas dos nossos fornecedores com políticas da Sonae.

Better planet

Estamos concentrados no aumento contínuo dos níveis de excelência do nosso desempenho ambiental, não só como um fator de diferenciação, mas também como um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável dos negócios da Sonae.

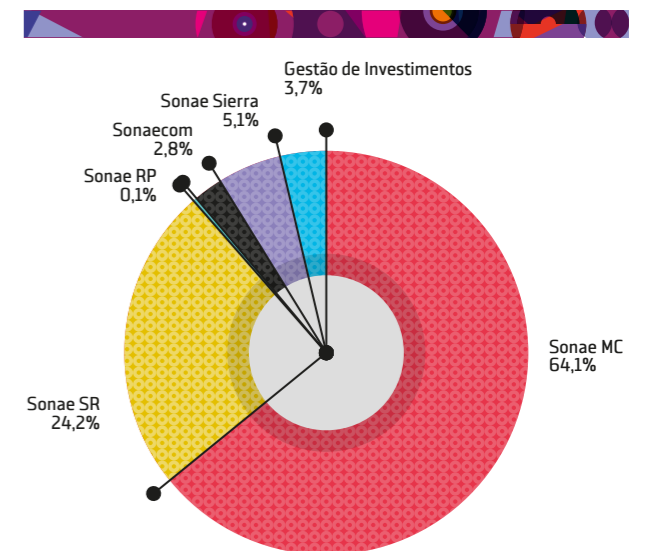


Valorizamos a nossa equipa – Retalho



O sucesso da nossa equipa é o nosso sucesso. Acreditamos que uma equipa entusiasta e motivada é um fator determinante na satisfação dos nossos clientes. A nossa equipa é a nossa imagem e o nosso importante ativo nas vendas. As nossas equipas dão o seu melhor todos os dias para levar produtos e serviços excelentes a um preço justo às nossas comunidades. Estamos constantemente empenhados em recrutar os melhores recursos humanos e, mais importante, em proporcionar-lhes as melhores oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Acima de tudo, os gestores devem estar sempre cientes de que serão vistos como modelos.

Colaboradores por área [em %]





Sonae Retail School

A nossa equipa é motivada pelo sucesso e pela ambição de melhoria contínua. O processo de aprendizagem é interativo: nós fornecemos à nossa equipa constante formação, mas também queremos aprender com ela. A Sonae Retail School é o melhor exemplo do nosso compromisso com a formação contínua. A Sonae Retail School trabalha constantemente na procura de formas para ajudar as nossas equipas a tornarem-se mais ativas na identificação de novos desafios e áreas de melhoria, elaborando programas de ação rápida para disseminar as melhores práticas para toda a organização. A Sonae Retail School provou ser um recurso crítico no nosso processo contínuo de aprendizagem.

Desenvolvemos a ferramenta "Upward Feedback", um processo de melhoria e aprendizagem contínua, no sentido de promover o desenvolvimento pessoal e profissional. O "Upward Feedback" é uma ferramenta de avaliação de 180 graus, que os colaboradores utilizam para dar feedback aos seus superiores hierárquicos diretos, avaliando a sua ação como líderes de equipa, numa série de áreas relevantes: Organização do Trabalho, Motivação, e Desenvolvimento e Comunicação. Apresenta-se como uma âncora para um processo contínuo de mudança e crescimento individual.

Acreditamos que as opções de desenvolvimento pessoal e profissional disponíveis na Sonae são o fator mais relevante para a qualidade da nossa equipa. Ao qual adicionamos um pacote de remuneração competitiva, que inclui um plano de compensação abrangente e uma aderência rigorosa aos critérios de mérito. O nosso sistema de incentivos é baseado em indicadores chave de desempenho do Grupo, departamento e pessoal. Partilhamos o sucesso com a nossa equipa.

A aprendizagem contínua é o caminho para a excelência, uma ponte para a constante melhoria e progresso sustentado. O desenvolvimento pessoal e profissional da nossa equipa é parte integrante da nossa visão estratégica e a aprendizagem contínua tem sido um fator determinante do nosso sucesso sustentável ao longo dos anos.

A Sonae Retail School demonstra a nossa abordagem para o desenvolvimento de competências, e é a pedra angular do nosso sucesso no retalho, proporcionando às nossas equipas uma abordagem integrada e abrangente para a aprendizagem contínua, alinhada com a nossa estratégia e objetivos de negócio.

A Sonae Retail School define claramente a nossa ambição para acrescentar valor para a organização por via do conhecimento.

A Sonae Retail School adota uma abordagem única que combina o caminho profissional individual com a nossa estratégia de negócios, identificando ativamente novos desafios e áreas que precisem ser melhoradas, e programas que disseminem rapidamente as nossas melhores práticas em toda a organização.

Toda a nossa formação é projetada para desenvolver competências críticas em áreas multifuncionais, como liderança e gestão, bem como em áreas mais técnicas, línguas estrangeiras, sistemas e gestão de projetos.

Por último, preocupamo-nos com os nossos colaboradores e colocamos a sua saúde e segurança em primeiro lugar. Somos ativos na melhoria das condições de trabalho e trabalhamos em estreita colaboração com a Autoridade Portuguesa para as Condições de Trabalho, acolhendo a sua contribuição como uma forma de trabalhar, em conjunto, para um dos nossos objetivos mais relevantes - "zero acidentes". Realizamos um programa abrangente de prevenção de acidentes com um conjunto de objetivos. Em primeiro lugar, treinar a nossa equipa em como enfrentar situações de perigo. Em segundo lugar, como forma de continuamente observar o nosso ambiente de trabalho, como forma de identificação e mitigação de riscos. Os nossos esforços foram premiados no passado com o prémio "Segurança e Saúde" nos "European Good Practice Awards" (Prémios Europeus de Boas Práticas), principalmente no que toca à gestão da manutenção preventiva e corretiva. Acreditamos que, também este ano, seremos um provável candidato ao prémio.

Rede Contacto



A Rede Contacto, criada em 2010, foi uma das primeiras redes mundiais lançadas por um grupo económico com o intuito de detetar e recrutar talentos. A Rede promove a interação entre a Sonae e os participantes, facilitando a comunicação da marca e reforçando-se como um canal aberto para a inovação. Durante o ano de 2012, a Rede Contacto foi remodelada no sentido de se adaptar às novas formas de comunicação usadas pelas novas gerações. Neste sentido, foi implementada uma interface mais jovem e leve, com novas características e tendo o inglês como língua oficial. A plataforma com mais de 19.000 membros de 66 países, desempenha um papel crucial na estratégia de crescimento internacional da Sonae.

Dia Contacto

O Dia Contacto consiste numa iniciativa destinada aos melhores alunos finalistas do Ensino Superior em Portugal, selecionados através da Rede Contacto (www.contactosonae.com). No decorrer deste evento, os participantes têm a oportunidade de estar em contato direto com Belmiro de Azevedo, Chairman da Sonae, e Paulo Azevedo, CEO da Sonae, e de conhecer os negócios das Empresas Sonae, planos de desenvolvimento e estratégia para o futuro.

Call For Solutions Universities

A *Call For Solutions Universities* consiste num programa de open innovation para finalistas de Mestrado das melhores universidades portuguesas. Como parte do programa, a Sonae oferece aos melhores candidatos estágios curriculares e encoraja-os a contribuir com soluções criativas para desafios lançados pelas diferentes áreas de negócio. Esta iniciativa tem por objetivo acrescentar valor para a organização através da inovação, mas permite, simultaneamente, a identificação de novos talentos dando-lhes a oportunidade de trabalharem num ambiente real. Durante os 3 últimos anos, este programa recebeu 88 estudantes e envolvem cerca de 20 equipas de gestão da Sonae.

Metas para 2012 – Retalho

Ser uma empresa de referência através de

- Planeamento estratégico de RH a médio longo prazo
- Internacionalização de políticas e processos de RH
- Agilização da estrutura de RH com vista a uma maior eficiência e resposta mais próxima das necessidades do negócio

Concretização

- Em 2012, todas as ações foram iniciadas como parte de uma política ativa e permanente de gestão de RH.



Respeito pelo ambiente

Na Sonae adotamos uma postura para com o meio ambiente que vai muito além das exigências e recomendações legais. O ambiente vem primeiro. Revemos continuamente as nossas diretrizes ambientais e incentivamos a nossa equipa a ser pró-ativa na implementação de políticas de gestão ambiental dinâmicas e agressivas.

O nosso objetivo é duplo: em primeiro lugar, reduzir a nossa pegada ambiental para um mínimo absoluto. Como parte das nossas políticas ambientais, monitorizamos continuamente o nosso impacto ambiental e ajustamos as nossas ações para atingir os mais altos padrões ambientais. Em 2012 o Continente foi galardoado com os prémios: "Marca de Confiança", pela 10ª vez, um prémio de prestígio atribuído pela Readers Digest, em reconhecimento de nossos esforços.

Níveis mais elevados de eficiência

Implementámos várias ações para otimizar a eficiência energética nos nossos armazéns e obtivemos uma redução significativa dos custos associados. As soluções focaram-se na otimização do sistema de iluminação existente e na criação de soluções de iluminação natural.

Como parte dos nossos esforços, mudámos a forma de iluminação de uma área operacional de 45.000 m², conseguindo uma poupança imediata de 20% e conseguindo regular o fluxo de energia de acordo com o nível de luz ambiente.

No que diz respeito à luz natural, foram estudados os locais identificados como mais pobres em iluminação e foi implementada uma solução mista de placas solares e tubos translúcidos nos armazéns localizados na Azambuja, Carregado e Madeira, levando a uma redução no consumo de energia de aproximadamente 35%.

Em segundo lugar, temos como objetivo sensibilizar o público para questões ambientais. Estamos fortemente empenhados em promover um melhor ambiente, não só em toda a organização, mas, mais importante, em utilizar a nossa relação com a comunidade como um veículo único para a sensibilizar. Os nossos esforços na área ambiental estão centrados em sete dimensões: (i) o consumo de energia elétrica, (ii) a eletricidade produzida através de fontes renováveis de energia, (iii) o total de emissões de CO₂, (iv) o transporte e logística; (v) os gases refrigerantes, (vi) o consumo de água, e (vii) os resíduos. Em 2012, obtivemos resultados positivos em todas estas áreas.

Equipa Worten Equipa



"Equipa Worten Equipa" é um projeto de responsabilidade social e ambiental, através do qual a Worten apoia milhares de pessoas que procuram ajuda em instituições nacionais de solidariedade. Desde 2009, o primeiro ano do projeto, a Equipa Worten Equipa recolheu mais de 18.800 toneladas de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e 10.596 equipamentos novos foram oferecidos a 1.003 instituições. Em 2012, a Equipa Worten Equipa teve outro resultado excepcional, com a recolha de um total de 4.784 toneladas de resíduos de equipamentos.

Projeto Trevo

A área de retalho alimentar da Sonae implementou um programa de eficiência energética nas suas instalações que permitiu poupanças de 4 milhões de euros nos últimos três anos. Este programa, designado de projeto "Trevo", assenta numa redução sustentada dos custos com a energia elétrica, ao mesmo tempo que assegura a manutenção dos níveis de conforto térmico nas lojas para clientes e colaboradores.

Com o projeto "Trevo" foram implementadas um conjunto de iniciativas conducentes à redução sustentada da fatura de energia elétrica através da definição e implementação transversal de um "Guia de Utilização de Energia", tendo o seu conteúdo sido promovido, nomeadamente, em ações de sensibilização envolvendo colaboradores e clientes.

A Sonae levou a cabo iniciativas de melhoria do processo de aquisição e produção de energia, estudando o mercado e assegurando a compra pelo melhor preço, tendo sido pioneira na aquisição de eletricidade no mercado de indexados.

Adicionalmente, foram ainda implementadas soluções de produção de energia elétrica através de fontes renováveis instaladas nas lojas de retalho alimentar da Sonae.

José Fortunato, administrador da Sonae MC, afirma que "a implementação do projeto Trevo permitiu à Sonae reforçar a sua eficiência energética e reduzir a pegada ecológica, ao mesmo tempo que é gerador de poupanças que são traduzidas em melhores preços para os clientes. Em 2013, vamos continuar a procurar ganhos de eficiência e a promover a geração de energia através de fontes renováveis, cumprindo a nossa missão de desenvolvimento sustentável".

Sonae no TOP-10 no combate às alterações climáticas

CARBON DISCLOSURE PROJECT

A Sonae foi considerada uma das empresas líderes na Península Ibérica na luta contra as alterações climáticas, de acordo com o *Carbon Disclosure Project*, uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo consciencializar para as mudanças climáticas e a gestão da água, através da divulgação de informação que ajude os decisores, investidores e empresas nas suas decisões.

A Sonae é a única empresa do setor do retalho na Península Ibérica a integrar a lista das empresas classificadas como líderes no estudo "CDP Iberia 125 Report 2012", que analisou as 125 maiores empresas cotadas da Península Ibérica (85 espanholas e 40 portuguesas). Os resultados obtidos foram objeto de uma análise, numa ótica de potencial investimento futuro, por 655 investidores a nível mundial que, no seu conjunto, detêm ativos sob gestão avaliados em 78 mil milhões de dólares.

O resultado alcançado pela Sonae, que integra o TOP-10 geral, traduz o compromisso de desenvolvimento sustentável dos seus negócios e resulta da adoção de medidas de eficiência energética com impacto ao nível dos consumos de energia, do aumento da produção própria de energia recorrendo a fontes renováveis e da promoção das melhores práticas ambientais em toda a organização.



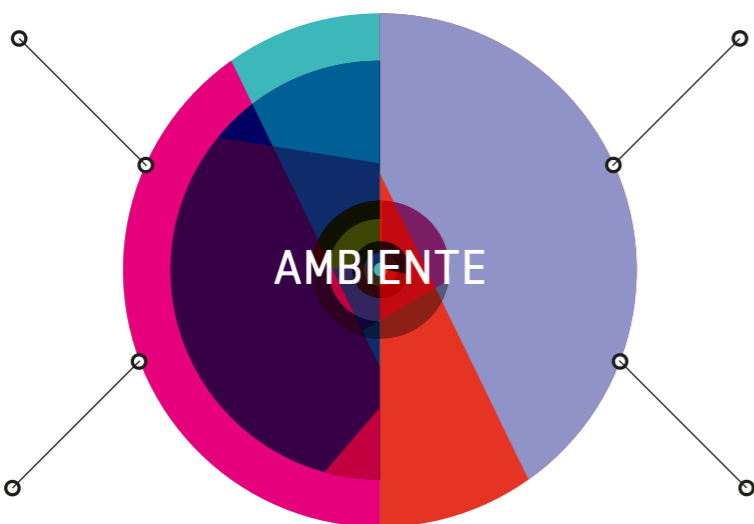
Evolução dos indicadores consolidados de desempenho social e ambiental

ENERGIA

Consumo de Energia:
913 GJ/milhões de euros;
+10% face a 2011

ÁGUA

Consumo de Água:
385 m³/milhões euros;
+7% face a 2011



RESÍDUOS

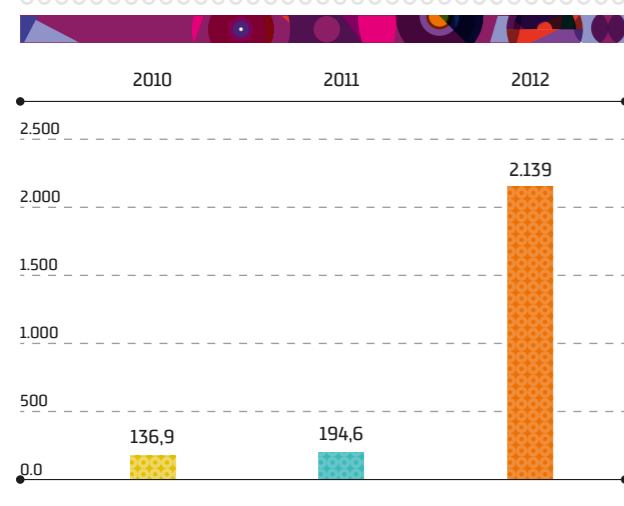
Produção de Resíduos:
20t/milhões de euros;
-1% face a 2011
74% Tratamento
de Resíduos;
+9% face a 2011

EMISSÕES DE CO₂

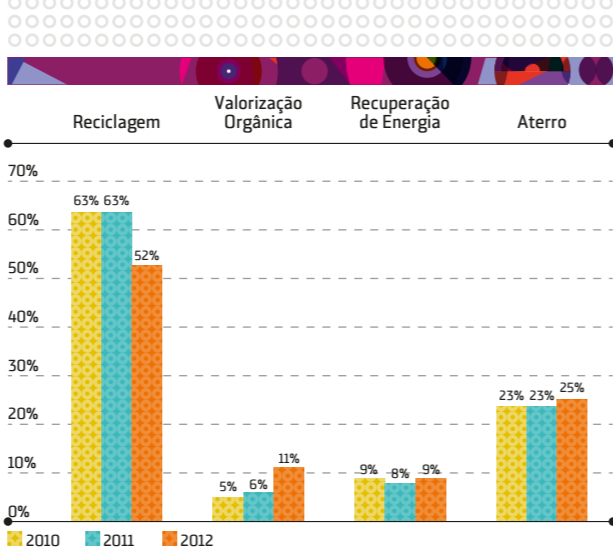
Emissões de CO₂:
61t CO₂e/milhões
de euros;
+20% face a 2011

Energia Produzida - Retalho

(MWh)



Destino final de Resíduos - Retalho



Metas para 2012 - Retalho

Diminuição da "pegada ecológica" dando cumprimento à Política de Ambiente

- Reduzir os consumos de energia elétrica em mais de 1%.
- Manter o foco na instalação de novas centrais de produção autónoma de energia a partir de fontes renováveis, atendendo a disponibilidades de investimento e à legislação sobre micro e mini-geração de energia.
- Assegurar a manutenção do elevado nível de eco-eficiência das viaturas utilizadas.
- Manter o programa de substituição do gás refrigerante R22 em centrais de frio que ainda não foram objeto de substituição (ação contínua).
- Disponibilizar uma oferta alargada de sacos reutilizáveis.
- Superar a taxa de valorização de resíduos alcançada em 2011.
- Reduzir o consumo de água potável em 2%.
- Aumentar o número de instalações detentoras da Certificação Ambiental pela Norma ISO 14001.
- Publicar o Guia Internacional de Gestão Ambiental para apoio às operações fora de Portugal.

Nível de concretização

- Redução de 8,3% no consumo de eletricidade em 2012.
- Encerrámos o ciclo 2008 - 2012 com uma redução acumulada de 14,8% no consumo de energia, significativamente acima dos compromissos assumidos de 6%.
- Instalação de 42 novos sistemas fotovoltaicos durante 2012.
- Temos agora 100 sistemas fotovoltaicos instalados, dos quais 86 já em produção.
- No final de 2012, 89% da frota contratada de veículos conformes com as normas Euro 4 ou Euro 5.
- Em 2012, substituíram-se 2 dos últimos 6 sistemas de refrigeração que utilizam R22, começando a utilizar R290, um gás refrigerante praticamente livre de efeitos sobre a diminuição da camada de ozono ou efeito estufa.
- Lançámos 6 novos tipos de sacos reutilizáveis Continente, continuando a estender a nossa oferta desses tipos de sacos.
- Redução de cerca de 10% no consumo de água em 2012.
- 4 Instalações receberam uma certificação ambiental, alcançando a nossa meta de ter todas as instalações em Portugal continental certificadas segundo a norma ISO 14001.
- 25 unidades certificadas no final de 2012.
- Finalizámos a redação do Guia de Gestão Ambiental Internacional.

Aprovisionamento com integridade e gestão da qualidade

A qualidade e a segurança dos nossos produtos e serviços são fundamentais para o nosso sucesso. Temos um controlo rigoroso da nossa rede de fornecedores, num esforço contínuo para elevar os níveis de eficiência e qualidade, trazendo aos nossos clientes os melhores produtos e serviços ao menor preço possível.

Temos uma grande preocupação com a segurança e excelência e pedimos a cada um dos nossos parceiros para cumprir com os nossos elevados padrões de qualidade. Estamos contínua e ativamente a monitorizar a nossa rede de forma a identificar potenciais problemas e a divulgar as melhores práticas. Colocamos especial ênfase no desempenho sustentável dos nossos parceiros, especialmente nas vertentes ambientais e sociais.

Os nossos parceiros são fundamentais para o sucesso da nossa missão e, portanto, é do nosso interesse promover o seu alinhamento com os nossos valores e objetivos. Proporcionamos aos nossos parceiros programas de formação contínua, garantindo que estão cientes dos nossos elevados padrões de qualidade e de responsabilidade corporativa e que aceitam partilhar os nossos esforços para um futuro e um sucesso sustentado.

A Sonae foi a primeira empresa a nível mundial a implementar a metodologia de organização Kaizen no setor do retalho



A Sonae foi distinguida com o Prémio Kaizen Lean pela iniciativa de implementação de processos de melhoria contínua na área de retalho alimentar. O prémio do Kaizen Institute reconhece os esforços pioneiros e inovadores da Sonae ao ser a primeira empresa a nível mundial a aplicar esta metodologia no setor do retalho.

Segundo o Kaizen Institute, a Sonae tem vindo a destacar-se "pelas melhores práticas de melhoria contínua, enquanto fonte geradora de inovação e competitividade". A Sonae envolveu todos os colaboradores no processo e assim conseguiu alcançar o objetivo de criar valor, satisfazendo o cliente e eliminando desperdício.

João Melo, Diretor de Recursos Humanos da Sonae MC, afirma que "o projeto Kaizen veio revolucionar o funcionamento das nossas unidades, com ganhos significativos de eficiência e produtividade, mas mais importante foi a transformação cultural que induziu em toda a organização. Hoje, a Sonae é uma empresa onde a inovação é uma prioridade de todos os colaboradores e em que todos procuram formas de desempenhar mais rápida e eficientemente as suas funções."

Os nossos padrões de qualidade também se refletem nos nossos esforços para a promoção de elevados níveis de transparência com o objetivo de permitir aos nossos clientes uma decisão de compra melhor fundamentada. Neste sentido, continuamos a melhorar o nosso sistema de rotulagem pioneiro em conteúdo nutricional e a promover um estilo de vida saudável, proporcionando aos nossos clientes a melhor informação e aconselhamento e celebrando protocolos com organizações especializadas nas áreas da saúde e nutrição.

Certificação Internacional da Qualidade – Marcas Próprias

A área de retalho alimentar da Sonae obteve a certificação internacional do seu sistema de gestão para toda a sua gama de marcas próprias, ampliando o âmbito da certificação que detém desde 2010. A distinção, atribuída pela SGS ICS – *International Certification Services*, reconhece a qualidade da Sonae e do Continente no desenvolvimento das suas marcas próprias, bem como na monitorização de fornecedores e produtos.

As marcas próprias do Continente têm sido alvo de um programa bem-sucedido e reconhecido pelos clientes, representando mais de 30% das vendas da categoria de bens de grande consumo. A certificação, segundo a norma ISO 9001:2008, engloba todos os produtos das marcas Continente e vem reforçar os valores da marca e o compromisso com a qualidade em todo o processo de desenvolvimento dos produtos, desde a seleção de fornecedores e fabrico até à comercialização nas lojas.

Segundo Luís Moutinho, CEO da Sonae MC, "Este reconhecimento reforça a nossa estratégia e compromisso com a qualidade dos produtos de marca própria, que são cada vez mais reconhecidos e valorizados pelos nossos clientes. Para além de verem assegurados os melhores preços, as famílias têm a garantia de elevados padrões de qualidade."

Auditorias de Segurança Alimentar

Em 2012, foram realizadas cerca de 450 auditorias de segurança alimentar e foi dada continuidade à implementação e consolidação do programa de auditoria de segurança alimentar nas lojas, cafés, armazéns e centros de produção, apresentando as principais conclusões a toda a empresa e realizando ações corretivas. Este sistema é também fundamental para identificar casos de excelência e divulgar as melhores práticas. Este programa de auditoria tem por objetivo a verificação sistemática do cumprimento das normas legais e regras internas associadas à segurança alimentar.

Os nossos sistemas de auditoria contribuem fortemente para aumentar os níveis de satisfação do cliente, bem como manter a imagem e reputação da empresa.

Clube de Produtores Continente

É necessária uma menção especial ao Clube de Produtores Continente. Fundado em 1998, o Clube de Produtores Continente é uma estrutura de apoio à pecuária e à agricultura Portuguesa. Na sua origem esteve o desejo da Sonae em apoiar os produtores Portugueses mais de perto. Os objetivos estratégicos do Clube de Produtores são essencialmente a promoção de produtos nacionais, de acordo com elevados padrões de qualidade e segurança nas cadeias de retalho alimentar do grupo, oferecendo, para esse fim, um apoio consistente e estruturado aos seus membros. Ao mesmo tempo, garante um meio para assegurar o escoamento da sua produção que, devido ao seu sabor e qualidade, pode competir no mercado de forma aberta e vantajosa.

A seleção e promoção de produtos particularmente bons e às vezes exclusivos, é sempre um exercício positivo, particularmente quando o consumidor nacional se encontra no final da cadeia de abastecimento. Os consumidores estão normalmente muito ligados aos produtos provenientes do seu próprio país.

O Clube assume a liderança na disponibilização de uma ligação fundamental entre a produção e o consumo, através do seu profundo conhecimento das tendências e exigências dos consumidores. O Clube encoraja o investimento contínuo na formação e apoio aos seus membros, de forma a tornar os setores em que está envolvido cada vez mais competitivos, num contexto de competição global.

No que diz respeito à formação e ao conhecimento técnico, o Clube tem apoiado e organizado eventos como visitas de estudo a centros de produção, tanto em Portugal como no estrangeiro, e também tem contribuído de forma clara para a criação de sinergias que facilitem a atividade dos seus membros. Um exemplo nesta área são os protocolos celebrados com o Governo e outras entidades estatais que trazem benefícios significativos aos produtores.

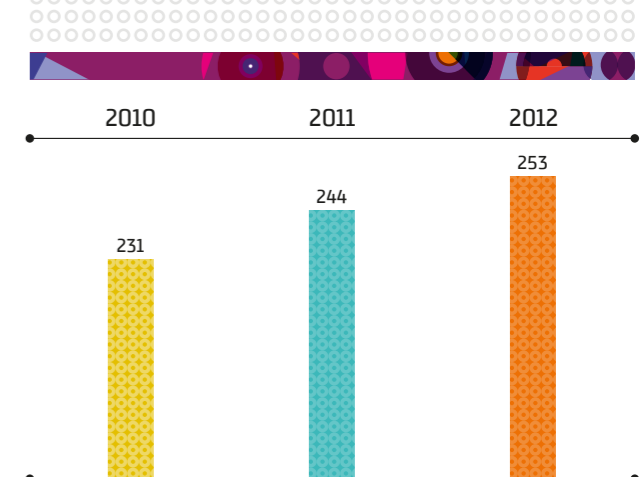
As três principais diretrizes do Clube de Produtores Continente são as seguintes:

- Crescimento sustentado no que se refere à dimensão e ao valor da produção e em termos de cobertura de mercado;
- Partilha de uma visão e de projetos entre a produção e a distribuição;
- Inovação em produtos, em novas formas de venda e em processos.

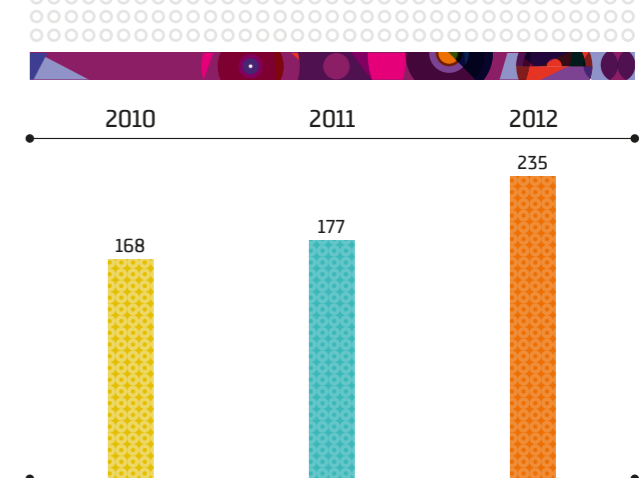
No apoio aos produtores, o Clube de Produtores publica, desde a sua fundação, uma newsletter, onde são comunicados os eventos e as questões relevantes para as atividades dos seus membros.

Em 2012, aumentámos significativamente (+33%) as nossas compras ao Clube de Produtores. Para a Sonae, este é um aspeto muito importante pois estamos continuamente a fazer um esforço real para partilhar os nossos valores com os nossos fornecedores, de modo a garantir uma cadeia de abastecimento mais sustentável.

Membros do Clube



Compras M€



Objetivos para 2012 – Retalho

Aposta em produtos e hábitos alimentares mais saudáveis.

- Apostar na Análise Sensorial com o objetivo de promover, monitorizar e garantir a maior qualidade dos produtos Continente durante o seu período de vida útil, tentando ajustá-los às necessidades de cada cliente.
- Continuar a promover um estilo de vida saudável, disponibilizando mais e melhor informação e atuando junto da Comunidade.
- Continuar a disponibilizar uma oferta alargada de produtos com um perfil nutricional otimizado e ajustado às diferentes necessidades nutricionais.

Concretização

- Foram realizados, internamente, 922 testes de painéis sensoriais envolvendo colaboradores das estruturas centrais, lojas, armazéns e administração.
- Utilização de laboratórios móveis de análises sensoriais (Minilab - Lojas Continente e as Sensebus - Lojas Continente Modelo). Promovemos sessões para avaliar a qualidade dos nossos produtos e para promover a marca Sonae. Estas sessões contaram com cerca de 9.100 clientes.
- No total, foram recolhidas 29.000 opiniões relativas a produtos Continente.
- Continuamos a aconselhar a população Portuguesa sobre como adotar um estilo de vida saudável, tendo em conta os oito compromissos do nosso programa "HiperSaudável". Os nutricionistas presentes nas lojas Continente têm desempenhado um papel importante nas recomendações aos nossos clientes, nomeadamente quanto a importantes decisões alimentares. Já realizamos aconselhamento a mais de 25.500 clientes.
- Continuamos a otimizar o perfil nutricional dos nossos produtos, reduzindo o teor de gordura e açúcar.

Extensão dos compromissos com a qualidade, ambiente e sociedade ao longo da cadeia de valor. Apoiar os fornecedores no cumprimento das exigências do mercado.

- Alargamento aos produtores não alimentar da Certificação do Desenvolvimento de Marcas Próprias Continente e Acompanhamento de Produto e Fornecedores após Desenvolvimento/Lançamento, de acordo com a norma NP EN ISO 9001.
- Otimização de caixas de transporte com vista à redução de materiais de embalagem.
- Desenvolver e iniciar processo de Certificação Internacional Fornecedores Sonae.
- Certificação Social Ética e Ambiental da maioria dos fornecedores têxteis (80% objetivo).
- Manutenção da Certificação do Clube de Produtores Continente.
- Manter o plano de reforço do número de fornecedores auditados, auditorias de qualificação e de seleção.
- Contribuir para a sustentabilidade das pescas.

Concretização

- Iniciámos um grande programa de certificação social, ética e ambiental durante o ano de 2012.
- Apenas um número limitado de fornecedores auditados na região do Extremo Oriente cumpriram com os objetivos da nossa certificação social, ética e ambiental. Todos os casos de não-conformidade identificados estão agora em processo de implementação de medidas corretivas que serão reexaminadas no primeiro semestre de 2013.
- De acordo com o plano anual, foram realizadas auditorias de monitorização aos fornecedores.
- Realizámos diversas ações para aumentar a consciência dos nossos fornecedores de bacalhau, no sentido de obter a certificação "Certificado Sustentável de Pescado".
- A venda de produtos de aquacultura aumentou 14%, representando 41% do volume total de peixe vendido.

Um compromisso para com os nossos clientes

Em última análise, o nosso esforço na inovação e eficiência ao longo de toda a rede de fornecimento é um testemunho do nosso compromisso em oferecer aos nossos clientes os melhores produtos ao melhor preço.

Na busca de melhorar o estilo de vida dos nossos clientes, temos vindo a reforçar as nossas categorias de produtos saudáveis - "Equilíbrio" e "Área Viva" - ao alargar a variedade de produtos em oferta e ao melhorar o conteúdo nutricional de alguns produtos. Temos hoje 212 produtos em oferta nestas linhas.

Os nossos valores são reconhecidos através dos nossos produtos e serviços e temos orgulho em vermos o nosso compromisso com a integridade e qualidade ser reconhecido.

Valorizamos a lealdade dos nossos clientes. Em 2012, o Continente foi reconhecido pelo 8º ano consecutivo pela *Superbrands*, um projeto independente que recompensa e promove marcas que são distinguidas pelo seu estatuto de excelência. Este prémio reforça a confiança e o valor que os consumidores colocam na marca Continente. O estudo de 2012 da *Superbrands* concluiu que, na categoria do comércio a retalho, o Continente é a marca em que os Portugueses mais confiam, a marca com que mais se identificam e a marca que vai mais ao encontro das suas necessidades. O estudo também mostra que os consumidores valorizam a familiaridade, competência e responsabilidade associadas à marca.

Sonae permite poupança de 425 milhões de euros com descontos em cartão e talão



O volume de descontos concedidos em cartão e talão pelas insígnias de retalho da Sonae cresceu 29% em 2012, atingindo os 425 milhões de euros. O esforço realizado traduz o firme compromisso da Sonae no incentivo das poupanças das famílias e em oferecer aos nossos clientes os melhores produtos aos melhores preços.

As iniciativas realizadas durante o ano resultaram em poupanças efetivas para milhões de consumidores das nossas marcas especializadas de retalho e de alimentação.

Este compromisso com as famílias contribuiu também para o crescente sucesso do Cartão Continente, utilizado por mais de 3,2 milhões de famílias portuguesas em 2012.

Luís Moutinho, CEO da Sonae MC, afirma que "face ao cenário económico difícil, a Sonae realizou um esforço significativo para facilitar a tarefa das famílias portuguesas na gestão dos seus orçamentos, disponibilizando os melhores produtos e os preços mais baixos, bem como um leque alargado de referências que permite uma escolha mais inteligente. Este esforço foi reconhecido pelos consumidores, que com a sua preferência, têm levado a ganhos de quota de mercado pela generalidade das insígnias da Sonae, nomeadamente pelo Continente que é líder no retalho alimentar em Portugal."



ColorAdd – Sonae SR é pioneira mundial na implementação de código para daltónicos no vestuário



A Sonae será a primeira empresa de retalho têxtil a nível mundial a implementar o código que permite aos daltónicos a correta identificação das cores, contribuindo com esta inovação para a massificação do sistema desenvolvido em Portugal.

A Zippy e a Modalfa vão passar a comercializar, na coleção primavera-verão de 2013, os seus produtos com etiquetas que permitem aos daltónicos identificar a cor das suas roupas.

A Sonae vai adotar o sistema ColorADD nas etiquetas do vestuário das suas marcas Zippy e Modalfa com o objetivo de facilitar e melhorar a experiência de compra dos clientes daltónicos, bem como reforçar a sua autonomia no dia-a-dia.

O ColorADD é um código monocromático, sustentado em conceitos universais de interpretação e desdobramento de cores, que permite aos daltónicos a correta identificação das cores.

Miguel Mota Freitas, CEO da Sonae SR, realça que “A implementação pioneira de um sistema de código para daltónicos a nível mundial traduz o nosso compromisso de estar ao lado dos clientes, nos vários países e mercados onde estamos presentes, oferecendo produtos inovadores, com qualidade e design, aos melhores preços”.

Optimus foi eleita como a escolha dos consumidores para as comunicações móveis



A escolha foi baseada no inquérito “Consumer Choice”, efetuado pela Consumer Choice - Consumer Satisfaction Evaluation Centre (Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor). O “Consumer Choice” é um projeto de pesquisa de mercado que avalia e atribui prémios a marcas e empresas em mais de 50 categorias.

Como parte deste projeto, mais de 200 marcas e empresas foram analisadas, envolvendo mais de 17.300 avaliações de consumidores usando diferentes metodologias, como clientes mistério, teste ao domicílio e call center, entre outros.

Esta distinção foi ganha em complemento ao reconhecimento internacional ganho pela Optimus pelo 2º ano consecutivo como “Melhor Serviço ao Cliente” na Europa, Médio Oriente e África nos prémios *Contact Center World 2012*, a categoria mais importante da competição. O serviço ao consumidor da Optimus foi também reconhecido pelo 3º ano consecutivo pelo “Melhor Serviço ao Consumidor” na APCC Prémios Melhores de Portugal na categoria das Telecomunicações.

Sonae Sierra lança “PromoFans”, o seu centro comercial com descontos



Ao longo do ano de 2012, a Sonae Sierra lançou a PromoFans, uma plataforma de promoções multicanal inovadora e única em Portugal. Este novo canal de comunicação de promoções constitui uma clara aposta da Empresa em melhorar a experiência de compra dos seus visitantes e em acrescentar valor ao negócio dos seus lojistas, através de uma proposta extremamente relevante para um consumidor fluente do ponto de vista digital e cada vez mais atento a boas oportunidades de compra.

Pelo 4º ano consecutivo, www.continente.pt foi eleito o melhor site de comércio Eletrónico de Portugal



O continente.pt foi eleito pelo 4º ano consecutivo o melhor site de comércio eletrónico nacional, na edição de 2012 dos Prémios Leitor da Revista PC Guia. Esta é uma distinção atribuída pelos leitores da revista PC Guia e vem confirmar o trabalho de excelência que tem vindo a ser desenvolvido para melhorar os serviços do Continente Online. O objetivo da marca é garantir sempre uma experiência de compra que se adapte às necessidades de cada cliente e a cada momento do seu dia-a-dia.

A loja online do Continente opera em Portugal Continental, com uma cobertura de cerca de 70% da população portuguesa. A distância de um click estão disponíveis mais de 20 mil produtos, alimentares e não alimentares, com todas as garantias de satisfação. O Continente Online conta atualmente com mais de 400 mil clientes registados, com mais de 4.5 milhões de visitas anuais e 68 milhões de exibições de páginas durante 2012.

Apoiando a nossa Comunidade

Faz parte dos nossos valores contribuir ativamente para ajudar a melhorar a nossa comunidade. As nossas ações providenciam o melhor testemunho à nossa dedicação e aos esforços da nossa equipa no apoio às nossas comunidades. Durante o ano de 2012, providenciamos apoio no valor global de 10 milhões de euros (4.5 milhões de euros em produtos alimentares) a 3.229 instituições ou projetos.

Nós aceitamos e acreditamos que esta responsabilidade é uma dimensão crucial da nossa missão e é o nosso dever liderar o caminho. A nossa cultura para com a nossa comunidade estende-se para além das nossas lojas. Estamos empenhados em envolver a nossa equipa e em usar a nossa visibilidade para aumentar a consciencialização para ações e projetos que tenham mérito intrínseco e potencialmente possam beneficiar a sociedade. Envolve-nos todos os anos em projetos que visam aumentar a visibilidade de problemas de sustentabilidade e em projetos que ativamente promovam atividades de cariz cultural, educacional, ambiental e científico.

A Sonae está também dedicada em apoiar iniciativas dos jovens, ajudando a formar os líderes do futuro. Temos um compromisso com a educação dos jovens e com o desenvolvimento de uma sociedade empreendedora capaz de gerar riqueza. A promoção do empreendedorismo é assim uma das prioridades que temos estabelecido no contexto da nossa política de responsabilidade corporativa e que nos levou a encorajar os nossos colaboradores a participar em programas de voluntariado relacionados com a promoção da inovação, criatividade e empreendedorismo.

É importante salientar a profunda dedicação da nossa equipa a causas sociais. Em 2012, os nossos colaboradores dedicaram mais de 10 mil horas a ações de voluntariado e estiveram envolvidos em mais de 300 ações em 180 instituições em Portugal. As ações promovidas incluem o apoio técnico e social a organizações do terceiro setor. O envolvimento da nossa equipa é crucial e nós encorajamo-la a que participe ativamente nas nossas causas de voluntariado.

Innovation Challenge

A Sonae e a Junior Achievement Portugal lançaram um desafio de gestão a 100 estudantes de 5 escolas no Porto. O objetivo da iniciativa era estimular o conhecimento e o empreendedorismo entre os jovens, através de processos criativos e resolução de problemas.

Catarina Oliveira Fernandes, Diretora de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa da Sonae, refere que “Um dos pilares da política de responsabilidade corporativa da Sonae é a promoção da educação e do empreendedorismo, procurando fomentar junto dos jovens o espírito criativo, a inovação e a responsabilidade. Com esta iniciativa pretendemos motivar e desafiar os jovens a colocar em prática as suas competências de forma ativa e o desenvolvimento do seu potencial criativo e empreendedor”.

Os participantes eram estudantes com idades entre os 15 e os 18, que frequentam cursos e escolas profissionais. Foram divididos em equipas, que têm de desenvolver e apresentar uma solução para o desafio que será lançado com a ajuda de um professor e de um conjunto de voluntários da Sonae com competências em áreas como Finanças, Marketing, Comunicação, Vendas e Operações.

A equipa vencedora participou no *European Innovation Challenge*.



Missão Sorriso – Montante record angariado



No ano em que assinala o seu 10º aniversário a Missão Sorriso, com o apoio de Milhares de Portugueses, conseguiu angariar cerca de 1,4 Milhões de euros. Desde o seu início em 2003, este projeto já angariou 7 milhões de Euros, tornando mais feliz a vida de milhares de crianças e seniores.

O valor total foi angariado através da generosa participação dos Portugueses que adquiriram os livros da Leopoldina e que ligaram para a linha telefónica associada a esta causa. O valor angariado vai reverter para a implementação dos melhores projetos a concurso nas áreas da Saúde Infantil, Envelhecimento Ativo e Luta Contra a Fome

Este ano foram também batidos recordes em termos de número de projetos recebidos a concurso, 176 participações, e de número de votos recebidos, cerca de 1,5 milhões.

A edição deste ano foi realizada em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa.

Empresa do Ano – Junior Achievement Portugal



Pelo terceiro ano consecutivo, a Sonae foi distinguida como "Empresa do Ano" pela Junior Achievement Portugal por ter sido a empresa parceira que maior número de voluntários integrou nos programas de educação e do fomento do empreendedorismo para os mais jovens nas escolas de todo o País.

Catarina Oliveira Fernandes salienta que "a missão social da Sonae passa por fomentar uma cultura de cooperação com a comunidade que contribua para o seu desenvolvimento. O voluntariado tem a vantagem de beneficiar as comunidades onde se desenvolve, mas também de enriquecer os nossos colaboradores a nível pessoal e profissional, pelo que vamos continuar a promover uma cultura de participação ativa na sociedade, incentivando e desenvolvendo novas iniciativas de voluntariado."

Pai Natal – Teletransformer

A Sonae Sierra lançou uma campanha de Natal nos seus centros comerciais com o objetivo de recolher 7000 telemóveis usados e transformá-los em 4.000 novos brinquedos para crianças carenciadas.

De acordo com Joana Moura e Casto, Marketing da Sonae Sierra, "O Teletransformer do Pai Natal constitui uma iniciativa inovadora que foi desenvolvida de forma a sensibilizar pais e filhos de norte a sul do país para a causa social e para a necessidade de ajudar o próximo." Além da vertente social, esta ação de responsabilidade social de recolha de telemóveis usados possui também uma vertente ambiental, nomeadamente através da reciclagem.

Esta campanha é uma parceria com a associação "Banco de Bens Doados", que será responsável pela distribuição dos novos brinquedos.

Objetivos para 2012 – Retalho

Contribuir para a formação da cidadania e coesão social

● Dar continuidade a projetos com impactos sociais positivos na Comunidade, nas áreas da saúde, educação, ambiente, cultura, desporto e atividades lúdicas.

● Envolver os colaboradores em atividades de voluntariado.

Concretização

● Continuámos a implementar várias ações com impacto positivo na comunidade através de projetos como "Missão Sorriso", "Equipa Worten Equipa", "Corridas Sport Zone" e "Nós".

● Criámos o programa "Sonae Activshare", que se foca na Responsabilidade Social Empresarial.

● Os colaboradores da Sonae despenderam cerca de 10.500 horas de trabalho voluntário.

Inovação para o sucesso sustentável

Na Sonae, acreditamos que a inovação é uma parte crucial do nosso sucesso sustentável. As técnicas inovadoras utilizadas tornaram-nos num líder de mercado e esperamos que continuem a assegurar o nosso sucesso no futuro. Desde a abertura do primeiro hipermercado em Portugal, temos vindo a moldar o mercado de retalho em Portugal e somos hoje uma de referência mundial na inovação em retalho.

Hoje, com diversos ramos de retalho de alimentação, eletrónica, desporto e moda, continuamos a apostar diariamente na inovação como principal fonte de geração de valor: com novos produtos e serviços, com novos processos, com ações muito distintas de ativação de marca e de responsabilidade social e através de uma adaptação contínua à realidade do mercado através de alterações organizacionais. O espírito inovador existe em cada colaborador e é tornado realidade tanto através de grandes projetos como em pequenas revoluções, com elevado impacto nos processos e produtividade das nossas empresas. A delegação de poderes a cada membro da nossa equipa é um dos pilares da nossa cultura de inovação. Baseando-nos nesta cultura de inovação e no poder criativo dos nossos funcionários, continuamos a fazer mais e mais para surpreender os nossos clientes, dia após dia.

A Sonae MC recebe prémio de tecnologia da Fujitsu pela solução de self checkout nas lojas continente



O projeto desenvolvido no seio da Sonae compreende um conjunto de soluções e iniciativas, cujo objetivo final é facilitar e melhorar a experiência de compra do Cliente. Entre as diversas inovações e tecnologias implementadas neste projeto estão equipamentos que permitem aos clientes efetuar o registo das suas compras de forma autónoma e eficaz.

Os "IT Future Awards" premeiam anualmente os projetos de inovação tecnológica ou de forte impacto no negócio, reconhecendo o trabalho de inovação das empresas e a sua importância no panorama económico do País.

Marcelo Tupan, Sistemas de Informação da Sonae, afirmou que "A inovação e a adoção de tecnologias de informação pelas nossas áreas de retalho têm contribuído para a afirmação da Sonae como uma referência internacional no setor, recebendo visitas regulares de operadores de todo o mundo para conhecer as soluções inovadoras que estamos a disponibilizar aos clientes".

Nuno Almeida, diretor de E-Commerce da Sonae MC, realça que "Na Sonae trabalhamos todos os dias para oferecer os melhores produtos, os melhores preços e o melhor serviço ao cliente, proporcionando a melhor experiência de compra. Este prémio vem reconhecer o nosso trabalho e a aposta que fazemos diariamente na inovação, na criatividade e na qualidade".



Temos consciência da riqueza que advém da diversidade de *backgrounds* e perfis dos nossos colaboradores, bem como da diversidade dos setores de negócio e países em que operamos. Queremos continuar a encorajar esta diversidade, uma vez que é precisamente a fertilização cruzada destas diferenças que gera dinamismo e induz criatividade e inovação.

Inovação aberta

Sessões de Partilha Interna

A partilha de conhecimento e experiências é essencial para a evolução constante dos métodos de trabalho utilizados.

Internamente esta partilha é feita através de sessões de formação e informação entre diferentes áreas de negócio, como são exemplo os *Biz Share* ou as sessões *Experience*.

Experiences

Os *Experiences* são eventos transversais às empresas do Grupo organizados pelo FINOV que contribuem para o networking entre os colaboradores. O principal objetivo é o de promover a partilha de ideias, experiências, conhecimento e boas práticas sobre Gestão de Inovação e Sistemas de Informação. Em 2012 o *Experience* realizado versou sobre o tema "Produtividade na utilização de ferramentas de trabalho eletrónicas".

Biz Share

As sessões de *Biz Share* têm por objetivo a partilha de métodos de trabalho entre vários negócios da qual surge um aumento do conhecimento e uma definição das melhores práticas. Sob um tema comum, reúnem-se colaboradores de diferentes áreas que explicam as suas metodologias, processos e ferramentas utilizadas. Dadas as diferentes naturezas e níveis de maturidade de cada negócio, é assim garantida a aprendizagem de formas de trabalho a adotar e a evitar.

Ignite

Nas sessões *Ignite* os colaboradores têm a oportunidade de apresentar as suas ideias inovadoras a um vasto público que inclui a gestão de topo da empresa.

Creative Problem Solving

As sessões criativas de resolução de problemas são uma das principais ferramentas de geração interna de ideias. Estas consistem em grupos de trabalho, em que os colaboradores contribuem com ideias inovadoras e arrojadas direcionadas para a resolução de um determinado problema.

Acreditamos que a criatividade pode ser encorajada, direcionada e desenvolvida. O nosso processo de gestão da inovação é liderado pelo Comité Inovação e pelo FINOV e tem como principal objetivo promover um ambiente favorável à inovação. Isto pode ser conseguido promovendo a partilha de informação, recompensando as ideias que têm resultados positivos, organizando sessões de *brainstorming*

focadas em problemas específicos, estimulando desafios e dando uma contribuição positiva e ativa para a pesquisa aplicada e académica. O departamento de Gestão da Inovação mantém uma mentalidade aberta com o propósito único de desenvolver o potencial de criatividade latente em cada um dos membros da nossa equipa.

Inovação em toda a organização

Organização

FINOV – Fórum de Inovação

A transversalidade do tema, bem como a partilha de experiências e de conhecimento entre as várias empresas do Grupo, é garantida pelo Fórum de Inovação (FINOV). O FINOV, presidido por Luis Filipe Reis, é um órgão que reúne representantes de todas as empresas, e tem por objetivo o estímulo e incentivo à inovação. São ainda fomentados projetos transversais que ficam enriquecidos por esta heterogeneidade de negócios.

Este órgão é ainda responsável pela organização do evento FINOV que, para além de dar a conhecer as tendências da inovação, reconhece as iniciativas mais inovadoras de cada empresa.

Comité de Inovação

O Comité de Inovação é um órgão que reúne representantes de todas as áreas da empresa, onde são partilhadas as estratégias de inovação bem como as atividades realizadas. Cabe a este Comité fazer chegar a cultura de inovação a todos os colaboradores, desafiando constantemente cada uma das áreas.

A Gestão de Inovação coordena o Comité de Inovação e facilita os processos que suportam os objetivos gerais da Inovação.

Objetivos

Todos a inovar

O envolvimento de todos os colaboradores é fundamental para a criação de uma cultura de inovação transversal, que cria espaço para a geração de novas ideias.

Networking

Tratando-se de uma empresa com um elevado número de colaboradores e dispersa geograficamente, torna-se necessário criar mecanismos de partilha de conhecimento e de boas práticas entre as diversas áreas funcionais. Esta partilha extravasou as fronteiras das empresas de retalho, incluindo parceiros e outras entidades externas que beneficiam com esta troca de experiências e conhecimento.

Ser referência

A Sonae é hoje uma referência de inovação em Portugal e no mundo do retalho. Para tal, muito contribuíram as dezenas de apresentações em eventos externos sobre as mais variadas iniciativas levadas a cabo pela empresa.

O reconhecimento externo materializado em prémios serve ainda como fator de motivação e orgulho para cada colaborador.

Na Sonae, temos uma mentalidade aberta e acreditamos na transferência de conhecimento dentro da organização e com o mundo exterior. A nossa atitude sobre a inovação é conhecida em todo o mundo e todos os anos recebemos visitas de escolas, instituições de investigação e concorrentes.

As nossas ideias e sucesso têm sido objeto de vários estudos de caso de investigação e têm recebido um feedback positivo em conferências internacionais. Acreditamos que níveis de eficiência mais elevados podem ser conseguidos através da partilha de ideias e problemas.



Partilha de Conhecimento

A Sonae é uma empresa muito inovadora, combinando uma tremenda apreciação dos fatores críticos de sucesso do retalho com uma utilização inteligente da tecnologia. É patente que o modelo operacional das lojas Continente é uma combinação bem gerida de pessoas, processos e tecnologia.

Robert Parket, Vice-Presidente do Grupo, *Research IDC Retail Insights*

O negócio é claramente liderado por visionários que conseguem ver as oportunidades que resultam de múltiplos formatos e serviços. Possuem uma enorme ética de serviço o que levou os requisitos a permitir aos sistemas inovadores a simplificar interação, reduzir tempos de resposta e dar mais tempo aos colaboradores das lojas para servir os clientes na placa de vendas e não nos escritórios a interagir com sistemas de informação ou com relatórios.

Stasha Battye, *UCS Solutions*

No seguimento (...) da visita que fizemos à vossa loja da Maia Jardim, não poderíamos deixar de vos dar os parabéns pela excelente organização e gestão que tivemos oportunidade de assistir. Todo o vosso mérito e profissionalismo deixam-nos particularmente orgulhosos, não só pela parceria que existe entre as nossas empresas, mas também por constarmos uma vez mais como a Sonae, empresa 100% nacional, reforça o seu pioneirismo e inovação a nível global.

Ana Cristina Oliveira, *Itautec Portugal*

Se a Toyota é o exemplo da manufatura, a Sonae é o exemplo do Kaizen para o retalho"

Despar

Governo da Sociedade

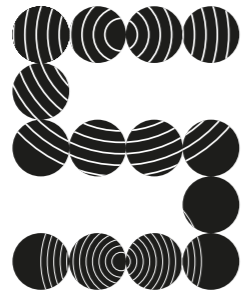
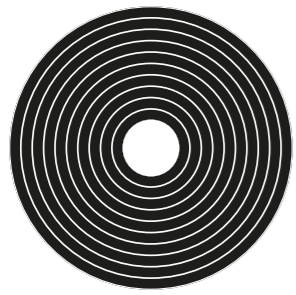
A Sonae está ciente do seu impacto na sociedade. Como tal, os seus valores também refletem a visão para com os parceiros e estamos comprometidos com os mais altos padrões de gestão baseados na transparência, ética e um comportamento responsável, contribuindo para um bom desempenho financeiro e social.

A Sonae é uma organização transparente e estamos empenhados em manter uma boa comunicação com todos os investidores, dedicando especial atenção aos pequenos investidores. Defendemos os mais altos níveis de qualidade de informação e transparência no mercado e cumprimos com todas as regras do mercado de capitais. A nossa estrutura governativa foi implementada no sentido de proteger os pequenos investidores e cumprir rigorosamente as melhores práticas de governo das sociedades. Seleccionamos pessoas com um forte compromisso de sustentabilidade e com reconhecida reputação, tanto ao nível pessoal como profissional. Temos também uma parte significativa de membros independentes nos órgãos de administração, que não só cumprem com os seus deveres de monitorização como também acrescentam valor e experiência à organização.

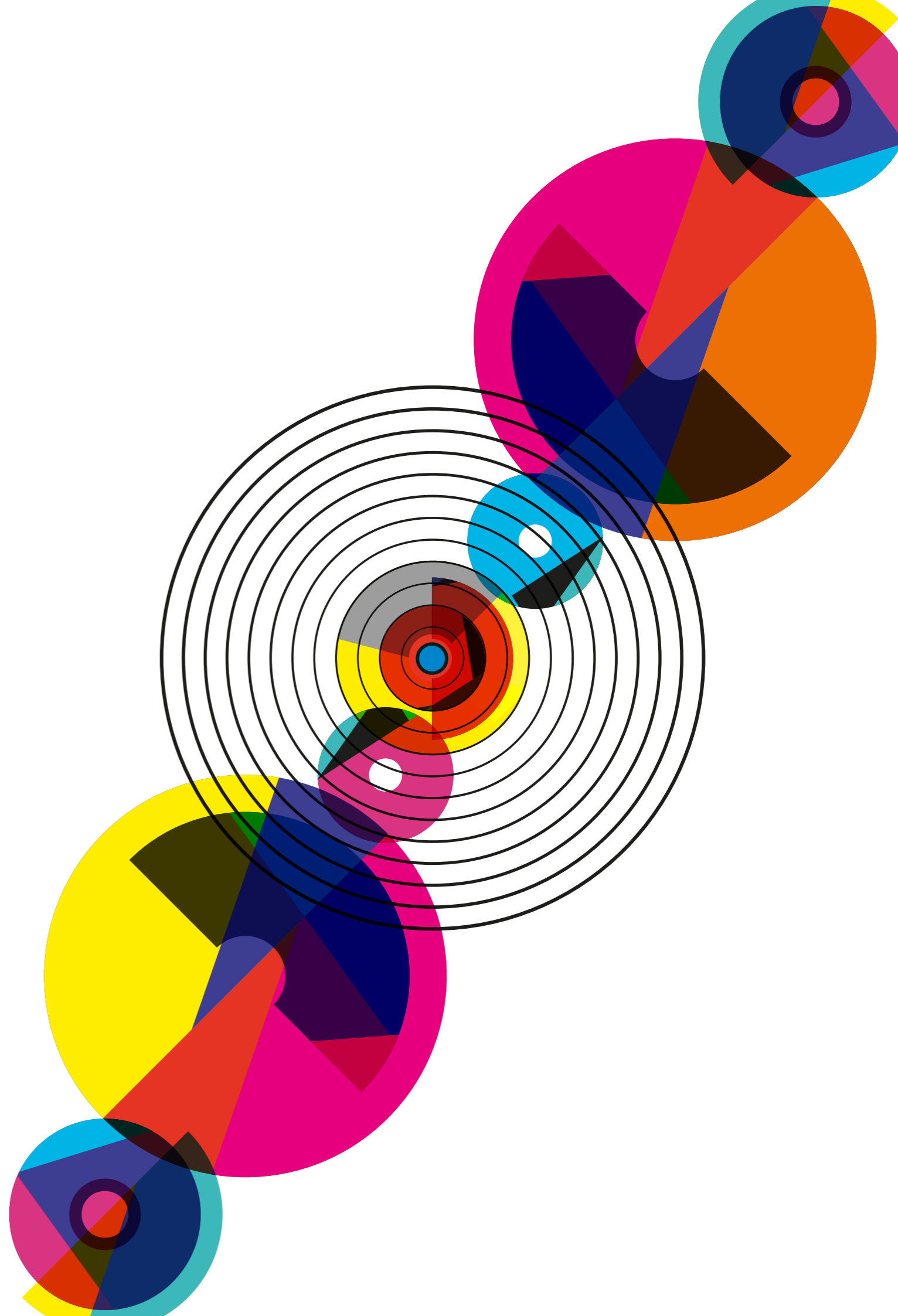
O departamento de Relações com Investidores está permanentemente à disposição para discutir qualquer assunto com os nossos acionistas e toda a informação relevante é disponibilizada, tanto na página de internet da Sonae como na da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários. As nossas políticas de comunicação vão para além das exigências legais e estamos empenhados em comunicar voluntariamente toda a informação relevante.

Para informações adicionais sobre temas relacionados com o Governo da Sociedade, consulte por favor, o nosso Relatório de Governo da Sociedade.





ANÁLISE FINANCEIRA

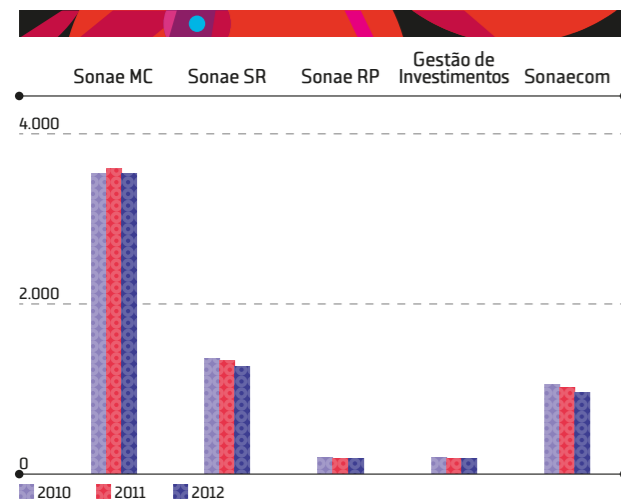




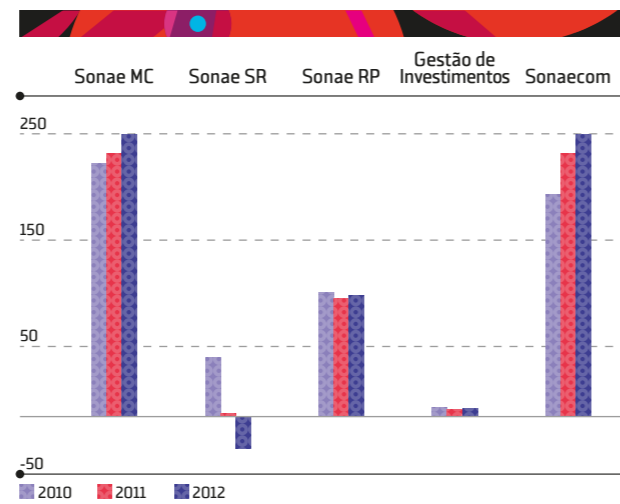
ANÁLISE FINANCEIRA

Principais indicadores de desempenho financeiro

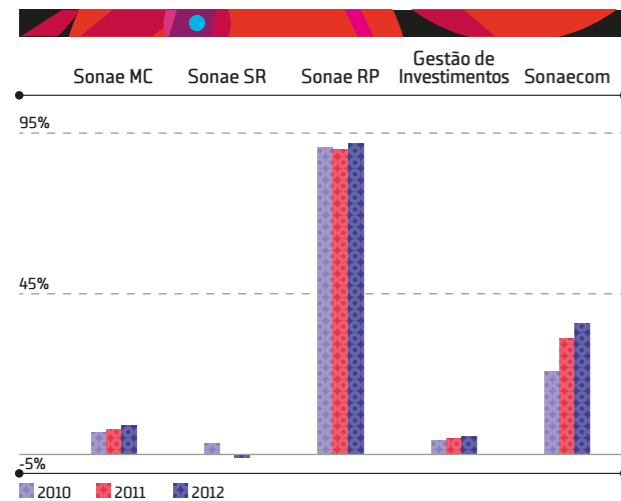
Volume de negócios



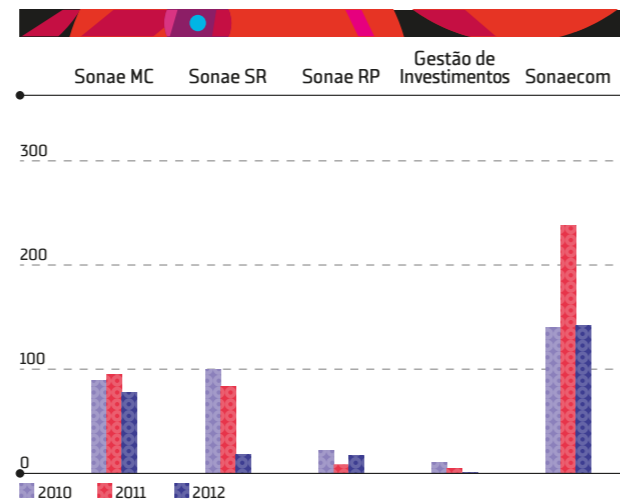
EBITDA recorrente



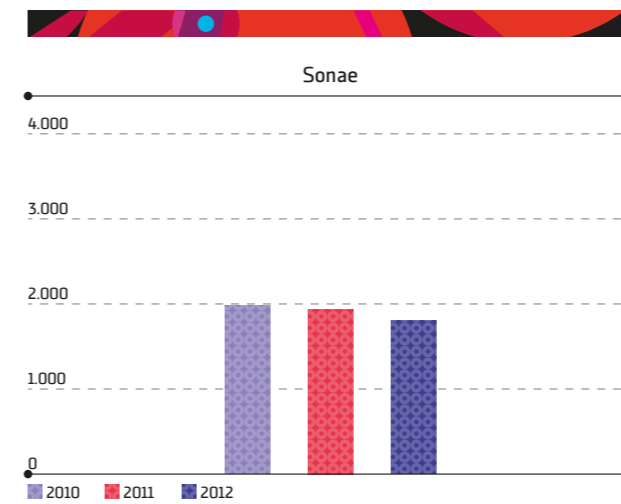
% EBITDA recorrente/Volume de negócios



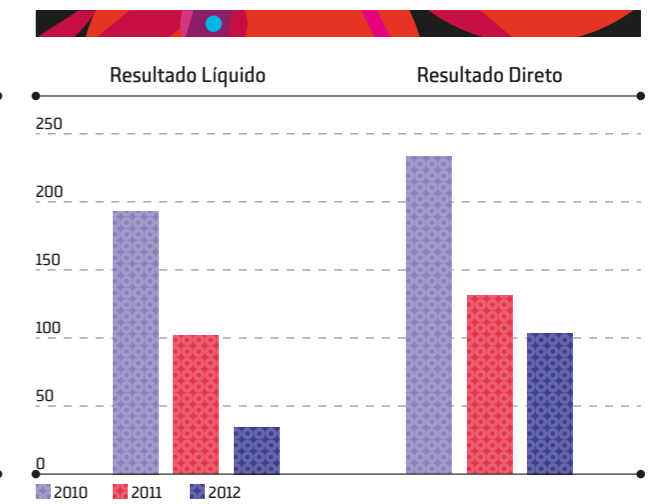
CAPEX



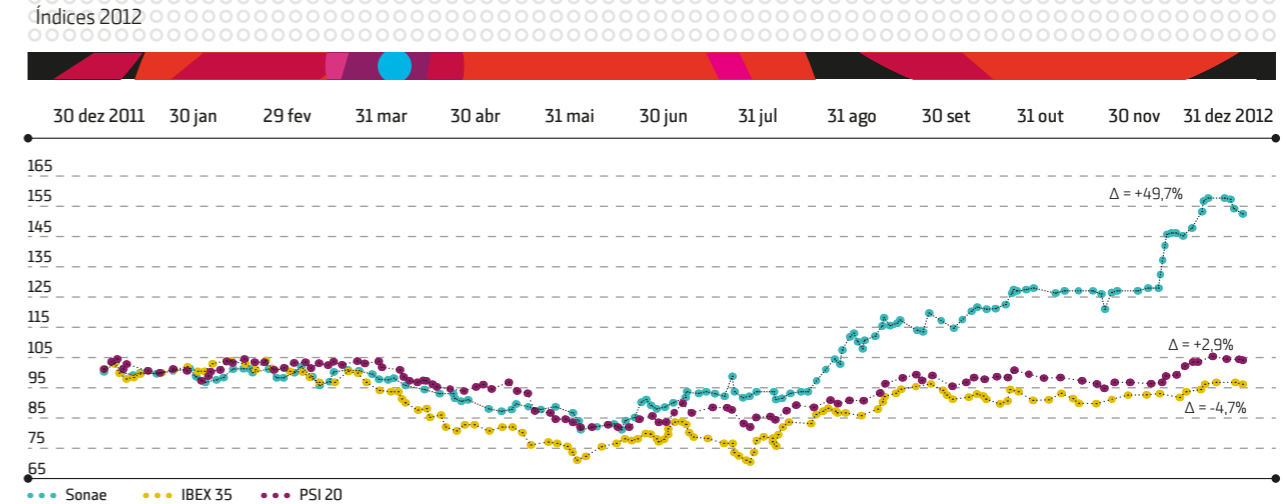
Dívida líquida



Resultado atribuível a Acionistas



Performance ação Sonae vs Índices de mercado nacionais



Enquadramento macroeconómico

Em 2012 a economia mundial continuou marcada pela persistência de elevados níveis de incerteza que, embora sentidos de forma heterógena entre países, conduziu a um novo abrandamento do crescimento económico e a um adiamento da recuperação económica à escala global.

A zona euro entrou em contração, para o que muito contribuiu a política de austeridade que vem sendo implementada em muitos dos seus membros, mas foram dados passos significativos na estabilização e aprofundamento da união monetária. O ano termina, aliás, mais tranquilo no que respeita aos receios quanto à sustentabilidade e perenidade da Zona Euro, nas suas fronteiras atuais.

Nos Estados Unidos, apesar de a economia ter voltado ao crescimento, após o período eleitoral as incertezas centraram-se na política orçamental. Em particular, é necessário encontrar um consenso político para permitir a renovação dos estímulos fiscais implementados como medida de combate à crise financeira e que expiraram no final de 2012 e, bem assim, evitar os cortes automáticos de gastos públicos se não for alcançado um acordo para aumentar o limite da dívida pública. A falta de um acordo político nos EUA empurrará muito provavelmente o país, e por arrastamento a economia mundial, para uma nova recessão.

Apesar deste clima global de incerteza e da recessão na zona euro, não se confirmaram os receios de travagem brusca nas economias emergentes, que têm vindo a manter níveis robustos de crescimento económico. Esta situação contrasta com o início da crise financeira em 2008/09 quando a recessão se fez sentir à escala mundial.

Em Portugal, o ano de 2012 foi marcado pela continuidade do processo de ajustamento da economia no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com as instâncias internacionais. A contração da procura interna aprofundou-se em resultado das medidas impostas pelo programa de ajustamento para cumprimento das metas orçamentais. A procura externa líquida permaneceu como único motor de crescimento económico, não obstante a desaceleração das exportações se ter feito sentir com a entrada em recessão da zona euro, principal destino das exportações nacionais.

Em 2012, o Produto Interno Bruto recuou 3,2% após uma contração de 1,6% no ano anterior, traduzindo, como referido, uma queda de todas as componentes da procura doméstica, compensada apenas em parte por um, mesmo assim, assinalável comportamento das exportações. Neste contexto, um dos pontos mais positivos do processo de ajustamento é a evolução da balança de bens e serviços que registou um *superavit*, algo que aconteceu pela última vez em 1943, em circunstâncias muito particulares.

O agravamento da crise económica refletiu-se, inevitavelmente, nas famílias portuguesas que sentiram uma nova redução do seu rendimento disponível. A evolução negativa

do rendimento real das famílias reflete, por um lado, a contínua degradação das condições do mercado de trabalho, e, por outro, o impacto das medidas de consolidação orçamental, nomeadamente a suspensão dos subsídios de férias e natal dos trabalhadores do setor público e pensionistas, o aumento de impostos diretos e indiretos e o aumento do preço de bens regulados.

O consumo privado registou uma contração muito pronunciada acompanhando a queda do rendimento disponível, mas refletindo também o aumento da poupança precaucionária num contexto de incerteza e degradação das expectativas face ao futuro. O consumo das famílias portuguesas caiu 5,9% em 2012, após uma contração de 3,8% em 2011. A queda foi, como seria de esperar, particularmente forte na componente do consumo duradouro (-22,9% contra -19,6% no ano anterior), mas registou-se também uma queda assinalável no consumo corrente (-4,2% face a -2,2% em 2011), em especial na componente não alimentar. Neste contexto de mudança estrutural do padrão de consumo, nem o consumo alimentar, de carácter mais resiliente, escapou a quedas, tendo diminuído em volume pela primeira vez desde o início da série estatística em 1996 (queda real na ordem dos 0,5%).

Espanha entrou em 2012 com a revisão em alta do défice público de 2011, obrigando o Governo recentemente empossado a aprofundar o ritmo de correção dos desequilíbrios acumulados. A economia entrou consequentemente em recessão, o que juntamente com a crescente preocupação com as contas públicas, em particular com as finanças regionais, e com os fundados receios sobre a resiliência do setor bancário, se traduziu num progressivo agravamento das condições de financiamento da economia espanhola. Este agravamento culminou com um resgate do setor financeiro e com o resgate, pelo Estado Central, de algumas Comunidades Autónomas fortemente endividadas.

As finanças públicas ficaram inevitavelmente sujeitas a um maior escrutínio dos mercados, degradando-se as expectativas em relação ao cumprimento das metas fiscais e à evolução da economia. Não obstante, o Governo conseguiu evitar, ou pelo menos adiar, um resgate à economia espanhola que muitos davam como certo em 2012.

O Produto Interno Bruto contraiu 1,4% arrastado pela forte queda da procura interna, apenas parcialmente compensada pelo contributo das exportações líquidas. Em particular, o consumo privado caiu 1,9% (queda de 1,0% em 2011) acompanhando a diminuição do rendimento disponível real, fortemente afetado pelo aumento persistente do desemprego, que mês após mês superou máximos históricos, e pela vaga de austeridade traduzida no aumento da carga fiscal, na supressão do subsídio de natal dos funcionários públicos e em outros cortes na despesa pública, com impacto direto ou indireto nas famílias do país vizinho.

Apesar dos significativos passos dados nos processos de ajustamento das economias da península ibérica, a incerteza permanece elevada e os desafios significativos, quer no plano

interno, quer no plano externo. Por um lado, persistem dúvidas sobre a capacidade de Portugal e Espanha aplicarem as medidas necessárias e cumprirem exigentes metas orçamentais num contexto económico adverso. Por outro lado, o abrandamento da economia à escala global continua a pesar na evolução destes países que têm como único motor de crescimento as exportações. Não obstante, a resolução da crise na Península Ibérica e na Zona Euro em geral muito dependerá da capacidade da União Europeia encontrar soluções políticas que permitam dar uma resposta mais firme à crise financeira e reforçar a união económica e monetária.

Evolução Financeira Consolidada em 2012

Desempenho Global

Ao longo de 2012, o ambiente operativo foi claramente influenciado pelo processo de ajustamento macroeconómico em curso em Portugal e Espanha, que determinou uma redução significativa do consumo privado, particularmente nas categorias mais discricionárias. Por exemplo, estima-se que, em Portugal, o consumo privado tenha diminuído em 6%¹ durante 2012. Neste cenário adverso, a Sonae obteve ganhos de quota de mercado nas principais áreas de negócio o que, acompanhado pelo crescimento da atividade internacional, permitiu alcançar um **volume de negócios** de 5.379 M€ (3%² abaixo de 2011).

A **margem de EBITDA recorrente** atingiu 11,1%, 0,4 p.p. acima do verificado no ano anterior. Esta evolução positiva foi determinada pelo crescimento do EBITDA recorrente nos negócios de retalho alimentar e de telecomunicações, permitindo atingir um valor de EBITDA recorrente consolidado de 597 M€. O valor do EBITDA em 2012 permaneceu praticamente estável face a 2011, um resultado particularmente notável se relembrarmos a inexistência de mais-valias em operações de *sale & leaseback* de ativos imobiliários no decurso de 2012.

O **resultado direto** totalizou 144 M€, 6% abaixo do verificado em 2011, resultado essencialmente de um aumento dos custos financeiros. A deterioração dos **resultados indiretos**³, de -27 M€ para -72 M€ em 2012, foi causada, principalmente, pela desvalorização do portfólio de centros comerciais da Sonae Sierra na Europa. Em função destas evoluções, assim como da inexistência de ganhos não-recorrentes na venda de ativos pela Sonae RP (vs. 16 M€ em 2011), o **resultado líquido atribuível a acionistas** reduziu-se para 33 M€.

Durante 2012, o **investimento total** do Grupo ascendeu a 292 M€, tendo sido essencialmente alocado à remodelação e manutenção de ativos de retalho na Península Ibérica e, no caso da Sonaecom, ao desenvolvimento da rede de 4G.

¹ INE Boletim Económico - dezembro 2012

² A análise exclui as vendas respeitantes aos postos de combustível (já que foram transferidos para terceiros a exploração de todos os postos durante 2011) e reflete a alteração do método de consolidação da Sonae Sierra e Geostar para equivalência patrimonial

³ Inclui provisões não-monetárias relacionadas com ativos "não-core" ou com negócios descontinuados

A 31 de dezembro de 2012, o **endividamento total líquido** totalizou os 1.816 M€, o que representa uma redução de 147 M€ em relação ao período homólogo, isto apesar do efeito do pagamento inicial correspondente à aquisição de espetro LTE pela Sonaecom (83 M€) e do pagamento de dividendos aos acionistas Sonae. A Sonae continua assim a fortalecer a sua estrutura de capitais, com o nível de endividamento financeiro a diminuir de forma sustentada durante os últimos 13 trimestres e a representar, no final de 2012, 52% do capital investido (2 p.p. abaixo do período homólogo). Importa salientar que a redução do nível de endividamento foi alcançada exclusivamente pela melhoria da capacidade de geração de *cash-flow*.

Demonstração de resultados consolidados

Milhões de euros

	2011PF ⁽¹⁾	2012	Var
Volume de negócios	5.541	5.379	-3%
Volume de negócios (excl. gasolinas)	5.521	5.379	-3%
EBITDA recorrente	592	597	1%
Margem de EBITDA recorrente	10,7%	11,1%	0,4 p.p.
EBITDA	602	600	0%
Margem de EBITDA	10,9%	11,2%	0,3 p.p.
EBIT	234	232	-1%
Resultados financeiros	-82	-94	-15%
Outros resultados	-5	0	-
Resultado direto centros comerciais	31	31	2%
EBT	178	169	-5%
Impostos	-24	-25	-5%
Resultado direto antes de int. sem controlo	154	144	-6%
Interesses sem controlo	-23	-39	-70%
Resultado direto atribuível a acionistas	131	105	-20%
Resultado indireto atribuível a acionistas ²	-27	-72	-
Resultado líquido atribuível a acionistas	104	33	-69%

⁽¹⁾ Os resultados de 2011 foram reexpressos por forma a refletir (i) a alteração no método de consolidação da Sonae Sierra e Geostar, atualmente registados pelo método de equivalência patrimonial; e (ii) a alteração implementada pela Sonaecom na forma de contabilização dos custos incorridos com contratos de fidelização de clientes;

⁽²⁾ Inclui a contribuição do resultado indireto da Sonae Sierra e outras provisões para possíveis responsabilidades futuras e imparidades em ativos não "core" e/ou em operações descontinuadas.

**Capitais empregues líquidos**

Milhões de euros

	2011PF	2012
Capital investido líquido	3.663	3.485
Investimento técnico ¹	3.253	3.166
Investimento financeiro	541	483
Goodwill	660	658
Fundo de maneio	-791	-822
Capital próprio + Inter. sem controlo	1.700	1.669
Dívida total líquida ²	1.963	1.816
Dívida líquida sobre capital investido	54%	52%

⁽¹⁾ Inclui ativos para venda; ⁽²⁾ Dívida financeira líquida + saldo de suprimentos.**Resultado Líquido**

Em 2012, o EBITDA consolidado alcançou os 600 M€, apenas 2 M€ abaixo do ano anterior. Esta quase estabilização de EBITDA, apesar da ausência de mais-valias obtidas pela Sonae RP no período (vs. 16 M€ em 2011), face à não concretização de qualquer operação de venda de ativos imobiliários de retalho durante 2012, foi conseguida graças às melhorias da performance operacional da Sonae MC e Sonaecom e às mais-valias registadas na venda pela MDS (subsidiária do ramo de corretagem de seguros, incluída na área da Gestão de Investimentos) de parte da sua participação na Cooper Gay Swett & Crawford⁴.

Os encargos financeiros líquidos totalizaram 94 M€ em 2012, um aumento de 15% face ao ano anterior, com a redução do montante de dívida média a ser mais do que compensado pelo aumento da taxa de juro global efetiva da dívida, determinado exclusivamente pelo aumento de spreads, já que as taxas Euribor foram, em média, inferiores em 2012 face a 2011. Assim, em resultado da exposição a taxas variáveis, a taxa de juro média das linhas de crédito existentes no final de 2012 não se deteriorou significativamente em relação a dezembro de 2011, situando em, aproximadamente, 3%.

O resultado antes de impostos e antes de resultados indiretos (EBT) atingiu os 169 M€, 5% abaixo do valor verificado em 2011, com o impacto do aumento dos custos financeiros a mais do que anular a melhoria verificada ao nível da geração de EBITDA recorrente e o aumento de 2% do contributo direto da Sonae Sierra.

Os resultados indiretos deterioraram-se significativamente, basicamente em resultado da parte atribuível à Sonae (50%) dos resultados indiretos, não-monetários do negócio de centros comerciais, cuja evolução encontra-se descrita na secção correspondente à performance da Sonae Sierra.

O resultado atribuível a acionistas decresceu em 71 M€ face ao ano anterior, consequência da ausência de mais-valias com a venda de ativos (vs. 16 M€ registadas em 2011) e do impacto negativo dos resultados indiretos (variação de -45 M€ face ao ano anterior).

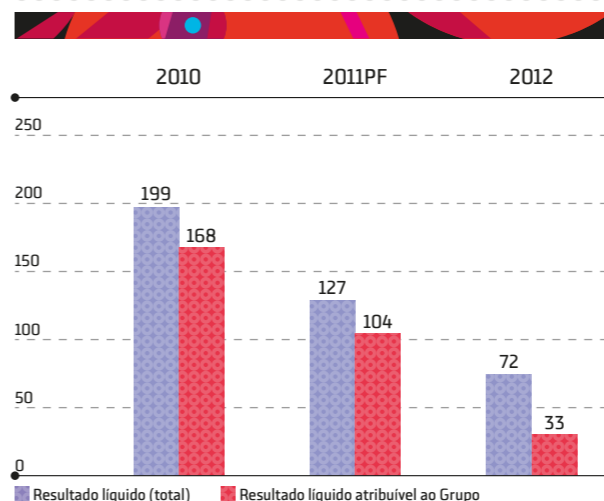
Resultado líquido

Milhões de euros

	2011PF	2012	Var
EBITDA recorrente	592	597	1%
Margem de EBITDA recorrente	10,7%	11,1%	0,4 p.p
EBITDA	602	600	0%
Margem de EBITDA	10,9%	11,2%	0,3 p.p
Depreciações & amortizações ⁽¹⁾	-368	-368	0%
EBIT	234	232	-1%
Resultados financeiros	-82	-94	-15%
Outros resultados	-5	0	-
Resultado direto centros comerciais	31	31	2%
EBT	178	169	-5%
Impostos	-24	-25	-5%
Resultado direto	154	144	-6%
Interesses sem controlo	-23	-39	-70%
Resultado direto atribuível a acionistas	131	105	-20%
Resultado indireto atribuível a acionistas	-27	-72	-
Resultado líquido atribuível a acionistas	104	33	-69%

⁽¹⁾ Inclui provisões e imparidades.**Resultado líquido**

Milhões de euros

**Capitais Investidos**

Durante 2012, a Sonae concretizou um investimento global de 292 M€, significativamente abaixo do valor registado em 2011. Esta redução é essencialmente justificada pelo impacto do investimento realizado na licença de LTE no final do ano de 2011 (110 M€) e pelo menor nível de expansão internacional da Sonae SR durante 2012.

A crescente capacidade de geração de cash-flow dos negócios continua a ser evidenciada pelo aumento de 142 M€ do nível de (EBITDA recorrente - CAPEX) registado em 2012, face ao ano de 2011.

A 31 de dezembro de 2012, a Sonae apresentava um montante global de capitais investidos líquidos de 3.485 M€, dos quais cerca de 57% foram alocados aos negócios de retalho, correspondendo à Sonae RP um portfólio global de ativos de 1.335 M€, composto essencialmente por lojas operadas pela Sonae MC e Sonae SR. Importa salientar que o nível de freehold de lojas de base alimentar atinge os 77%, um valor bastante acima da média dos retalhistas europeus. O contributo da Sonaecom para os referidos capitais ascendia a 956 M€, 129 M€ acima do valor no final de 2011, resultado essencialmente dos investimentos efetuados no desenvolvimento da rede 4G.

Capex

Milhões de euros

	2011PF	2012	% do V. Neg.
Sonae	429	292	5%
Sonae MC	92	78	2%
Sonae SR	84	34	3%
Sonae RP	9	16	13%
Sonaecom	238	143	17%
Gestão de Investimentos	6	1	1%
Eliminações e ajustamentos	0	21	-
EBITDA recorrente - Investimento	163	305	-

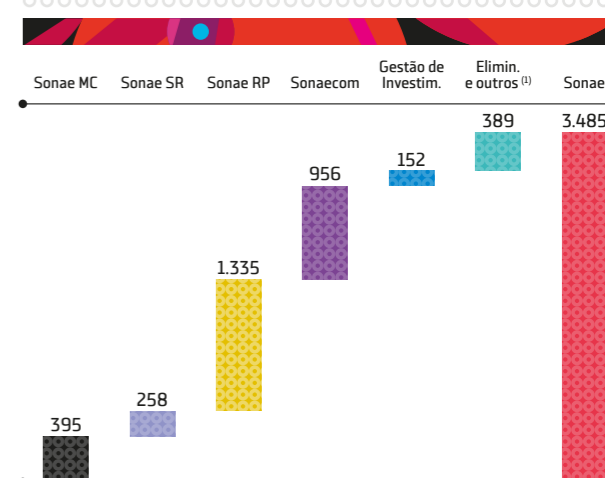
Capitais empregues líquidos

Milhões de euros

	2011PF	2012
Capital investido	3.663	3.485
Investimento técnico	3.253	3.166
Investimento financeiro	541	483
Goodwill	660	658
Fundo de maneio	-791	-822

Detalhe do capital investido (2012)

Milhões de euros

⁽¹⁾ Inclui o valor das participações registadas como investimentos financeiros (incluindo Sonae Sierra)⁴ Informação adicional em "Eventos subsequentes"



Estrutura de Capital

No final de 2012, o **endividamento financeiro líquido** da Sonae totalizava 1.802 M€, traduzindo uma redução de 129 M€ ou -7%, durante os últimos 12 meses, apesar dos impactos resultantes do pagamento inicial (83 M€) relativo à aquisição do espectro LTE pela Sonaecom e da manutenção da política de distribuição de dividendos tanto pela Sonae como pela Sonaecom. Em termos acumulados nos últimos três anos, a redução total da dívida total líquida cifra-se em cerca de 338 M€, o que é particularmente relevante quando perspetivado no quadro do forte investimento realizado no crescimento internacional da empresa durante este período e do montante de dividendos pagos ao longo desse período.

Em relação ao perfil da dívida, de destacar o facto de as operações negociadas ao longo de 2012 terem permitido completar o programa de refinanciamento de toda a dívida de médio e longo prazo que se vencia até ao final de 2013, bem como assegurar parte das necessidades de refinanciamento em 2014.

No final de 2012, o endividamento consolidado líquido da Sonae representava 52% do capital investido, valor que compara com 54% no final do período homólogo. Em termos de alocação por negócio, cabe destacar o seguinte:

● A dívida líquida das **unidades de retalho** ascendia a 796 M€, 204 M€ abaixo do valor no final de 2011, exclusivamente em resultado da forte capacidade de geração de *cash-flow* do negócio, já que não foram concretizadas quaisquer operações de *Venda & leaseback* de ativos imobiliários de retalho durante o ano. Esta redução do endividamento mais do que compensou a menor geração de EBITDA, em resultado da evolução negativa dos formatos não-alimentares, possibilitando uma melhoria significativa do rácio de dívida líquida para EBITDA recorrente, de 2.8x no final dos 2011 para 2.4x no final de dezembro de 2012;

● A dívida líquida da **Sonaecom** aumentou 51 M€ para 361 M€ no final de 2012, devido essencialmente ao pagamento inicial correspondente à aquisição de espectro LTE (83 M€) e à distribuição de dividendos, no montante de cerca de 25 M€, efetuada durante o 2T12. O rácio de Dívida líquida para EBITDA aumentou de 1,3x para 1,5x no final de 2012, com o aumento do endividamento líquido, pelas razões explicitadas, a mais do que anular a evolução muito positiva ao nível do EBITDA;

● A dívida líquida da **holding** aumentou em cerca de 20 M€, para 618 M€ no final de dezembro de 2012, essencialmente em resultado do impacto da distribuição de dividendos. O rácio "Loan-to-value" da holding permanece em níveis conservadores, tendo-se reduzido de 18% em 2011 para 17% no final de 2012.

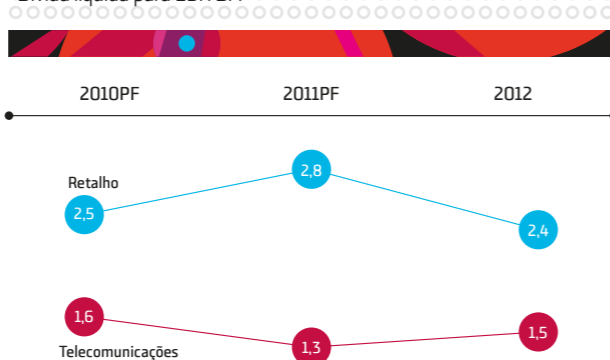
Endividamento Líquido

Milhões de euros

	2011PF	2012	Var
Dívida financeira líquida	1.931	1.802	-129
Unidades de retalho	1.001	796	-204
Sonaecom	310	361	51
Gestão de Investimentos	23	27	4
Holding e outros	597	618	20
Suprimentos	32	15	-17
Dívida total líquida	1.963	1.816	-147

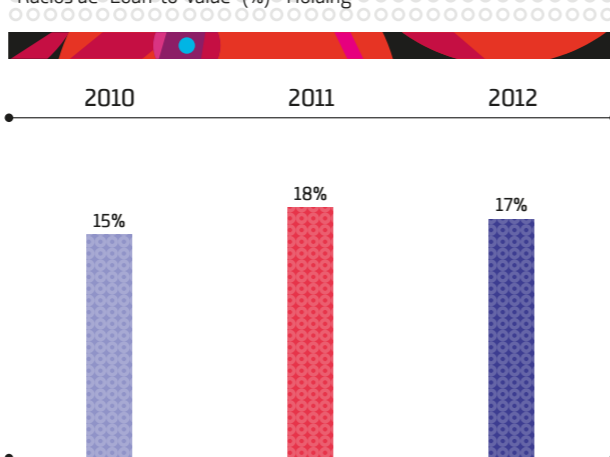
Estrutura de Capital

Dívida líquida para EBITDA



Estrutura de Capital

Rácios de "Loan-to-value" (%) - Holding



Segmentos de Negócio

A Sonae é uma empresa de retalho (alimentar – Sonae MC – e especializado – Sonae SR) com duas grandes parcerias nas áreas de Telecomunicações, Software e Sistemas de Media e Informação (Sonaecom) e Centros Comerciais (Sonae Sierra). Adicionalmente, possui também duas áreas de negócio no setor do Imobiliário de retalho (Sonae RP) e Gestão de Investimentos.

A Sonae desenvolve a sua atividade em 66 países, incluindo operações, prestação de serviços a terceiros, escritórios de representação, *franchising* e parcerias. Nos países onde atua, a Sonae é reconhecida pela sua cultura forte, baseada em valores e pela sua contribuição ativa para o desenvolvimento social e económico.

CONTINENTE
CONTINENTE MODELO
CONTINENTE BOM DIA
CONTINENTE ICE
WELL'S
MEU SUPER
BOOK.IT
BOM BOCADO
PET & PLANTS

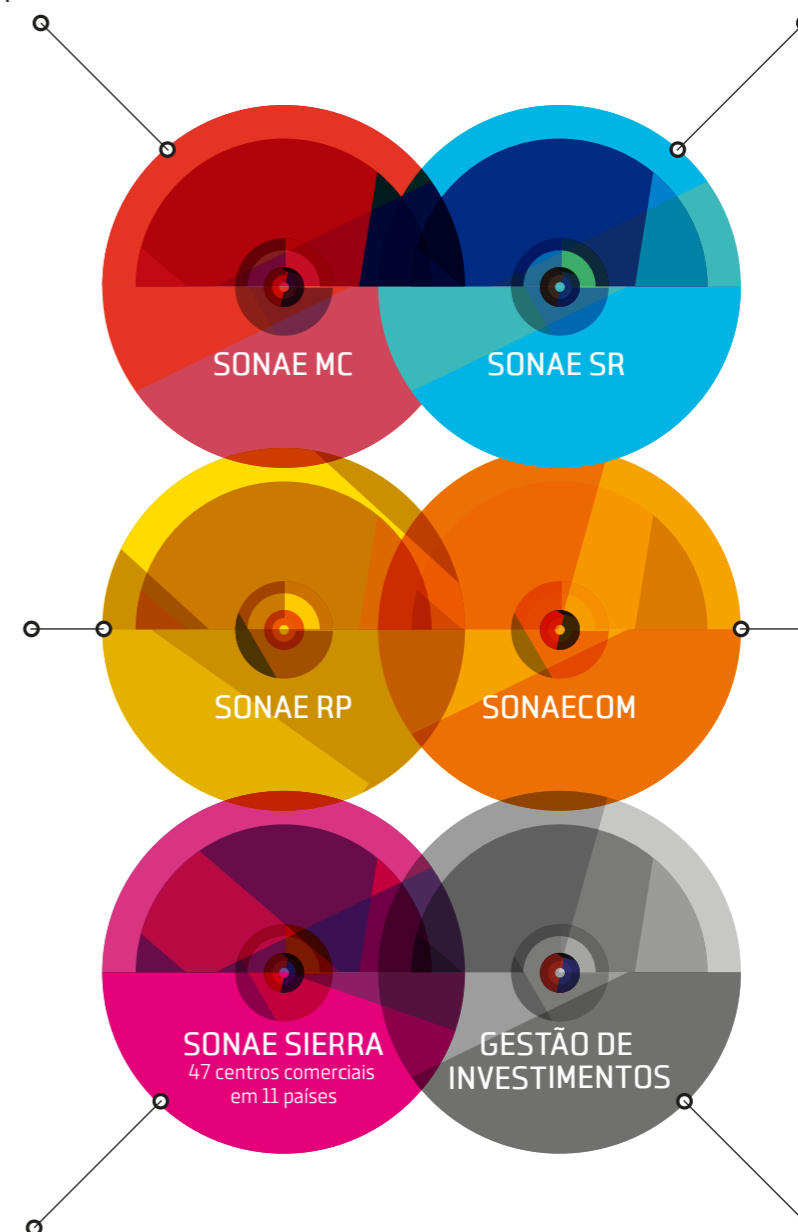
MODALFA
SPORT ZONE
WORTEN
ZIPPY

SONAE
PROPRIEDADES
DE RETALHO

OPTIMUS
PÚBLICO
BIZDIRECT
SAPHETY
WEDO
MAINROAD

PORTUGAL
ESPANHA
BRASIL
GRÉCIA
ALEMANHA
ROMÉNIA
ITÁLIA
CROÁCIA
MARROCOS
ARGÉLIA
COLÔMBIA

GEOSTAR
MDS
MAXMAT





Sonae MC

Durante 2012, a Sonae MC reforçou a sua posição no mercado Português do retalho alimentar, com uma evolução de volume de negócios superior à média de mercado. Como uma das marcas de maior confiança em Portugal, o Continente continuou a desenvolver e aprimorar a sua proposta de valor, apresentando a gama mais diversificada de produtos ao melhor preço. Esta conquista resultou do nosso profundo conhecimento das necessidades dos consumidores Portugueses, construído ao longo de décadas de atividade, e através dos nossos instrumentos distintos e estratégias promocionais, tais como o cartão de fidelidade Continente, que esteve envolvido em aproximadamente 90% das vendas do ano.

A Sonae MC tem expandido seletivamente a sua presença em Portugal com a abertura, em 2012, de 10,5 mil m² de área de venda, incluindo 2 novas lojas Continente Modelo e 5

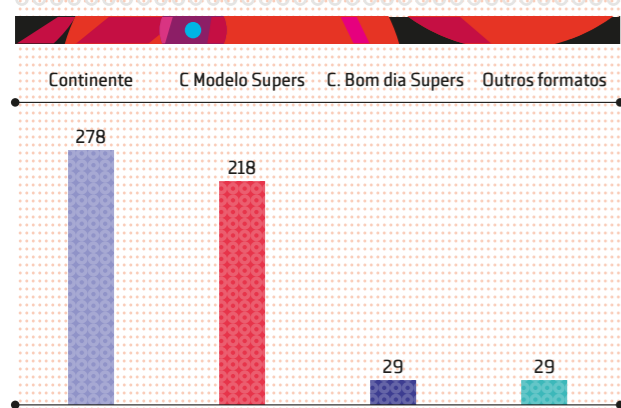
novas lojas Continente Bom Dia. Com o objetivo de fortalecer o portfólio do seus negócios de retalho alimentar, a Sonae MC lançou o conceito "Meu Super" em 2011. Este negócio de *franchising*, com base numa abordagem de conveniência e com localização essencialmente em áreas residenciais, apresenta já, no final de 2012, 25 lojas com um total aproximado de 5.000 m² de área de venda.

Num ambiente de consumo restritivo, a Sonae MC tem sido capaz de ampliar a sua quota de mercado, enquanto regista um notável crescimento ao nível de EBITDA e da margem de EBITDA, refletindo um aumento da produtividade em todas as suas atividades e processos, graças à implementação bem-sucedida de vários projetos de eficiência ao longo dos últimos anos. Simultaneamente, a Sonae MC foi capaz de aumentar a sua geração de *cash-flow*, reflexo de uma maior rentabilidade operacional e de melhorias significativas ao nível da gestão de inventários.

Sonae MC – 440 lojas operadas pela empresa e 38 lojas sob acordos de *franchising* e *joint-venture* geraram em 2012 um volume de negócios de 3.281 milhões de euros e um EBITDA recorrente de 250 milhões de euros (margem de 7,6% do volume de negócios).

Área de Vendas de Retalho por segmento (2012)

'000 M²
(total = 554.000)



Formatos de retalho alimentar

Continente – 38 hipermercados (localização central, mais de metade inseridos em centros comerciais de referência) - com uma área média de aproximadamente 7 mil m², e uma média de 70 mil SKUs (Stock Keeping Units, número de referências de stock). A área não alimentar (essencialmente bazar ligeiro e têxteis) representa menos de 15% das vendas totais.

Continente Modelo – 108 supermercados geralmente localizados em centros populacionais de dimensão média – área média de 2 mil m², com um número de SKUs bem acima dos concorrentes. Localização e conveniência. Bazar ligeiro representa menos de 10% das vendas (não existindo área de têxteis).

Continente Bom Dia – 31 lojas pequenas, de conveniência, com uma área média de aproximadamente 900 m². Conceito renovado, baseado na qualidade e variedade de produtos frescos, ideais para compras diárias mais frequentes.

Meu Super – Franchise de lojas locais alimentares (um total de 25 lojas no final de 2012), com áreas entre 150 e 1000 m², localizadas principalmente em áreas residenciais no centro de grandes cidades. A Sonae MC oferece aos parceiros apoio à gestão de loja, a garantia de um preço competitivo e o acesso à oferta das marcas próprias Continente.

Oportunidades de negócio adjacentes

Bom Bocado – 96 lojas, cafés e pequenos snack-bars. Variedade e qualidade com um serviço rápido e ótimo preço.

Book.it – 17 livrarias, com uma oferta diversificada de papelaria e tabaco.

Well's – 141 lojas dedicadas a produtos de parafarmácia, produtos de beleza, cuidados de saúde e bem-estar, óculos e serviços óticos.

O volume de negócios da Sonae MC totalizou os 3.281 M€, 1,4% abaixo do valor alcançado em 2011, refletindo a evolução negativa das vendas num universo comparável de lojas (-2% em 2012). Os ganhos de quota obtidos ao longo do ano, com a Sonae MC a reforçar novamente a sua posição no mercado nacional, em paralelo com uma expansão seletiva da área de vendas permitiram alcançar uma evolução do volume de negócios acima da média de mercado. O portfólio de marcas próprias Continente continuou a aumentar o seu peso relativo nas vendas, tendo alcançado uma representatividade de praticamente 31% (+2 p.p. face a 2011) do volume de negócios nas categorias de Fast Moving Consumer Goods. É também de realçar o crescimento de 16% das vendas online face ao ano anterior.

Sonae MC registou um EBITDA recorrente de 250 M€ (+7% ou +15 M€), traduzindo uma rentabilidade de 7,6% do respetivo volume de negócios (+0,6 p.p. face a 2011), um resultado muito positivo tendo em conta o atual contexto de retração de consumo. A Sonae MC conseguiu reforçar a sua competitividade no período por via da conjugação de um esforço promocional relevante, alavancado no cartão "Continente" (que esteve na base de cerca de 90% das vendas no período), um rigoroso controlo de custos, uma eficiente gestão do inventário (que permitiu uma redução do nível de stocks em 15%) e novos ganhos de produtividade, alcançados pela bem-sucedida implementação de várias iniciativas internas focadas na eficiência e otimização de processos.

O investimento realizado em 2012 foi alocado essencialmente à abertura seletiva de novas lojas de retalho em Portugal, incluindo 2 Continentes Modelo e 5 Continentes Bom Dia, assim como à remodelação programada de um conjunto de unidades de retalho, de forma a garantir que se mantêm como referências nas respetivas zonas de implementação, com particular destaque em 2012 para a remodelação das lojas Continente em Cascais e Évora, tendo por base um conceito novo e inovador.

Portfólio de lojas Sonae MC

N.º de lojas	30 jun 2010	31 dez 2010	30 jun 2011	31 dez 2011	30 jun 2012	31 dez 2012
Portugal						
Sonae MC	390	415	433	432	431	440
Sonae MC (<i>franchising</i>)	9	9	12	22	29	38

Área de Vendas ('000 m²)

Portugal						
Sonae MC	531	544	547	547	550	554
Sonae MC (<i>franchising</i>)	15	15	16	17	19	21

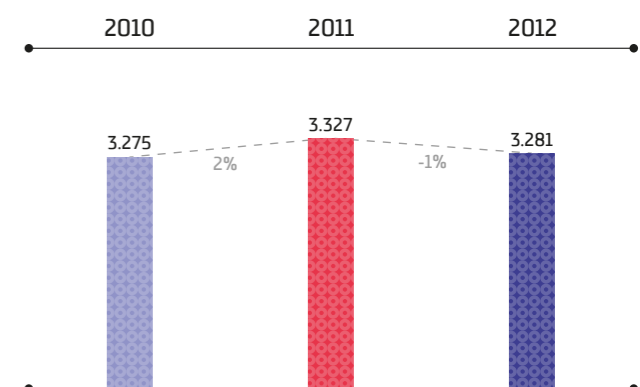
Sonae MC

Milhões de euros

	2010	2011	2012
Volume de negócios	3.275	3.327	3.281
EBITDA recorrente	231	235	250
Margem de EBITDA	71%	70%	76%
Investimento	88	92	78
Capital investido	479	484	395

Sonae MC Volume de Negócios

Milhões de euros



Sonae SR

A Sonae SR, unidade de retalho especializado, com presença nos mercados de eletrónica, artigos de desporto e moda, adaptou a sua estratégia operacional perante a redução significativa do consumo observada na Península Ibérica, que foi particularmente sentida nas categorias de produto discricionárias. Durante 2012, a Sonae SR colocou forte ênfase na eficiência e na redefinição do modelo de aprovisionamento do segmento de têxteis. Esta decisão começou já a traduzir-se em resultados concretos, nomeadamente através de uma melhoria significativa na capacidade de geração de *cash-flow*, impulsionada principalmente por níveis de stocks mais reduzidos.

A Sonae SR continuou a consolidar a sua quota de mercado na Península Ibérica, com particular ênfase para o segmento de eletrónica de consumo (Worten), segmento em que a empresa reforçou a sua posição de liderança no mercado Português.

Em termos de expansão fora da Península Ibérica, vários acordos de franchise foram celebrados ao longo do ano, com destaque para as novas aberturas de lojas Zippy no Azerbaijão, Malta, República Dominicana e Venezuela. A Sonae SR prosseguiu, assim, a estratégia de explorar oportunidades de *franchising* e *joint-ventures*, como meio de acelerar o seu crescimento, com necessidades reduzidas de capital empregue.

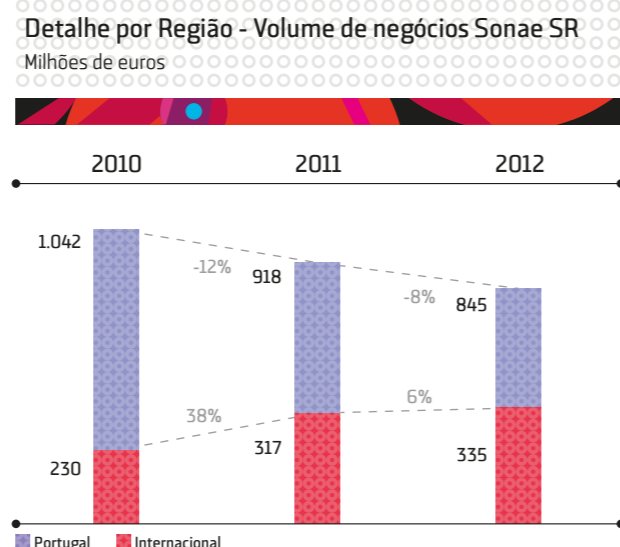
A Sonae SR registou um **volume de negócios** de 1.180 M€ (-4,0 % ou -9,3% num universo comparável de lojas), refletindo o comportamento negativo das vendas nos mercados ibéricos, que sofreu uma nova deterioração no 4T12, e o menor nível de expansão da área de vendas (+0,5% em 2012 em comparação com +15% durante 2011). As vendas do conjunto de insígnias da Sonae SR em Portugal diminuíram cerca de 8%, o que foi apenas parcialmente compensado pelo crescimento de 5,8% do volume de negócios nos mercados internacionais. No segmento da eletrónica de consumo, onde existem dados mais fiáveis de quotas de mercado, a Worten continuou a reforçar a sua posição de liderança no mercado Ibérico. As vendas fora de Portugal representaram mais de 28% do total das vendas da Sonae SR em 2012, 3 p.p. acima do valor verificado em 2011. A Sonae SR continuou ainda com o processo de expansão internacional, incluindo através da abertura de novas lojas Zippy em formato de *franchising* em 4 novos países.

O contributo ao nível do **EBITDA recorrente** foi de -25 M€, significativamente abaixo do valor registado no período homólogo. As significativas poupanças de custos e ganhos de eficiência conseguidos pelos diferentes negócios ao longo de 2012 não foram suficientes para compensar as fortes quebras de vendas sentidas nos mercados Ibéricos ao nível

das categorias discricionárias, que sofreram uma nova deterioração no 4T12. Adicionalmente, as vendas e margens dos formatos de desporto e moda foram negativamente afetadas pelas reestruturações implementadas em 2012 nos respetivos modelos de aprovisionamento. Estes esforços traduziram-se já, no entanto, numa melhoria da geração de *cash-flow* e numa redução significativa do nível de *stocks*.

Sonae SR			
Milhões de euros			
	2010	2011	2012
Volume de negócios	1.272	1.235	1.180
EBITDA recorrente	45	1	-25
Margem de EBITDA	3,5%	0,1%	-2,1%
Investimento	100	84	34
Capital investido	337	347	258

Distribuição de receitas da Sonae SR		
Formato	Receitas 2012 (M€)	% do total
Eletrónica	815	69%
Desporto	218	19%
Moda	147	12%
Total Sonae SR	1.180	



O **investimento** realizado em 2012 pela Sonae SR foi alocado essencialmente à consolidação da sua rede de lojas nos mercados internacionais, sendo que o conjunto das suas insígnias detinha, no final de 2012, um total de 146 lojas fora de Portugal, incluindo 20 sob regime de *franchising*. O menor ritmo de aberturas levadas a cabo pelos formatos da Sonae SR é evidenciada pela redução de 50 M€ no respetivo nível de CAPEX, face ao período homólogo.

Sonae SR			
Milhões de euros			
	2010	2011	2012
EBITDA Portugal	72	45	27
Margem EBITDA	7%	5%	3%
EBITDA Internacional	-27	-45	-52
Margem EBITDA	-12%	-14%	-16%
Sonae SR Total			
EBITDA	45	0	-25
Margem EBITDA	4%	0%	-2%

Portfólio de lojas Sonae SR						
N.º de lojas	30 jun 2010	31 dez 2010	30 jun 2011	31 dez 2011	30 jun 2012	31 dez 2012
Portugal						
Sonae SR	414	414	419	418	414	411
Sonae SR (<i>franchising</i>)	10	10	10	11	11	11
Internacional						
Sonae SR	56	84	107	123	123	126
Sonae SR (<i>franchising</i>)	0	0	5	7	13	20
Área de vendas ('000 m²)						
Portugal						
Sonae SR	250	256	265	265	264	262
Sonae SR (<i>franchising</i>)	4	4	5	4	4	5
Internacional						
Sonae SR	77	106	126	150	151	153
Sonae SR (<i>franchising</i>)	0	0	2	3	4	5



Sonae RP

A Sonae RP, o negócio de imobiliário de retalho, gere ativamente as propriedades de imobiliário de retalho da Sonae, compostas, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae SR. As operações da empresa estão focadas na gestão de ativos, procurando oportunidades de desenvolvimento imobiliário e planeando a redução de capital investido, através de uma redução do nível de *freehold* (percentagem de área de vendas a retalho detida pelo operador), principalmente no ramo alimentar. Apesar de algumas operações de venda de ativos e de *Venda & leaseback* realizadas até ao final de 2011, a Sonae ainda apresentava, no final de 2012, um nível de *freehold* (77% na Sonae MC e 26% na Sonae SR) consideravelmente superior ao de outros retalhistas na Europa.

O volume de negócios da Sonae RP alcançou os 120 milhões de euros, 1 milhão de euros acima do valor registado no ano anterior. Este crescimento foi essencialmente justificado pela inflação prevalente no mercado, na medida em que não existiram quaisquer alterações relevantes no portfólio de ativos detidos entre os dois períodos.

O EBITDA recorrente por seu turno, alcançou os 107 M€, 3 M€ acima do valor verificado em 2011, representando uma margem de cerca de 89,4% das vendas, que evidencia a gestão eficiente e contínua procura de valorização do seu portfólio de ativos imobiliários de retalho (composto essencialmente por lojas exploradas pela Sonae MC e Sonae SR). A Sonae mantém atualmente um nível de *freehold* de 77% da área de vendas do retalho alimentar e 26% da área de vendas do retalho não-alimentar (desta, cerca de 40% em Portugal e 5% em Espanha).

O valor contabilístico dos investimentos efetuados pela Sonae RP cifrava-se em cerca de 1,3 mil M€, sendo essencialmente composto por lojas operadas pela Sonae MC/Continente.

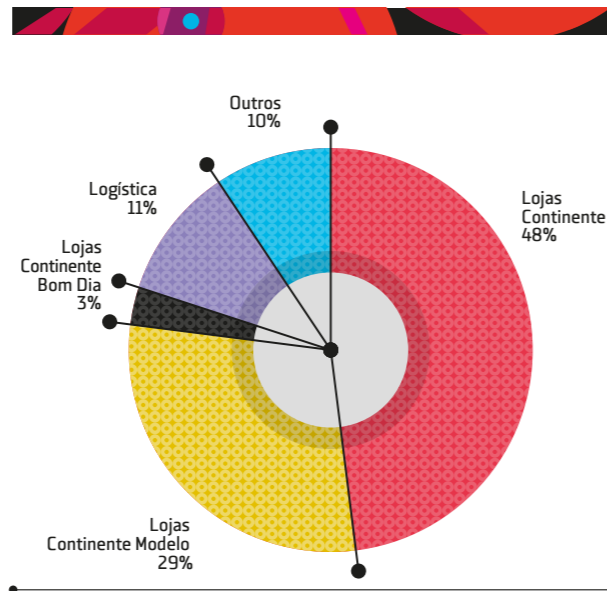
Sonae RP

Milhões de euros

	2010	2011	2012
Volume de negócios	126	119	120
EBITDA recorrente	111	104	107
Margem de EBITDA	87,7%	87,2%	89,4%
Investimento	21	9	16
Capital investido	1.418	1.361	1.335

Sonae RP Valor contabilístico líquido (YE12): 1.378M€

Ativos %



Sonaecom

A Sonaecom, operador integrado de telecomunicações, com participações na área de sistemas de informação e media, controlado em cerca de 53% pela Sonae, teve um desempenho em conformidade com a sua ambição de crescimento do negócio das comunicações móveis, liderando o segmento de banda larga móvel e aumentando a geração de *cash-flow*. A Sonaecom atingiu em 2012 importantes objetivos estratégicos, em áreas como a imagem de marca, dados móveis, convergência, 4G, inovação e serviço ao cliente. Num contexto de condições adversas de mercado, a empresa conseguiu superar as expectativas, registando um ano recorde em termos de rentabilidade. Em 2012, a Optimus, o operador integrado de telecomunicações, atingiu uma EBITDA recorde de 30,2%.

O ano ficou também marcado pelo anúncio público, a 14 de dezembro de 2012, do acordo entre a Sonaecom, a Kento e Unitel International para promover a fusão entre a Zon e a Optimus. Este anúncio foi seguido da aprovação do projeto de fusão, a 21 de janeiro de 2013, pelo Conselho de Administração da Optimus. O Conselho considerou esta fusão como sendo um passo lógico e essencial para o desenvolvimento de uma plataforma de crescimento comum, que irá alavancar e maximizar o potencial significativo de ambas as empresas. A conclusão da operação está sujeita a determinadas condições, conforme divulgado no respetivo projeto de fusão.

O volume de negócios da Sonaecom foi de 825 M€, -4% abaixo de 2011. A redução verificada resulta de menores vendas de equipamentos (-15,7%) e receitas de serviço (-3,3%), determinadas não apenas pelo impacto das medidas de austeridade sobre o nível de consumo mas também pela redução das tarifas reguladas (terminação móvel e roaming). De notar ainda a performance positiva da divisão de sistemas de informação da Sonaecom (SSI), que conseguiu registar, em 2012, um crescimento de 11% face ao ano anterior nas suas receitas de serviços.

O contributo EBITDA Recorrente da Sonaecom ascendeu a 250 M€ (+6% ou +15 M€), correspondendo a uma margem de 30,2% (+3 p.p. em relação a 2011), com todas as suas áreas de negócio a registarem crescimento. É particularmente relevante realçar o crescimento da margem EBITDA recorrente do negócio móvel da Optimus (+4,8 p.p. para 43,1% em 2012), uma performance claramente acima dos seus principais concorrentes.

O investimento realizado em 2012 foi alocado essencialmente aos seguintes projetos:

- Reforço de cobertura e capacidade da rede móvel da Optimus. Depois de, no final de 2011, ter assegurado a combinação ideal de bandas de espectro LTE, a rede 4G/LTE da Optimus cobre atualmente 80% da população, excedendo os objetivos definidos para o final de 2012;

- A aquisição pela WeDo Technologies de uma empresa de software nos EUA (Connectiv Solutions Inc.), num investimento de cerca de 10 M€ concretizado durante o 2T12 e que permitiu reforçar a posição da empresa no mercado global de *business assurance* no setor de telecomunicações.

Sonaecom

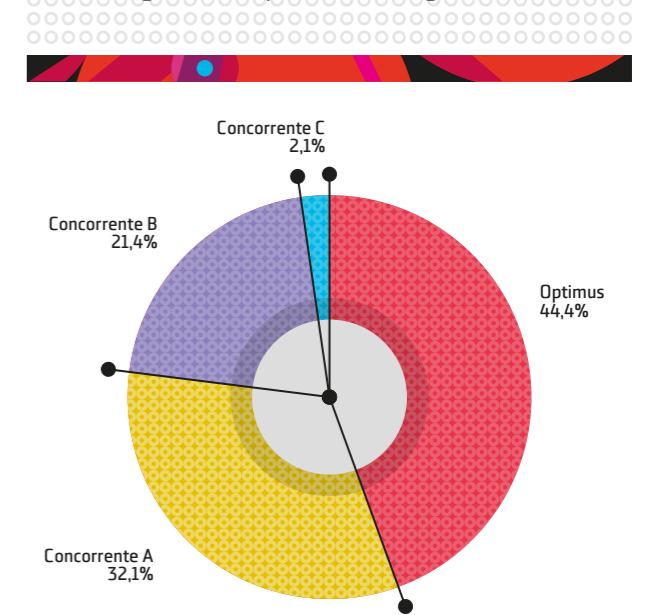
Milhões de euros

	2011PF	2012	Var
Volume de negócios	864	825	-4,4%
EBITDA recorrente	235	250	6,8%
Margem de EBITDA	27,3%	30,2%	3,0 p.p.
Investimento	238	143	-37,1%
Capital investido	827	956	7,6%

Optimus - Negócio Móvel: Margem EBITDA

2010	34,0%
2011	38,3%
2012	43,1%

Banda larga móvel - quotas de tráfego



Fonte: ANACOM, Dez-12

Sonae Sierra

A Sonae Sierra, especialista internacional no desenvolvimento e gestão centros comerciais, detida em 50% pela Sonae, tem sido capaz de compensar, parcialmente, a forte redução de consumo nos países do sul da Europa, através da sua presença em mercados emergentes, nomeadamente no Brasil, e através da expansão dos negócios de serviços de gestão prestados a outros promotores. Neste âmbito, de destacar a assinatura de vários novos acordos na zona do norte de África durante 2012. A Sonae Sierra continua, assim, a beneficiar da sua elevada experiência e elevado nível de especialização como promotor imobiliário e gestor de ativos imobiliários, atualmente com 47 centros comerciais em funcionamento.

Durante 2012, a Sonae Sierra abriu dois novos centros comerciais, "Le Terrazze" em Itália e "Uberlândia" no Brasil, e continuou com a construção de dois novos projetos no Brasil e um novo centro comercial na Alemanha. No mesmo período, a Sonae Sierra Brasil, a subsidiária local da Sonae Sierra, com títulos admitidos à negociação na bolsa de valores Bovespa, procedeu a ajustamentos no seu portfólio de centros comerciais, em linha com o objetivo de reafetar capital de ativos maduros não controlados, para novos projetos com maior potencial de desenvolvimento.

Em paralelo, a Sonae Sierra continuou a demonstrar a qualidade superior da sua carteira de ativos, com a manutenção de taxas de ocupação de 96% e um desempenho consistente em termos de receitas.

A norma IFRS 11 - Joint Arrangements veio alterar o método de contabilização de investimentos controlados conjuntamente, nomeadamente eliminando a possibilidade de consolidação proporcional de entidades que se enquadrem no conceito de *joint-ventures*, tal como é o caso da Sonae Sierra. Nestes termos, a Sonae decidiu, à luz do normativo em vigor (IAS 31 - Joint Ventures), antecipando a exigência desta alteração para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014 e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar a Sonae Sierra de acordo com o método de equivalência patrimonial (único método possível de acordo com essa norma) desde 1 de janeiro de 2012.

Num contexto de forte retração de consumo nos países do sul da Europa, com natural impacto sobre as taxas de ocupação no setor de imobiliário de retalho, a Sonae Sierra manteve no final de 2012 uma **taxa de ocupação global** do seu portfólio de 96%, um ligeiro decréscimo de 0,8 p.p. face a 2011. No portfólio global sob gestão, as **vendas dos lojistas** decresceram 1,7%, devido sobretudo à evolução macroeconómica em Portugal e Espanha, que determinou uma redução das vendas dos lojistas no portfólio Europeu de 3,7%. Este decréscimo foi parcialmente compensado pela manutenção da excelente performance operacional no Brasil, com um crescimento das vendas de lojistas de cerca de 8%, em moeda local, numa base comparável.

O **volume de negócios**⁵ manteve-se praticamente estável em 227 M€, com a evolução negativa das receitas de rendas na Europa a ser compensada pelo efeito das novas aberturas, pelo crescimento no Brasil e pela expansão do negócio de serviços de desenvolvimento prestados a terceiros.

O **EBITDA** da Sonae Sierra cresceu para 116 M€, 3% acima do valor registado em 2011, em reflexo da resiliência do volume de proveitos e dos ganhos de eficiência conseguidos pelos esforços de contenção de custos em todas as áreas da empresa, o que se traduziu numa margem de rentabilidade de 51,2% no período, 1,5 p.p. acima do verificado em 2011.

Sonae Sierra - Dados Operacionais

	2011PF	2012	Var
Visitantes (milhões)	428	426	-
Europa	325	318	-
Brasil	103	107	-
Taxa de ocupação (%)	97%	96%	-0,8 p.p
Europa	96%	96%	-0,5 p.p
Brasil	99%	97%	-1,7 p.p
Vendas de lojistas (milhões euros)	5.204	5.114	-1,7%
Europa	3.494	3.365	-3,7%
Brasil	1.709	1.749	2,3%
Nº de centros comerciais detidos (EoP)	49	47	-2
Europa	39	39	0
Brasil	10	8	-2
GLAs detidos - centros em operações ('000 m²)	1.924	1.930	0%
Europa	1.551	1.589	2%
Brasil	373	341	-9%

Sonae Sierra - Indicadores Financeiros

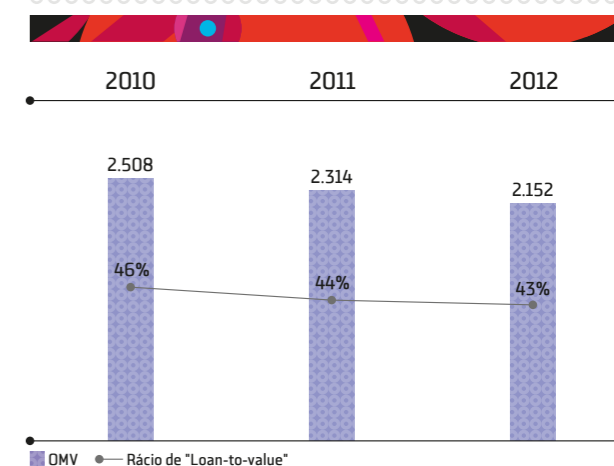
	2011PF	2012	Var
Volume de Negócios	227	227	0%
EBITDA	113	116	3%
Margem EBITDA	49,7%	51,2%	1,5 p.p
Resultado Direto	61	63	3%
Resultado Indireto	-51	-108	-110%
Resultado líquido	10	-46	-
atribuível à Sonae	5	-23	-

No mesmo período, a Sonae Sierra registou um **resultado líquido** negativo de 46 M€, sendo a parte atribuível à Sonae de -23 M€. Esta diminuição foi exclusivamente determinada pela evolução desfavorável do **resultado indireto**, -108 M€ em 2012, em consequência da expansão de *yields* em Portugal (+33 bps), Espanha (+67 bps) e Itália (+35 bps), apenas parcialmente compensada pela compressão de *yields* do portfólio no Brasil. É ainda de realçar o facto do **resultado direto** da empresa ter crescido 2% face ao ano anterior, para 63 M€ em 2012, demonstrando uma vez mais a qualidade dos seus ativos e um desempenho operativo resiliente.

A 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado dos ativos da empresa (OMV - *Open Market Value*), foi de 2,1 mil M€, inferior ao período homólogo em resultado da expansão de *yields* acima referida e da venda de ativos no Brasil e Alemanha. Em termos de portfólio importa referir as 2 aberturas concretizadas ao longo de 2012: "Le Terrazze" em Itália e "Urberlândia" no Brasil. O rácio de loan-to-value registou um decréscimo de 44%, para 43% mesmo tendo em conta o desenvolvimento dos projetos atualmente em construção no Brasil e na Alemanha. Em função destas evoluções, o NAV da Sonae Sierra atingiu os 1,05 mil M€ no final de dezembro de 2012.

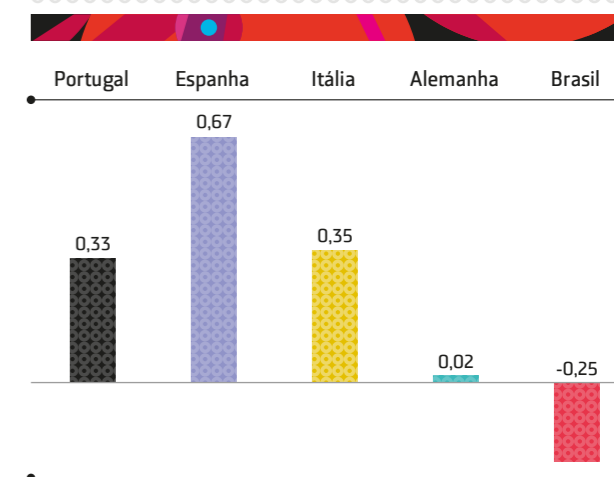
Sonae Sierra

Valorização dos Ativos (OMV) e alavancagem



Centros Comerciais Sonae Sierra

Evolução dos Yields de Mercado



Projetos em Desenvolvimento

Dez 2012

Projeto	País	% detenção	GLA m ²	Capex (milhões €)	Data prevista de abertura
Boulevard Londrina Shopping	Brasil	28%	47800	88	1S13
Passeio das Águas Shopping	Brasil	33%	78.100	167	2S13
Hofgarten Solingen	Alemanha	50%	30.000	120	4T13

⁵ Indicadores financeiros conforme comunicado da Sonae Sierra datado de 8 de março de 2013 (contas de gestão). A Sonae detém uma participação de 50% na Sonae Sierra.

Gestão de Investimentos

A área de Gestão de Investimentos cria valor para a Sonae através do apoio à implementação de estratégias corporativas e de negócios, maximizando o retorno dos acionistas sobre o portfólio da empresa, apoiando ativamente o planeamento e execução das atividades de fusões e aquisições dos negócios principais e reforçando as relações de negócios com players da indústria, consultores de M&A e bancos de investimento. No final de 2012, o portfólio da área de Gestão de Investimentos incluía participações em empresas que operam no retalho de produtos de bricolage, construção e jardim (Maxmat), agências de viagem (Geostar) e corretagem de seguros (MDS), onde o papel desempenhado pelas atividades de M&A é considerado fundamental na criação de valor.

A norma IFRS 11 - Joint Arrangements veio alterar o método de contabilização de investimentos controlados conjuntamente, nomeadamente eliminando a possibilidade de consolidação proporcional de entidades que se enquadrem no conceito de *joint-ventures*, tal como é o caso da Geostar. Nestes termos, a Sonae decidiu, à luz do normativo em vigor (IAS 31 - Joint Ventures), antecipando a exigência desta alteração para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014 e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar a Geostar de acordo com o método de equivalência patrimonial (único método possível de acordo com essa norma) desde 1 de janeiro de 2012.

O volume de negócios gerado pela área de Gestão de Investimento alcançou os 105 M€ em 2012, o que representa um decréscimo de apenas 1% em relação ao ano anterior, apesar do contexto económico adverso. Esta performance foi apenas possível graças ao contributo positivo da MDS (corretagem de seguros), que registou um crescimento de 4% no seu volume de negócios, com contributos positivos do mercado Português e Brasileiro. Esta evolução positiva foi,

no entanto, mais do que compensada pela performance negativa da Maxmat em termos de volume de negócios, em consequência dos menores níveis de construção de novas casas em Portugal e da redução do consumo privado.

Ao nível do EBITDA recorrente, a área de Gestão de Investimentos registou um total de 5 M€ em 2012. Todas as empresas continuaram a implementar medidas com vista ao controlo de custos operacionais, otimização de processos e melhoria do capital circulante, o que se traduziu num aumento de 22% na geração de EBITDA recorrente face ao ano de 2011.

É ainda importante salientar a venda, no final de 2012, pela MDS de parte da sua participação na Cooper Gay, Swett & Crawford. Com esta transação, a MDS obteve, no início de 2013, um ganho de capital de aproximadamente 27,1 M USD. A operação foi contabilizada em 2012, tendo originado uma mais-valia de cerca de 12 M€ nas contas da corretora de seguros. A venda permitiu ainda à MDS alterar a metodologia de contabilização da sua participação no capital da Cooper Gay, Swett & Crawford Limited e por esta via obter um ganho de capital adicional de cerca de 3,5 M€.

Gestão de Investimentos

Milhões de euros

	2011PF	2012
Volume de negócios	106	105
EBITDA recorrente	4	5
Margem de EBITDA	4,2%	5,2%
Investimento	6	1
Capital investido	134	152

Portfólio de lojas da área de Gestão de Investimentos

N.º de lojas	30 jun 2010	31 dez 2010	30 jun 2011	31 dez 2011	30 jun 2012	31 dez 2012
Gestão de Investimentos	104	101	95	92	87	74
Maxmat	34	33	33	33	32	32
Geostar	70	68	62	59	55	42
Área de vendas ('000 m ²)						
Gestão de Investimentos	65	63	63	63	63	62
Maxmat	61	60	60	60	60	60
Geostar	4	4	3	3	3	2

Resultados individuais da Sonae, SGPS, S.A.

A atividade da Sonae, enquanto empresa individual, concentra-se na gestão das respetivas participações em empresas afiliadas.

O resultado líquido individual da Sonae, SGPS, S.A. para o ano de 2012 atingiu os 22,9 milhões de euros.

Perspetivas para 2013

Em 2013, as economias da Península Ibérica deverão continuar a enfrentar a maioria dos desafios que prevaleceram ao longo do ano de 2012, com os esforços de consolidação das contas públicas a determinarem aumentos de impostos sobre os rendimentos das famílias e sobre as empresas, o que deverá inevitavelmente conduzir a uma nova redução do rendimento disponível e a um aumento do nível de desemprego. É assim consensual estimar para 2013 uma nova retração da atividade económica interna, quer em Portugal, quer em Espanha.

A Sonae MC irá continuar focada, ao longo do corrente ano, em assegurar a melhor proposta de valor para os consumidores Portugueses, procurando, dessa forma, atingir uma performance de vendas acima da média do mercado em geral, reforçando, consequentemente, uma vez mais a sua quota de mercado. A exposição a categorias de produtos mais discricionárias deverá continuar a influenciar negativamente o volume de negócios da Sonae SR em 2013. No entanto, os esforços de contenção de custos, o expectável crescimento da área de *franchising* e das

vendas online, assim como a otimização do portfólio de lojas e os benefícios das reestruturações levadas a cabo em 2012, nos negócios de moda e desporto, deverão traduzir-se em melhorias da geração de *cash-flow* durante o ano.

No que se refere às nossas parcerias core, a Sonae Sierra deverá enfrentar uma nova redução do consumo privado no sul da Europa, o que se espera vir a progressivamente ter impactos sobre o nível de rendas obtidas nesses mercados. A exposição ao Brasil e o crescimento das receitas provenientes da prestação de serviços a terceiros deverão compensar parcialmente estes efeitos durante o ano de 2013. A Sierra continuará ativamente a explorar oportunidades de reciclagem de capital de posições em centros comerciais já maduros para novos projetos em áreas geográficas com maior potencial de crescimento.

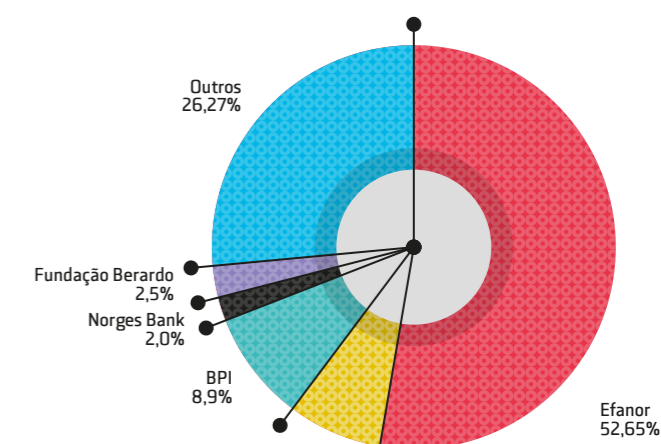
2013 será também um ano importante para a Sonaecom com a expectável conclusão da operação de fusão entre a Optimus e a Zon. Através desta operação esperam-se alcançar significativas sinergias ao longo do tempo e novas oportunidades de crescimento, criando desta forma mais valor para todos os *stakeholders*.

Em termos globais, continuaremos focados em explorar oportunidades de crescimento internacional alavancadas na nossa excecional base de ativos em Portugal, reforçando as nossas posições competitivas e inovando com novos projetos em áreas de negócio complementares. Apesar dos investimentos a realizar, da manutenção da nossa política de dividendos e dos impactos de nova retração de consumo, iremos continuar o processo de reforço da nossa estrutura de capitais, tendo como objetivo chegar ao final de 2013 com nova redução da dívida líquida consolidada.

Informação sobre Participações e Evolução da Cotação

Participações

UMA ESTRUTURA ACIONISTA ESTÁVEL



"FREE FLOAT" DE CERCA DE 40%

CAPITAL SOCIAL
2.000 milhões

VOLUME MÉDIO DIÁRIO
1,8 milhões de ações

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA
1,4 mil milhões de euros

PARTICIPAÇÃO DO BPI INCLUINDO EQUITY SWAP
de cerca de 123 milhões de ações Sonae (-6% do capital social)



As ações da Sonae encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da bolsa portuguesa, NYSE Euronext Lisbon, fazendo parte da carteira que compõe vários índices, incluindo o PSI-20, do qual representa cerca de 3,8%, e o Next 150, do qual representa cerca de 0,9%, a final de dezembro de 2012. A tabela abaixo apresenta os principais indicadores de desempenho das ações da Sonae nos últimos 3 anos:



	2010	2011	2012
CÓDIGO ISIN		PTSONDAM0001	
CÓDIGO BLOOMERG		SON PL	
CÓDIGO REUTERS		SONP.IN	
CAPITAL SOCIAL	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
COTAÇÕES			
FECHO ANO	0,78	0,46	0,69
MÁXIMO ANO	0,95	0,85	0,72
MÍNIMO ANO	0,68	0,42	0,37
VOLUME MÉDIO DE TRANSAÇÕES DIÁRIO (AÇÕES)	4.525.057	2.258.026	1.811.356
VOLUME MÉDIO DE TRANSAÇÕES DIÁRIO (EUROS)	3.751.604	1.533.960	856.822
CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA A 31 DE DEZEMBRO (MILHÕES DE EUROS)	1.560	918	1.374

A cotação das ações Sonae no final do ano foi de 0,687 euros por ação, a que corresponde uma valorização nominal de 49,7% durante o ano, o que compara com uma valorização de apenas cerca de 2,6% do índice de referência do mercado de capitais português – PSI 20. Apesar desta valorização, especialmente sentida na segunda metade do ano de 2012, assistiu-se a uma redução em termos do número de transações realizadas no mercado bolsista, tendo o volume de transações da ação Sonae diminuído em 2012 para uma média de cerca de 1,8 milhões de ações por dia.

Durante o ano de 2012, os principais acontecimentos com possível impacto na cotação das ações Sonae foram os seguintes:

(i) 25 de janeiro: comunicação de vendas preliminares do ano 2011 do negócio de retalho;

(ii) 12 de março: comunicação dos resultados referentes ao ano de 2011;

(iii) 30 de abril: informação sobre deliberações tomadas na Assembleia Geral Anual de Acionistas, incluindo a aprovação do pagamento de um montante de 0,0331 euros por ação a título de dividendo líquido referentes aos resultados do ano de 2011;

(iv) 2 de maio: informação sobre o refinanciamento da dívida de médio e longo prazo no montante de 500 milhões de euros;

(v) 23 de maio: comunicação dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2012;

(vi) 25 de junho: informação sobre o programa de emissão de obrigações, com colocação no mercado de retalho em Portugal, até ao montante de 200 milhões de euros;

(vii) 23 de agosto: comunicação dos resultados referentes ao primeiro semestre de 2012;

(viii) 14 de novembro: comunicação dos resultados referentes aos primeiros nove meses de 2012;

(ix) 14 de dezembro: anúncio do acordo alcançado entre a Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Unitel International, no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia, SGPS, S.A., e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas.

Transações de ações próprias

Ao longo do exercício de 2012, com o intuito de cumprir as obrigações previstas no Plano de Incentivos de Médio Prazo, aplicável a colaboradores e quadros Sonae e, em observância dos termos da proposta de aquisição e alienação de ações próprias, ambas aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011, a Sonae adquiriu, entre os dias 29 de março e 20 de abril, no mercado regulamentado Euronext Lisbon, 5.999.276 ações próprias, representativas de, aproximadamente, 0,3% do seu capital social. O preço médio ponderado destas aquisições foi de 0,435 euros por ação.

No dia 27 de abril de 2012, em cumprimento das obrigações previstas no Plano de Incentivos de Médio Prazo, a Sonae alienou a empresas subsidiárias 5.631.103 ações próprias ao valor de €0,414 por ação, correspondente à cotação de fecho do título no dia 26 de abril de 2012, das quais 3.943.231 por transações realizadas fora do mercado regulamentado, as quais foram entregues a colaboradores e quadros Sonae adquirentes sem qualquer custo para estes.

No dia 18 de dezembro de 2012, a Sonae alienou, com o mesmo propósito referido anteriormente, a empresas subsidiárias 368.173 ações próprias, ao valor de € 0,693 por ação, por transações realizadas fora do mercado regulamentado, as quais foram entregues a colaboradores e quadros Sonae adquirentes sem qualquer custo para estes.

Na sequência das transações acima identificadas, a Sonae – SGPS, SA não era a, 31 de dezembro 2012, titular de ações próprias.

Eventos subsequentes

A 16 de janeiro, a subsidiária MDS SGPS, SA, obteve todas as aprovações regulatórias necessárias para a operação de venda de parte da sua participação na Cooper Gay, Swett & Crawford Limited, transação que havia sido acordada em outubro de 2012, estando, portanto, considerada nas contas de 2012 da empresa, com o registo de uma mais-valia de cerca de 15 M€. Através desta operação, a MDS recebeu, em janeiro de 2013, aproximadamente 27,1 milhões USD.

A 15 de fevereiro, a Sonae e a Atlas Services Belgium S.A. ("ASB"), uma subsidiária do Grupo France Telecom, alcançaram um acordo onde, respetivamente, uma opção de compra e uma opção de venda são atribuídas sobre os 20% do Capital Social da Sonaecom atualmente detidos pela FT-Orange. A opção de compra detida pela Sonae pode ser exercida durante um período de 18 meses enquanto a opção de venda detida pela FT-Orange durante os 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas opções é de 98,9 M€, que podem ascender a 113,5 M€ no caso da Sonaecom e a Optimus participarem em qualquer processo de consolidação durante os 24 meses de vigência dos contratos.

A 7 de março, as Assembleia Gerais extraordinárias de acionistas da Optimus SGPS e da Zon aprovaram o projeto de fusão por incorporação em que são intervenientes ambas as empresas, nos termos que tinham sido aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração em 21 de janeiro de 2013. A eficácia destas deliberações ficará sujeita à verificação prévia das seguintes condições: (i) a não oposição da Autoridade da Concorrência; (ii) a emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória por parte da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários; e (iii) o cumprimento das demais formalidades administrativas e societárias aplicáveis ou necessárias à concretização da fusão.

Proposta de alocação de resultados 2012 e distribuição de dividendos

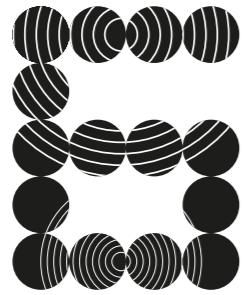
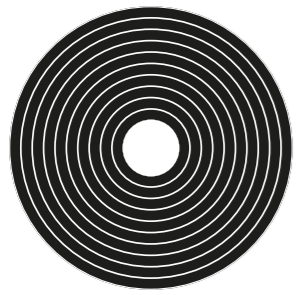
Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 22.964.316,93 euros, sejam aplicados, pelo valor de 1.148.215,85 euros, na composição da reserva legal e, pelo valor remanescente de 21.816.101,08 euros, na cobertura de resultados transitados. Mais se propõe que seja deliberada a transferência de reservas livres no valor de 41.378.390,93 euros para resultados transitados.

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, a posição financeira do Grupo e a larga margem de reservas distribuíveis que permitem a observância do artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que seja deliberado proceder à distribuição aos acionistas de reservas livres no montante de 66.200.000 euros, equivalente ao dividendo líquido, por ação, de 0,0331 euros, um montante igual ao distribuído no ano anterior. Este dividendo equivale a um *dividend yield* de 4,8% face ao preço de fecho a 31 de dezembro de 2012 e a um payout ratio de 63% do resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae.

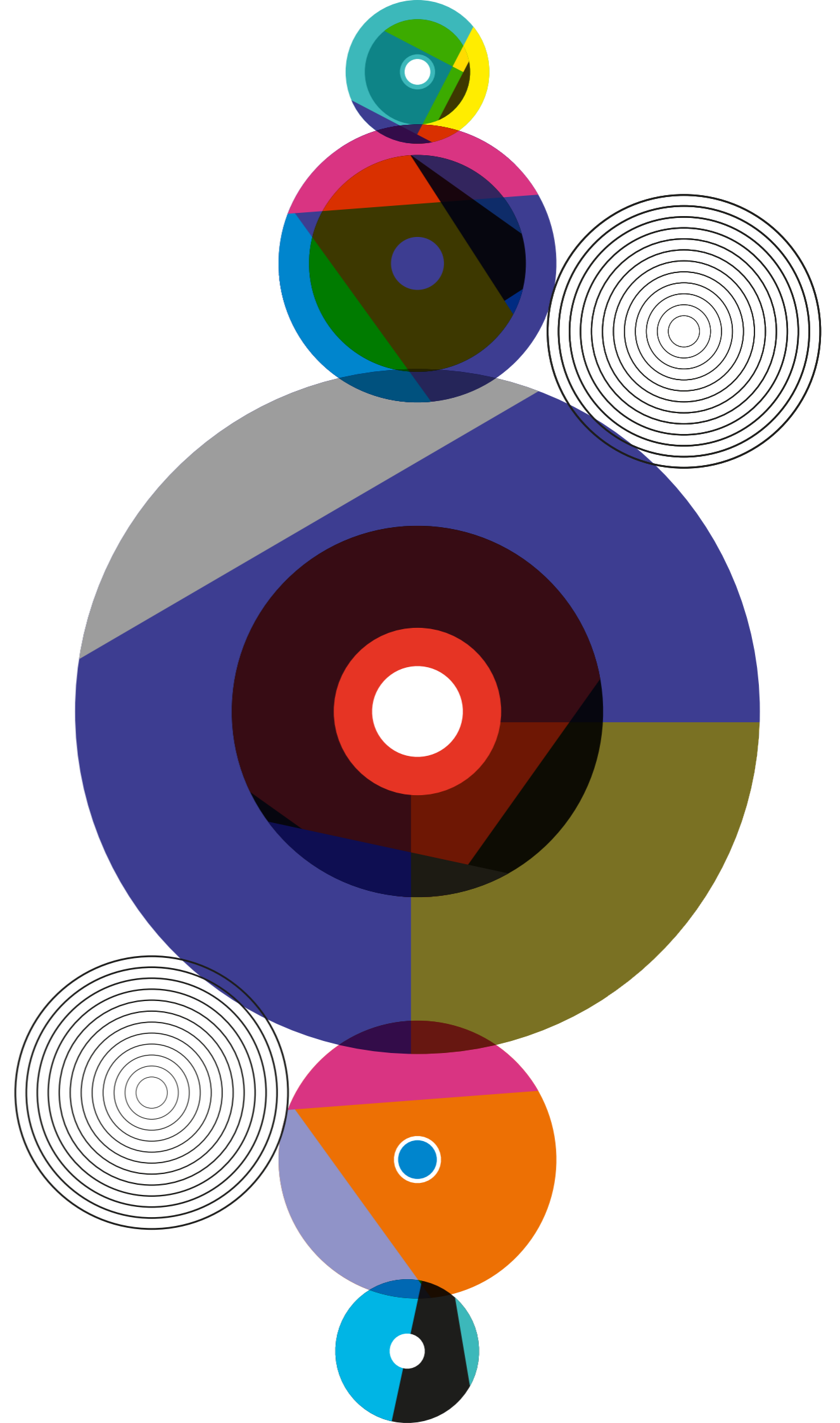
Distribuições de dividendos efetuadas nos últimos 3 anos

	2010 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾
Dividendo bruto por ação (€)	0,0315	0,0331	0,0331
Dividendos distribuídos (M€)	63	66	66
Dividend Yield (%) ⁽²⁾	3,6%	4,2%	7,2%
Payout Ratio (%) ⁽³⁾	37%	34%	51%

⁽¹⁾ Refere-se ao ano em que o dividendo foi distribuído; ⁽²⁾ *Dividend yield* = Dividendos distribuídos / cotação de fecho a 31 de dezembro do ano anterior;
⁽³⁾ Payout ratio = Dividendos distribuídos / resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae.



AGRADECIMENTOS E GLOSSÁRIO



AGRADECIMENTOS E GLOSSÁRIO

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração prestada durante o ano de 2012. O Conselho de Administração expressa também a sua gratidão para com fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio da Sonae pelo seu contínuo envolvimento e pela confiança que demonstraram ao longo de 2012.

O Conselho de Administração manifesta, igualmente, a sua gratidão a todos os colaboradores pelo esforço e dedicação durante todo o ano.

Maia, 12 de março de 2013

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo, Presidente

Álvaro Carmona e Costa Portela, membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia, membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe, membro do Conselho de Administração

Christine Cross, membro do Conselho de Administração

Michel Marie Bon, membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino, membro do Conselho de Administração

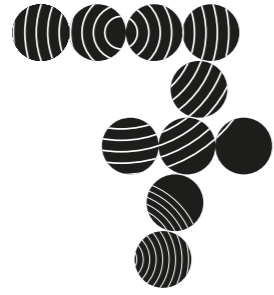
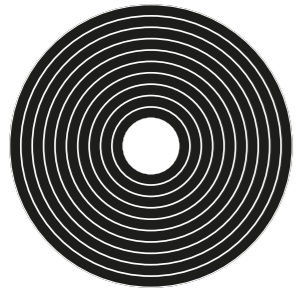
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão, membro da Comissão Executiva

Glossário

ABL	Área Bruta Locável ("Gross Leasable Area"), equivalente ao espaço total disponível para arrendamento num centro comercial
Alavancagem de ativos da Holding	Dívida líquida da holding/valor bruto do portfólio de investimentos da holding; valor bruto dos ativos, determinado com base em múltiplos de mercado, no NAV do imobiliário e capitalização bolsista para as empresas cotadas
Alavancagem de ativos dos Centros Comerciais	Dívida líquida/ (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento)
Capital investido líquido	Dívida líquida + Capital próprio
CAPEX	Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições; Investimento bruto, excluindo o encaixe decorrente da alienação de ativos
Dívida financeira	Dívida total líquida, excluindo suprimentos
Dívida líquida	Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras - caixa, depósitos bancários, investimentos correntes e outras aplicações de longo prazo
EBIT	EBT + resultado financeiro + resultado direto de centros comerciais + outros resultados
EBITDA	EBITDA = Volume de negócios + outras receitas - reversão de imparidades - goodwill negativo - gastos operacionais - provisões para extensões de garantia + ganhos/perdas com alienações de filiais + imparidades de natureza não recorrente para inventários
EBITDA recorrente	EBITDA excluindo valores não recorrentes, tais como ganhos com a alienação de investimentos e outros valores que distorcem a comparabilidade
EBT	Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos
Eliminações & ajustamentos	Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados
EOP	"End of Period", valor relativo ao final do período em análise
Free Cash Flow	EBITDA - CAPEX operacional - variação do fundo de maneo - investimentos financeiros - resultados financeiros - impostos
Investimento técnico líquido	Ativos tangíveis + ativos intangíveis + outros ativos imobiliários - depreciações e amortizações
Liquidez	Caixa & equivalentes de caixa e investimentos correntes
LTE	"Long Term Evolution" é um standard desenvolvido pelo "Third Generation Partnership Project", uma associação do setor das telecomunicações, para o desenvolvimento de comunicações de dados de alto débito sobre redes de telecomunicações móveis. O LTE permite um significativo aumento de capacidade e velocidade em dados móveis, através da utilização de novas técnicas de modulação
Margem EBITDA	EBITDA / volume de negócios
Outros resultados	Resultados relativos a empresas associadas + dividendos
Outros empréstimos	Inclui obrigações, locação financeira e derivados
Propriedades de investimento	Valor dos centros comerciais em operação detidos pela Sonae Sierra
Resultado direto	Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos
Resultados Indiretos	Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint-ventures ou associadas; iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill) e iv) provisões para assets at risk; e outras provisões para possíveis responsabilidades futuras e imparidades em ativos não "core" e/ou em operações descontinuadas
Retorno do capital investido	EBIT (últimos 12 meses) / Capital investido líquido
Retorno do capital próprio	Resultado líquido n (acionistas) / Capital próprio n-1 (acionistas)
Vendas de base comparável de lojas ("Lfl")	Vendas realizadas em lojas que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos
Valor de ativo líquido ("NAV")	Valor de mercado atribuível à Sonae Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos
Valor de mercado ("OMV")	Justo valor dos ativos imobiliários em funcionamento e em desenvolvimento (100%), avaliado por uma entidade independente



ANEXOS





ANEXOS

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14.º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 05/2008

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por

pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e transações sobre os mesmos efetuadas no decurso do exercício:



	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €
Belmiro Mendes de Azevedo (*) (**)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					49.999.996
Sonaecom, SGPS, SA (9)					75.537
Álvaro Carmona e Costa Portela (*)					
Sonae, SGPS, SA (3)					125.934
Sonaecom, SGPS, SA (9)					5.000
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*)					
Sonae, SGPS, SA (3)					584.562 (a)
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	09.03.2012	229.329	0,000		
Sonaecom, SGPS, SA (9)					440.070
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	09.03.2012	147.984	0,000		
Obrigações Continente - 7% - 2015					700.000 (b)
Subscrição	25.07.2012	700.000	1,00		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1
Migracom, SGPS, SA (4)					1.969.996
Sonae, SGPS, SA (3)					3.293 (c)

Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	30.03.2012	451.068	0,000		
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	27.04.2012	619.326	0,000		
Venda	27.04.2012			1.068.101	0,405
Michel Marie Bon (*)					
Sonae, SGPS, SA (3)					293.000
Compra	14.06.2012	48.000	0,369		
Compra	21.11.2012	24.000	0,565		
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**) (***)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1
Sonae, SGPS, SA (3)					14.901
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (**) (***)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1
Sonae, SGPS, SA (3)					0
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	09.03.2012	48.884	0,000		
Venda	21.05.2012			48.884	0,398
Linhacom, SGPS, SA (6)					99.996
Sonaecom, SGPS, SA (9)					170 (d)
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	09.03.2012	49.069	0,000		
Venda	21.05.2012			49.069	1,120
Nuno Teixeira de Azevedo (**) (***)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1
Sonae, SGPS, SA (3)					10.500 (e)



	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA (3)					200.100.000
Compra	10.05.2012	77.700.000	0,400		
Pareuro, BV (2)					2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)					1.000
(2) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA (3)					849.533.095
Venda	28.03.2012			10.016.905	0,456
Venda	10.05.2012			77.700.000	0,400

**(3) Sonae, SGPS, SA**

Sonae Investments, BV (7)				2.894.000
Sontel, BV (8)				32.745
Sonae, SGPS, SA (ações próprias)				0
Compra	29.03.2012	395.000	0,442	
Compra	30.03.2012	639.045	0,446	
Compra	02.04.2012	354.134	0,441	
Compra	03.04.2012	100.000	0,445	
Compra	04.04.2012	812.972	0,440	
Compra	05.04.2012	100.000	0,438	
Compra	10.04.2012	150.000	0,431	
Compra	11.04.2012	386.112	0,435	
Compra	12.04.2012	550.000	0,436	
Compra	13.04.2012	499.500	0,429	
Compra	16.04.2012	539.552	0,426	
Compra	17.04.2012	400.461	0,436	
Compra	18.04.2012	255.000	0,424	
Compra	19.04.2012	537.500	0,428	
Compra	20.04.2012	280.000	0,425	
Venda	27.04.2012			5.011.777 0,437
Ações entregues em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	27.04.2012			619.326 0,000
Venda	17.12.2012			368.173 0,693
Sonaecom, SGPS, SA (9)				3.430.000
Compra	28.05.2012	88.500	1,132	
Compra	29.05.2012	128.156	1,132	
Compra	30.05.2012	345.787	1,136	
Compra	31.05.2012	221.562	1,145	
Compra	01.06.2012	169.757	1,142	
Compra	04.06.2012	89.743	1,142	
Compra	05.06.2012	230.740	1,160	
Compra	06.06.2012	273.039	1,163	
Compra	07.06.2012	75.000	1,170	
Compra	08.06.2012	55.368	1,174	
Compra	11.06.2012	190.000	1,187	
Compra	12.06.2012	175.546	1,189	
Compra	13.06.2012	12.600	1,182	
Compra	14.06.2012	33.199	1,173	
Compra	15.06.2012	274.564	1,188	
Compra	18.06.2012	214.086	1,228	
Compra	19.06.2012	12.800	1,260	
Compra	20.06.2012	18.545	1,279	
Compra	21.06.2012	31.000	1,284	
Compra	22.06.2012	61.000	1,294	
Compra	25.06.2012	15.000	1,290	
Compra	26.06.2012	19.500	1,285	
Compra	27.06.2012	15.008	1,291	
Compra	28.06.2012	29.500	1,294	

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2012
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
(4) Migracom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						2.908.204
Compra	27.04.2012	1.068.101	0,405			
Sonaecom, SGPS, SA (9)						387.342
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						4.105.280
(6) Linhacom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)						439.314
Compra	21.05.2012	48.884	0,398			
Sonaecom, SGPS, SA (9)						120.300
Compra	21.05.2012	49.069	1,120			
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV (8)						43.655
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						194.063.119
(9) Sonaecom SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA (ações próprias)						4.321.038
Ações entregues em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	09.03.2012			4.686.986	0,000	
Compra	Março-12	722.271	1,223			
Ações entregues em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	30.03.2012			59.956	0,000	
Compra	Abril-12	1.026.829	1,219			
Ações entregues em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	17.05.2012			81.292	0,000	
Compra	Maió-12	931.725	1,176			
Compra	01.08.2012	1.750	1,224			
Compra	02.08.2012	23.750	1,204			
Compra	03.08.2012	30.000	1,183			
Compra	06.08.2012	71.901	1,189			
Venda	27.12.2012			257.463	0,000	
Venda	27.12.2012			2.446.691	0,154	

(*) administrador da Sociedade.

(**) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1).

(***) pessoa estreitamente relacionada com o Presidente do Conselho de Administração da Sonae, Eng. Belmiro de Azevedo.

(****) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (5).

(a) das quais 125.000 ações são detidas pelo cônjuge.

(b) das quais, 150.000 obrigações são detidas pelo cônjuge, e 400.000 são detidas por sociedade da qual este dirigente é o administrador único.

(c) das quais 1.000 ações são detidas por descendente a cargo.

(d) ações detidas pelo cônjuge.

(e) ações detidas por descendentes a seu cargo.

Notas: O membro não executivo independente do Conselho de Administração, José Manuel Neves Adelino, é membro do Conselho Fiscal do Banco BPI, SA, que detém atualmente 178.039.855 ações, representativas de 8,902% do capital social.



Participações qualificadas

Acionistas que detêm mais que 2% do capital social da Sonae SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliário, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM nº 05/2008:



Acionista	Nº de ações	% Capital social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (i)			
Diretamente	200.100.000	10,0050%	10,0050%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	849.533.095	42,4767%	42,4767%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	14.901	0,0007%	0,0007%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Efanor)	3.293	0,0002%	0,0002%
Através de Nuno Miguel Teixeira de Azevedo (administrador da Efanor e detidas por descendente)	10.500	0,0005%	0,0005%
Através da Migracom, SGPS, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	2.908.204	0,1454%	0,1454%
Através da Linhacom, SGPS, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	439.314	0,0220%	0,0220%
Total imputável	1.053.009.307	52,6505%	52,6505%
Banco BPI, SA	132.851.868	6,6426%	6,6426%
Banco Português de Investimento, SA	365.199	0,0183%	0,0183%
Fundos de Pensões do Banco BPI	40.071.372	2,0036%	2,0036%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA	4.751.416	0,2376%	0,2376%
Total imputável	178.039.855	8,9020%	8,9020%
Fundação Berardo, Instituição Particular de Solidariedade Social	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Total imputável	49.849.514	2,4925%	2,4925%
Bestinver Gestión, S.A. SGIC			
Bestinver Bolsa, F.I.M.	39.863.487	1,9932%	1,9932%
Bestifond, F.I.M.	37.893.221	1,8947%	1,8947%
Bestinver Hedge Value Fund Fil	23.242.186	1,1621%	1,1621%
Bestinver Global, FP	10.969.921	0,5485%	0,5485%
Bestvalue, FI	10.951.648	0,5476%	0,5476%
Soixa Sicav, SA	7.307.022	0,3654%	0,3654%
Bestinver Ahorro, Fondo de Pensiones	6.099.342	0,3050%	0,3050%
Bestinver Mixto, F.I.M.	6.040.310	0,3020%	0,3020%
Bestinver Sicav - Bestifund	3.939.262	0,1970%	0,1970%
Bestinver Sicav - Iberian	2.995.062	0,1498%	0,1498%
Bestinver Renta, F.I.M.	2.423.787	0,1212%	0,1212%
Bestinver Prevision, FP	755.763	0,0378%	0,0378%
Divalsa de Inversiones Simcav	290.408	0,0145%	0,0145%

Bestinver Empleo, FP	285.654	0,0143%	0,0143%
Linker Inversiones, Sicmav	190.583	0,0095%	0,0095%
Bestinver Futuro EPSV	90.870	0,0045%	0,0045%
Bestinver Empleo III, Fonde de Pensiones	87.135	0,0044%	0,0044%
Bestinver Empleo II, F	77.958	0,0039%	0,0039%
Total imputável	153.503.619	7,6752%	7,6752%
Norges Bank (Banco Central da Noruega)	40.100.985	2,0050%	2,0050%
Total imputável	40.100.985	2,0050%	2,0050%

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "ultimate beneficial owner", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de ações detidas por acionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae SGPS, SA:



Número de ações a 31 de dezembro de 2012

Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	200.100.000
Pareuro, BV	2.000.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	849.533.095



Declaração nos termos do Artigo 245º, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 12 de março 2013

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo, Presidente

Álvaro Carmona e Costa Portela, membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia, membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe, membro do Conselho de Administração

Christine Cross, membro do Conselho de Administração

Michel Marie Bon, membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino, membro do Conselho de Administração

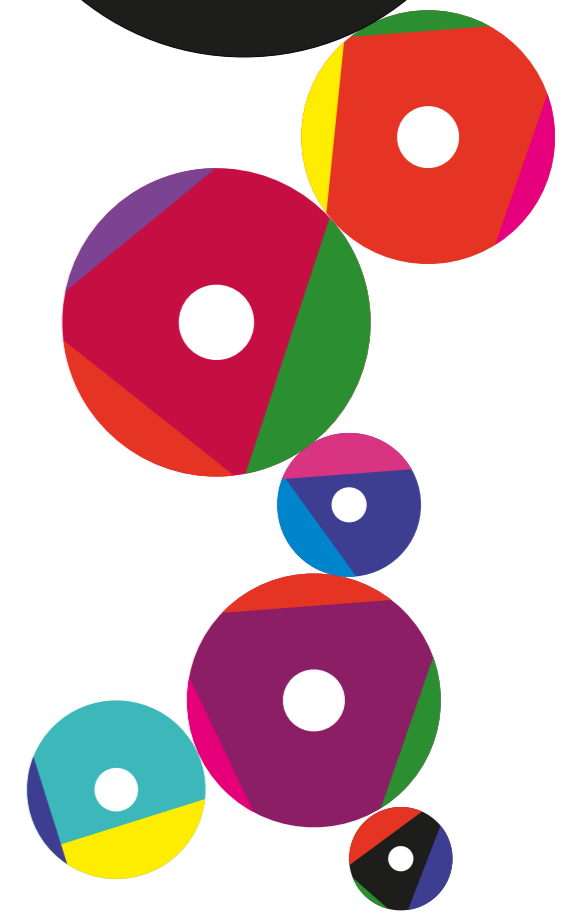
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, CEO

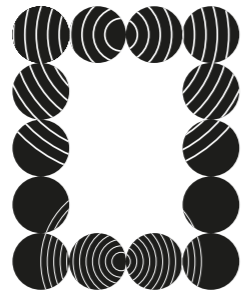
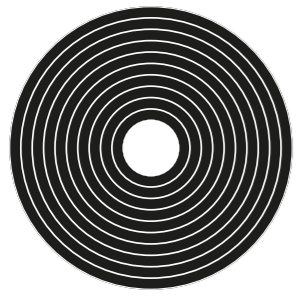
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão, membro da Comissão Executiva

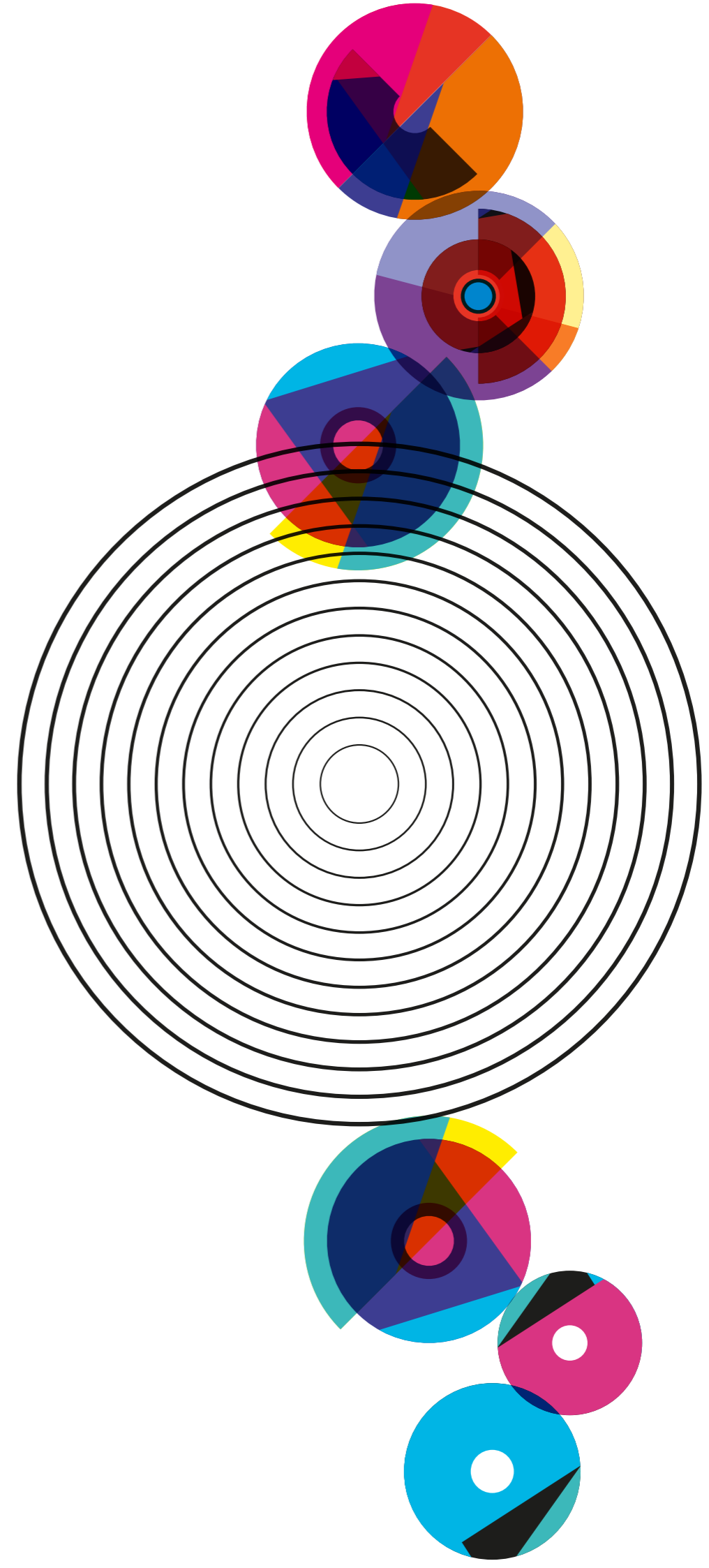


SONAE RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE 2012





DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. Normas adotadas

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 1/2010, de 1 de fevereiro, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM em vigor na data da sua emissão.

O Anexo II ao presente Relatório contém um índice remissivo que permite estabelecer as equivalências do texto com o esquema temático estabelecido no Anexo I do Regulamento n.º 1/2010 da CMVM.

Todas as remissões devem ser consideradas efetuadas para o presente Relatório, salvo quando informação diversa for expressamente referida.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2012.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM.

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades publicado pela CMVM em dezembro de 2010.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

0.2. Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades integralmente adoptadas ou não aplicáveis

I ASSEMBLEIA GERAL

I.1 | Mesa da Assembleia Geral

I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.1.2.

O Presidente de Mesa da Assembleia Geral dispõe do apoio de elementos dos departamentos Legal e Administrativo da Sociedade na preparação de cada Assembleia Geral. Dispõe, igualmente, de apoio logístico específico para a divulgação do aviso convocatório da Assembleia Geral, bem como para a receção da documentação enviada por acionistas da Sociedade que lhe seja dirigida. A Sonae assegura, ainda, a logística inerente aos contactos do Presidente da Mesa com os acionistas, de forma a permitir a entrega de todos os documentos necessários à sua participação, assim incentivando a presença daqueles na Assembleia Geral.

I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 6.6.

A Sociedade divulga a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral bem como a do Secretário, nos termos deste Relatório.

I.2 | Participação na Assembleia

I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela Mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.

I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.

RECOMENDAÇÕES INTEGRALMENTE ADOTADAS

Secção 5.2.1.

O Código dos Valores Mobiliários foi objeto de uma alteração legislativa operada pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de maio, introduzindo modificações substanciais na forma de participação dos acionistas nas Assembleias Gerais das sociedades emitentes de ações admitidas a negociação em mercado regulamentado, entre as quais, eliminou a necessidade de bloqueio das ações durante um período prévio à data da Assembleia Geral.

I.3 | Voto e Exercício do Direito de Voto

I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 5.2.4. a 5.2.6.

Os Estatutos permitem o voto por correspondência, por via postal ou por via eletrónica, relativamente a todas as matérias da ordem de trabalhos, conforme alteração aprovada na Assembleia Geral Anual de 20 de abril de 2009. O voto por correspondência eletrónico tem vindo a ser implementado desde a Assembleia Geral Extraordinária de 9 de novembro de 2009.

I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.2.4.

Nos Estatutos encontra-se estabelecido um prazo de antecedência de três dias úteis para a receção de votos por correspondência, por via postal ou por via eletrónica.

I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.2.2.

Na Sociedade existe uma única classe de ações com direitos igualitários, em que a cada ação corresponde um voto.

I.4 | Quórum Deliberativo

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.1.

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto.

I.5 | Atas e Informação sobre Deliberações Adotadas

I.5.1 Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.1.1.

No website da Sociedade – www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa a Assembleias Gerais) – encontra-se disponível a informação sobre as deliberações adotadas nas Assembleias Gerais da Sociedade reunidas nos últimos cinco anos, bem como o capital representado e os respetivos resultados das votações.

I.6 | Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades

I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 5.2.2., 9.3. e 9.4.

A Sociedade não adotou quaisquer medidas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição e não tem conhecimento de que qualquer medida com esse propósito tenha sido tomada pelos acionistas. Não existem limitações estatutárias ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista, pelo que se encontram integralmente observados os propósitos da recomendação.

I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 9.6.

Não foram adotadas ou estabelecidas quaisquer medidas desta natureza.

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

II.1 | Temas Gerais

II.1.1 | Estrutura e Competência

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 0.5.

O Conselho de Administração avaliou o modelo de governo da Sociedade adotado e não detetou quaisquer restrições suscetíveis de afetar o seu desempenho.

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 7.

Encontram-se instituídos pelo Conselho de Administração sistemas internos de controlo de risco com as componentes adequadas.

II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 2.3.1., 3.1., 4.1.1. e 4.2.1.

O Conselho de Administração assegura proactivamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias e pronunciando-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa a Assembleias Gerais).

II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 6.3.3. e 7.

Informação constante do presente Relatório.

II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 2.1.6. e 4.1.5.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram os respetivos regulamentos que se encontram disponíveis no website – www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade).

II.1.2 | Incompatibilidades e Independência

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.4., 2.1.1. e 2.1.2.

O Conselho de Administração é constituído por um total de dez membros, dos quais sete são não executivos.

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.4., 2.1.2. e 2.3.3.

O Conselho de Administração conta com cinco membros não executivos independentes.

II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.4. e 2.1.2.

O Conselho de Administração procede anualmente a uma avaliação de independência dos seus membros não executivos independentes, fornecendo os seus membros informação individualizada para essa aferição.

II.1.3 | Elegibilidade e Nomeação

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 4.1.2. e Anexo I

O Presidente do Conselho Fiscal, tal como todos os membros deste órgão, são independentes, de acordo com os critérios estabelecidos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e possuem as aptidões e experiência necessárias ao exercício das suas funções.

II.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 2.1.3. e 2.3.2.

Os candidatos a administradores não executivos por cooptação são identificados pela Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração, a qual é integralmente composta por membros não executivos do Conselho, com o apoio de consultores internacionais com expertise em matéria de recrutamento e seleção de gestores de topo.

II.1.4 | Política de Comunicação de Irregularidades

II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorrida no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 8.

A política de comunicação de irregularidades observa os procedimentos que se encontram descritos no Código de Conduta disponível no website - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade).

A receção da participação de irregularidades relativas a colaboradores foi centralizada no Provedor da Sonae e as relativas a membros dos órgãos sociais, centralizadas no responsável do Governo Corporativo.

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 8.

As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades encontram-se descritas neste Relatório.

II.1.5 | Remuneração

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:

(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.

(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.

(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 6.

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi deliberada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, sob proposta da Comissão de Vencimentos e observa as regras contidas na presente recomendação.

II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A declaração sobre a política de remunerações da Sociedade aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 -ponto 4 da Agenda- está disponível em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa a Assembleias Gerais).

II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A declaração sobre a política de remuneração da Sociedade aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 -ponto 4 da Agenda- está disponível em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa a Assembleias Gerais).

II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O plano do prémio variável de médio prazo, incluindo a respetiva execução, foi aprovado na Assembleia Geral anual realizada a 30 de abril 2012. Não se encontra adotado nenhum plano de benefícios de reforma - ponto 4 da Agenda disponível em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa a Assembleias Gerais).



II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.1.3.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril 2012 esteve presente um membro da Comissão de Vencimentos.

II.2 | Conselho de Administração

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 2.2.

A administração quotidiana da Sonae encontra-se delegada na Comissão Executiva.

II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 2.2.1.

As competências do Conselho de Administração delegadas na Comissão Executiva encontram-se descritas neste Relatório e observam as regras constantes desta recomendação.

II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 2.1.2.

O Presidente do Conselho de Administração não tem funções executivas.

II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 2.3.3.

Este Relatório, enquanto anexo do Relatório Anual de Gestão, contém a respetiva descrição.

II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 2.2.1.

Encontra-se explicitada neste Relatório a política de rotação dos pelouros.

II.3 | Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.4. e 2.2.3.

A Comissão Executiva disponibiliza o conteúdo de todas as deliberações por si tomadas ao Conselho de Administração, ao longo do ano, de forma tempestiva. Os membros executivos prestam aos membros não executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos.

II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.4. e 2.2.3.

O Presidente da Comissão Executiva disponibilizou ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal toda a informação relativa às reuniões realizadas.

II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O modelo de governo adotado não inclui um Conselho de Administração Executivo.

II.4 | Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O modelo de governo adotado não inclui um Conselho Geral e de Supervisão.

II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Informação relativa ao Conselho Fiscal está disponível em www.sonae.pt, juntamente com a informação financeira (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais).

II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Informação relativa ao Conselho Fiscal constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 2012, está disponível em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais), juntamente com os documentos de prestação de contas anuais a serem submetidos à apreciação anual da Assembleia Geral de Acionistas.



II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 4. e 5.

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade). O Revisor Oficial de Contas foi eleito na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2011, sob proposta apresentada pelo Conselho Fiscal.

II.4.5 O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal, onde se encontra avaliada a atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas.

II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 0.5., 4.1.1. e 7.3.

O Conselho Fiscal estabelece com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, recebe reporte periódico da atividade desenvolvida, avalia os resultados e conclusões apuradas, afere da existência de eventuais irregularidades e emite as diretrizes que entender por convenientes.

II.5 | Comissões Especializadas

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 2.3.1. e 2.3.2.

O Conselho de Administração constituiu duas comissões especializadas compostas por membros não executivos, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade. Encontram-se em funcionamento a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.

II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 5.1.3.

A Comissão de Nomeação e Remunerações, integralmente composta por administradores não executivos, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências. Estas funções são apoiadas por consultores internacionais de reputada competência, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pela autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e reconhecimento do mercado.

II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 2.3.1. e 2.3.2.

São elaboradas atas das reuniões das comissões, em conformidade com as normas do seu funcionamento estabelecidas no Regulamento do Conselho de Administração, disponível no website da Sonae - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade).

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 | Deveres Gerais de Informação

III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 9.1.3.

A Sociedade dispõe de uma Direção de Relações com Investidores que disponibiliza aos investidores e à comunidade financeira, informação regular e relevante.

III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Toda a informação recomendada encontra-se disponível em versão inglesa no website da Sociedade - www.sonae.pt.

III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 4.2.2. e 4.2.3.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade iniciou o seu terceiro mandato em 2011, tendo sido eleito pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 4.2.1.

O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2012 nos termos do seu relatório anual de auditoria sujeito a apreciação da Assembleia Geral Anual de Acionistas e disponível em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais).



III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secções 4.1.1 e 6.5.

Os serviços prestados pelo auditor externo da Sociedade foram aprovados pelo Conselho Fiscal dentro dos princípios recomendados.

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1 | Relações com Acionistas

IV.1.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 9.12.

A Sonae pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de checks and balances, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Secção 9.12.

A Sonae aprovou e tem em prática um procedimento interno formal com vista à obtenção de parecer do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças previamente à realização pela Comissão Executiva de negócios com acionistas titulares de participações qualificadas, ou com entidades que com estes se encontrem numa relação de entre as elencadas nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, quando tais transações envolvam um interesse superior a 100 milhões de euros. Todas as transações com as entidades referidas em excesso de 10 milhões de euros são ainda objeto de reporte semestral a esses dois órgãos.

0.3. Recomendação da CMVM adotada de acordo com justificação apresentada

II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

Belmiro Mendes de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e membro não executivo deste órgão, integra a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleito para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista maioritária, Efanor Investimentos, SGPS, S.A.. A sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de Presidente do Conselho de Administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, este membro não toma parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses.

0.4. Apreciação do Conselho de Administração sobre a independência de membros não executivos

O Conselho de Administração não detetou qualquer facto ou circunstância que afete ou interfira com a independência dos seus membros não executivos assinalados como independentes, tendo baseado esta apreciação em informação escrita prestada pelos membros independentes, à luz dos critérios estabelecidos na Recomendação II.1.2.3 da CMVM.

0.5. Declaração do Conselho de Administração sobre a sua avaliação do modelo de governo adotado (emitida no âmbito da recomendação II.1.1.1 da CMVM)

Esta Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é centralizada no Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização inclui um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas. Durante o exercício de 2012, este modelo permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões especializadas, não tendo sido reportada a existência de constrangimentos ao livre exercício das suas funções por outros órgãos sociais.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito, através da disponibilização regular de informação pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e teve livre acesso à informação, bem como procedeu aos exames e verificações considerados, por si e pelo Conselho Fiscal, como necessários ou úteis ao rigoroso cumprimento dos seus deveres legais e recomendatórios. Na prossecução da sua ação, atuou em interação e sob avaliação direta daquele referido órgão de fiscalização, a quem apresentou primordialmente os seus relatórios, no quadro das respetivas competências e responsabilidades.

Os órgãos de fiscalização tiveram plena colaboração da Auditoria Interna a quem, no cumprimento do escopo das suas funções, dirigiram solicitações funcionais e de quem obtiveram uma colaboração isenta, profissional e tempestiva.

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva reportaram ao Conselho Fiscal a sua atividade ao longo do exercício, e nos termos adequados, agindo com transparência e rigor de acordo com as normas legais e as Recomendações do Código de Governo adotado.

Em geral, os órgãos de administração e fiscalização mantiveram e aplicaram as regras e procedimentos adotados para garantia de continuidade e de aprofundamento da experiência acumulada, especialmente vocacionados para:

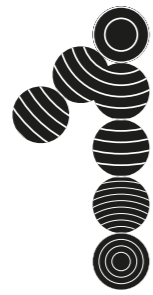
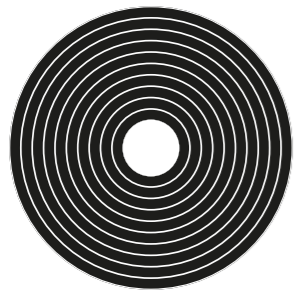
- Agilizar o exercício das competências dos órgãos fiscalizador e de gestão, assegurando um consistente fluxo de informação entre órgãos e uma interação real entre o Conselho de Administração (com o suporte ativo da sua Comissão de Auditoria e Finanças, enquanto comissão especializada deste órgão composta integralmente por administradores não executivos independentes) e Comissão Executiva, enquanto responsáveis pela gestão, por um lado, e Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização, por outro;

- Assegurar a excelência e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo órgão de administração e avaliados pelo órgão de fiscalização tendo em vista o seu ajustamento às características e necessidades da Sociedade;

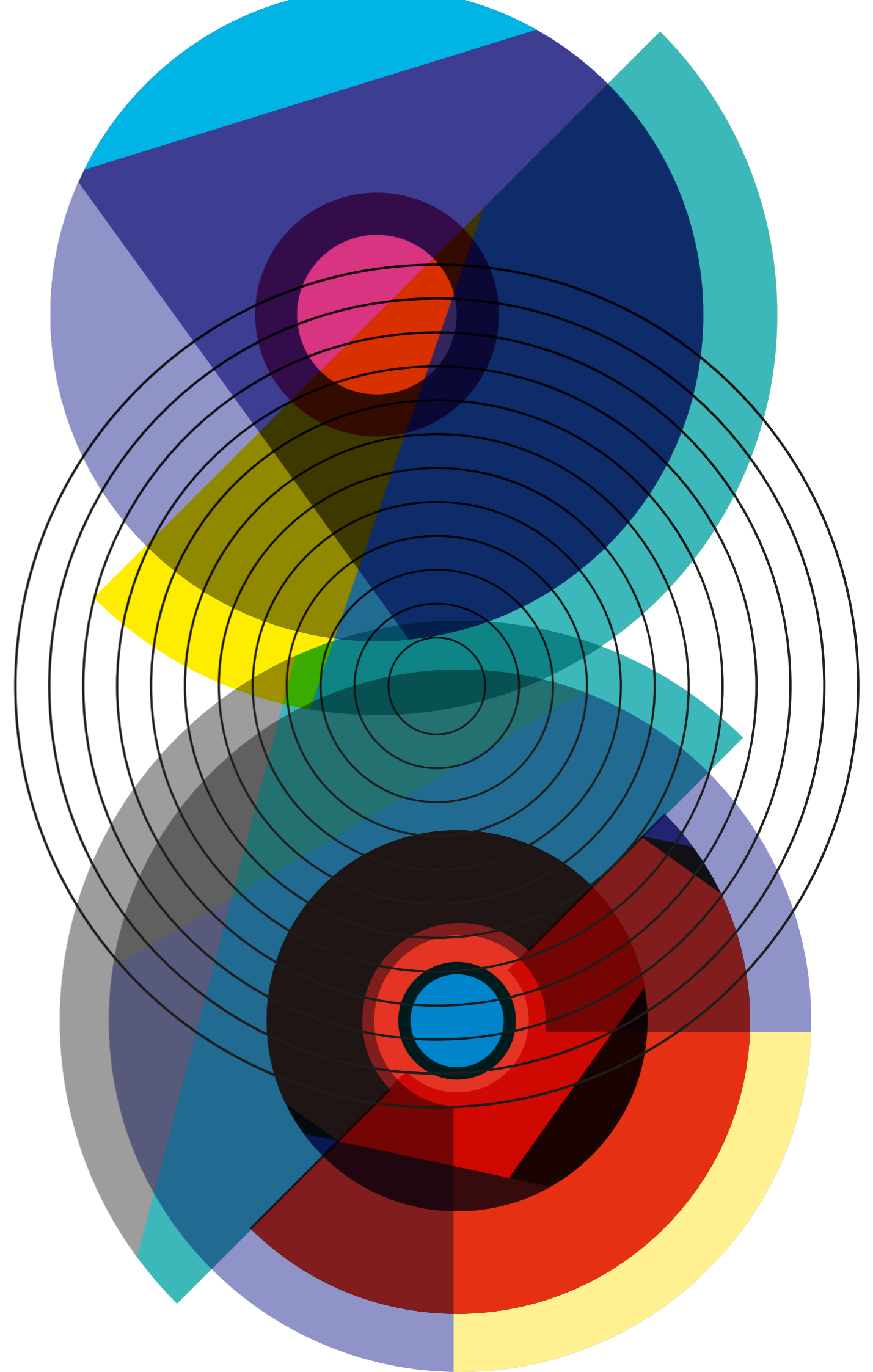
- Garantir a intervenção apriorística do órgão de fiscalização nas transações com partes relacionadas nos termos recomendados;

- Enquadrar o processo de apreciação e divulgação de informação financeira.

Entende assim o Conselho de Administração que o modelo de governo presentemente adotado continua a revelar-se adequado à prossecução dos seus princípios de rigor e transparência da gestão desta Sociedade, sempre perspetivado criticamente pela necessidade da atualização integrada das suas regras e procedimentos em alinhamento com o sentido evolutivo das melhores práticas e standards europeus e internacionais em matéria de governo corporativo.



ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

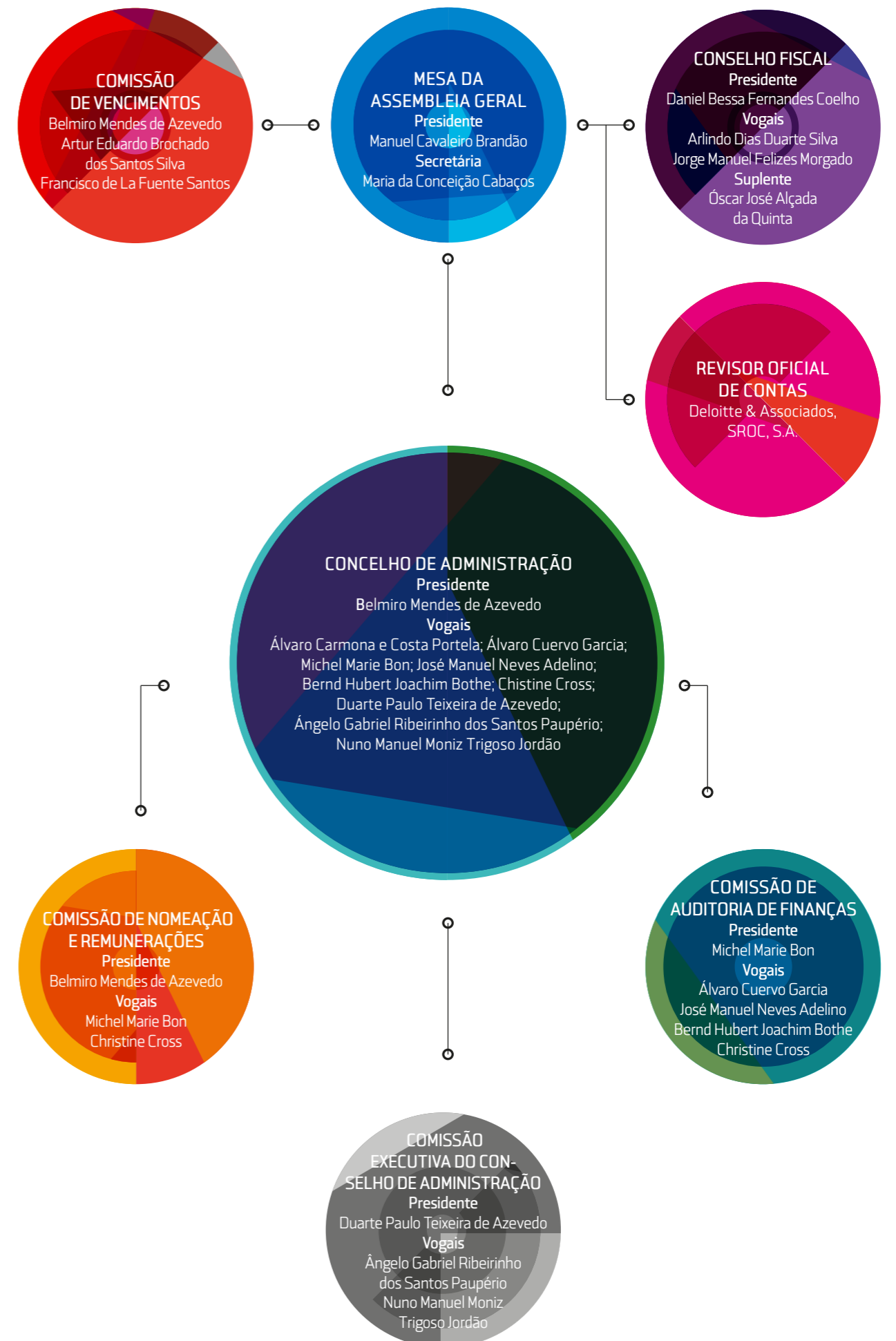


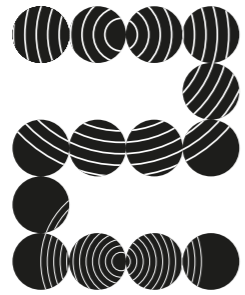
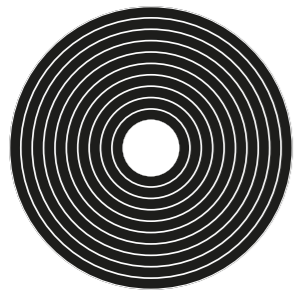
ORGÃOS DA SOCIEDADE

São órgãos da Sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. Os membros que integram os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, a qual, igualmente elege os membros da sua Mesa e os membros da Comissão de Vencimentos.

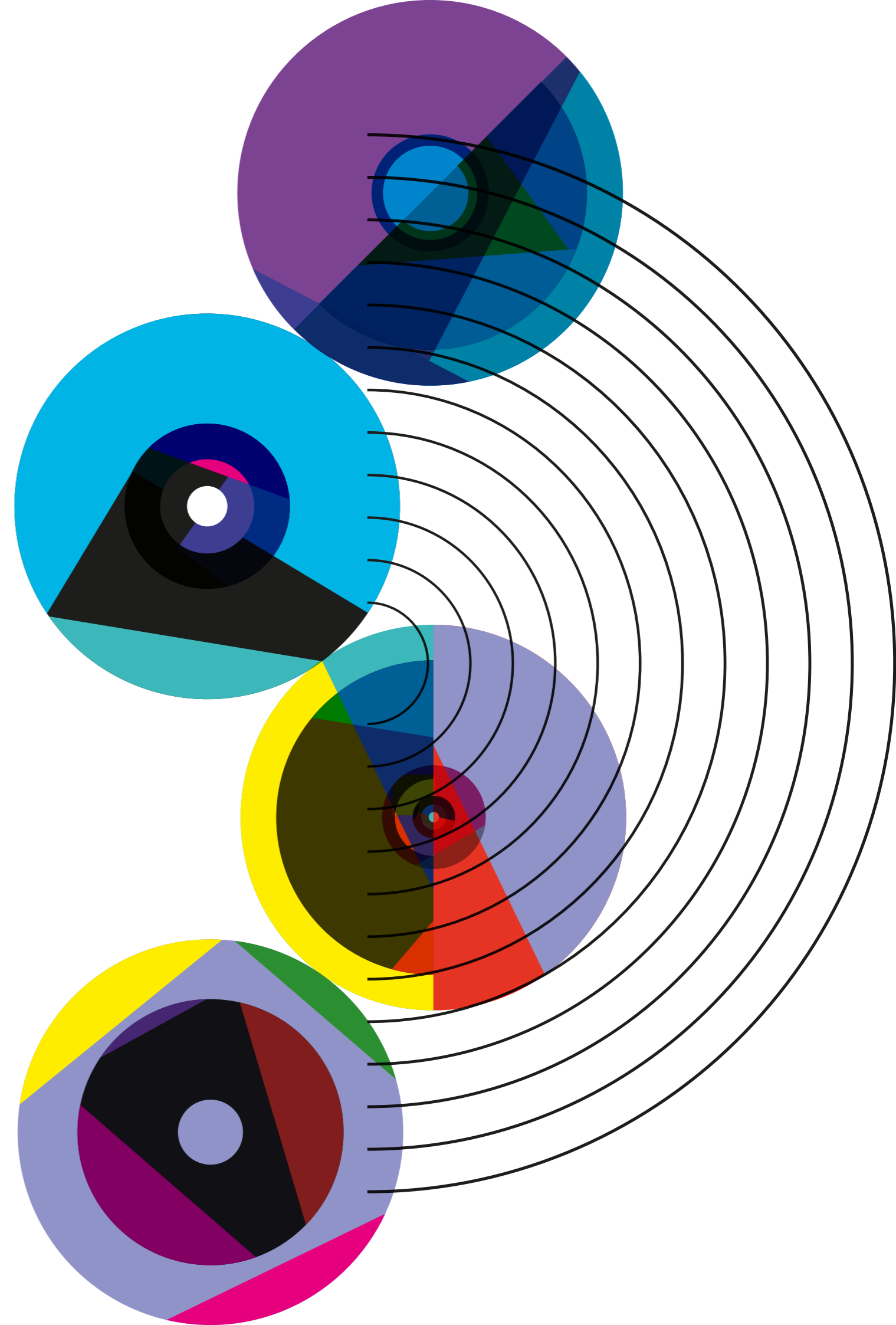
O Conselho de Administração, nos termos autorizados pelos Estatutos, delegou a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva.

Os membros dos órgãos sociais, da Mesa da Assembleia Geral e da Comissão de Vencimentos são eleitos por um quadriénio, sem prejuízo da possibilidade da sua reeleição.





ADMINISTRAÇÃO





ADMINISTRAÇÃO



Michel Marie Bon, Bernd Bothe, Nuno Jordão, José Manuel Neves Adelino, Paulo Azevedo, Álvaro Cuervo García, Belmiro de Azevedo, Álvaro Portela, Christine Cross e Ângelo Paupério

2.1. Conselho de Administração

2.1.1. Função

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica e proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas.

2.1.2. Composição

No atual mandato, que se iniciou em 2011 e tem o seu termo em 2014, a composição do Conselho de Administração é a seguinte:

Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo	Presidente – Não-Executivo
Álvaro Carmona e Costa Portela	Não-Executivo
Álvaro Cuervo Garcia	Não-Executivo Independente
Michel Marie Bon	Não-Executivo Independente
José Manuel Neves Adelino	Não-Executivo Independente
Bernd Hubert Joachim Bothe	Não-Executivo Independente
Christine Cross	Não-Executivo Independente
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente Comissão Executiva
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Executivo
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Executivo

Os membros do Conselho de Administração foram primeiramente eleitos nos termos seguintes:

Histórico de Nomeação do Conselho de Administração

	Primeira nomeação	Fim do mandato
Belmiro Mendes de Azevedo	1989	2014
Álvaro Carmona e Costa Portela	1999	2014
Álvaro Cuervo Garcia	2004	2014
Michel Marie Bon	2004	2014
José Manuel Neves Adelino	2007	2014
Bernd Hubert Joachim Bothe	2009	2014
Christine Cross	2009	2014
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2000	2014
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	2000	2014
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	1999	2014

A composição do Conselho de Administração respeita um equilíbrio entre o número de administradores executivos e não executivos. Dos sete administradores não executivos que atualmente integram o Conselho, cinco são independentes de acordo com o critério de independência estabelecido pelo n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais. Os cinco administradores não executivos independentes não estão abrangidos por qualquer das incompatibilidades listadas no n.º 1 do art.º 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, reconhecendo o Conselho de Administração que o exercício de cargos de administração ou fiscalização em mais de cinco sociedades não afeta a independência dos administradores abrangidos.

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos administradores encontram-se divulgadas no Anexo I a este Relatório.

A detenção pelos administradores, diretamente ou através de pessoas relacionadas, de ações da Sociedade, e/ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, encontra-se divulgada em anexo ao Relatório Anual de Gestão, nos termos exigidos pelo artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e pelo n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.

2.1.3. Regras de designação e de substituição dos administradores

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de onze, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

Os administradores, nos termos da lei e dos Estatutos, são eleitos para o Conselho de Administração nos termos constantes da proposta aprovada pela Assembleia Geral.

Os Estatutos prevêem, todavia, que um administrador possa ser eleito individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O mesmo acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas.

Encontra-se, ainda, estabelecido estatutariamente que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remunerações, composta exclusivamente por administradores não executivos, é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador com o perfil adequado ao exercício dessas funções.

Todavia, a falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador eleito ao abrigo das regras especiais acima descritas determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o seu Presidente.

2.1.4. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

A competência atribuída pelos Estatutos ao Conselho de Administração para aumentar o capital da Sociedade cessou a sua vigência em abril de 2011, pelo que, a partir daquela data, tal competência reside exclusivamente na Assembleia Geral de Acionistas.

2.1.5. Modo de Funcionamento

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento, e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações devem ser aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.

As informações sobre os temas a discutir na reunião são disponibilizadas ao Conselho de Administração com um mínimo de sete dias de antecedência, e os documentos de apoio são distribuídos até dois dias antes da realização da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

Em 2012, realizaram-se 6 reuniões do Conselho de Administração e a taxa de comparência nas reuniões do Conselho de Administração foi de 99,67%.

2.1.6. Regulamento de Funcionamento

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração pode ser consultado na página de Internet da Sonae - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade).

Não foram estabelecidas, internamente, regras relativas a incompatibilidades e a número máximo de cargos acumuláveis.

2.2. Comissão Executiva

2.2.1. Função e pelouros

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração.

A deliberação de delegação efetuada pelo Conselho de Administração excluiu as seguintes matérias que se mantêm na competência exclusiva do Conselho de Administração:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Coptação de administradores;
- (iii) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação do Relatório e Demonstrações Financeiras;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais;
- (vi) Deliberações sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberações sobre projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- (viii) Aprovação da estratégia de gestão do portfolio de negócios;
- (ix) Aprovação do orçamento anual e de quaisquer alterações significativas subsequentes.

Nos termos da política estabelecida de não rotação obrigatória de pelouros, todos os membros da Comissão Executiva, incluindo o Presidente da Comissão Executiva, partilham responsabilidades em mais do que um pelouro, sendo a alocação dessas responsabilidades efetuada em função do perfil e da experiência de cada membro. A existência de rotação periódica de pelouros, que todavia não é obrigatória enquanto política, poderá ocorrer se, apreciadas as circunstâncias, tal for necessário ou conveniente ao melhor desempenho das responsabilidades da gestão.

2.2.2. Composição

A Comissão Executiva é constituída por membros do Conselho de Administração e tem, desde a Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2011, a seguinte composição:



Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Presidente

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

2.2.3. Modo de Funcionamento

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Para que a Comissão Executiva delibere validamente, é necessário que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada. As deliberações tomadas devem ser aprovadas por maioria, tendo o Presidente um voto de qualidade quando a Comissão Executiva tenha um número par de membros.

As informações sobre os temas a discutir na reunião são disponibilizadas à Comissão Executiva até 7 dias antes, e os documentos de apoio até 2 dias antes da realização da respetiva reunião.

Nos termos do seu regulamento de funcionamento aprovado pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva apresenta um resumo, em português e inglês, das principais deliberações por si tomadas, nos documentos a distribuir em cada reunião do Conselho de Administração.

Estas deliberações, assim como as convocatórias das respetivas reuniões, são disponibilizadas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal.

A Comissão Executiva fornece ainda, atempadamente, todas as informações solicitadas pelos outros membros do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

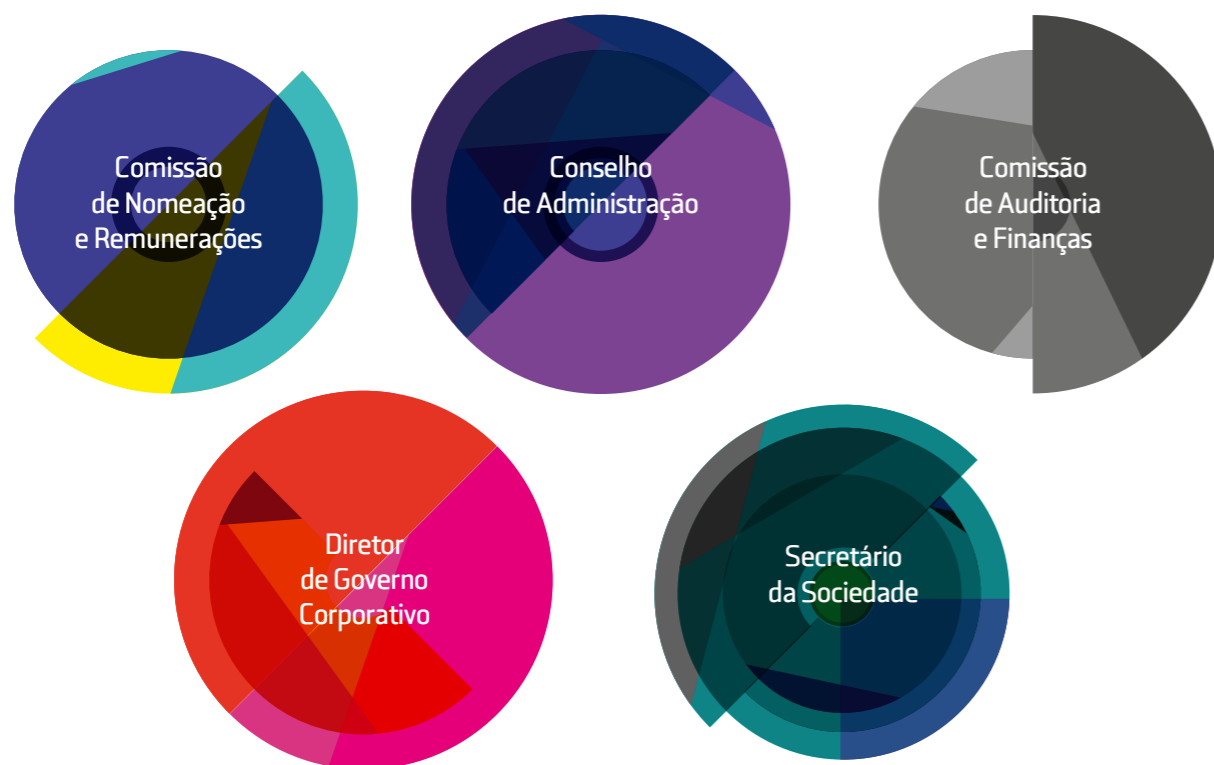
As atas são registadas no respetivo livro.

Sem prejuízo dos contatos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, realizaram-se 17 reuniões da Comissão Executiva em 2012, com uma taxa de comparência de 100 %.



Nuno Jordão, Paulo Azevedo e Ángelo Paupério

2.3. Comissões Internas do Conselho de Administração e funções de apoio



2.3.1. Comissão de Auditoria e Finanças ("CAF")

Função

A CAF é uma comissão interna designada pelo Conselho de Administração, composta por administradores não executivos independentes, cujo funcionamento se encontra estabelecido no Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento da atividade da Comissão Executiva numa ótica de gestão da sociedade, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades da CAF, enquanto comissão interna do Conselho de Administração, são:

- (i) Rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas pelo Conselho de Administração;
- (ii) Aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os acionistas e os mercados financeiros, a serem incluídos nas Demonstrações Financeiras Anuais e Semestrais da Sociedade, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;

(iii) Aconselhar o Conselho de Administração, integrando a avaliação e apontando as sugestões formuladas pelo Conselho Fiscal, sobre a adequação e qualidade da informação fornecida pela Comissão Executiva, e sobre os sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Sociedade;

(iv) Acompanhar a atividade da Auditoria Interna em sintonia com os planos validados pelo Conselho Fiscal, e formular conclusões ao Conselho de Administração;

(v) Avaliar os procedimentos operacionais de forma a garantir a monitorização do controlo interno, a gestão eficiente dos riscos, a tempestiva circulação de informação e a fiabilidade do processo de preparação e divulgação de informação financeira;

(vi) Assegurar o fluxo de informação com o órgão de fiscalização e processar as solicitações dirigidas por aquele ao Conselho de Administração;

(vii) Zelar pela observância das políticas de Governo Corporativo adotadas pela Sociedade, e pela observância das normas e práticas de relato financeiro;

(viii) Acompanhar os rácios financeiros formais e informais divulgados sobre a Sociedade, incluindo relatórios publicados por agências de rating;

(ix) Emitir parecer sobre transações de relevância significativa realizadas pela Sociedade com partes relacionadas.

Composição

A CAF é constituída por cinco membros designados pelo Conselho de Administração, sendo todos eles administradores não executivos independentes.

Comissão de Auditoria e Finanças

Michel Marie Bon Presidente	Não Executivo Independente
Álvaro Cuervo Garcia	Não Executivo Independente
José Manuel Neves Adelino	Não Executivo Independente
Bernd Hubert Joachim Bothe	Não Executivo Independente
Christine Cross	Não Executivo Independente

**Modo de Funcionamento**

Esta Comissão reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração, ou a Comissão Executiva considerem necessário.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

2.3.2. Comissão de Nomeação e Remunerações ("CNR")**Função**

A CNR funciona em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração, sendo responsável pela identificação de potenciais candidatos com perfil para o desempenho de funções de administrador (na esfera do exercício do direito de cooptação pelo Conselho), pela preparação da informação relativa à avaliação do desempenho dos administradores e pela apresentação das propostas de remuneração dos administradores executivos à Comissão de Vencimentos.

Comissão de Nomeação e Remunerações

Belmiro Mendes de Azevedo
Presidente

Michel Marie Bon

Christine Cross

Não-Executivo Não-Independente

Não-Executivo Independente

Não-Executivo Independente

Modo de Funcionamento

A CNR reúne-se pelo menos uma vez por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CNR mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

2.3.3. Atividade desenvolvida pelos administradores não executivos

Os administradores não executivos desempenham uma função independente no acompanhamento continuado das decisões de gestão, exercendo uma importante influência sobre o processo de decisão e sobre o desenvolvimento da estratégia e definição de políticas, quer no seio do Conselho de Administração, quer na atividade desenvolvida pelas comissões especializadas do Conselho cuja composição integram (CAF e CNR).

A CNR trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na preparação da proposta sobre a política de remuneração e compensação dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos sociais a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

A CNR tem à sua disposição, em partilha com a Comissão de Vencimentos, o recurso a serviços de entidades externas especializadas, cuja idoneidade, competência e independência são reconhecidas pelo mercado.

Composição

A CNR integra o Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos independentes, também designados pelo Conselho de Administração:

No decurso do exercício de 2012, a CAF reuniu 5 vezes, com uma taxa de comparência de 96%, tendo exercido as funções descritas em 2.3.1.

A CNR reuniu 2 vezes com uma taxa de comparência de 100%. A atividade desenvolvida seguiu as funções descritas na secção 2.3.2., e refletiu o procedimento de aprovação da política remuneratória descrito na secção 6.7.

No exercício das suas competências, os membros não executivos não encontraram quaisquer restrições à execução das suas funções.

2.3.4. Diretor de Governo Corporativo ("DGC")

As principais responsabilidades do DGC são:

(i) Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;

(ii) Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado como tal;

(iii) Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;

(iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais;

(v) Organizar as avaliações realizadas pelo Conselho de Administração;

(vi) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades;

(vii) Apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;

(viii) Acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração que visam assegurar que os "Stakeholders" (detentores de interesses na Sonae) e os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;

(ix) Acompanhar o procedimento de nomeação e eleição de Administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;

(x) Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, administradores não executivos no que diz respeito à Sonae e às suas atividades;

(xi) Facilitar e apoiar os administradores não executivos Independentes na afirmação da sua independência;

(xii) Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;

(xiii) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;

(xiv) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;

(xv) Participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

O Diretor de Governo Corporativo é David Graham Shenton Bain.

O DGC reporta ao Conselho de Administração, através do seu Presidente, como também, sempre que apropriado, através do administrador não executivo independente sénior.

2.3.5. Secretário da Sonae

O Secretário da Sonae tem as competências seguintes:

(i) Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;

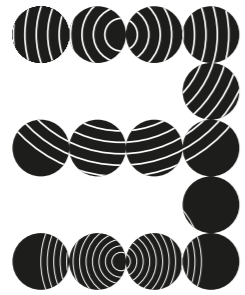
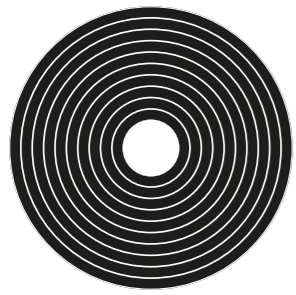
(ii) Enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;

(iii) Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;

(iv) Responder a pedidos de informação dos acionistas no âmbito da lei;

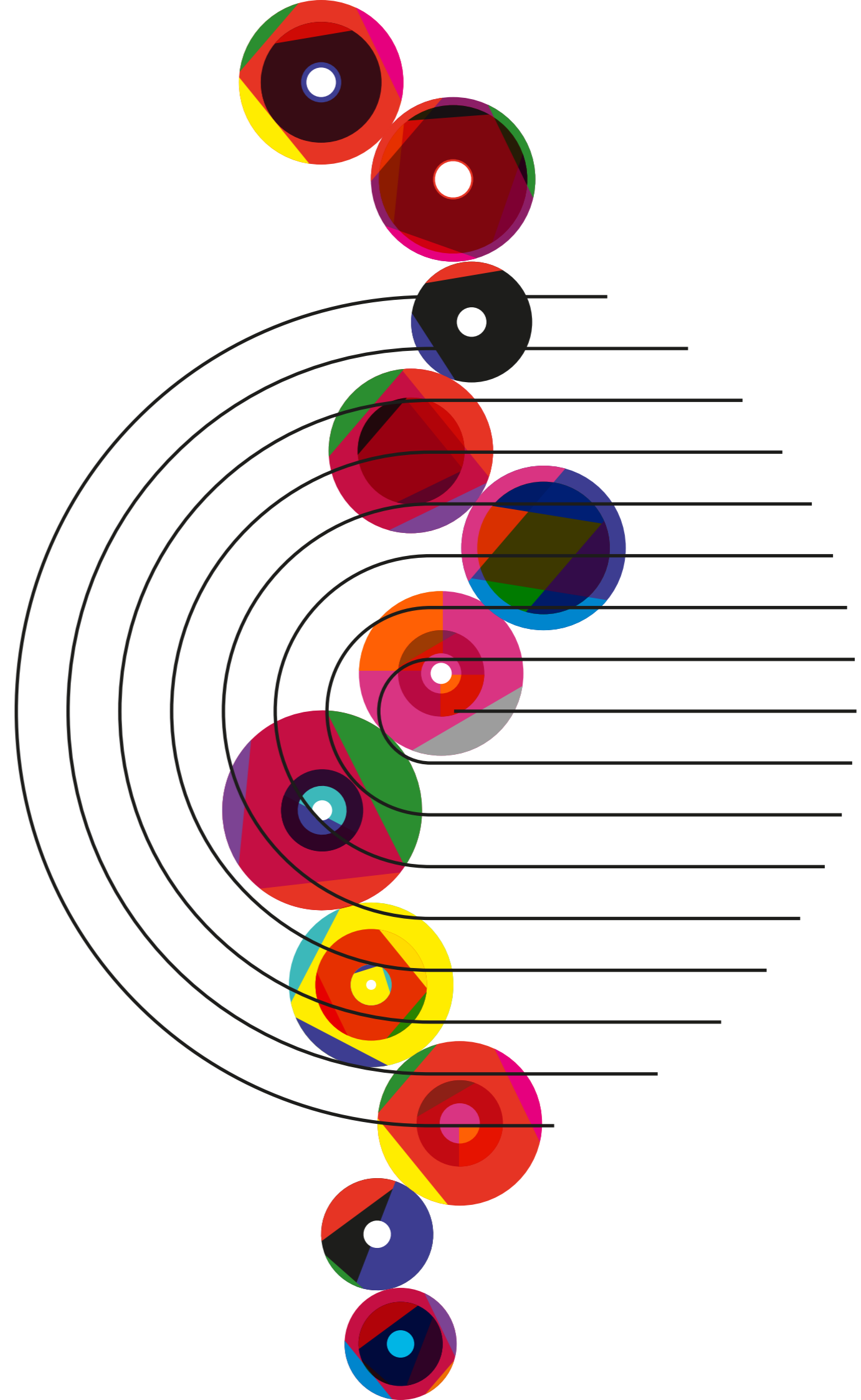
(v) Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

O Secretário da Sociedade é Luzia Gomes Ferreira, sendo suplente Raquel de Sousa Rocha.



ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA CORPORATIVA

- FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS



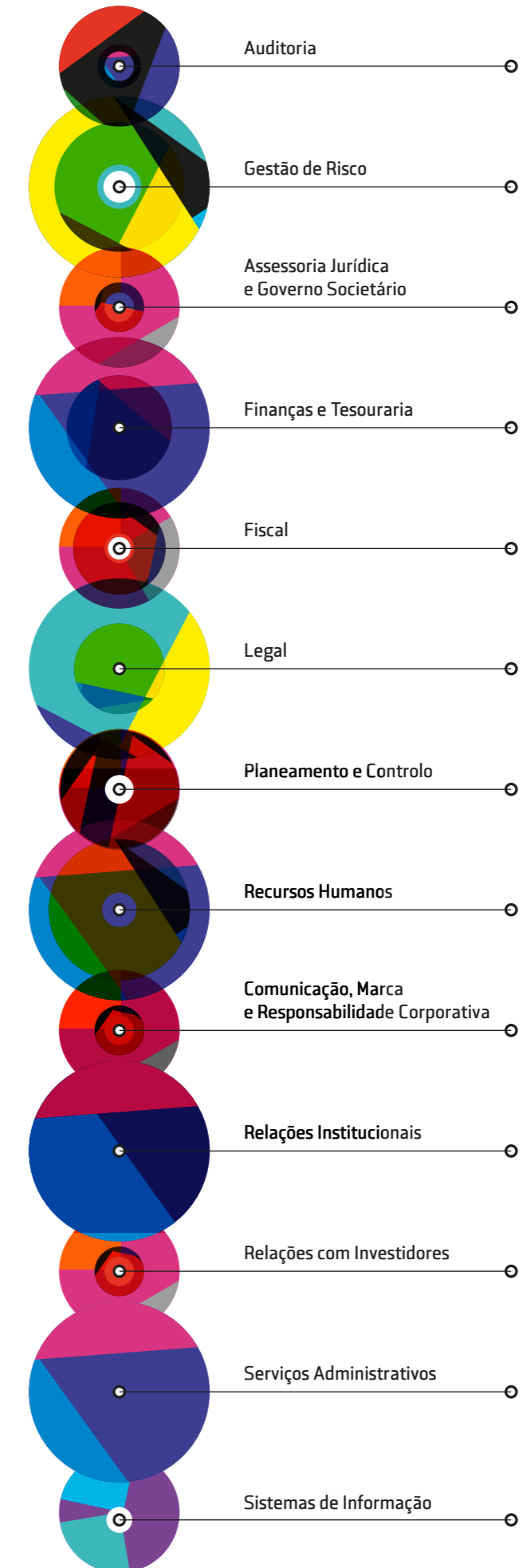


ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA CORPORATIVA – FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS

3.1. Organização do Centro Corporativo

Desde 2009 que o Centro Corporativo da Sonae e o do negócio do retalho foram fundidos numa estrutura corporativa única, geradora de sinergias e que permitiu libertar recursos necessários para os novos desafios, sem aumentar o número de colaboradores da Sonae. Esta mudança teve por objetivo reforçar o foco nas atividades de retalho, nas áreas de negócio relacionadas e nas competências e ativos que a Sonae acredita serem as que têm maior potencial para sustentar o desenvolvimento de novos negócios e criar valor para os seus acionistas.

A proposta de valor do novo centro corporativo assentou na abrangência dos serviços que presta, primordialmente aos negócios de retalho, mas também aos outros negócios da Sonae, permitindo a centralização destas funções, o aumento de eficiência e a consequente captura de sinergias, e evitando a existência de serviços redundantes nos diversos negócios.



**Direção de Gestão de Risco**

Principais responsabilidades:

- (i) Promover uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- (ii) Desenvolver, implementar, rever e manter processos e metodologias de análise e gestão de risco;
- (iii) Apoiar o Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae.

Direção de Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- (i) Execução de auditorias de processos e cumprimento, segurança alimentar e segurança de sistemas de informação do centro corporativo e dos negócios core da Sonae;
- (ii) Apoio operacional à Comissão de Auditoria da Sonae.

Direção de Assessoria Legal e Governo Societário

Principais responsabilidades:

- (i) Apoio legal à atividade da Sonae;
- (ii) Relação com a Euronext Lisboa, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os acionistas, a respeito de assuntos legais;
- (iii) Gestão legal da política do Governo das Sociedades e monitorização do cumprimento das melhores práticas neste domínio;
- (iv) Coordenação e partilha de conhecimentos legais de modo a alinhar posições da Sociedade com as de outros negócios da Sonae.

Direção Financeira e de Tesouraria

Principais responsabilidades:

- (i) Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, propondo e implementando as adequadas políticas de gestão financeira;
- (ii) Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho e assessoria e apoio nas restantes operações de financiamento da Sonae (com exceção da Sonae Sierra) quando para tal solicitado, em coordenação com os Administradores com o pelouro financeiro dos negócios da Sonae;
- (iii) Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;

(iv) Gestão de tesouraria da Sociedade e dos negócios de retalho;

(v) Gestão do risco financeiro da Sociedade e dos negócios de retalho;

(vi) Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais;

(vii) Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;

(viii) Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;

(ix) Apoio à Comissão de Finanças da Sonae.

Direção de Assessoria Fiscal

Principais responsabilidades:

(i) Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais da Sonae;

(ii) Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos fiscais, nomeadamente no apoio à internacionalização dos negócios;

(iii) Apoio fiscal à atividade de fusões e aquisições bem como às operações de reestruturação;

(iv) Relações institucionais, nomeadamente na gestão proactiva das matérias fiscais dos negócios da Sonae;

(v) Otimização da eficiência fiscal da Sonae, nomeadamente:

a. Controlo e monitorização dos procedimentos fiscais de todos os negócios da Sonae;

b. Garantia do cumprimento de todas as obrigações fiscais por parte de todos os negócios;

c. Controlo de todos os grupos fiscais existentes na Sonae;

(vi) Gestão do dossier de preços de transferência da Sonae;

(vii) Monitorização de todos os processos de litigação abertos com a administração fiscal, e gestão da defesa dos negócios da Sonae;

(viii) Consultoria fiscal aos negócios, através do estudo de matérias fiscais.

Direção Legal

Principais responsabilidades:

(i) Monitorizar, controlar e garantir a legalidade das atividades dos negócios de retalho e grossista, incluindo a área de saúde, restauração e património imobiliário;

(ii) Elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais;

(iii) Gestão de todos os aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial usados pelos diferentes negócios tais como marcas, nomes, patentes, logotipos, marketing slogans, domínios, e direitos de autor;

(iv) Apoio legal no dia a dia das lojas, nomeadamente, quando confrontadas com inspeções e intervenções efetuadas por entidades governamentais e oficiais (exemplo: ASAE, Autoridade da Concorrência), bem como na resolução de conflitos com clientes das lojas;

(v) Execução de todas as escrituras públicas, todos os registos e notariado necessários aos negócios, sejam eles de índole comercial, predial ou societário;

(vi) Gestão de todos os processos contenciosos e processos corporativos do retalho, nas fases pré-litigação e durante a litigação;

(vii) Apoio nos vários licenciamentos, necessários aos negócios;

(viii) Acompanhamento da evolução da legislação relevante para os negócios do retalho grossista e imobiliário;

(ix) Acompanhamento legal na gestão de reclamações dos clientes do retalho;

(x) Apoio legal nas operações nacionais e internacionais do retalho e imobiliário, bem como na análise de novas operações nacionais e internacionais, em especial, nestas últimas, no que concerne à envolvente legal dos países analisados.

Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

(i) Apoiar o desenvolvimento da estratégia corporativa e/ou dos negócios;

(ii) Fomentar, liderar e implementar o ciclo de planeamento estratégico anual;

(iii) Liderar e monitorizar o processo anual de orçamento da Sonae, bem como efetuar o respetivo reporte relativo à sua execução;

(iv) Desafiar os negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios da Sonae, a sua performance e resultados;

(v) Preparar e analisar a informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anualmente, analisando desvios face ao orçamento e propondo ações corretivas;

(vi) Apoio às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio: responsável pela análise do capital investido e retorno do capital investido;

(vii) Construir planos de negócio juntamente com as equipas de gestão dos negócios;

(viii) Desenvolver estudos técnicos e de benchmark dos negócios existentes e da Sonae de modo a avaliar a sua performance face a concorrentes e outros players do mercado.



Direção de Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

(i) Gestão dos recursos humanos de topo da Sonae: Presidente do Grupo Consultivo de Recursos Humanos; apoio às funções de gestão dos recursos humanos de topo da Comissão Executiva;

(ii) Gestão da direção de recursos humanos da Sonae, a qual tem por principais funções:

- Definição e implementação estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento;
- Apoiar a Gestão de topo da Sonae na definição das políticas de recursos humanos a diversos níveis;
- Assegurar processos de recrutamento, seleção, formação, gestão administrativa de pessoal e processamento salarial de quadros e operacionais da Sonae, orçamentação de encargos com pessoal e reporte em matérias de recursos humanos;
- Gestão das áreas de medicina e higiene e segurança no trabalho;
- Enquadramento jurídico e procedimental dos negócios na área jurídico-laboral;
- Suporte aos projetos / escritórios / negócios internacionais;
- Representação da empresa junto dos organismos oficiais e associativos ligados a esta área;
- Prestação de serviços de RH a outros negócios da Sonae.

Direção de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa

Principais responsabilidades:

- Gestão da imagem institucional da Sonae e da sua marca;
- Gestão da relação com os Media - Coordenação de mensagens e linhas de comunicação;
- Gestão da Comunicação Interna da Sonae;
- Gestão da área de responsabilidade corporativa, nomeadamente consolidação dos dados e ações de sustentabilidade e voluntariado.

Direção de Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

(i) Apoio à gestão das relações institucionais da Sonae com o Governo, entidades públicas, organizações não-governamentais;

(ii) Representação da Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e gestão dos pedidos de informação daquelas instituições.

Direção de Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

(i) Gestão da relação entre a Sonae e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;

(ii) Apoio à Comissão Executiva e administradores providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais;

(iii) Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

Direção de Serviços Administrativos

Principais responsabilidades:

(i) Gestão eficiente e eficaz dos processos administrativos dos negócios e da Sonae;

(ii) Garantia do controlo dos processos e das transações e da fiabilidade e reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;

(iii) Gestão dos processos administrativos de Contas a Pagar, Contas a Receber, Caixa e Bancos, Stocks e Ativos Tangíveis;

(iv) Registo contabilístico das transações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas.

Direção de Sistemas de Informação

Principais responsabilidades:

(i) Manutenção e suporte das infraestruturas e dos sistemas de informação existentes;

(ii) Desenvolvimento de novas soluções que permitam melhorar a eficiência operacional e comercial dos negócios;

(iii) Promoção da inovação dos sistemas de informação da Sonae.

3.2. Comissões especializadas de Partilha de Conhecimentos

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria da Sonae foi criada em 2000 para assistir a Comissão Executiva na definição de políticas, acompanhando e coordenando as atividades de Auditoria Interna e Externa, e na revisão dos processos e sistemas de controlo interno. Esta comissão reúne trimestralmente, sendo presidida por Ângelo Paupério (membro da Comissão Executiva) incluindo os administradores com pelouro da função, bem como os responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae, o Diretor de Corporate Governance e o Diretor de Gestão de Risco.

Grupo Consultivo de Gestão de Risco

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae, foi criada em 2000 para assistir a Comissão Executiva na definição de políticas, acompanhando e coordenando as actividades de Gestão de Risco. Este grupo reúne trimestralmente, sendo presidido por Ângelo Paupério (membro da Comissão Executiva), e é composto pelos membros do Conselho de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos Directores de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios, pelo Diretor de Corporate Governance, pelo Diretor de Auditoria Interna e pelo responsável da Gestão de Seguros da Sonae.

Comissão de Finanças

A Comissão de Finanças da Sonae é presidida por Ângelo Paupério (membro da Comissão Executiva) e é composta por cada um dos Administradores com pelouro financeiro dos negócios, pelos diretores responsáveis pela área de *corporate finance* em cada um dos negócios e pelos diretores funcionais do centro corporativo da Sociedade, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente para analisar e coordenar as políticas de gestão dos riscos financeiros, as relações com a banca e outros assuntos relativos à área de *corporate finance*.

Para além do mencionado Grupo Consultivo de Gestão de Risco, existem ainda outros grupos consultivos que também revêm as políticas da Sonae nas seguintes áreas:

—● FINOV, um fórum dedicado à inovação, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;

—● Fórum de Sustentabilidade, com a finalidade de partilhar conhecimento e as melhores práticas na área de sustentabilidade, difundindo o tema e identificando tópicos comuns relevantes para encorajar sinergias e coesão na gestão dos vários desafios nesta área;

—● Fórum de Metodologias de Planeamento e Controlo, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo na Sociedade;

—● Fórum Legal, com a finalidade de partilhar experiência e conhecimento entre equipas legais, promovendo a discussão alargada de tópicos de destaque e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos;

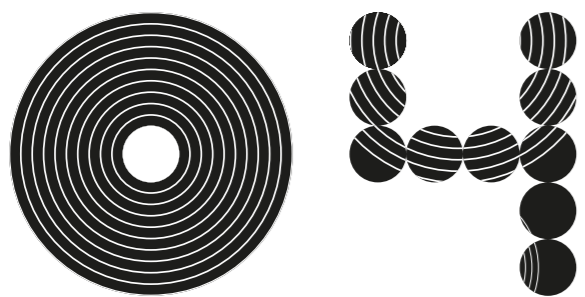
—● Fórum de Recursos Humanos, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores políticas na área de recursos humanos na Sociedade;

—● Fórum de Marketing e Comunicação, com a finalidade de coordenar negociações com os Media, bem como promover a partilha, em seminários, das melhores práticas em Marketing;

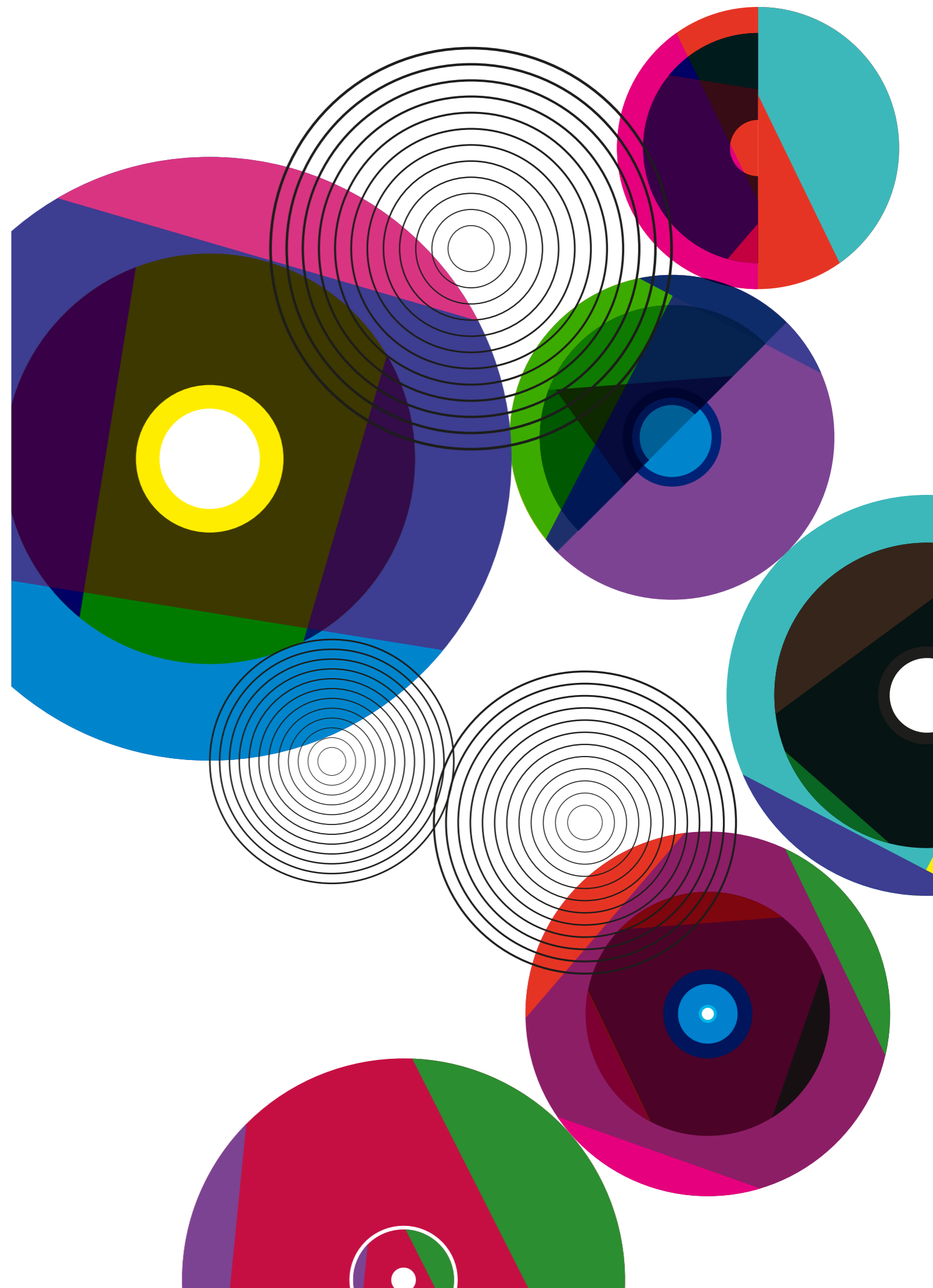
—● Fórum de Engenharia, Construção e Segurança, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores práticas em atividades de engenharia e construção na Sociedade, com especial enfoque em matérias e questões relacionadas com saúde e segurança;

—● Fórum de Negociação, com a finalidade de apresentar, analisar e discutir estratégias de negociação, identificando oportunidades para negociação conjunta e partilha de experiências e conhecimento.

Estes grupos consultivos reúnem-se periodicamente durante o ano organizando seminários, workshops e cursos de formação.



ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE



ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

4.1. Conselho Fiscal

4.1.1. Função

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

- (i) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- (ii) Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- (iii) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- (iv) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- (v) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora dirigido aos acionistas, nele incluindo a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração;
- (vi) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- (vii) Receber as comunicações de irregularidades, apresentadas por acionistas, colaboradores da Sonae ou outros;
- (viii) Representar a Sociedade junto do auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua nomeação e destituição, bem como proceder à avaliação da atividade por este desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primordial destinatário dos respetivos relatórios;
- (ix) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- (x) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas;

(xi) Aprovar a prestação de serviços adicionais aos de auditoria a prestar pelo auditor externo;

(xii) Emitir parecer específico e fundamentado na circunstância de não ocorrer a rotação do auditor ao fim de dois mandatos, ponderando as condições de independência do auditor naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;

(xiii) Supervisionar a auditoria interna;

(xiv) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nos termos dos procedimentos e critérios por si definidos.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal, calendariza na primeira reunião de cada exercício um plano de trabalhos, em que inclui:

A - Acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco;
- avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- emissão de pareceres e recomendações.

B - Supervisão da atividade do Auditor Externo, designadamente, nas seguintes vertentes:

- plano anual de atividade do Auditor Externo;
- acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- fiscalização da independência do Auditor Externo;
- prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação CMVM III.1.5.

C - Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, com o seguinte âmbito:

- plano anual de atividade;
- receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- aferição da existência de eventuais irregularidades;
- emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

D - Informação sobre irregularidades:

Acompanhamento trimestral da atividade desenvolvida pelo Provedor, com aprovação dos procedimentos de receção e tratamento de reclamações e/ou comunicação de irregularidades e apreciação crítica da gestão e resolução de eventuais reclamações.

4.1.2. Composição

De acordo com os Estatutos, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011 e o seu mandato termina em 2014.



Daniel Bessa Fernandes Coelho
Presidente

 Arlindo Dias Duarte Silva

 Jorge Manuel Felizes Morgado

 Óscar José Alçada da Quinta
Suplente

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 91 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho Fiscal procedeu a uma avaliação de independência dos seus membros, através da renovação de declarações escritas emitidas individualmente.

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal são divulgadas infra no Anexo I a este Relatório, e as ações detidas por eles em sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório Anual de Gestão, nos termos exigidos pelo artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e pelo n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.

4.1.3. Regras de designação e de substituição

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode, requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o Presidente, o mesmo será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um substituto para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos, ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos pelo suplente.

O suplente que substitua membro cujas funções tenha cessado mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos, as vagas existentes, tanto dos efetivos como dos suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

4.1.4. Modo de Funcionamento

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos quatro vezes por ano. Em 2012, realizaram-se 5 reuniões, com uma taxa de comparência de 93,3%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas.

4.1.5. Regulamento de Funcionamento e Relatório Anual de Atividade

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de internet da Sonae - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade).

O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados, em cada exercício, juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, disponíveis em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais).

Não foram estabelecidas internamente regras relativas a incompatibilidades e a número máximo de cargos acumuláveis para além das fixadas na lei.

4.2. Revisor Oficial de Contas

4.2.1. Função

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- (i) Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- (ii) Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- (iii) Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- (iv) Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- (v) Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- (vi) Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- (vii) Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito da sua atuação e no exercício de 2012, o Auditor Externo, exerceu regularmente as suas competências.

4.2.2. Composição

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., que completou o seu segundo mandato de 4 anos em 2010, tendo sido reeleito para novo mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 27 de abril de 2011.

A proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para novo mandato apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, foi, nos termos recomendados, suportada pelo seguinte parecer em que são ponderadas as condições de independência do auditor e as vantagens e ónus da sua substituição:

"Para preparação desta proposta, o Conselho Fiscal supervisionou, no decurso do exercício de 2010, um processo alargado de seleção, em que foram convidadas a participar diversas sociedades de auditoria de reputada competência nacional e internacional.

Com esse propósito foram previamente identificadas as condições de elegibilidade, que integraram o histórico de experiência e competência dos candidatos nos sectores de atividade onde a Sonae opera, a competência, suficiência e disponibilidade da equipa de trabalho proposta, as metodologias utilizadas, bem como a dimensão dos encargos a suportar pela Sociedade.

Ponderados todos os fatores em equação na referida seleção, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a reeleição, para novo mandato, do atual Revisor Oficial de Contas, sendo nossa convicção que a sua permanência no exercício de funções não elimina, nem condiciona a idoneidade e a independência com que as vem exercendo." (transcrição da Proposta apresentada pelo Conselho Fiscal no ponto 6 da Agenda da Assembleia Geral Anual de 27/4/2011).

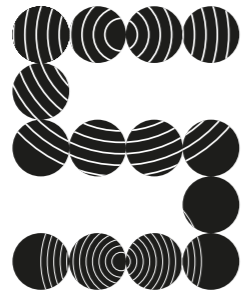
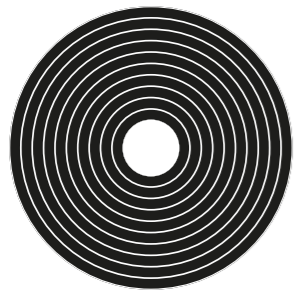
Adicionalmente, e conforme consta da referida proposta apresentada e aprovada em Assembleia Geral, em observância do princípio de rotação, foi designado novo responsável pela prestação dos serviços de auditor externo para que foi eleita a Deloitte & Associados, SROC, S.A., em substituição do membro que anteriormente assumia aquela responsabilidade.

4.2.3. Regras de designação

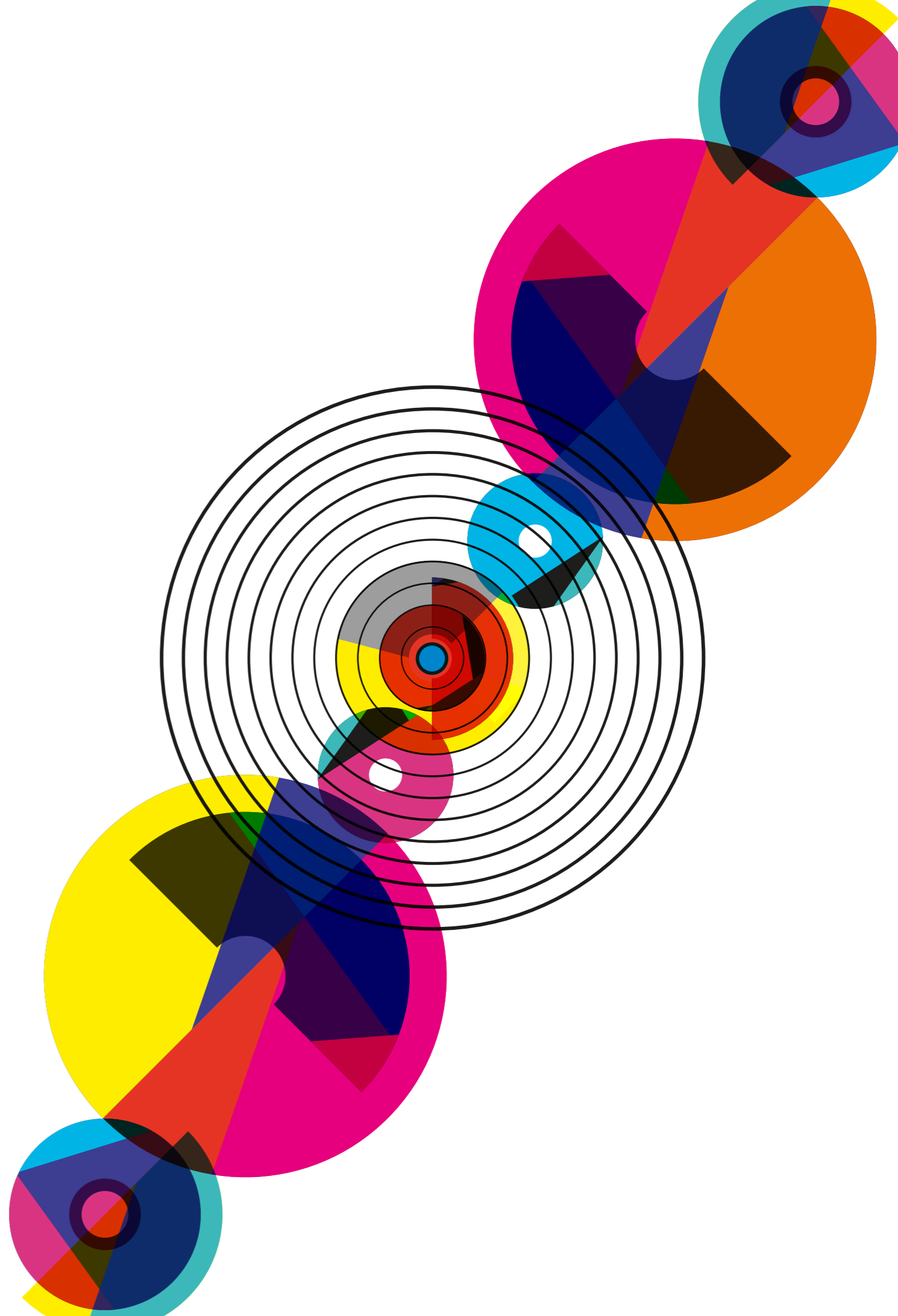
De acordo com o modelo de governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal supervisiona e procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, vigiando pelo cumprimento do disposto na atual versão do artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (na atual versão decorrente do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), que impõe a rotação do elemento responsável pela orientação ou execução direta da revisão oficial de contas decorrido um período de 7 anos de exercício de funções por forma a reforçar a garantia da sua independência.

A falta de designação do Revisor Oficial de Contas pelo órgão social competente deve ser comunicada à Ordem de Revisores Oficiais de Contas nos 15 dias seguintes, por qualquer acionista ou membro dos órgãos sociais. No prazo de 15 dias a contar dessa comunicação, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas deve nomear um Revisor Oficial de Contas para a Sociedade, podendo a Assembleia Geral confirmar a designação ou eleger outro Revisor Oficial de Contas para completar o respetivo período de funções.



ACIONISTAS





ACIONISTAS

5.1. Órgãos Estatutários

5.1.1. Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na ausência deste último, pelo acionista presente na Assembleia Geral que detenha a maior participação no capital social. A Assembleia Geral de Acionistas reúne-se em duas possíveis circunstâncias: (i) em sessão ordinária, numa data estabelecida por lei para a reunião anual da Assembleia Geral; (ii) em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal assim o entendam ou a pedido dos Acionistas, que representem o mínimo do capital social da Sociedade necessário por lei (atualmente a percentagem mínima é de 2%). Em 2012, realizou-se uma Assembleia Geral de Acionistas, em sessão ordinária, em 30 de abril.

De acordo com os Estatutos, a Assembleia Geral só pode deliberar numa primeira convocatória se estiverem presentes ou representados acionistas que detenham mais de 50% do capital social.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Juntamente com a convocatória, são disponibilizadas as propostas para discussão e decisão em Assembleia Geral de Acionistas apresentadas pelo órgão de administração, e os formulários de documento de representação e de voto por correspondência, acessíveis aos Acionistas na sede da Sonae, bem como na página de internet – www.sonae.pt. Nos cinco dias seguintes ao da realização das Assembleias Gerais é disponibilizada, na página de internet da Sociedade, informação sobre os resultados da reunião realizada no que respeita a deliberações tomadas, ao capital representado e ao resultado das votações. O sítio da internet da Sociedade contém ainda um acervo histórico das deliberações tomadas, do capital social representado e dos resultados das votações das Assembleias Gerais dos três anos antecedentes.

5.1.2. Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral, eleita pelos Acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com os demais órgãos sociais.

O mandato teve início em 2011 e terá o seu termo em 2014.

Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

Manuel Cavaleiro Brandão
Presidente

Maria da Conceição Cabaços
Secretária

5.1.3. Comissão de Vencimentos

Função

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral.

Composição

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para integrar um mandato de quatro anos, com início em 2011 e termo em 2014.

Comissão de Vencimentos

Belmiro Mendes de Azevedo

Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva

Francisco de La Fuente Sánchez

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um deles as adequadas competências para o exercício das suas funções.

Independência

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração, com a explicação contida no parágrafo seguinte.

Belmiro Mendes de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e membro não executivo deste órgão, integra a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleito para essas funções pela Assembleia Geral de Acionistas, sob proposta da acionista majoritária, Efanor Investimentos, SGPS, S.A. A sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de Presidente do Conselho de Administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, este membro não toma parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses.

Para o exercício das suas competências, a Comissão de Vencimentos tem à sua disposição, em articulação com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração, consultores internacionais de reputada competência e independentes da Sociedade.

A Comissão de Vencimentos esteve representada na Assembleia Geral Anual realizada em 30 de abril de 2012, por um dos seus membros.

Reuniões

A Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos, uma vez por ano. Em 2012, realizaram-se 2 reuniões com a comparência de todos os seus membros.



5.2. Participação dos Acionistas

5.2.1. Regras de participação em Assembleia Geral

O Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de maio transpôs para o direito interno a Diretiva nº 2007/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho, e veio reformar integralmente as regras de participação de acionistas nas Assembleias Gerais de sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado. Das alterações introduzidas destacam-se a eliminação da necessidade de bloqueio das ações como condição de participação em Assembleia Geral e a introdução da regra da "Data de Registo" como momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e do exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral e o regime de participação e votação dos acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio mas por conta de clientes.

5.2.2. Direitos de Voto

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única classe de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo limitações estatutárias ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

5.2.3. Representação

O direito de voto por representação e o modo como este pode ser exercido constam das respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos, indicando o nome, o domicílio do representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo para o efeito ser utilizado o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela Sociedade.

Um acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos acionistas a título profissional.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sonae disponibiliza informação adequada para que os Acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos seus representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis na página da internet da Sonae (www.sonae.pt - separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais).

5.2.4. Voto por correspondência

Os acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou através do voto por meios eletrónicos, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo titular das ações, ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade ou de passaporte e, se pessoa coletiva, ser a assinatura reconhecida com menção da qualidade e poderes para o ato. No caso da declaração de voto ser enviada por via eletrónica (5.2.6 infra) deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

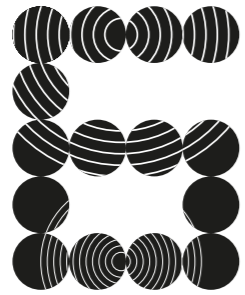
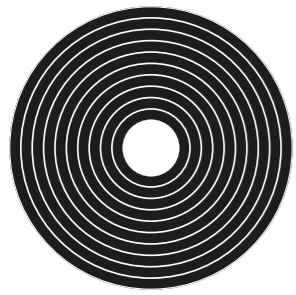
Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

5.2.5. Modelo para o voto por correspondência

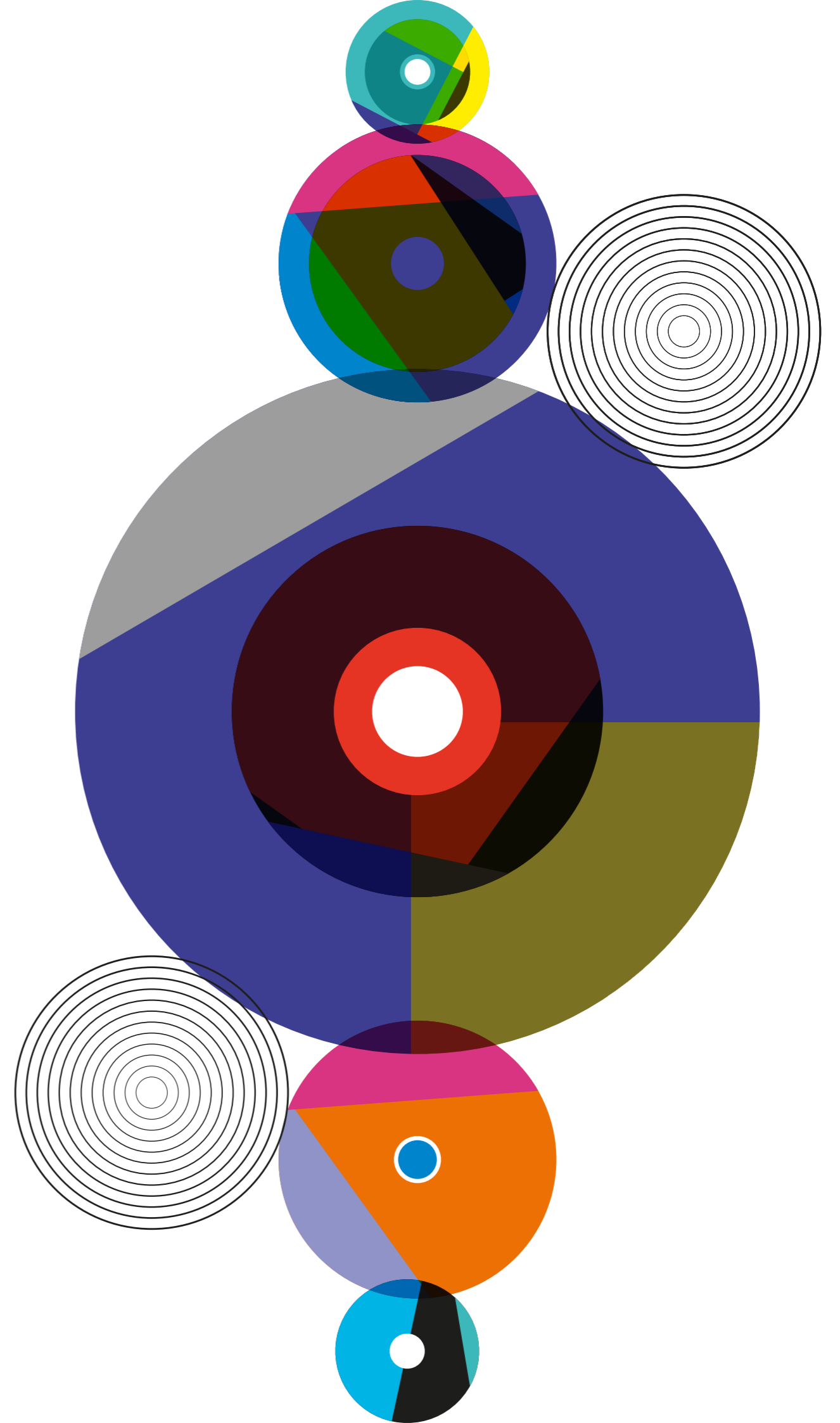
O modelo de boletim de voto por correspondência está disponível na página da internet da Sonae - www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais).

5.2.6. Voto por correspondência eletrónica

O voto por correspondência eletrónica encontra-se disponível e a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado em www.sonae.pt (separador Investidores, secção relativa às Assembleias Gerais) um formulário destinado à solicitação os elementos técnicos necessários ao exercício do voto por correspondência por via eletrónica.



REMUNERAÇÃO



REMUNERAÇÃO

6.1. Política de remuneração de membros dos órgãos estatutários

A política de remuneração da Sonae está estruturada num equilíbrio entre o desempenho dos administradores executivos em relação aos objetivos traçados e o posicionamento em relação ao mercado e situações comparáveis. As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração:

- Comparação geral do mercado;
- Práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio da Sonae que apresentem situações comparáveis;
- A responsabilidade individual e avaliação do desempenho de cada administrador executivo.

Assim, a política de remuneração constitui um instrumento formal que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos acionistas, na medida em que no conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individual e do desempenho da Sonae. Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adoção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada Key Performance Indicator (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral. A Comissão de Vencimentos é o ente responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, incluindo membros executivos e não executivos, e demais órgãos sociais da Sonae. Os membros

da Comissão de Vencimentos, são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respetiva remuneração.

A Comissão de Nomeação e Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos na fixação da remuneração dos Administradores Executivos, apresentando-lhe propostas de remuneração sustentadas em informação relevante solicitada pela Comissão de Vencimentos.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração.

Princípios da política de remuneração

A remuneração atribuída aos membros dos órgãos estatutários da Sonae é competitiva, permitindo eficiência e eficácia na atração de talentos, ligada ao desempenho, alinhada com os interesses dos acionistas e sustentada num processo transparente.

A Assembleia Geral de acionistas, realizada em 30 de abril de 2012, aprovou a Política de Remuneração e Compensação atualmente em vigor que se rege pelos seguintes princípios gerais:

- não atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;
- não consagração de qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes;

—● aferição, para garantia de efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação, de que os administradores executivos:

- não celebraram nem devem celebrar, contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- não alienaram no exercício correspondente ao termo do mandato, nem devem alienar durante o novo mandato, as ações da Sociedade a que tenham acedido por via da atribuição da remuneração variável, até ao limite de duas vezes e meia o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

A Sonae caracteriza as linhas mestras da sua política de remuneração nos seguintes termos:

A nossa política de remuneração pretende ser:

Competitiva:

—● A Sonae pretende ter uma política de remuneração competitiva em comparação com empresas semelhantes, de forma a ser apta a atrair talentos de alta qualidade em todas as áreas de negócio. Para atingir este objetivo, a Sonae elabora a sua política de remuneração com base na comparação de valores praticados por empresas semelhantes.

Ligada ao desempenho:

—● Uma parte considerável da remuneração dos administradores executivos da Sonae é determinada pelo grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, será reduzido total ou parcialmente o valor de incentivos de curto e médio prazo.

Alinhada com os interesses dos acionistas:

—● Parte da remuneração variável dos administradores executivos é paga em ações e diferida por um período de 3 anos. Considerando que o valor das ações se encontra ligado ao desempenho da Sonae, a remuneração paga será afetada pela forma como o administrador executivo contribui para aquele resultado. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do acionista e com o desempenho a médio prazo.

Transparente:

—● Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio na Internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

Razoável:

—● A remuneração dos administradores executivos pretende ser razoável, assegurando um equilíbrio entre os interesses da Sonae, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos colaboradores e a necessidade de retenção de talento.

6.2. Competitividade da política remuneratória

O pacote remuneratório atribuído a administradores executivos é definido por comparação com o mercado, utilizando para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remun-

ratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando-se que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado e a remuneração total próxima do terceiro quartil de mercado.

Qual é o nosso universo comparável /empresas pares?

● Na Sonae a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus. Atualmente servem de referente os estudos de mercado da Mercer e HayGroup.

● Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o PSI-20.

6.3. Remuneração do Conselho de Administração

6.3.1. Remuneração dos Administradores Executivos

A política remuneratória da Sonae inclui duas componentes básicas:

(i) Remuneração fixa anual;

(ii) Prémio variável, atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele que diz respeito e vinculado ao desempenho do ano anterior, dividido em duas partes:

a. Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), pago imediatamente após a atribuição;

b. Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), pago após um diferimento pelo período de 3 anos – vd. ponto 6.3.2 para maior detalhe.

(i) Remuneração fixa

A remuneração fixa do administrador executivo é definida em função do nível de responsabilidade do membro do Conselho de Administração e é objeto de revisão anual.

(ii) Remuneração variável

A remuneração variável visa orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objetivos pré-determinados. Subdivide-se em duas parcelas iguais, sendo

uma de curto prazo e outra de médio prazo e é atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho. A remuneração variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da consecução de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido. A remuneração variável é determinada anualmente, variando o valor do objetivo pré-definido entre 33% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável), sem prejuízo de, em termos consolidados, o peso efetivo da componente variável total na remuneração dos administradores executivos do Grupo Sonae não ultrapassar 50% da remuneração total anual.

Deste montante, cerca de 70% é determinado pelos KPI's de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonae. Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, sendo diretamente influenciados pelo desempenho do administrador executivo.

Os restantes 30% são determinados pela verificação do cumprimento de KPIs pessoais, incluindo, quer indicadores objetivos, quer indicadores subjetivos.

O resultado dos KPIs departamentais de negócio e dos KPIs individuais pode variar entre 0% e 120 % do objetivo previamente definido. Reunindo todas as componentes, o valor do prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objetivo de prémio previamente definido.

KPIs	Exemplos	Peso relativo
De negócio	Volume de negócio, EBITDA recorrente, resultado líquido, desempenho da cotação de mercado das ações	70%
Pessoais	Conjunto agregado de indicadores objetivos e subjetivos	30%

A avaliação global dos administradores é aprovada pela Comissão de Vencimentos, em colaboração com Comissão de Nomeação e Remunerações, nos termos referidos em 6.1.

As várias componentes da remuneração anual podem ser facilmente compreendidas na seguinte tabela:

Componentes da Remuneração

	Componentes	Descrição	Objetivo	Posicionamento no mercado
Fixa	Vencimento base	Vencimento anual (em Portugal o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais)	Adequação ao estatuto e responsabilidade do administrador	Mediana
Variável	Prémio variável de curto prazo (PVCP)	Prémio de desempenho pago no primeiro trimestre do ano seguinte, depois do apuramento dos resultados do exercício	Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objetivos da empresa	Terceiro quartil
	Prémio variável de médio prazo (PVMP)	Compensação diferida por três anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das ações	Visa promover uma ligação da remuneração ao desempenho de médio prazo e alinhamento com os interesses dos acionistas	Terceiro quartil

A remuneração variável pode ser paga em dinheiro, em ações, ou ainda em dinheiro e ações. Não existe atualmente qualquer plano de atribuição de opções para aquisição de ações. A Sonae não tem qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para administradores e não há a atribuição de qualquer benefício não pecuniário relevante.

6.3.2. Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

1. Características do PVMP

O PVMP constitui uma das componentes da política remuneratória da Sonae, constituindo uma parcela da remuneração variável, cujo pagamento é diferido no tempo. Esta componente remuneratória permite ao respetivo beneficiário partilhar com os acionistas o valor gerado pelo seu envolvimento na estratégia e gestão do negócio da Sonae.

Critério de Elegibilidade

Vínculo societário

Peso do PVMP no total da remuneração variável

Membros do Conselho de administração

Pelo menos 50%

Outros administradores seniores de sociedades do grupo

Pelo menos 50%

4. Duração do plano do PVMP

O plano do PVMP é definido anualmente, em função da remuneração variável atribuída, tendo cada plano a duração de 3 anos.

5. Valoração do plano de PVMP

Para o apuramento do valor da remuneração variável de médio prazo é considerada a cotação do título, no mercado de ações em Portugal, tendo por referência o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia-Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia-Geral).

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

2. Operacionalização do PVMP

Uma vez atribuída anualmente a remuneração variável, em função dos resultados referentes ao ano anterior, parte desse valor é integrado no plano de PVMP. O pagamento é diferido por um período de três anos. O vencimento desta componente da remuneração variável encontra-se condicionado à manutenção do vínculo profissional entre o administrador e a empresa pelo período de três anos após a sua atribuição sem prejuízo do referido infra em 8.

3. Critério de elegibilidade

São elegíveis para a atribuição de plano do PVMP os administradores nomeados até 31 de dezembro do ano anterior.

6. Formalização do plano do PVMP

A compra de ações próprias com a finalidade de atribuir planos do PVMP aos administradores requer a aprovação dos acionistas em sede de Assembleia Geral, sendo disponibilizada toda a informação necessária aos acionistas de forma a garantir uma adequada avaliação do plano de atribuição de ações.

7. Vencimento do plano do PVMP

Na data de vencimento dos planos do PVMP, a Sonae reserva-se o direito de efetuar o pagamento em dinheiro, num montante equivalente ao do valor das ações.

8. Cessação do plano do PVMP

O direito sobre o plano do PVMP caduca quando o administrador cessa o seu vínculo na Sonae.

O direito manter-se-á em vigor no caso incapacidade permanente ou morte do administrador, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do administrador o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Os planos do PVMP dos membros executivos do Conselho de Administração da Sonae em curso em 2012 podem ser resumidos da seguinte forma:

Planos do PVMP dos Membros Executivos do Conselho de Administração da Sonae

	Total		
	Número de planos agregado	Número de Ações	Euros
Em aberto a 31.12.2011:	8	3.186.381	1.462.549
Movimento no ano:			
Atribuídos	2	1.144.439	458.920
Vencidos	-3	-1.564.029	-653.620
Cancelados/Extintos/Ajustados ⁽¹⁾	0	239.348	797.368
Em aberto a 31.12.2012:	7	3.006.139	2.065.218

(1) Alterações no número de ações devido aos pagamentos de dividendos e alterações de valor devido a variações na cotação.

Os planos do PVMP dos gestores de topo da Sonae e das sociedades detidas pela Sonae, em curso em 2012, podem ser resumidos da seguinte forma:

Plano de Ações da Sonae SGPS em curso 2012

Período de Vencimento	A 31 de dezembro de 2012				
	Valor da Ação na data de Atribuição	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Número agregado de participantes	Número de Ações
Plano 2009	0,526	março 2009	março 2012	-	-
Plano 2010	0,761	março 2010	março 2013	19	2.685.003
Plano 2011	0,811	março 2011	março 2014	18	2.344.162
Plano 2012	0,401	março 2012	março 2015	18	3.860.721

O presente quadro não inclui informação relativa a administradores da Sonaecom e da Sonae Sierra.

6.3.3. Riscos relativos a remunerações

A Sonae procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. Relativamente ao ano de 2012, não foram detetadas práticas de pagamento problemáticas que coloquem riscos relevantes à Sonae.

No desenho da política retributiva foi tido em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância significativa, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho coletivo.

Na Sonae existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objetivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva.

Por um lado, a estrutura da remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que a remuneração se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPIs objetivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente.

Por outro lado, a política da Sonae não permite a celebração de contratos que visem minimizar a razão de ser do plano de PVMP. Tal restrição inclui a celebração de transações com o objetivo de eliminar ou mitigar o risco de variação do valor das ações.

6.3.4. Administradores não executivos

A remuneração dos administradores não executivos é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados no mercado.

O pagamento desta remuneração tem periodicidade trimestral.

O Presidente do Conselho de Administração recebe unicamente uma remuneração fixa.

Para cada administrador não executivo, a remuneração fixa inclui honorários de comparência durante o exercício, considerando a preparação e a presença em, pelo menos, cinco reuniões do Conselho de Administração (aproximadamente 15% da remuneração é paga como honorários de comparência). Os honorários de comparência dos administradores não executivos são determinados da seguinte forma: reuniões do Conselho de Administração €930; reuniões da CAF €640; e reuniões da CNR €390. O presidente do Conselho de Administração apenas auferir honorários de comparência em reuniões de Conselho de Administração.

A remuneração fixa pode ser incrementada até 6% para os administradores não executivos que presidam a uma comissão de Conselho de Administração.

Adicionalmente, é paga a todos os administradores uma remuneração anual pela responsabilidade assumida, no montante de €2.100 ou €2.200.

6.3.5. Tabelas de resumo de remunerações

A remuneração dos administradores da Sonae, atribuída pela Sociedade e pelas sociedades do Grupo, nos anos de 2011 e 2012, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

Resumo de Remunerações

Detalhe individual

	2011*				2012*			
	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL	Remuneração Fixa	PVCP	PVMP	TOTAL
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (CEO)	478.520	329.100	335.400	1.143.020	477.320	344.000	325.900	1.147.220
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	415.800	308.800	308.800	1.033.400	416.253	308.000	303.700	1.027.953
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	305.510			305.510	305.400			305.400
<i>Sub-total</i>	<i>1.199.830</i>	<i>637.900</i>	<i>644.200</i>	<i>2.481.930</i>	<i>1.198.973</i>	<i>652.000</i>	<i>629.600</i>	<i>2.480.573</i>
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS								
Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente)	436.100			436.100	435.800			435.800
Álvaro Carmona e Costa Portela	66.200			66.200	33.850			33.850
Álvaro Cuervo Garcia	37.350			37.350	37.050			37.050
Michel Marie Bon	39.860			39.860	39.460			39.460
José Manuel Neves Adelino	37.350			37.350	37.050			37.050
Bernd Hubert Joachim Bothe	37.450			37.450	37.050			37.050
Christine Cross	38.230			38.230	36.260			36.260
<i>Sub-Total</i>	<i>692.540</i>			<i>692.540</i>	<i>656.520</i>			<i>656.520</i>
TOTAL	1.892.370	637.900	644.200	3.174.470	1.855.493	652.000	629.600	3.137.093

* Valores em euros.



Planos do PVMP em aberto atribuídos a administradores executivos:

Administradores Executivos

	Plano (Ano de Desempenho)	Data de Atribuição	Data de Vencimento	Valor Vencido em 2012*	Valor dos Planos na Data de Atribuição*	Valor dos Planos em Aberto a 31 de dezembro de 2012* ***
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	2008	março 2009	março 2012	256.401		
	2009	março 2010	março 2013		313.200	333.681
	2010	março 2011	março 2014		345.000	331.050
	2011	março 2012	março 2015		335.400	624.403
	Total			256.401	993.600	1.289.134
Nuno Manuel Moniz Trigosso Jordão	2008	março 2009	março 2012	296.314		
	2009	março 2010	março 2013		290.200	309.176
	2010	março 2011	março 2014			
	2011	março 2012	março 2015			
	Total			296.314	290.200	309.176
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	2008	março 2009	março 2012	285.885		
	2009	março 2010	março 2013		287.900	289.698
	2010	março 2011	março 2014		297.700	322.263
	2011	março 2012	março 2015		308.800	462.597
	Total			285.885	894.400	1.074.558
		TOTAL		838.600**	2.178.200	2.672.860

*Valores em euros.

**Foram liquidados todos os planos em aberto, no montante de 838.600 euros.

***Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2012.

6.3.6. Compensação pela cessação de mandato

Não existe qualquer acordo com membros do Conselho de Administração que preveja o pagamento de compensação, em caso de cessação ou não renovação do mandato, nem se encontra aprovada nenhuma política de atribuição de compensação nessas circunstâncias independentemente da causa de cessação de funções.

A Sonae recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei e adequados ao cumprimento da Recomendação II.1.5.1 (vii).

6.4. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão nos exercícios de 2011 e de 2012 foi o seguinte:

Remuneração do Conselho Fiscal

Membro do Conselho Fiscal	2011*	2012*
Daniel Bessa Fernandes Coelho	10.100	9.800
Arlindo Dias Duarte Silva	8.100	7.800
Jorge Manuel Felizes Morgado	8.100	7.800
Total	26.300	25.400

*Valores em euros.

6.5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sonae e Auditor, Deloitte & Associados, SROC, SA, sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

	2011*		2012*	
Auditoria e revisão legal de contas	1.064.414	57%	1.123.573	66%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	552.295	30%	358.650	21%
Consultoria fiscal	89.996	5%	62.568	4%
Outros serviços	155.355	8%	155.883	9%
Total	1.862.060	100%	1.700.675	100%

*Valores em euros.

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade aumentou 2% em 2012, representando 87% dos honorários totais. Os outros serviços representam 13% dos honorários totais.

A remuneração de serviços diversos aos de auditoria incluíram em 2012:

- serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos (7% do total dos honorários) e da Sonae Sierra (2% do total dos honorários).

Os serviços adicionais aos serviços de auditoria foram contratados ao Auditor Externo de acordo com a política previamente definida, tendo sido concretamente autorizados pelo Conselho Fiscal, o qual reconheceu que a contratação de serviços adicionais não afetava a independência do Auditor Externo, correspondendo a mesma à satisfação do interesse social, dada a expertise do prestador, o histórico dos serviços prestados naquelas áreas e o conhecimento da Sociedade e do seu Grupo.

Como salvaguarda adicional foram observadas as seguintes medidas:

- Os serviços adicionais não representaram, no conjunto dos serviços prestados, um relevo superior a 30%;

- Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços foram prestados por técnicos diferentes dos que estiveram envolvidos no processo de auditoria;

- Os honorários pagos pela Sonae, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal;

- O sistema de qualidade aplicado pela Deloitte (controlo interno), de acordo com informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

O Revisor Oficial de Contas dirigiu ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), uma declaração de independência, onde são descritos os serviços prestados por si e por outras entidades, e as medidas de salvaguarda aplicadas, as quais são apreciadas pelo Conselho Fiscal, a quem compete pronunciar-se sobre a sua adequação.

6.6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

	2011*	2012*
Presidente	7.500	7.500
Secretária	2.500	2.500
Total	10.000	10.000

*Valores em euros.

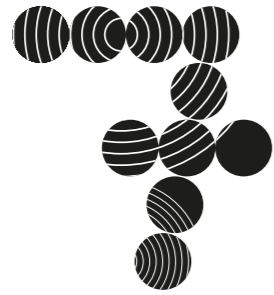
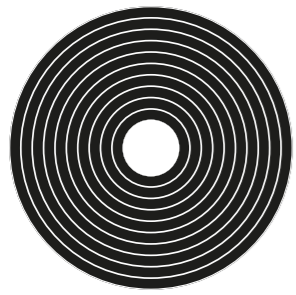
6.7. Procedimento de aprovação da política remuneratória

A Comissão de Nomeação e Remunerações submete à consideração da Comissão de Vencimentos propostas de remuneração dos administradores que, no caso dos adminis-

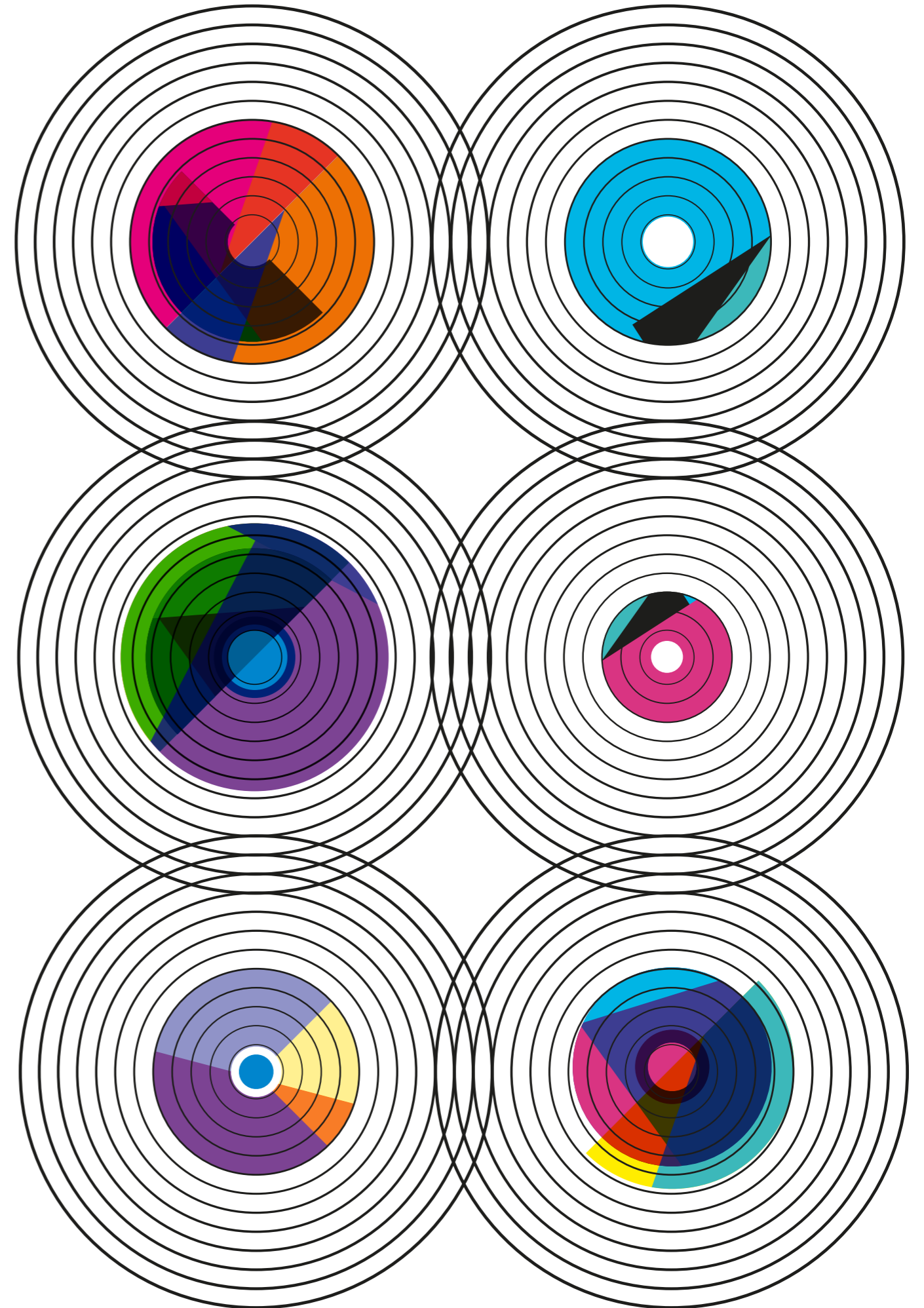
tradores não executivos, são sustentadas em proposta do Presidente do Conselho de Administração e, no caso dos administradores executivos, em proposta conjunta daquele Presidente e do Presidente da Comissão Executiva.

Procedimento de aprovação da política remuneratória

Mês	Ciclo do processo
janeiro	Obtenção de estudos de mercado relativos a tendências e previsão de práticas de remunerações
março	Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações em meados de março. Fecho de contas do ano anterior e preparação do ano em curso, revendo-se o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> Processo de Avaliação Anual Proposta de Política de Remuneração Propostas de atribuição de remuneração variável relativamente ao desempenho de 2012, incluindo componente diferida Propostas de remuneração fixa para 2013 Propostas de objetivo de remuneração variável relativa a desempenho de 2013 Reunião da Comissão de Vencimentos em finais de março, após a reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações: Fecho de contas do ano anterior e preparação do ano em curso, aprovando-se e decidindo-se o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> Proposta de Política de Remuneração para apresentar à Assembleia Geral de Acionistas Propostas de atribuição de remuneração variável relativamente ao desempenho de 2012, incluindo componente diferida Propostas de remuneração fixa para 2013 Propostas de objetivo de remuneração variável relativa a desempenho de 2013
abril	Assembleia Geral de Acionistas em finais de abril. Acionistas aprovam a política de remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos
maio	Reunião da Comissão de Vencimentos em inícios de maio: apenas se existirem alterações dos membros do Conselho de Administração efetuada pela Assembleia Geral de Acionistas
junho a outubro	Reporte da Comissão de Nomeação e Remunerações: atualização relativa aos objetivos fixados para o ano em curso, caso necessário Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações: apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração
novembro	Reunião da Comissão de Nomeação e Remunerações <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento dos objetivos fixados para o ano em curso, caso se mostre conveniente Acompanhamento das etapas relativas aos planos de atribuição de ações no âmbito da remuneração variável de médio prazo, e das respetivas ações retidas Planos de contingência e de sucessão Revisão dos processos de nomeação (se necessário) Revisão do plano de ações da Comissão de Nomeação e Remunerações para o ano seguinte Revisão da política de remuneração, incluindo o plano de atribuição de ações Reunião da Comissão de Vencimentos - se existirem alterações na composição do Conselho de Administração
dezembro	Reporte da Comissão de Nomeação e Remunerações: atualização da evolução do cumprimento dos objetivos relativamente ao ano em curso, caso seja necessário Reunião da Comissão de Vencimentos: apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração



CONTROLO DOS RISCOS





CONTROLO DOS RISCOS

7.1. Objetivos da Gestão de Risco

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura da Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

7.2. Os processos de Gestão de Risco

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

(i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;

(ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;

(iii) Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;

(iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos tangíveis e das pessoas (riscos "técnico-operacionais"), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;

(v) A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;

(vi) A gestão dos riscos jurídicos é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional¹ que compreende nomeadamente o seguinte:

(I) Definição e agrupamento dos riscos (dicionário de riscos, definição e matriz de risco do negócio);

(II) Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização ("linguagem comum");

(III) Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;

(IV) Identificação das causas dos riscos mais importantes;

(V) Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.e., aceitar, evitar, mitigar, transferir);

(VI) Desenvolvimento de um plano de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;

(VII) Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

7.3. A Organização da Gestão de Risco

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento e Controlo de Gestão, tanto ao nível da Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

A função de Planeamento e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, monitorizam as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

7.4. Formação e desenvolvimento em Gestão de Risco e Auditoria Interna

1. No que respeita ao desenvolvimento da função de Auditoria Interna, em 2012 a Sonae continuou a patrocinar alguns colaboradores que se candidataram à certificação internacional em programas promovidos pelo IIA (The Institute of Internal Auditors) – o Certified Internal Auditor (CIA) e o Certification in Control Self Assessment (CCSA). Em 2012 foi obtida uma nova certificação, também promovida pelo IIA, o Certification in Risk Management Assurance (CRMA). Verifica-se ainda a existência de outras certificações em Auditoria Interna, entre as quais o Certified Information System Auditor (CISA), Certified Information Security Management (CISM), Certified Information System Security Professional (CISSP), ISO/IEC 27001: 2005, ISO 27001 Lead Implementer, Certified Fraud Examiner (CFE), Security Certified Network Professional (SCNP), CEH (Certified Ethical Hacker), Cisco Certified Network Association (CCNA) e CRISC- Certified in Risk and Information Systems Control.

2. Considerando a importância da formação contínua e a existência de recursos internos certificados com conhecimentos e competências para promover ações de formação (alguns dos quais participam regularmente como formadores em formações externas), foi criada a Academia de Auditoria Interna, assente nos seguintes vetores principais: elaboração de descritivos funcionais; portefólio de competências por função (técnicas e comportamentais); e percursos formativos por função.

3. No que respeita ao desenvolvimento da função de Gestão de Risco, em 2012 a Sonae continuou a patrocinar os seus colaboradores que se candidataram à certificação internacional em programas promovidos pelo IIA (The Institute of Internal Auditors) – o Certified Risk Management Assurance (CRMA) e pelo IRM (Institute of Risk Management) – Certification in Risk Management. Presentemente, o Grupo Sonae tem ainda colaboradores com as seguintes certificações: Management of Risk Foundation & Practitioner (MoR), Associated Business Continuity Professional (ABCP), Certified by Business Continuity Institute (CBCI), Certified Continuity Manager (CCM), BS 25999 Business Continuity Management

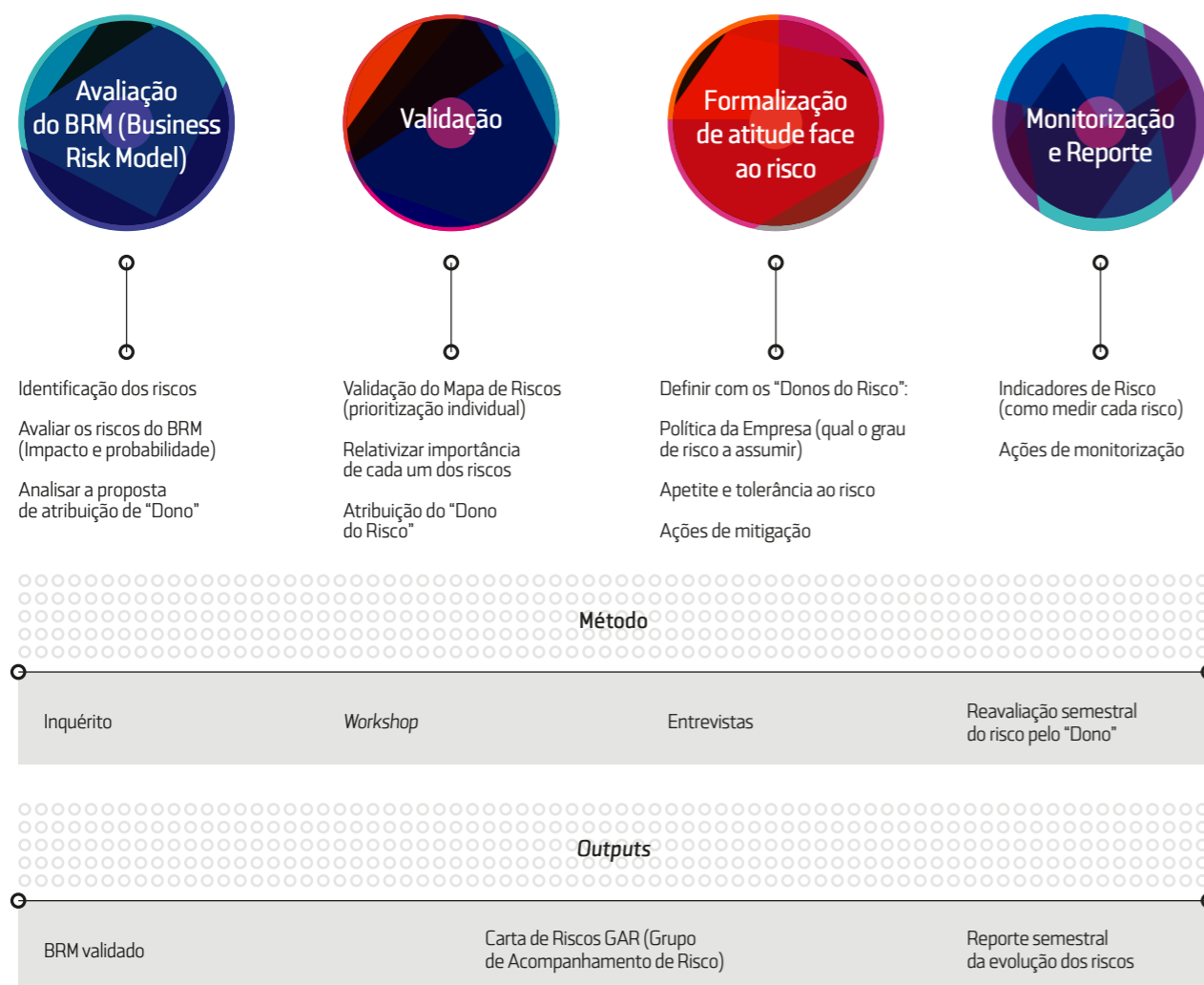
A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores certificados em auditoria interna e gestão de risco em Portugal. Em 2013, a Sonae continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos seus colaboradores de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais

¹Enterprise Risk Management Integrated Framework do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)

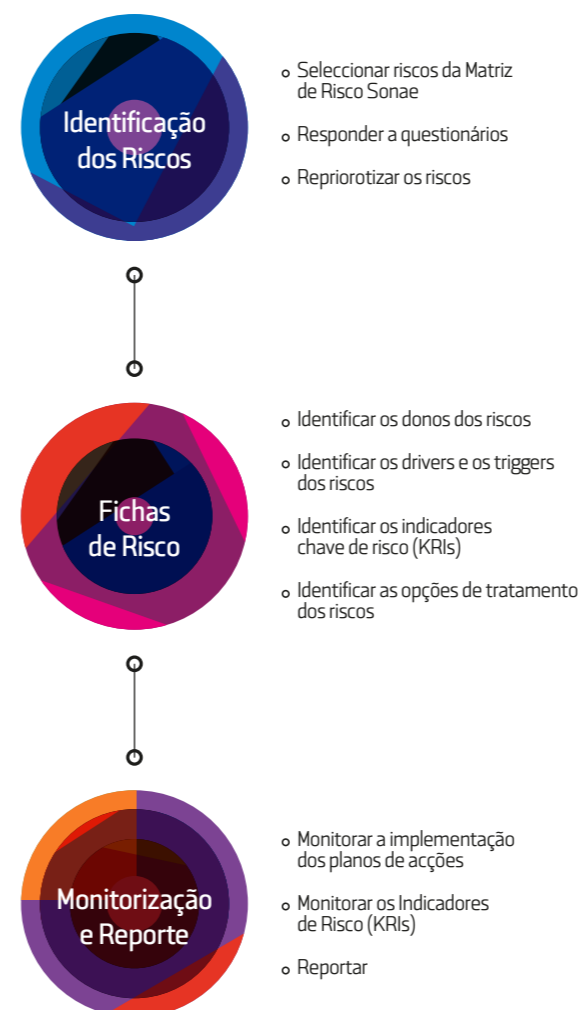
7.5. Ações implementadas em 2012

Em 2012 os Grupos de Acompanhamento de Risco (GAR) formados por membros das Comissões Executivas dos vários negócios de Retalho (Sonae MC, Sonae SR e Sonae RP), deram seguimento ao processo anual de Enterprise Wide Risk Management, que tem por base as atividades a seguir descritas:

Atividades de Gestão de Risco



Por forma a suportar esta atividade ao nível de toda a empresa, foi desenvolvida internamente uma ferramenta aplicacional baseada no standard internacional COSO, que inclui as seguintes fases:



A Sonaecom também deu seguimento aos processos de Enterprise Wide Risk Management nos seus negócios, seguindo uma abordagem semelhante e baseada na Norma sobre Metodologias de Gestão do Risco do Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae. Em 2012 foi executado um ciclo EWRM à Sonaecom S.G.P.S. (perspetiva holding) e uma atualização ao ciclo da Optimus (perspetiva unidade de negócio de telecomunicações), tendo ainda sido iniciado um ciclo nas unidades de negócio Sonaecom SSI (nomeadamente na WeDo Technologies).

7.6. Riscos

7.6.1. Riscos Económicos

Influências macroeconómicas

Os negócios da Sonae estão expostos ao atual ambiente económico adverso a nível global, agravado no caso do mercado português pela crise económica, pelo que poderão ser afetados por eventuais reduções do nível de consumo privado e público. As empresas Sonae têm em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco, quer através da internacionalização dos negócios, quer através de um controle mais rígido de custos, do lançamento de ofertas alternativas e inovadoras, e ainda através do aproveitamento do contexto económico como oportunidade para lançamento de promoções ou produtos adaptados às alterações dos perfis de consumo.

Concorrência

Risco relacionado com a entrada de novos concorrentes, oportunidades de consolidação no mercado, reposicionamento dos atuais concorrentes ou com as ações que eles possam levar a cabo para conquistar mercado (guerras de preços, introdução de novos conceitos, inovações, etc.). A incapacidade em competir em áreas como o preço, gama de produtos, qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante benchmarking das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos seus clientes uma proposta sempre inovadora.

Clientes

Um fator fundamental de risco é a propensão dos consumidores a variarem os seus padrões de consumo, dependendo sobretudo de fatores sociais e económicos. Os consumidores alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos.

Para antecipar as tendências de mercado e do consumidor, as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do consumidor, sendo ouvidos por ano mais de 100.000 clientes. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser generalizada a todas as unidades. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas, de espaços comerciais e da rede de telecomunicações e de sistemas de informação de forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica.

Marca

A Sonae e as suas filiais são titulares de várias marcas de elevado valor, sendo este um dos seus principais ativos.

Os riscos associados às marcas advêm de impactos negativos na sua reputação e notoriedade resultantes de acontecimentos extraordinários. O Grupo monitoriza regularmente o valor das suas marcas, os seus atributos e a sua notoriedade, através da realização sistemática de estudos de clientes, barómetros de empresas especializadas, entre outros estudos de mercado. Efetua ainda o acompanhamento permanente da reputação das marcas, nomeadamente, através da análise de notícias, artigos de opinião, entre outros formatos publicados ou emitidos na comunicação social e na blogosfera. As marcas da Sonae recebem regularmente prémios nacionais e internacionais, os quais reconhecem a excelência dos produtos/serviços, dos processos de negócio e das suas inovações.

Riscos dos ativos tangíveis

Em 2012, foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais das unidades de negócio. Nas principais unidades, efetuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, normalmente com a presença das autoridades e serviços de segurança pública. Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respetivos processos de monitorização e auto-avaliação (Control Risk Self Assessment).

As instalações críticas da Sonaecom, em particular os seus centros de comutação e de processamento de dados, são avaliados regularmente através da execução de auditorias de segurança física. Os centros de processamento de dados da Sonaecom têm sido considerados ao longo dos anos e em várias categorias dos melhores ao nível Europeu, uma demonstração da sua capacidade para mitigar os riscos físicos e para manter centros de processamento resilientes.

Riscos de segurança das pessoas

Conscientes da importância que representa a preservação de vidas e bens, como pilar fundamental de sustentabilidade e crescimento, a Sonae desenvolve ações de verdadeira Responsabilidade Social através de um compromisso visível na prevenção de acidentes de trabalho, minimizando e/ou eliminando as causas e promovendo uma cultura nas áreas de Saúde Ocupacional e Bem Estar.

A melhoria contínua dos programas e ações de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho permitiram à Sonae alcançar os níveis de excelência desejados, "Projecto Zero Acidentes".

A gestão da Segurança e Saúde na Sonae Sierra tem como objectivo prevenir e precaver acidentes, protegendo dessa forma os seus colaboradores e todos os stakeholders relevantes (visitantes, lojistas e fornecedores).

A Sonae Sierra tem uma política de "Zero acidentes", consubstanciada na implementação do seu Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente corporativo.

O estabelecimento de uma cultura de Segurança e Saúde na Sonae Sierra começou em 2004 com o projeto PERSONÆ, cujo produto final foi a disseminação da cultura de Segurança e Saúde em toda a companhia. Para atingir esse objetivo foi necessário implementar processos e ações, estritamente alinhadas com a política e os objetivos corporativos de Segurança e Saúde, para minimizar e controlar todos os riscos relacionados com pessoas decorrentes das atividades da Sonae Sierra, quer em todos os centros comerciais em funcionamento quer em todos os projetos de construção em curso. No total, no âmbito do projeto PERSONÆ, foram investidos cinco milhões de euros e envolvidas 70.000 pessoas, entre colaboradores e lojistas da Sonae Sierra, em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia e Brasil.

Este projeto foi concluído em 2008 e, entretanto, deu origem ao Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente da Sonae Sierra, que se continua a pautar pelos mesmos elevados padrões e níveis de compromisso para minimizar os riscos relacionados com pessoas.

Este esforço foi reconhecido pela atribuição à Sonae Sierra em 2008 da certificação OHSAS 18001, a primeira concedida na Europa a uma companhia na indústria de centros comerciais, pela obtenção de certificações OHSAS 18001 em todos os projetos de construção ocorridos desde 2009 e pela atribuição a cada um dos 30 centros comerciais em funcionamento da certificação OHSAS 18001 desde 2008.

O reconhecimento externo está patente pelos prémios que a Sonae Sierra recebeu nos últimos anos. Em 2011 foi finalista na atribuição do DuPont Safety Award, pelo seu exemplar desempenho e dedicação na construção de centros comerciais mais seguros para as crianças. No mesmo ano, a Sonae Sierra foi ainda galardoada com o prémio European Risk Management Award na categoria Most Innovative Use of IT or other Technology, pelo seu sistema de inspeção na área de Segurança e Saúde. Em 2009, a Sonae Sierra recebeu o European Risk Management Award 2009 for best training program e, em 2007, o DuPont Safety Award for Visible Management Commitment.

Em 2012, a Sonae Sierra não reduziu o número e a gravidade dos acidentes de trabalho (por milhão de horas trabalhadas) devido a um incidente in itinere que contribuiu em 72% para o número de dias perdidos por milhão de horas trabalhadas. Apesar da significativa redução da taxa de absentismo por acidentes de trabalho (por milhão de horas trabalhadas) em centros em desenvolvimento, nos centros comerciais em funcionamento a taxa de frequência de acidentes de trabalho dos seus fornecedores aumentou ligeiramente face a 2011.

Infelizmente, o número de acidentes com visitantes dos nossos centros comerciais, com intervenção médica, também aumentou.

No negócio de retalho da Sonae, foi levado a cabo um projeto de definição das normas de segurança física dos clientes, como forma de implementação de planos de ações para prevenir e mitigar os riscos de segurança dos clientes.

A Sonae assinou em finais de 2005 a World Safety Declaration, assumindo os seus negócios o compromisso a nível mundial de promoção da segurança no trabalho. A Sonae foi, a par de algumas das maiores empresas mundiais, um dos membros fundadores.

Risco de continuidade do negócio

Nos negócios mais relevantes, foram prosseguidos os projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e catástrofe, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios.

Na Sonaecom, prosseguiu-se com a consolidação do seu programa de continuidade de negócio, em particular na unidade de Telecomunicações, cujo Plano de Gestão de Crise é periodicamente atualizado e melhorado, com a inclusão de procedimentos adicionais, com o objetivo de gerir as comunicações de crise dos seus clientes. Paralelamente prosseguiu-se com a implementação de ações de resiliência adicionais para algumas plataformas de rede, a evolução da solução existente de disaster recovery dos sistemas de informação e com a introdução de melhorias nas infraestruturas físicas de instalações críticas, incluindo sistemas de energia e outros equipamentos de segurança. Foi ainda concluída a revisão das atividades, produtos e serviços críticos para refletir a evolução do portefólio de serviços da Optimus e as atividades críticas atualizadas. Como complemento, deu-se seguimento à coordenação com entidades oficiais externas, incluindo colaboração na revisão dos planos de Proteção Civil e nos seus simulacros, bem como através da participação e envio de comentários a propostas de regulamentação sobre segurança e resiliência das comunicações emitidas pelos reguladores do sector em Portugal e na Europa.

Riscos Ambientais

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, foram prosseguidas as auditorias e implementadas as ações de melhoria, no âmbito dos processos de Gestão Ambiental das sub-holdings do Grupo.

O Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente da Sonae Sierra, cobre estes riscos em todas as atividades da Empresa, incluindo as fases de seleção, desenvolvimento e gestão dos Centros Comerciais.

Em 2012, 46 dos 49 centros comerciais da Sonae Sierra obtiveram a certificação ISO 14001, permitindo atingir os seguintes objetivos corporativos no período 2002 a 2012:

- Redução do consumo de eletricidade em 35%;
- Aumento da percentagem de reciclagem de resíduos de 19% para 55%;
- Melhoria da eficiência na utilização da água em 15%.

Na fase de desenvolvimento dos centros comerciais, foram obtidas 24 certificações ISO 14001 dos projetos de construção, pela elevada qualidade dos procedimentos ambientais durante a construção.

Em resultado do superior desempenho em 2012, a Sonae Sierra foi considerada pela Global Real Estate Sustainability Benchmark Foundation como o fundo de investimento privado mais sustentável dentro do seu peer group, tendo-lhe sido atribuída a designação de Green Star. Este ranking, de reputação internacional, premiou a estratégia de sustentabilidade da Sonae Sierra, e a sua visão consubstanciada em ações ambientais e sociais, bem como na rentabilidade económica.

A Sonae Distribuição obteve em 2007, e tem mantido a certificação do sistema de gestão ambiental corporativo segundo a norma ISO 14001 pela Lloyds Register Quality Assurance. Desde então, o sistema de gestão ambiental tem sido auditado anualmente e a sua certificação tem sido mantida. Em 2010, o programa de certificação do sistema de gestão ambiental foi adaptado à nova organização da Sonae Retalho sendo novamente certificado. Este programa, entre outros aspetos, permite a gestão dos riscos ambientais decorrentes de todas as atividades desenvolvidas pelos negócios no seu dia a dia.

Paralelamente a Sonae Retalho tem continuado o programa de certificação ambiental de unidades operacionais, tendo em 2012 obtido a certificação de mais 4 unidades (1 Worten e 3 Entrepósitos). Em finais de 2012, a Sonae Retalho dispõe de 24 instalações certificadas (3 Continente, 8 Continente Modelo, 2 Continente BomDia, 5 Worten e 6 Entrepósitos, para além do Centro de Processamento de Carnes – a primeira unidade industrial a ser certificada). Estas unidades certificadas servem de exemplo para todas as outras unidades.

A Sonaecom assume a gestão ambiental como um fator estratégico de competitividade e criação de valor. O seu Sistema de Gestão Ambiental encontra-se certificado pela norma NP EN ISO 14001 desde 2003. Os principais riscos ambientais com impacto potencial para os negócios da Sonaecom relacionam-se com o aumento da frequência de situações climáticas extremas (inundações, ciclones, incêndios) e o aumento da temperatura exterior. Estas causas podem afetar as instalações de telecomunicações (centros de comutação, centros de processamento de dados, transmissão, estações base) e os respetivos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), implicando por exemplo o agravamento dos custos de energia elétrica ou eventuais interrupções de serviços de comunicações por catástrofes ambientais. Neste contexto, a Sonaecom tem vindo a implementar, ao longo dos anos, diversas ações no domínio do consumo de energia, das emissões de carbono e da segurança e continuidade, nomeadamente nas instalações e nas infraestruturas de comunicações, com intuito de melhorar a eficiência energética e a resiliência.

Riscos de projetos de mudança

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os principais projetos de mudança dos sistemas de informação e de telecomunicações, foram avaliados e monitorizados, quer no âmbito da atividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da atividade de Auditoria Interna.

Riscos seguráveis

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), prosseguiu-se um objetivo de racionalização, quer pela correta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitetura foi melhorada pela otimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efetiva gestão de seguros a nível mundial, através da Sonae RE, a resseguradora cativa da Sonae, e da Brokers Link, a rede mundial de corretores de seguros coordenada pela MDS, o consultor de seguros da Sonae.

Na Sonaecom, onde a maior parte dos serviços são baseados em tecnologia e informação, no sentido de mitigar potenciais impactos e responsabilidades para com os clientes decorrentes de eventuais falhas desses serviços, continuou-se a manter e a melhorar os seguros de responsabilidade civil profissional existentes, com um âmbito de coberturas alargado e ajustado à realidade das atividades de tecnologia, media e telecomunicações, e contando ainda com a introdução de apólices de seguro específicas para certas localizações mundiais. A Sonaecom tem procedido também à manutenção e revisão das condições do seu programa de seguros de património, para cobertura dos riscos catastróficos, de danos físicos e de roubo nos seus centros de comutação, centros de dados e lojas de telecomunicações.

Riscos de segurança alimentar

Na Sonae MC salienta-se a implementação e consolidação de um programa de auditorias de segurança alimentar às lojas, cafetarias, entrepostos e centros de fabrico, com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões ao nível da empresa e orientação para a tomada de ações corretivas.

Este programa de auditorias tem como objetivo verificar de forma sistemática o cumprimento das normas legais e das regras internas de segurança alimentar.

Em 2012 foram realizadas cerca de 400 auditorias de segurança alimentar.

Riscos de informação e de sistemas de informação e comunicação

Os sistemas de informação dos negócios da Sonae caracterizam-se por serem abrangentes, multifacetados e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados de negócio, nomeadamente o desenvolvimento de Manuais de Gestão da Continuidade do Negócio, realização de backups off-site, implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infra-estrutura de rede, verificação e controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e implementação de anti-vírus.

No decurso de 2012 foram realizadas várias ações de sensibilização para o tema da segurança dos sistemas de informação da Sociedade, que contaram com a participação de colaboradores aos vários níveis e funções. De salientar que a Sonae subscreveu no final de 2012 a iniciativa do World Economic Forum, Partnering for Cyber Resilience, na qual se comprometeu a seguir os seus princípios e orientações.

No decurso de 2012 foram realizadas auditorias aos sistemas de informação que suportam os processos críticos da SONAE, com o objetivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio e na segurança da informação.

Dado que as empresas do grupo Sonaecom fazem uso intensivo de tecnologia e informação, que normalmente estão sujeitas a riscos de integridade, disponibilidade e confidencialidade, a Sonaecom tem em funções um Comité de Segurança da Informação, composto por representantes das suas áreas de negócio mais relevantes em termos de gestão da informação e de segurança. Do plano de atividades executado durante 2012 no negócio das telecomunicações, constam por exemplo: o reforço das regras de segurança no SDLC (Systems Development Life Cycle), que inclui melhorias nas normas internas para desenvolvimento de aplicações e serviços; a expansão do processo de gestão de identidades e acessos a novas aplicações informáticas, utilizando para o efeito a ferramenta IAM; a execução periódica de auditorias de segurança e qualidade a websites e aplicações web; a implementação de controlos de privacidade mais apertados relacionados com o acesso, retenção e logging de dados pessoais; e a produção de um dashboard mensal e anual com informação sobre os indicadores mais relevantes associados aos riscos de segurança da informação.

A sensibilização é um fator de sucesso para o reforço da cultura de segurança da informação entre os colaboradores, com os parceiros e os principais stakeholders. A Sonaecom tem desenvolvido várias iniciativas de sensibilização e responsabilização, incluindo um plano de comunicação sobre segurança (concebido com recurso a técnicas interativas e multimédia), um programa de acolhimento de novos colaboradores (que inclui tópicos sobre segurança da informação)

e a inserção nos contratos com os colaboradores e parceiros de cláusulas de proteção e confidencialidade da informação pessoal. Refira-se que durante 2012 os temas da privacidade, confidencialidade e integridade da informação foram parte integrante de um curso de formação interna sobre ética empresarial, que contou com um número significativo de colaboradores da Sonaecom.

Adicionalmente, no negócio das telecomunicações, continuaram a ser desenvolvidas ações nas vertentes de segurança da informação de cliente e gestão de fraude, como por exemplo, a colaboração com o sistema bancário nacional no desenvolvimento de ações de segurança para prevenir a fraude nos pagamentos através de homebanking e a existência nos websites da Sonaecom e da Optimus de informação sobre o Programa de Sensibilização e Educação de Clientes, ambos com o objetivo de aumentar a consciência dos clientes sobre riscos comuns na utilização de serviços de telecomunicações e informar sobre as melhores práticas de segurança e de combate à fraude.

7.6.2. Riscos Financeiros

Os negócios da Sonae estão expostos a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações, dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito (mais detalhadamente descritos e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae). Tendo em conta a natureza diversificada dos diferentes negócios da Sonae, a exposição a esses riscos pode variar de negócio para negócio, não existindo por parte da Sonae uma política de gestão de risco harmonizada para todo o Grupo, privilegiando-se, uma abordagem individualizada e adaptada a cada um dos negócios. O Grupo está igualmente exposto aos riscos de flutuação dos mercados de dívida e de capital. Durante 2012, e tendo em vista a minimização de efeitos potencialmente adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, além de políticas de gestão de cada um dos riscos identificados, e da implementação de mecanismos de controlo para os identificar e determinar, os negócios da Sonae utilizaram por vezes instrumentos derivados para a cobertura de determinados riscos. A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos Departamentos Financeiro e de Tesouraria dos negócios. A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças, onde uma análise de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado, assegura que em cada momento são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros de forma a que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

A postura do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente e, quando usa instrumentos derivados para cobertura de determinados riscos relacionados com a atividade normal da empresa, o Grupo, por princípio, não toma posições em derivados de outros instrumentos financeiros que não tenham uma ligação à sua atividade ou que tenham propósitos especulativos.

7.6.3. Riscos Jurídicos

As empresas do Grupo Sonae estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e sectoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos consumidores, os direitos dos trabalhadores, a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos sectores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades no respeito e observação das disposições legais. Essa colaboração assume, nomeadamente, a forma de participação em consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais.

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentemente dedicadas à respetiva atividade, as quais funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, de forma a assegurar preventivamente a proteção dos interesses da Sonae no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas.

As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada, participam regularmente em ações de formação e atualização de iniciativa quer interna, quer externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso mais relevantes, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo ao Relatório e Contas Consolidado.

7.7. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade e materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

—● O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;

—● Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;

—● A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;

—● Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;

—● A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;

—● Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;

—● Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;

—● As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;

—● O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Societário;

—● As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;

—● O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e

Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;

—● Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;

—● As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

—● Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;

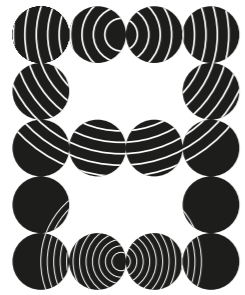
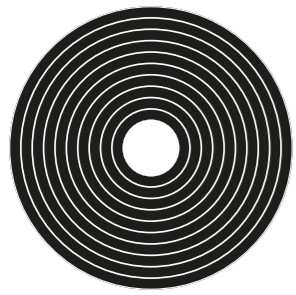
—● Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como a concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Pode consultar informação mais específica, sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

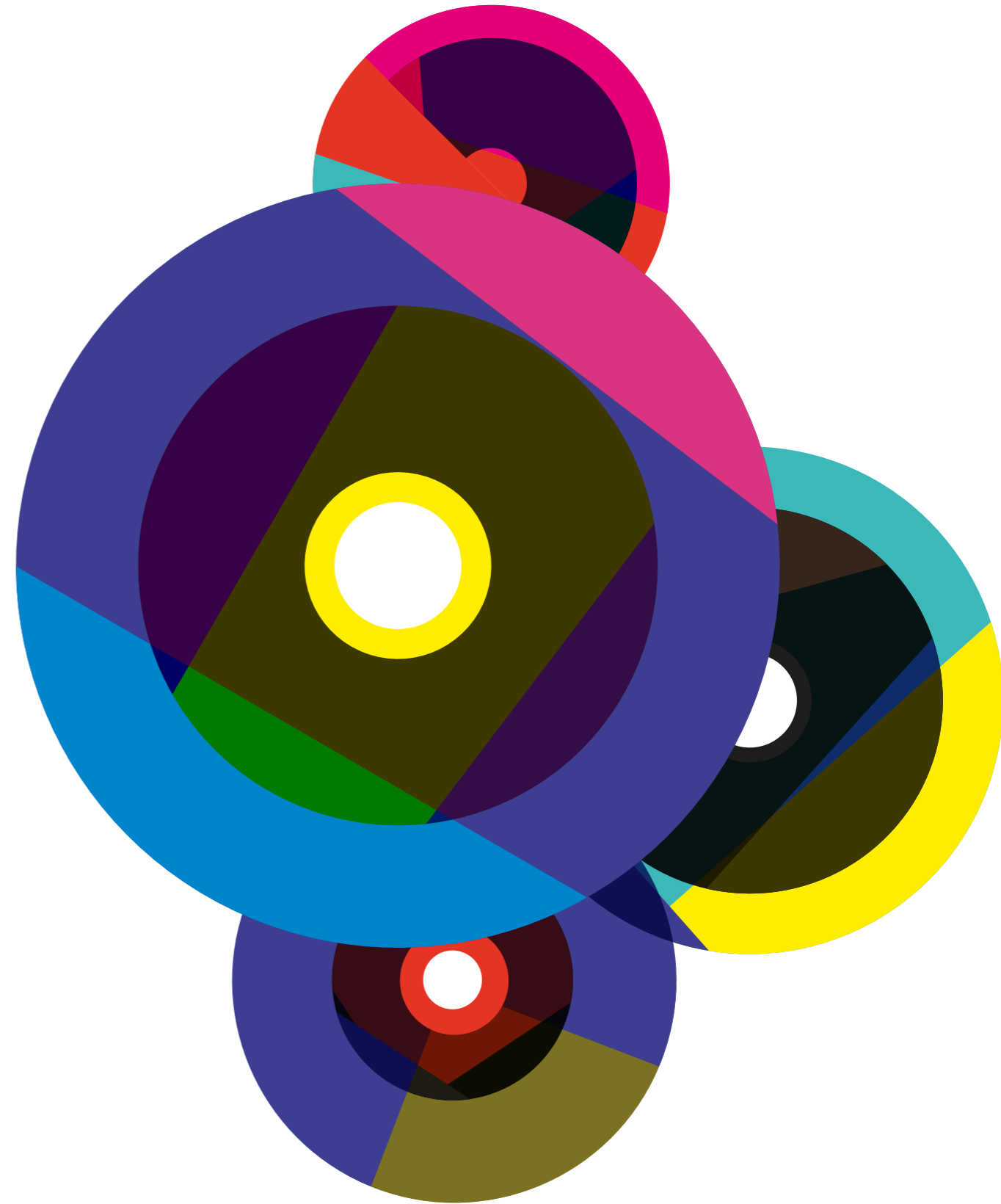
A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

—● Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações de anos anteriores, durante 2012 a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação do risco/causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;

—● Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Societário, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.



COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES





COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos seus colaboradores, assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae Holding na Internet – www.sonae.pt

Código de Conduta

O Conselho de Administração, aprovou em 2009, um Código de Conduta que estabelece, de acordo com os princípios e valores da Sonae, normas de conduta para serem cumpridas pelos seus administradores e colaboradores, no exercício das suas funções de forma transversal às diversas unidades de negócio do Grupo.

O Código de Conduta está disponível na página da internet da Sonae – www.sonae.pt.

Para além do Código de Conduta foram também aprovados regulamentos internos relativos a conflitos de interesses, aceitação e oferta de brindes e outros pagamentos, bem como a transações com partes relacionadas.

O Código de Conduta é também alvo de divulgação interna aos colaboradores e de comunicações periódicas nas empresas Sonae. A este propósito, refira-se que durante 2012 foi efetuada formação interna sobre ética empresarial na Sonaecom, com base numa plataforma de e-learning, abordando os processos de comunicação de irregularidades, esclarecendo as responsabilidades dos colaboradores e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas de: conflitos de interesse; privacidade, confidencialidade e integridade da informação, relação com colaboradores, e relacionamento com fornecedores e parceiros de negócios.

Política de Comunicação de Irregularidades

A Sonae tem uma política e procedimentos para a comunicação de irregularidades internas, para lidar de modo eficiente e justo com alegadas irregularidades que sejam relatadas, incluindo:

- (i) A comunicação de qualquer irregularidade que se pense ou saiba ter sido efetuada por qualquer um dos colaboradores da Sonae, deve ser feito através de carta ou e-mail dirigido à Provedoria da Sonae, contendo uma descrição sumária dos factos. A identidade do participante será mantida anónima, se tal for explicitamente solicitado;
- (ii) A carta ou e-mail serão analisados pela Provedoria, que levará a cabo as medidas que considerar apropriadas, se entender que existem fundamentos para sustentar a irregularidade reportada;
- (iii) A Provedoria elabora um relatório trimestral com a síntese de todas as comunicações recebidas, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração, com conhecimento à Comissão Executiva e ao Conselho Fiscal.

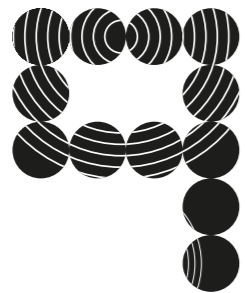
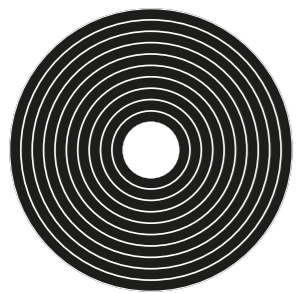
As comunicações de irregularidades reportadas diretamente ao Conselho Fiscal são entregues ao seu Presidente.

A política de comunicação de irregularidades da Sonae encontra-se inserida no seu Código de Conduta que pode ser consultado na página da Internet da Sonae – <http://www.sonae.pt>.

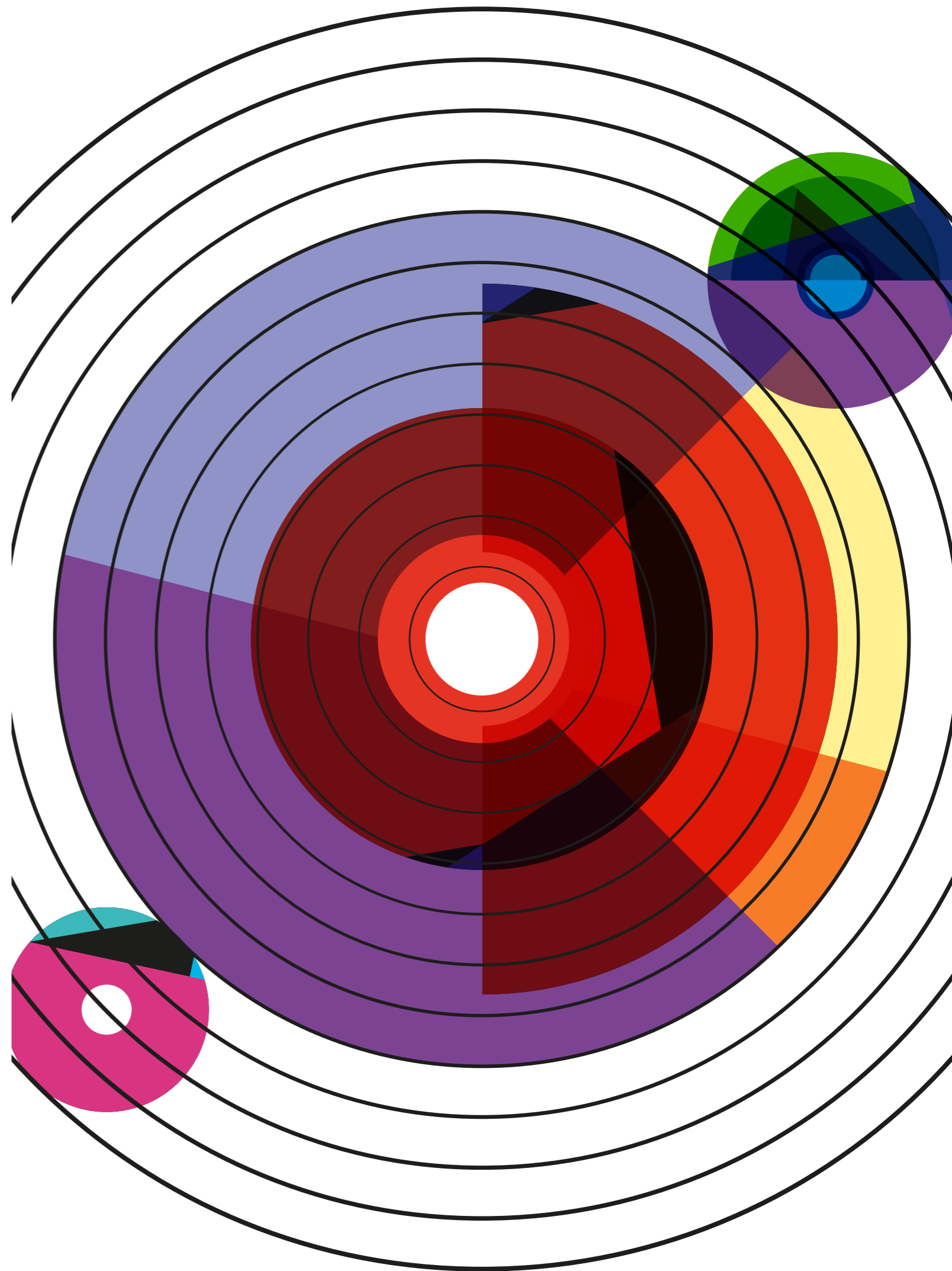
Provedoria

A Sonae tem disponível, através da sua página na Internet (www.sonae.pt – secção Contactos), o acesso direto, quer de colaboradores, quer de clientes, quer do público em geral, à Provedoria da Sonae, que reporta diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

A Provedoria Sonae recebeu, ao longo de 2012, 3,989 (3,444 em 2011) reclamações, a maioria das quais proveniente de clientes (95% do total de reclamações recebidas), o que representou um acréscimo de 545 reclamações (+15,8%). O tempo médio de resposta foi de 10 (13 em 2011) dias.



INFORMAÇÃO



INFORMAÇÃO

9.1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sociedade é de 2.000.000.000 euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, cada com o valor nominal de 1 euro.

9.2. Participações Qualificadas

Em finais de 2012, e de acordo com as notificações realizadas, as ações detidas por entidades com participações qualificadas (superiores a 2% do capital social) representavam mais de 73% do capital social da Sonae, conforme se verifica na tabela seguinte:

Participações Qualificadas

Acionista	Data da última notificação	# Ações	% Capital Social
Efanor Investimentos ⁽ⁱ⁾	17.05.2012	1.053.003.307	52,65%
Banco BPI	16.11.2007	178.039.855	8,9%
Bestinver	15.10.2012	153.503.619	7,68%
Fundação Berardo	14.02.2006	4.984.9514	2,5%
Norges Bank	19.10.2010	40.100.985	2,0%

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do n.º1 do Art.º 20.º e do n.º1 do Art.º 21.º do CVM, o "ultimate beneficial owner", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA.

A Sonae tem uma estrutura acionista diversificada, estando identificados mais de 30 mil titulares de ações da empresa, de acordo com a informação mais recente disponibilizada pela Interbolsa.

9.3. Direitos especiais de acionistas

Não existem acionistas com direitos especiais.

9.4. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

9.5. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sonae.

9.6. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo acionista

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

9.7. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sonae que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista.

A maioria do capital social da Sonae é imputada a um único acionista.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae e a Grosvenor Group Limited ("Grosvenor"), relativo à Sonae Sierra, SGPS, SA, confere à Grosvenor o poder de pôr termo ao acordo, em caso de mudança de controlo na Sonae, mas apenas na situação particular e exclusiva de o controlo deixar de ser atribuído, direta ou indiretamente, ao seu atual acionista de referência ou a algum dos seus familiares.

Esta cláusula aplica-se de forma idêntica em caso de alterações do atual controlo acionista da Grosvenor.

Os efeitos de cessação do acordo compreendem o exercício de uma opção de compra, partilha de ativos ou venda da sociedade Sonae Sierra, SGPS, SA.

9.8. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

9.9. Mecanismos de controlo da participação dos trabalhadores no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos trabalhadores no capital social da Sonae.

9.10. Evolução da cotação das ações

As ações da Sonae encontram-se cotadas no mercado de cotações oficiais da bolsa portuguesa, NYSE Euronext Lisbon, fazendo parte da carteira que compõe vários índices, incluindo o PSI-20, do qual representam cerca de 3,8%, e o Next 150, do qual representam cerca de 0,9%, a final de dezembro de 2012. A tabela abaixo apresenta os principais indicadores de desempenho das ações da Sonae.

	2010	2011	2012
Código Isin	PTSONOAM0001		
Código Bloomberg	SON PL		
Código Reuters	SONPIN		
Capital Social	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Cotações			
Fecho Ano	0,78	0,46	0,69
Máximo Ano	0,95	0,85	0,72
Mínimo Ano	0,68	0,42	0,37
Volume Médio de Transações Diário (Ações)	4.525.057	2.258.026	1.811.356
Volume Médio de Transações Diário (Euros)	3.751.604	1.533.960	856.822
Capitalização Bolsista a 31 de Dezembro (Milhões de Euros)	1.560	918	1.374

A cotação das ações Sonae no final do ano foi de 0,687 euros por ação, a que corresponde uma valorização nominal de 49,7% durante o ano, o que compara com uma valorização de apenas cerca de 2,6% do índice de referência do mercado de capitais português - PSI 20. Apesar desta valorização, especialmente sentida na segunda metade do ano de 2012,

assistiu-se a uma redução em termos do número de transações realizadas no mercado bolsista, tendo o volume de transações da ação Sonae diminuído em 2012 para uma média de cerca de 1,8 milhões de ações por dia.

Durante o ano de 2012, os principais acontecimentos com possível impacto na cotação das ações Sonae foram os seguintes:

(i) 25 de janeiro: comunicação de vendas preliminares do ano 2011 do negócio de retalho;

(ii) 12 de março: comunicação dos resultados referentes ao ano de 2011;

(iii) 30 de abril: informação sobre deliberações tomadas na Assembleia Geral Anual de Acionistas, incluindo a aprovação do pagamento de um montante de 0,0331 euros por ação a título de dividendo ilíquido referentes aos resultados do ano de 2011;

(iv) 2 de maio: informação sobre o refinanciamento da dívida de médio e longo prazo no montante de 500 milhões de euros;

(v) 23 de maio: comunicação dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2012;

(vi) 25 de junho: informação sobre o programa de emissão de obrigações, com colocação no mercado de retalho em Portugal, até ao montante de 200 milhões de euros;

(vii) 23 de agosto: comunicação dos resultados referentes ao primeiro semestre de 2012;

(viii) 14 de novembro: comunicação dos resultados referentes aos primeiros nove meses de 2012;

(ix) 14 de dezembro: anúncio do acordo alcançado entre a Sonacom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia, SGPS, S.A., e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas.

9.11. Política de distribuição de dividendos

Após aprovação pelos acionistas na Assembleia Geral Anual, os dividendos distribuídos pela Sonae referentes aos últimos três anos de exercício podem ser resumidos na tabela abaixo.

Dividendo Distribuídos

	2010 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾
Dividendo Ilíquido por Acção (Euros)	0,0315	0,0331	0,0331
Dividendos Distribuídos (Milhões de Euros)	63	66	66
Dividend Yield (%) ⁽²⁾	3,6%	4,2%	7,2%
Payout Ratio (%) ⁽³⁾	36,9%	34,4%	50,8%

(1) Ano de distribuição do dividendo; (2) Dividend yield = Dividendo distribuído / preço fecho em 31 Dezembro;

(3) Pay out ratio = Dividendo distribuído / Resultados Líquidos diretos atribuíveis aos acionistas da Sonae.

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados do exercício, no montante de 22.964.316,93 euros, sejam aplicados, pelo valor de 1.148.215,85 euros, na composição da reserva legal e, pelo valor remanescente de 21.816.101,08 euros, na cobertura de resultados transitados. Mais se propõe que seja deliberada a transferência de reservas livres no valor de 41.378.390,93 euros para resultados transitados.

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, a posição financeira do Grupo e a larga margem de reservas distribuíveis que permitem a observância do artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que seja deliberado proceder à distribuição aos acionistas de reservas livres no montante de 66.200.000 euros, equivalente ao dividendo ilíquido, por ação, de 0,0331 euros, um montante igual ao distribuído no ano anterior. Este dividendo equivale a um dividend yield de 4,8% face ao preço de fecho a 31 de dezembro de 2012 e a um payout ratio de 63% do resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae.

9.12. Transações relevantes com partes relacionadas

As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários são formalmente submetidas ao parecer prévio da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, superiores a 100 milhões de euros. Todas as transações com partes relacionadas em excesso de 10 milhões de euros são ainda objeto de reporte semestral a esses dois órgãos por parte do Secretário da Comissão Executiva.

As operações realizadas com qualquer das entidades indicadas no parágrafo anterior respeitaram as condições normais de mercado e foram avaliadas pelo Conselho Fiscal. Não se realizaram transações com qualquer membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização durante o exercício de 2012.

9.13. Direção de Relações com Investidores

A Direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores, analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar os seus acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade de forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais ve anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt) e na página da Sonae na Internet (www.sonae.pt - separador Investidores, secção relativa a Comunicados). Nesta última poderá ser encontrada, a informação exigida pelo art.º 5.º do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de

outra informação considerada relevante, entre a qual:

- Comunicados ao mercado com informação privilegiada;
- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos dois anos;
- Relatório de Sustentabilidade;
- Relatório sobre o Governo da Sociedade;
- A identificação dos responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- A convocatória da Assembleia Geral Anual;
- As propostas a serem apresentadas na Assembleia Geral Anual;
- O calendário financeiro anual, abrangendo Assembleias-gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, a Direção de Relações com Investidores organiza roadshows nos centros financeiros mais importantes e participa em diversas conferências. Um grande número de investidores e analistas tem também a oportunidade de falar com os gestores de topo da empresa, na forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer interessado pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

António Castro Diretor de Relações com Investidores
Tel: (+351) 22 010 47 94
Fax: (+351) 22 948 77 22
E-mail: investor.relations@sonae.pt
antonio.gcastro@sonae.pt
Morada: Lugar do Espido, Via Norte,
4471-909 Maia Portugal Site: www.sonae.pt

A Representante para as Relações com o Mercado é Dra. Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira, que pode ser contactada através de:
Tel: (+351) 22 010 47 94
Fax: (+351) 22 948 77 22
E-mail: investor.relations@sonae.pt
Morada: Lugar do Espido, Via Norte,
4471-909 Maia Portugal

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

ANEXO I



ANEXO I

1. Conselho de Administração

1.1 Qualificações, experiência e responsabilidades

Belmiro Mendes de Azevedo

Data de Nascimento
17 fevereiro 1938

Curriculum Académico

1963	Licenciado em Engenharia Química Industrial - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
1965-1968	Professor Assistente na Faculdade de Engenharia do Porto - Assistente da cadeira "Indústrias" (Projeto Industrial) - Responsável pela regência da cadeira "Química Orgânica Industrial"
1973	PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School
1985	Financial Management Program - Stanford University
1987	Strategic Management - Wharton University
1995	Global Strategy - University of California (Los Angeles)
Experiência Profissional	
1963-1964	Técnico na Indústria Têxtil, na Empresa Fabril do Norte (EFANOR)
1965-1967	Diretor de Investigação e Desenvolvimento da Sonae (Sonae - Sociedade Nacional de Estratificados, S.A.R.L.)
1967-1983	Diretor- Geral e Administrador Delegado da Sonae (Sonae - Sociedade Nacional de Estratificados, S.A.R.L.)
1983-1988	Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria e Investimentos, SA
1989	Membro Fundador do Instituto Superior de Estudos Empresariais (ISEE) (atualmente Porto Business School)
1989-1999	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)
1995	Membro do WBCSD - Ordem de Contribuidores Notáveis para o Desenvolvimento Sustentável
1998- 2009	Membro do Conselho Português do INSEAD
1999-2007	Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA
2000-2012	Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz AG
2001-2005	Membro do Conselho Consultivo Regional da London Business School
2002-2009	Membro da Direção da Cotec Portugal
2004-2008	Membro da European Roundtable of Industrialists

2008-2011	Presidente do Conselho Geral da EGP - UPBS (atualmente Porto Business School)
Desde 2005	Membro do Conselho Consultivo Europeu da Harvard Business School
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA
Desde julho 2011	Presidente do Conselho de Administração da EGP - UPBS (atualmente Porto Business School)

Álvaro Carmona e Costa Portela

Data de Nascimento
4 julho 1951

Curriculum Académico

1974	Licenciado em Engenharia Mecânica - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
1983	MBA , Mestrado em Gestão de Empresas - Universidade Nova de Lisboa
1997	AMP / ISMP - Harvard Business School

Experiência Profissional

1972-1979	Diretor e posteriormente Presidente da Direção dos Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)
1974-1977	Assistente do Departamento de Mecânica - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
1979-1985	Administrador com responsabilidades nas áreas Financeira, Planeamento e Exportação da COPAM (Companhia Portuguesa de Amidos, SA (Indústria de amidos))
1985-1986	Diretor Geral Adjunto e posteriormente Diretor Geral da Modis (Logística e Compras na Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos, SGPS SA))
1986-1991 e 2006-2010	Administrador, posteriormente Presidente da Comissão Executiva, posteriormente Presidente do Conselho de Administração e, a partir de 2006, Administrador Não Executivo da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos - SGPS, SA)
1990-2010	Presidente Executivo da Sonae Sierra, SGPS, SA
1992	Membro do Conselho de Presidentes e posteriormente do Conselho de Coordenação do Grupo Sonae, desde 1999 Administrador Executivo e Vice-presidente da Sonae - SGPS, SA e desde 2010 Administrador Não Executivo da Sonae - SGPS, SA
1996-2001	Membro do ICSC Europe Awards Jury
1999-2002	Co-fundador e Administrador da EPRA- European Public Real Estate Association
2004-2009	Membro do International Advisory Board do Eurohypo
2005-2008	Trustee do International Council of Shopping Centres
2008	Fellow do Royal Institute of Chartered Surveyors
2012	Administrador Não Executivo da SPDI - SECURE PROPERTY Development & Investment plc (ex-AISI)
2012	Administrador da Fundação Victor e Graça Carmona e Costa

Álvaro Cuervo García**Data de Nascimento**

30 maio 1942

Curriculum Académico

1971	Doutoramento em Economia – Universidade de Madrid
1973	Mestrado em Estatística – Universidade de Madrid
1975	Mestrado em Psicologia Industrial – Universidade de Madrid

Experiência Profissional

1975	Professor de Economia Empresarial na Universidad Complutense de Madrid
1997-2006	Membro do Conselho Académico do Real Colegio Complutense da Universidade de Harvard
2007	Editor Associado do Globalization, Competitiveness and Governability Membro do Conselho Científico e Consultivo de vários jornais Autor de vários livros e artigos publicados em jornais espanhóis e estrangeiros
2004-2012	Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde 1997	Membro do Conselho de Administração da ACS, SA
Desde 1997	Membro do Comité Consultivo de Privatização do Governo Espanhol
Desde 2004	Chefe de Redação do Universia Business Review
Desde 2006	Membro do Conselho de Administração da Bolsas e Mercados Espanhóis
Desde 2008	Diretor da Escola de Estudos Financeiros (CUNEF) da Universidade de Madrid

Michel Marie Bon**Data de Nascimento**

5 julho 1943

Curriculum Académico

1966	Licenciatura em Gestão de Empresas - ESSEC
1971	Licenciado pela École National d'Administration
1986	Stanford Executive Program – Stanford University

Experiência Profissional

1971-1975	Auditor Interno no Ministério das Finanças e do Orçamento Francês
1975-1978	Vice- Diretor Geral e, posteriormente, Diretor- Geral de Crédito, Credit National (Paris)
1978-1985	Diretor Geral de Crédito, e posteriormente Presidente da Comissão Executiva da Caisse Nationale de Crédit Agricole
1985-1992	Vice-Presidente, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração do Carrefour
1993-1995	Presidente da Agence Nationale Pour l'Emploi
1995-2002	Presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da France Telecom
1998-2002	Co-presidente do French American Business Council
2003-2005	Presidente do Institut Pasteur
2006-2012	Consultor Sénior da Roland Berger

Desde 1984 Membro do Conselho de Administração do Institut Pierre Mendès France

Desde 1988 Membro do Conselho de Administração da French American Foundation

Desde 1994 Presidente honorário da Transparency International (França)

Desde 1998 Presidente do Conselho de Supervisão da Editions du Cerf

Desde 2006 Presidente do Conselho de Supervisão da Devoteam

Desde 2008 Presidente da Fondation Nationale pour L'Enseignement de la Gestion des Entreprises (FNEGE)

Desde 2009 Consultor da Vermeer (Fundo de Investimento)

José Manuel Neves Adelino**Data de Nascimento**

19 março 1954

Curriculum Académico

1976	Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa
1981	DBA, Finance, Kent State University

Experiência Profissional

1978-1981	Professor convidado, Kent State University
1981-1986	Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1986-1989	Professor convidado, Universidade Católica Portuguesa
1987-1989	Professor convidado, Bentley College
1988	Professor convidado, ISEE
1990-1996	Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1992-1994	Membro do Conselho de Administração, BPA
1994-2002	Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos
1999-2002	Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
1999-2004	Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae - SGPS, SA
2003-2006	Membro do Conselho, Presidente da Comissão de Auditoria da EDP
2003-2006	Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT
2003-2007	Membro da Comissão de Remunerações da Sonae - SGPS, SA
2003-2010	Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela
1981-Presente	Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

Bernd Hubert Joachim Bothe

Data de Nascimento
20 maio 1944

Curriculum Académico

1966-1968 Gestão de Empresas – Faculdade para o Comércio e Indústria - Cologne, Alemanha
1968 Diploma – Betriebswirt com distinção

Experiência Profissional

1963-1966 **Bank Für Gemeinwirtschaft AG, Alemanha**
1963-1965 Período de Estágio, Cologne
1965-1966 Funcionário Bancário, Cologne
1968-1970 **Pintsch Bamag AG (Thyssen-Bornemisza-Group), Alemanha**
Diretor Adjunto
Membro do Planeamento Corporativo
1970-1973 **MDS – Deutschland GmbH, Alemanha (Companhia Americana Multinacional em tecnologias da informação)**
1970 Controlador Assistente e Diretor Adjunto do Departamento de Finanças, Contabilidade e Administração, Cologne
1971-1973 Controlador e Tesoureiro, Cologne
1973-1988 **Kienbaum Consulting Group, Alemanha**
1973-1974 Controlador e Diretor Executivo Sénior
1974-1975 Membro Adjunto do Conselho de Administração, Düsseldorf
1975-1979 Membro do Conselho de Administração – Diretor do Departamento de Pessoal, Consultoria, Düsseldorf
1979-1980 Membro do Conselho de Administração – Departamento de Consultoria de Gestão, Düsseldorf
1980-1983 Presidente Adjunto do Conselho de Administração – Sócio Gerente
1983-1988 Presidente do Conselho de Administração
Presidente Adjunto do Conselho de Administração (Holding)
1988-1992 **Kaufhof Holding AG, Alemanha**
1988-1989 Membro do Conselho de Administração Executivo, Cologne
1989-1992 Membro Adjunto do Conselho, Cologne
1992 Membro do Conselho Executivo, Cologne
Responsável pelo Departamento de Vendas por Catálogo, responsável por IT, Logística, RH
1992-2002 **Metro AG, Alemanha**
1992-1993 Membro do Conselho de Administração da Metro International Management AG, Baar, Suíça
Responsável de Operações
1993-1997 Presidente do Conselho de Administração, Metro International Management AG, Baar, Suíça
1997-1998 Presidente do Conselho de Administração Executivo e CEO da Metro International Management AG, Alemanha
1998-2002 Presidente do Conselho de Administração Executivo e CEO
Diretor de Operações para a Europa Central
Metro Cash & Carry GmbH
Responsável pelo Departamento de Cash & Carry
Planeamento Corporativo de Marketing, Vendas, Operações, Relações Públicas, Construção & Manutenção/
Equipamentos, Auditoria Interna
2002-2008 **Droege & Comp.GmbH, Alemanha**
Consultor internacional, Sócio Gerente, Düsseldorf
Diretor do Centro de Competências de bens de consumo e retalho
Diretor do Centro de Competências da Europa de Leste, Düsseldorf
Desde 2009 **Horn & Company GmbH, Alemanha**
Sócio, Düsseldorf
Diretor do Competence Center Consumer Goods & Retail

Desde 2009 Membro do Conselho de Supervisão da Spar Österreichische Warenhandelsgesellschaft AG, Salzburg, Áustria
Desde 2009 Vice-Presidente do Conselho de Supervisão da H & E Reinert Group, Versmold AU, Alemanha
Desde 2009 Membro do Conselho de Supervisão da Basler Fashion Holding GmbH, Goldbach, Alemanha
Desde 2009 Membro do Conselho de Supervisão da Tomra Systems ASA, Asker, Noruega
Desde 2012 Membro do Conselho de Supervisão da Lekkerland AG & Co. KG, Alemanha
Desde 2012 Membro do Conselho de Supervisão da Agros Nova Sp. Z.o.o., Polónia

Christine Cross

Data de Nascimento
13 junho 1951

Curriculum Académico

1973 Universidade de Newcastle – B.Ed. (Distinção), Ciência Alimentar e Nutrição
1983 Universidade de Reading - MSc em Ciência Alimentar (Distinção)
1990 Open University (OU) – Diploma em Management Studies

Experiência Profissional

1975-1978 Universidade de Edinburgh – Professora assistente na cadeira de Alimentos e Nutrição
1979-1985 Bath SPA University College – Professora regente
1985-1989 Bath SPA University College – Professora regente e diretora do programa de BSc (Hons)
1989-2003 **Tesco PLC**
1989-1990 Chefe de Serviços de Apoio ao Consumidor
1990-1994 Diretora de Divisão – Serviços técnicos
1994-1997 Diretora Comercial
1998-2002 Diretora Mundial de Compras no sector Não Alimentar
2002-2003 Diretora de Desenvolvimento de Negócios do grupo
1997-2003 University of Ulster, Professora convidada (Estudos do Consumidor)
2002-2005 Administradora Não Executiva da George Wimpey, plc
2003-2011 Administradora Não Executiva da Sobeys Inc, Canada (membro das Comissões de Nomeação e de Remunerações)
2005-2006 Administradora Não Executiva da Fairmont Hotels Inc
2006-2007 Consultora para o retalho da PwC Transaction Services
Desde 2003 Diretora da Christine Cross Ltd (empresa de Consultoria Independente na área do retalho)
Desde 2005 Administradora Não Executiva da Next plc (membro das Comissões de Nomeação e de Remunerações)
Desde 2006 Consultora para o retalho da Apax Private Equity
Desde 2006 Consultora para o retalho da Warburg Pincus Private Equity
Desde 2010 Consultora Sénior para o retalho da PwC
Desde janeiro 2012 Administradora Não Executiva (PPC Chair), Wodsworths (Austrália) plc
Desde dezembro 2012 Administradora Não Executiva da Kathmandu (Nova Zelândia) plc

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo**Data de Nascimento**

31 dezembro 1965

Curriculum Académico

1986 Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne

1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA - Porto Business School

Formação Executiva

1994 Executive Retailing Program - Babson College

1996 Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School

2002 Breakthrough Program for Senior Executives - IMD

2008 Proteus Programme - London Business School

2012 Corporate Level Strategy - Harvard Business School

Experiência Profissional**No Grupo Sonae**

1988-1990 Analista e Gestor de Projeto Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação

1990-1993 Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)

1993-1996 Diretor de Planeamento e Controle Estratégico e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)

1996-1998 Administrador Executivo da Modelo Continente Hipermercados, SA (Merchandising, IT e Marketing Retalho)

1998-2000 Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, SA (Operador Móvel)

1998-abril 2007 Administrador Executivo da Sonae - SGPS, SA

2000-2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA

2002-2007 Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA

2003-2007 Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG

2004-2007 Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, SA (Tafisa)

Desde maio 2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA

Noutras Entidades

2001-2002 Presidente da Apritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações

2001-2008 Membro do Conselho Geral da EGP - UPBS (atualmente Porto Business School)

2003 Co-autor do livro "Reformar Portugal"

2008-2009 Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal

Desde 1988 Membro da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial

Desde 2006 Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música

Desde 2008 Membro do ERT - European Round Table of Industrialists

Desde 2009 Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal

Desde 2009 Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**Data de Nascimento**

14 setembro 1959

Curriculum Académico

1982 Licenciado em Engenharia Civil - FEUP

1988-1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)

Experiência Profissional

1982-1984 Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil)

1984-1989 Técnico Superior na EDP (Energia)

1989-1991 Diretor do Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação

1991-1994 Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)

1994-1996 Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos, SGPS, SA) - Retalho

1996-2007 CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos, SGPS, SA) e Administrador da Modelo Continente, SGPS, SA e de várias das suas filiais (Retalho)

1996-2007 Vice-Presidente Executivo e CFO da Sonae - SGPS, SA, Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae - SGPS, SA

2004-2009 Administrador da MDS - Corretor de Seguros, SA

Desde 2007 Vice-Presidente Executivo da Sonae - SGPS, SA, Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA, Administrador da Sonae Sierra, SGPS, SA, Sonae Investimentos, SGPS, SA e MDS, SGPS, SA

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão**Data de Nascimento**

27 abril 1956

Curriculum Académico

1978 Licenciado em Economia - ISCTE (Universidade de Lisboa)

Experiência Profissional

1980-1986 Pingo Doce Supermercados - Carreira na Área de Operações

1986-1987 Modelos Hipermercados Continente, SA - Diretor de Hipermercado

1988-1989 Modelos Hipermercados Continente, SA - Diretor Geral

1991-2010 Presidente Executivo da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos, SGPS, SA)

Desde 1990 Administrador Executivo da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae Investimentos, SGPS, SA)

Desde 1999 Administrador Executivo da Sonae - SGPS, SA

Desde 2008 Administrador Não Executivo da Sonaecom, SGPS, SA

1.2 Cargos exercidos noutras entidades

Belmiro Mendes de Azevedo**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SC - SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SPRED - SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Águas Furtadas – Sociedade Agrícola, SA

Presidente do Conselho de Administração da Alpêssego – Sociedade Agrícola, SA

Presidente do Conselho de Administração da Prosa – Produtos e Serviços Agrícolas, SA

Presidente do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA

Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Soc. Imobiliária, SA

Presidente do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA

Administrador único da BA - Business Angels, SGPS, SA

Membro do Conselho Consultivo Europeu da Harvard Business School

Presidente do Conselho de Administração da EGP - Porto Business School

Álvaro Carmona e Costa Portela**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Membro do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA

Cargos exercidos noutras Entidades:

Membro do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, SA

Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Spred, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Representantes da Faculdade de Economia da UP

Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da MAF Properties, Dubai, EAU

Administrador Não Executivo da Casa Agrícola HMR, SA

Administrador Não Executivo da COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, SA

Gerente de Portela & Portela, Lda

Membro do Investment Committee do ECE European Prime Shopping Centre Fund, Hamburgo, Alemanha

Membro do Investment Advisory Committee do PanEuropean Property Limited Partnership, Londres, Reino Unido

Trustee da ULI – Urban Land Institute, Washington DC, EUA

Administrador Não Executivo da SPDI – Secure Property Development & Investment plc (ex-AISI)

Administrador da Fundação Victor e Graça Carmona e Costa

Álvaro Cuervo Garcia**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Membro do Conselho de Administração da ACS, SA

Membro do Conselho de Administração da Bolsas e Mercados Espanhóis

Membro do Comité Consultivo de Privatização do Governo Espanhol

Chefe de Redação do Universia Business Review

Diretor da Escola de Estudos Financeiros (CUNEF) da Universidade de Madrid

Michel Marie Bon**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Presidente do Conselho de Supervisão das Editions du Cerf

Presidente do Conselho de Supervisão da Devoteam

Presidente da Fondation Nationale pour L'Enseignement de la Gestion des Entreprises

Membro do Conselho de Administração da Lafarge

Membro do Conselho de Administração da Sonepar

Membro do Conselho de Administração do Institut Pierre Mendès France

Membro do Conselho de Administração da French American Foundation

Fundador e Presidente honorário da Transparency International (França)

Consultor Sénior da Vermeer (fundo de investimento)

José Manuel Neves Adelino**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Membro do Conselho Fiscal do BPI

Membro do Comité de Investimento de Portugal VC Initiative (EIF)

Membro do Conselho de Administração da Cimpor

Diretor de Finanças e Investimentos – Fundação Calouste Gulbenkian

Atividade Académica:

Professor de Finanças, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa (aposentado)

Professor convidado, Bentley College

Bernd Hubert Joachim Bothe**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Sócio da Horn & Company GmbH, Alemanha

Membro do Conselho de Supervisão da Spar Österreichische Warenhandels-gesellschaft AG, Salzburg, Áustria

Vice-Presidente do Conselho de Supervisão da H & E Reinert Group, Versmold, Alemanha

Membro do Conselho de Supervisão da Basler Fashion Holding GmbH, Goldbach, Alemanha

Membro do Conselho de Supervisão da Tomra Systems ASA, Asker, Noruega

Membro do Conselho de Supervisão da Lekkerland AG & Co. KG, Alemanha

Membro do Conselho de Supervisão da Agros Nova Sp. Z.o.o., Polónia

Christine Cross**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Administradora Não Executiva da Next plc (Membro das Comissões de Auditoria e de Nomeação e de Remunerações)

Consultora para o retalho da Apax Private Equity

Consultora para o retalho da Warburg Pincus Private Equity

Consultora Sénior para o retalho da PWC

Administradora da Christine Cross Ltd

Administradora Não Executiva (PPC Chair), Wodworths (Austrália) plc

Administradora Não Executiva da Kathmandu (Nova Zelândia) plc

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp -Retail Properties, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae -Specialized Retail, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras Entidades:

Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, SA

Membro da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial

Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música

Membro do ERT - European Round Table of Industrialists

Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal

Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, SA

Presidente do Conselho de Administração da Optimus - Comunicações, SA

Presidente do Conselho de Administração da Optimus - SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da WeDo Consulting - Sistemas de Informação, SA

Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA

Presidente do Conselho de Administração do PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp -Retail Properties, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae -Specialized Retail, SGPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA

Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments BV

Membro do Conselho de Administração da Sontel BV

Administrador Não Executivo da Sonae Sierra, SGPS, SA

Administrador Não Executivo da Cooper Gay (Holdings) Limited

Cargos exercidos noutras Entidades:

Presidente da Assembleia Geral da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)

Membro do Conselho de Administração da Love Letters -Galeria de Arte, SA

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA

Administrador Único da Enxomil, SGPS, SA

Administrador Único da Enxomil, Sociedade Imobiliária, SA

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão**Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:**

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA

Administrador Não Executivo da Sonaecom, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras Entidades:

Nenhum

2. Conselho Fiscal

2.1 Qualificações, experiência e responsabilidades

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Data de Nascimento

6 maio 1948

Curriculum Académico

1970 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto
1986 Doutoramento em Economia – Universidade Técnica de Lisboa

Experiência Profissional

1970-2009 Docente na Universidade do Porto
1970-1999 - Faculdade de Economia
1988-2000 - ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais)
1989-2002 - Faculdade de Engenharia
2000-2008 - EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School)
2008-2009 - EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School)
2009 - Faculdade de Economia

1978-1979 Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

1983-2012 Economista em regime de profissão liberal

1990-1995 Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto

1995-1996 Ministro da Economia do Governo Português

1996-2006 Administrador Não-Executivo da CELBI – Celulose Beira Industrial

1997-1999 Administrador Não-Executivo da INPARSA – Indústrias e Participações, SGPS, SA

1997-2008 Administrador de Finibanco, SA

1997-2007 Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos

1999-2002 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões

2000-2012 Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social

2001-2003 Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA

2001-2011 Administrador de Finibanco Holding, SGPS, SA

2003-2012 Vogal do Conselho de Administração da Fundação Bial

2007-2010 Membro do Conselho de Microprocessador, SA

2007-2011 Vogal do Conselho de Administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, AICEP, E.P.E.

2008-2012 Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento

2009-2012 Diretor-Geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação

2011-2012 Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA

Arlindo Dias Duarte Silva

Data de Nascimento

27 outubro 1936

Curriculum Académico

1963 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência Profissional

1960-1963 Professor na Escola Comercial e Industrial

1968-1971 Serviço Militar obrigatório, inclusive em Angola (interrupção na atividade bancária)

1976-1979 Reinício da atividade bancária, sendo subdiretor do Banco BPA desde 1976

1989-1992 Membro do Conselho Geral na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

1992-1995 Membro do Conselho Diretivo na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

1995-1997 Vice-Presidente do Conselho Diretivo na Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

Desde 1979 Inscrito como Revisor Oficial de Contas, desempenhando essas funções quer como sócio de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, quer em nome individual

Desde 1979 Revisor Oficial de Contas, Membro do Conselho Fiscal ou Fiscal Único em várias Sociedades como Banco Universo, União Portuguesa de Bancos, Orbitur – Intercâmbio de Turismo, SA, ATPS – SGPS, SA, MDS – Corretor de Seguros, SA, Imoarea – Sociedade Imobiliária, SA e Contacto – SGPS, SA

Jorge Manuel Felizes Morgado

Data de Nascimento

6 junho 1955

Curriculum Académico

1977 Licenciatura em Gestão – ISEG – Universidade Técnica de Lisboa

1999 MBA em Finanças – IEDE Madrid

2004 MBA em Gestão e Sistemas de Informação – Faculdade de Economia e Gestão – Universidade Católica

22 abril 1991 Revisor Oficial de Contas nº 775

Experiência Profissional

1980-1989 Assistente e Manager de Auditoria da Coopers & Lybrand

1989-1991 Responsável pelo Controlo de Gestão e Auditoria Interna do Grupo Coelima

1991-2004 Partner da Deloitte – Membro do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas de várias Empresas, Responsável pela consultoria no Norte do País e pelo Corporate finance em Portugal até 2001

Desde 2004 Partner da Horwath Parsus – Consultoria e Gestão, Lda.

Desde 2004 Revisor Oficial de Contas em várias empresas nacionais e internacionais e consultor de várias empresas

2.2 Cargos exercidos noutras entidades

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:

Nenhum

Cargos exercidos noutras Entidades:

Administrador Não-Executivo da Efacec Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, SA

Arlindo Dias Duarte Silva

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:

Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras Entidades:

Membro do Conselho Fiscal da Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, SA

Membro do Conselho Fiscal da ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual

Membro do Conselho Fiscal da Associação Cultural do Senhor do Padrão

Jorge Manuel Felizes Morgado

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae:

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Sierra – SGPS, SA

Cargos exercidos noutras Entidades:

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Revisor Oficial de Contas da Timeloft, SA

Revisor Oficial de Contas da Valorinveste – Soc. Invest. Imob., SA

Revisor Oficial de Contas da Jofabo – Construção e Imobiliária, SA

Revisor Oficial de Contas da Polibrás – Polimentos e Abrasivos, SA

Revisor Oficial de Contas da Know it – Soluções Formação Tecnologia, SA

Revisor Oficial de Contas da J. Medeiros, SGPS, SA

Revisor Oficial de Contas da Hidroelétrica S. Pedro, SA

Revisor Oficial de Contas da Hidroelétrica S. Nicolau, SA

Revisor Oficial de Contas da Cortwo – Marketing, SA

Revisor Oficial de Contas da Mindegames – Sociedade de Comunicação, Produções Audiovisuais e Futebol, SA

Revisor Oficial de Contas da SkyWorld, SA

Revisor Oficial de Contas da Blue Share, SA

Revisor Oficial de Contas da VNG – Gestão, Consultoria e Gestão, SA

Revisor Oficial de Contas da PM. IQS – Projeto, Gestão e Supervisão, SA

Revisor Oficial de Contas da Imoguedes – Imobiliária e Engenharia, SA

Revisor Oficial de Contas da Praianorte – Hotelaria e Turismo, SA

Revisor Oficial de Contas da Companhia das Pastas – Empreendimentos e Investimentos Hoteleiros, SA

Revisor Oficial de Contas da PREC – Projetos de Engenharia e Construções, SA

Revisor Oficial de Contas da Delvepe – Projectos e Construção, SA

Revisor Oficial de Contas da ERPA II – Emp., Recup., Pat., Arquitet., SA

Revisor Oficial de Contas da House Demand, SA

Revisor Oficial de Contas da IberiaPremium, Oil & Gas, SA

Revisor Oficial de Contas da Luso-Insular, Projetos e Construção, SA

Revisor Oficial de Contas da PMVA – Imobiliária, SA

Revisor Oficial de Contas da Euroviga – Pré-fabricados, SA

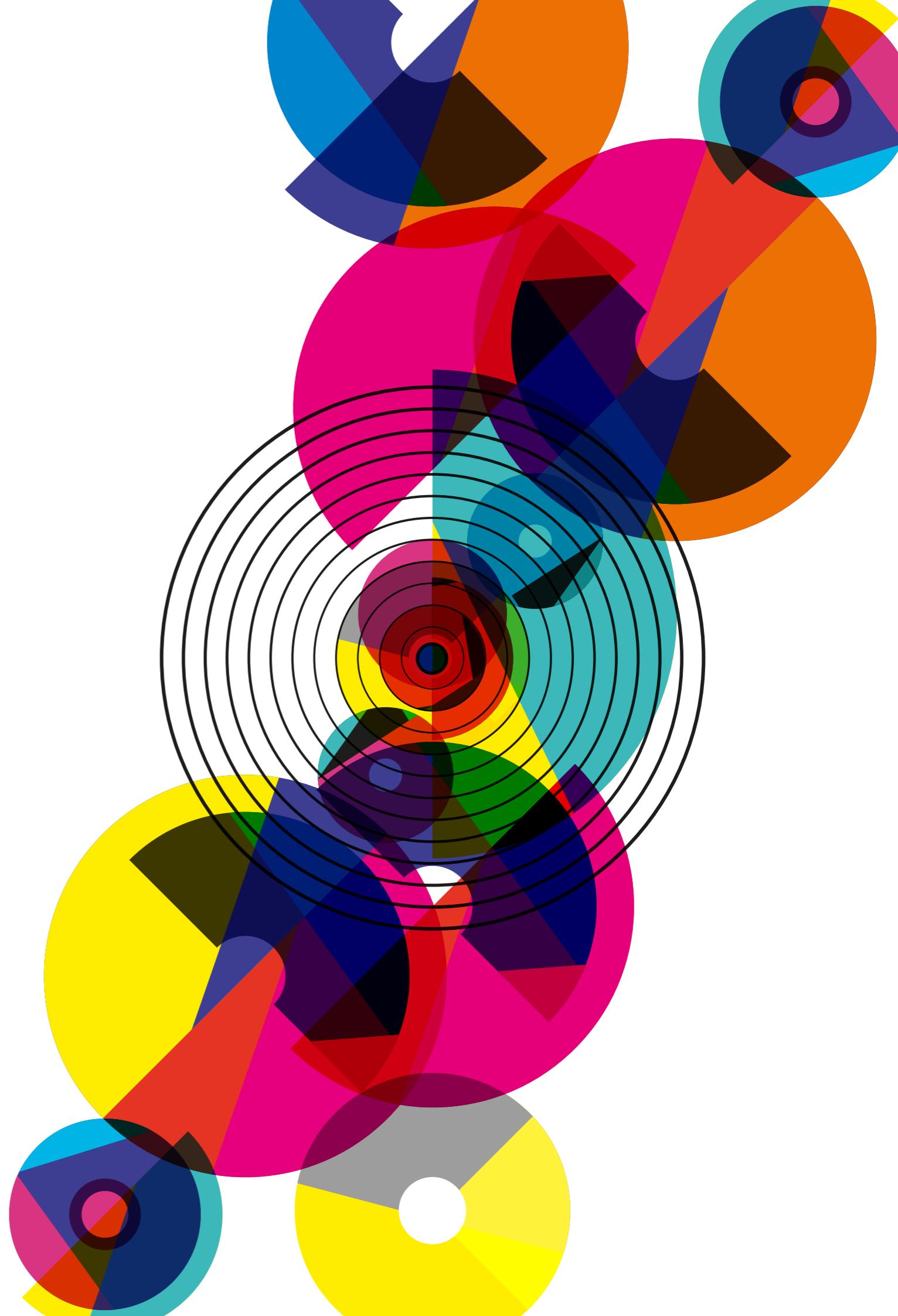
Revisor Oficial de Contas da Write UP, SA

Revisor Oficial de Contas da Strong Management, SA

Revisor Oficial de Contas da Fundação Universidade do Porto

Partner da Horwath Parsus – Consultoria e Gestão, Lda

ANEXO II



ANEXO II

Regulamento da CMVM n.º 1/2010

	Ref. Relatório
Capítulo O Declaração de cumprimento	
0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontra sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.	0.1
0.2 Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM ou noutra que a sociedade tenha decidido adotar, nos termos do Regulamento de que o presente Anexo faz parte integrante. Entende-se, para este efeito, como não adotadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.	0.2 e 0.3
0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adoção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.	N/A
0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respetiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do relatório a descrição dessa situação pode ser encontrada.	0.3
Capítulo I Assembleia Geral	
I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral.	5.1.2
I.2. Indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos.	5.1.2
I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral.	6.6
I.4. Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das ações para a participação na Assembleia Geral.	5.2.1
I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.	5.2.1
I.6. Número de ações a que corresponde um voto.	5.2.2
I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	5.2.2
I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.	5.1.1
I.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.	5.2.4
I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.	5.2.5
I.11. Exigência de prazo que medie entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.	5.2.4
I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos.	5.2.6

I.13. Possibilidade de os acionistas acederem aos extratos das atas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral.	5.1.1
I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	5.1.1
I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais.	5.1.3
I.16. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.	5.1.3, 6.1, 6.3 e 6.7
I.17. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia-geral com vista a uma avaliação correta desses planos.	6.1 e 6.3.2
I.18. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	6.1
I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.	N/A
I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.	9.6
I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.	9.7
I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do art.º 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.	6.3.6
Capítulo II Órgãos de Administração e Fiscalização	
Secção I – Temas Gerais	
II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.	1.2, 4 e 5.1
II.2. Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.	2.2 e 2.3
II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efetivamente delegadas.	2, 3 e 4
II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.	4.1.5
II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.	7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.7
II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.	4.1.1 e 7.3
II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.	2.1.6 e 4.1.5
Secção II – Conselho de Administração	
II.8. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.	N/A
II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.	7.6
II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.	2.1.4

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.	2.1.3
II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das atas dessas reuniões.	2.1.5, 2.2.3 e 4.1.4
II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de atas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras.	2.1.5, 2.2.1 e 2.2.3
II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fosse aplicável as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art.º 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do art.º 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.	0.4 e 2.1.2
II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.	0.4
II.16. Indicação das regras do processo de seleção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.	2.3.2
II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detetados.	2.3.3
II.18. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.	Anexo I e 2.1.2
II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.	Anexo I
Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal	
Conforme aplicável:	
II.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art.º 414.º-A e se cumprem o critério de independência previsto no n.º 5 do art.º 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho fiscal procede à respetiva auto-avaliação.	4.1.2
II.22. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.	Anexo I e 4.1.2
II.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.	Anexo I
II.24. Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.	4.1.1
Ou,	
II.25. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.	N/A
II.26. Declaração de que os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art.º 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do art.º 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho geral e de supervisão procede à respetiva auto-avaliação.	N/A
II.27. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.	N/A
II.28. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.	N/A
II.29. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, a dos dirigentes na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e a de outros trabalhadores cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.	6
Secção IV – Remuneração	
II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao art.º 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.	6

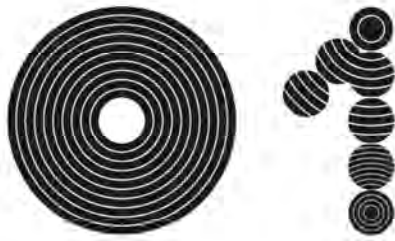
II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.	6.3.5, 6.4, 6.5 e 6.6
II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.	6.3.1, 6.3.2, 6.3.3 e 6.3.4
II.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:	6.3
a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;	
b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;	
c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;	
d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;	
e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.	
f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;	
g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;	
h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;	
i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;	
j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;	
l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;	
m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.	
n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;	
o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;	
p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.	
q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.	
II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.	6.3.4
II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adotada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respetiva intervenção no procedimento).	8
Secção V – Comissões Especializadas	
II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.	2.3.1 e 2.3.2
II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das atas dessas reuniões.	2.2.3, 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.	5.1.3
II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou coletivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação atual com consultora da empresa.	5.1.3
Capítulo III Informação e Auditoria	
III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.	9.1
III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários.	9.2
III.3. Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.	9.3
III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.	9.4
III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.	9.5
III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;	9.8
III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.	9.9
III.8. Descrição da evolução da cotação das ações do emitente, tendo em conta, designadamente:	9.10
a) A emissão de ações ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de ações;	
b) O anúncio de resultados;	
c) O pagamento de dividendos efetuado por categoria de ações com indicação do valor líquido por ação.	
III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adotada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ação distribuído nos três últimos exercícios.	9.11
III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adotados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adoção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.	6.3.2 e 6.3.5
Indicação:	
a) Do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;	
b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;	
c) Da apreciação em Assembleia Geral das características dos planos adotados ou vigentes no exercício em causa.	
III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, exceto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da atividade corrente da sociedade.	9.12
III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.	9.12
III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários.	4.1.1 e 9.12
III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.	9.12
III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	4.1.5

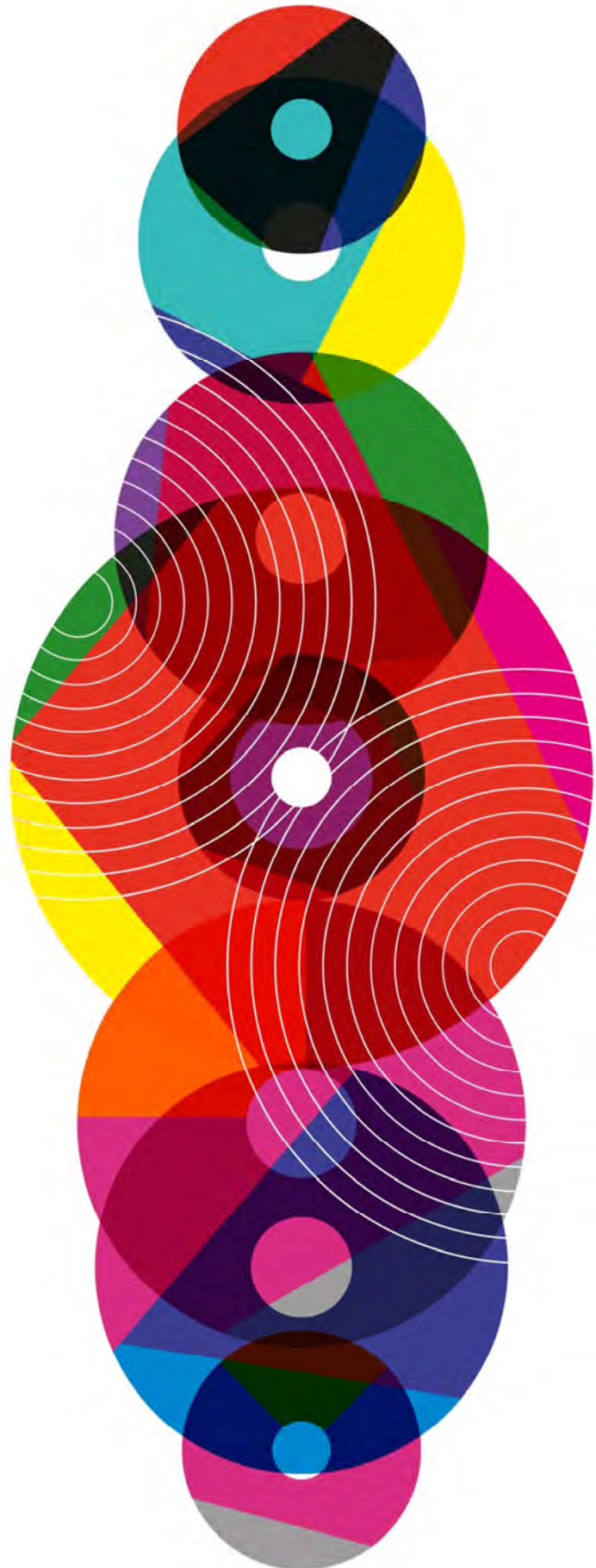
III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:	9.13
a) Funções do Gabinete;	
b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;	
c) Vias de acesso ao Gabinete;	
d) Sítio da sociedade na Internet;	
e) Identificação do representante para as relações com o mercado.	
III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:	6.5
a) Serviços de revisão legal de contas;	
b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;	
c) Serviços de consultoria fiscal;	
d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.	
Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.	
Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.	
III.18. Referência ao período de rotatividade do auditor externo.	4.2.2 e 4.2.3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012





DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e em 1 de janeiro de 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)	01 janeiro 2011 Reexpresso (Nota 4)
ATIVOS NÃO CORRENTES:				
Ativos fixos tangíveis	10	2.603.109.778	2.672.406.896	2.715.382.100
Ativos intangíveis	11	562.455.222	579.781.789	474.815.909
Propriedades de investimento		386.001	-	-
Goodwill	12	658.228.050	659.813.493	671.030.521
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	6	456.446.288	534.134.089	575.397.829
Outros investimentos	7, 9 e 13	59.877.723	40.940.837	43.298.704
Ativos por impostos diferidos	20	224.718.491	221.875.249	207.284.904
Outros ativos não correntes	9 e 14	49.531.315	37.992.014	40.758.287
Total de ativos não correntes		4.614.752.868	4.746.944.367	4.727.968.254
ATIVOS CORRENTES:				
Inventários	15	538.486.177	650.705.703	682.067.028
Clientes	9 e 16	171.053.729	175.080.053	164.401.336
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	117.941.848	92.701.931	123.247.935
Estado e outros entes públicos	18	74.942.868	99.411.123	79.926.876
Outros ativos correntes	19	139.910.545	125.168.524	112.803.241
Investimentos	9 e 13	911.922	5.861.218	15.653.114
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	376.635.163	420.169.386	219.624.321
Total de ativos correntes		1.419.882.252	1.569.097.938	1.397.723.851
Ativos não correntes detidos para venda		720.338	720.338	9.500.686
TOTAL DO ATIVO		6.035.355.458	6.316.762.643	6.135.192.791
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Ações próprias	22	(128.149.614)	(131.895.330)	(135.679.489)
Reservas legais		187.137.648	187.137.648	167.816.034
Reservas e resultados transitados		(772.902.493)	(795.598.531)	(855.383.934)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		32.572.259	103.944.076	167.940.582
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		1.318.657.800	1.363.587.863	1.344.693.193
Interesses sem controle	23	349.901.121	336.803.275	318.520.043
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.668.558.921	1.700.391.138	1.663.213.236
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos bancários	9 e 24	364.137.659	401.355.061	398.484.917
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	1.287.944.455	1.349.434.313	1.614.604.272
Cretores por locações financeiras	9, 24 e 25	27.593.734	28.812.037	24.219.918
Outros empréstimos	9 e 24	7.084.062	11.134.184	14.540.928
Outros passivos não correntes	9 e 27	87.958.431	147.564.117	165.953.103
Passivos por impostos diferidos	20	136.943.600	134.191.549	122.336.903
Provisões	32	114.470.445	91.036.377	62.636.516
Total de passivos não correntes		2.026.132.386	2.163.527.638	2.402.776.557
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos bancários	9 e 24	65.557.681	226.882.229	101.667.085
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	450.820.688	365.856.920	89.554.619
Cretores por locações financeiras	9, 24 e 25	7.037.038	6.894.512	4.909.984
Outros empréstimos	9 e 24	2.661.283	76.210	5.278.846
Fornecedores	9 e 29	1.221.772.727	1.244.537.123	1.235.246.906
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	227.781.624	142.699.263	167.753.084
Estado e outros entes públicos	18	59.742.218	68.058.001	99.116.838
Outros passivos correntes	31	302.864.083	395.572.842	364.077.581
Provisões	32	2.426.809	2.266.767	1.598.055
Total de passivos correntes		2.340.664.151	2.452.843.867	2.069.202.998
TOTAL DO PASSIVO		4.366.796.537	4.616.371.505	4.471.979.555
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		6.035.355.458	6.316.762.643	6.135.192.791

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
Vendas	35	4.552.547.876	4.677.785.256
Prestações de serviços	35	825.974.638	863.065.082
Varição de valor das propriedades de investimento		-	(377.178)
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	36	15.995.991	24.955
Rendimentos e ganhos financeiros	37	12.511.831	17.322.392
Outros rendimentos	38	441.222.195	470.603.192
Custo das vendas	15	(3.561.004.682)	(3.627.642.374)
Varição da produção		(666.354)	688.948
Fornecimentos e serviços externos	39	(968.190.488)	(1.017.120.447)
Gastos com o pessoal	40	(656.383.176)	(678.337.539)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(333.108.546)	(332.345.313)
Provisões e perdas por imparidade	32	(48.931.954)	(48.739.516)
Gastos e perdas financeiras	37	(106.687.966)	(98.908.527)
Outros gastos	41	(51.877.587)	(72.951.179)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjunto e associadas	6	(24.382.535)	(2.057.015)
Resultado antes de impostos		97.019.243	151.010.737
Imposto sobre o rendimento	42	(25.328.860)	(24.107.183)
Resultado líquido consolidado do exercício		71.690.383	126.903.554
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		32.572.259	103.944.076
Interesses sem controle	23	39.118.124	22.959.478
Resultados por ação			
Básico	44	0,017393	0,055518
Diluído	44	0,017346	0,055267

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em Euros)

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
Resultado líquido consolidado do exercício	71.690.383	126.903.554
Varição nas reservas de conversão cambial	(4.209.464)	(3.582.612)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(20.338.090)	(26.976.485)
Perda de influência significativa	3.376.172	-
Varição no justo valor dos ativos disponíveis para venda (Nota 7)	1.334.793	(2.324.000)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(34.319)	7.757.008
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral	706.717	(1.370.575)
Outros	(1.122.547)	(580.561)
Outro rendimento integral do exercício	<u>(20.286.737)</u>	<u>(27.077.225)</u>
Total rendimento integral consolidado do exercício	<u>51.403.645</u>	<u>99.826.329</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	16.001.551	77.575.933
Interesses sem controlo	<u>35.402.094</u>	<u>22.250.396</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Acionistas da empresa-mãe											
	Reservas e Resultados Transitados							Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controle (Nota 23)	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	2.000.000.000	(135.679.489)	167.816.034	8.783.221	4.829.654	(9.770.493)	(859.226.316)	(855.383.934)	167.940.582	1.344.693.193	318.520.043	1.663.213.236
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(1.831.678)	(2.324.000)	6.335.536	(28.548.001)	(26.368.143)	103.944.076	77.575.933	22.250.396	99.826.329
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2010												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	19.321.614	-	-	-	148.618.968	148.618.968	(167.940.582)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(62.001.571)	(62.001.571)	-	(62.001.571)	(8.158.858)	(70.160.429)
Alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	-	3.784.159	-	-	-	-	1.649.006	1.649.006	-	5.433.165	265.648	5.698.813
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	283.893	283.893	-	283.893	3.991.032	4.274.925
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.396.750)	(2.396.750)	-	(2.396.750)	(64.986)	(2.461.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - reexpresso	2.000.000.000	(131.895.330)	187.137.648	6.951.543	2.505.654	(3.434.957)	(801.620.771)	(795.598.531)	103.944.076	1.363.587.863	336.803.275	1.700.391.138
Saldo em 1 de janeiro de 2012 - reexpresso	2.000.000.000	(131.895.330)	187.137.648	6.951.543	2.505.654	(3.434.957)	(801.620.771)	(795.598.531)	103.944.076	1.363.587.863	336.803.275	1.700.391.138
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2.114.599)	(585.046)	740.563	(14.611.626)	(16.570.708)	32.572.259	16.001.551	35.402.094	51.403.645
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	103.944.076	103.944.076	(103.944.076)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(61.989.385)	(61.989.385)	-	(61.989.385)	(11.481.147)	(73.470.532)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.986.265)	(5.986.265)
Aquisição e alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	-	3.745.716	-	-	-	-	(1.859.506)	(1.859.506)	-	1.886.210	(257.882)	1.628.328
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(1.132.049)	(1.132.049)	-	(1.132.049)	(20.745.608)	(21.877.657)
Outros	-	-	-	-	-	-	303.610	303.610	-	303.610	16.166.654	16.470.264
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.000.000.000	(128.149.614)	187.137.648	4.836.944	1.920.608	(2.694.394)	(776.965.651)	(772.902.493)	32.572.259	1.318.657.800	349.901.121	1.668.558.921

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas dos Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em euros)

Demonstrações Consolidadas dos Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.347.329.798	5.473.433.045
Pagamentos a fornecedores		(4.011.203.641)	(4.246.523.328)
Pagamentos ao pessoal		(667.073.692)	(691.771.901)
Fluxos gerados pelas operações		<u>669.052.465</u>	<u>535.137.816</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(32.701.612)	(64.236.214)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1.556.520)	(14.108.427)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>634.794.333</u>	<u>456.793.175</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	5.863.972	12.055.249
Ativos fixos tangíveis		17.748.276	110.471.113
Ativos intangíveis		541.879	1.656.390
Juros e rendimentos similares		9.089.453	12.528.652
Empréstimos concedidos		12.703.189	1.515.554
Dividendos		12.183.294	595.673
Outros		31.275.257	29.954
		<u>89.405.320</u>	<u>138.852.585</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(39.496.295)	(13.766.401)
Ativos fixos tangíveis		(195.931.097)	(262.823.314)
Ativos intangíveis		(139.576.585)	(49.930.359)
Empréstimos concedidos		(17.433.995)	-
Outros		(15.005.500)	(42.204.197)
		<u>(407.443.472)</u>	<u>(368.724.271)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(318.038.152)</u>	<u>(229.871.686)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		5.199.568.253	5.522.029.849
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		15.882.000	-
Outros		2.444.713	1.470.000
		<u>5.217.894.966</u>	<u>5.523.499.849</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(5.395.770.802)	(5.378.072.189)
Juros e gastos similares		(98.801.011)	(91.343.702)
Dividendos		(83.878.895)	(74.594.979)
Aquisições de ações (quotas) próprias		(2.612.424)	(289.862)
Outros		(5.308.697)	(4.921.182)
		<u>(5.586.371.829)</u>	<u>(5.549.221.914)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(368.476.863)</u>	<u>(25.722.065)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(51.720.682)</u>	<u>201.199.424</u>
Efeito das diferenças de câmbio		368.525	(1.586.253)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	415.457.116	212.671.439
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	<u>363.367.909</u>	<u>415.457.116</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA (“Sonae Holding”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 como Grupo Sonae (“Sonae”). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados no Relatório de Gestão e na Nota 47.

Durante o período o Grupo alterou as seguintes políticas contabilísticas:

1.1 Alteração do método de consolidação das empresas conjuntamente controladas de proporcional para equivalência patrimonial

A IFRS 11 – Joint arrangements, já se encontra emitida pelo IASB e aprovada (“endorsed”) pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014. Da aplicação desta norma era, até 31 de dezembro de 2011, expectável um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no que se refere à extinção do método de consolidação proporcional para as entidades conjuntamente controladas, o que teria impacto, nomeadamente, sobre o segmento do grupo Centros Comerciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonae decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as suas filiais controladas conjuntamente de acordo com o método de equivalência patrimonial já desde 1 de janeiro de 2012, possibilidade prevista atualmente na IAS 31 – Empreendimentos conjuntos, que é uma aproximação do previsto no IFRS 11.

1.2 Capitalização dos encargos com a angariação de contratos de fidelização de clientes

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo alinhado com as melhores práticas do sector das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica “Ativos intangíveis” e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados.

Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Os impactos destas alterações estão divulgados na Nota 4.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010)	01-07-2011

A entrada em vigor durante 2012 da norma acima referida não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*)	01-01-2014
IFRS 11 - (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) (*)	01-01-2014
IFRS 12 - (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) (*)	01-01-2014
IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor)	01-01-2013
IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas) (*)	01-01-2014
IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*)	01-01-2014
IAS 12 - Alterações (Emenda: Recuperação de ativos por impostos diferidos) (**)	01-01-2013

IAS 19 - Alterações (Planos de pensões de benefícios definidos)	01-01-2013
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-01-2013
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outro Rendimento Integral)	01-07-2012
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	01-01-2013
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	01-01-2014
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da fase produtiva de uma mina de superfície)	01-01-2013

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida;

(**) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda ao IAS 12, as entidades deverão aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida;

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente em virtude do Grupo ter alterado a forma de mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos tendo passado a aplicar o método da equivalência patrimonial (Nota 4).

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Sonae), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 1 e 4). A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são também registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas controladas conjuntamente e das associadas, por contrapartida do rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativos a empresas controladas conjuntamente e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas" (Nota 6). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a ativos imobiliários. As perdas por imparidade do

Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de "Reserva de Conversão" incluída na rubrica "Outras Reservas e Resultados Transitados". As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de "Resultados Transitados".

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo ou transferida para interesses sem controlo no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:



	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,75792	0,77871	0,77286	0,71889
Franco Suíço	0,82836	0,82971	0,82264	0,81258
Libra Inglesa	1,22534	1,23368	1,19717	1,15256
Real Brasileiro	0,36988	0,39996	0,41392	0,43061
Dólar Australiano	0,78670	0,80630	0,78600	0,74200
Peso Chileno	0,00160	0,00160	0,00150	0,00150
Peso Mexicano	0,05820	0,05920	0,05540	0,05800
Dolar de Singapura	0,62070	0,62320	0,59460	0,57190
Lira Turca	0,42461	0,43242	0,40930	0,42996
Zloty Polaco	0,24546	0,23910	0,22432	0,24357

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios e são detidas pela Sonae Sierra e suas participadas as quais são relevadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6).

As propriedades de investimento em desenvolvimento que não reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

São consideradas propriedades de investimento, de acordo com os IFRS, as propriedades de investimento em desenvolvimento, que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável.

Considera-se que as propriedades de investimento em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto. É considerado que existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto quando, cumulativamente, são reunidas as seguintes condições:

- o terreno encontra-se adquirido
- existe licença de construção
- está assinado o contrato de financiamento da propriedade
- está iniciada a construção da propriedade
- estão negociados os contratos de locação com as lojas-âncora ou com os possíveis locatários

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações semestrais efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os ativos da Sonae Sierra que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível, de acordo com as condições acima indicadas. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As licenças de operador de rede móvel e de rede fixa são amortizadas pelo período de tempo estimado de concessão.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados e amortizados de acordo com o período do respetivo contrato. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na Demonstração dos Resultados.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações e licenças do operador da rede móvel e fixa, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Locações em que a Sonae age como locador

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.7 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica "Outros passivos não correntes" e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários ou propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidos dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos em "Custo das vendas".

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 Instrumentos financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos, nomeadamente ao nível do segmento Telecomunicações. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados nas rubricas de Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para as rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". As coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente

relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.14 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae Holding e/ou das suas filiais cotadas e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. O justo valor das opções sobre ações é determinado com base no modelo de “Black-Scholes”. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de Outras reservas, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo Segmento de Retalho, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente à atividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens (atividade desenvolvida pela Geostar e suas participadas e atualmente mensurada pelo método da equivalência patrimonial), o reconhecimento de rendimentos verifica-se no momento da faturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada exercício contabilístico são feitos os ajustamentos necessários no sentido de reconhecer o rédito associado a serviços já prestados mas cuja faturação ainda não tinha ocorrido, bem como os gastos de subcontratos associados. Nas transações em que o Grupo atua como agente o rédito refere-se à comissão, nas transações em que atua como responsável principal (Programas/Pacotes desenvolvidos em nome próprio) o rédito é o valor global faturado ao cliente.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente. Os rendimentos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada exercício é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

A receita relacionada com as comissões geradas com a atividade de mediação de seguros, é registada no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio. Relativamente aos prémios recebidos, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio, momento em que o Grupo assume a obrigação da entrega do montante de prémio líquido de comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, o Grupo procede ao registo da Comissão no momento em que é informado do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos ou descontos em futuras compras, pelos segmentos de Retalho e Telecomunicações, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outra dívidas a terceiros”.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor são registadas diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.g)).

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Cálculo das responsabilidades associadas aos programas de fidelização de clientes;

- e) Determinação do justo valor de propriedades de investimento e de instrumentos financeiros derivados;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.21 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos (Nota 32) corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 32) é registada o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Ativo - Nota 32) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.22 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 47.

2.23 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.g), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.13.a).

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae mas sim, quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio, podendo todavia existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1) Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

3.2.2) Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Unidades de Retalho

O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos ou através da obtenção de garantias idóneas, visando a redução do risco da concessão do crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

- Centros Comerciais (Sonae Sierra)

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Telecomunicações

A exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- Gestão de Investimentos

O risco de crédito no âmbito da atividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pela prestação de serviços relativa a agências de viagens (negócio efetuado pela Geostar – empreendimento conjunto).

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros ativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2012, o total da dívida bruta consolidada é de 2.212 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 era de 2.390 milhões de euros) excluindo os contributos dos segmentos Centros Comerciais e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2012 a maturidade média da dívida da Sonae é de aproximadamente 2,2 anos (2011: 2,3 anos) excluindo os contributos dos segmentos Centros Comerciais e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;

- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2012, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2013 é de 524 milhões de euros (600 milhões de euros com vencimento para 2012) e em 31 de dezembro de 2012 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 410 milhões de euros (410 milhões de euros em 2011) com compromisso inferior ou igual a um ano e 401 milhões de euros (209 milhões de euros em 2011) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2012 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 378 milhões de euros (426 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco

de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Unidades de Retalho

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Centros Comerciais

As receitas e "cash-flows" da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash-flows" ("swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente "swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Telecomunicações

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Sonaecom apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. A Sonaecom segue os princípios comuns adotados pela Sonae atrás referidos na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro.

Uma vez que a totalidade do endividamento do segmento de Telecomunicações (Nota 49) se encontra indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Sonaecom acorda com

terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

- Gestão de Investimentos

Os negócios abrangidos por este segmento de negócios estão expostos ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos empréstimos bancários ou de empréstimos remunerados recebidos dos acionistas que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário, e pela (ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) de alguns dos negócios, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

- Sonae Holding

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as

rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2012 seria inferior em cerca de 12,9 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seria inferiores em cerca de 10 milhões euros). O capital próprio (incluindo interesses sem controlo e excluindo o resultado líquido) em resultado do efeito da variação da taxa de juro ao risco de taxa de juro em 31 de dezembro de 2012 seria superior em cerca de 5,8 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seria superior em cerca de 8,1 milhões euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Unidades de Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Centros Comerciais

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- Telecomunicações

A Sonaecom opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Malásia, no Chile, no Panamá, em Singapura, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

- Gestão de Investimentos

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros.


Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transações mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:



	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Euro	-	-	4.828.279	5.408.878
Real Brasileiro	12.040.467	15.631.230	7.071.362	7.864.882
Libra Inglesa	335.847	189.251	4.106.374	4.019.610
Lira Turca	549.490	566.082	218.135	231.926
Dólar Americano	31.247.430	7.466.715	13.351.369	10.702.080
Outras moedas	585.396	335.262	1.014.312	1.265.526

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de transação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 7.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente ações da Sonae Holding. Conforme explicado na Nota 22, o Total Return Swap não permitiu o desreconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae Holding terá um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a cotação das ações da Sonae Holding tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais de 847 mil de euros (em 31 de dezembro de 2011 o efeito seria de 580 mil de euros).

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Impacto decorrente das alterações da políticas contabilísticas mencionadas na Nota 1.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, as alterações de políticas foram aplicadas retrospectivamente, pelo que foram efetuadas alterações nas Demonstrações das Posições Financeiras consolidadas a 1 de janeiro de 2011, e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza e de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os efeitos das alterações referidas podem ser analisadas como segue:



Demonstração da posição financeira a 1 de janeiro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Total do ativo	7.551.813.932	18.009.890	(1.434.631.031)	6.135.192.791
Ativo não corrente	6.045.726.131	18.009.890	(1.335.767.767)	4.727.968.254
Investimentos	113.499.526	-	505.197.007	618.696.533
Goodwill	740.738.759	-	(69.708.238)	671.030.521
Propriedades de Investimento	1.733.205.596	-	(1.733.205.596)	-
Outros ativos não correntes	3.458.282.250	18.009.890	(38.050.940)	3.438.241.200
Ativo corrente	1.506.087.801	-	(98.863.264)	1.407.224.537
Capital próprio	1.861.562.138	13.237.269	(211.586.171)	1.663.213.236
Atribuível aos acionistas	1.337.473.198	7.135.338	84.657	1.344.693.193
Interesses sem controlo	524.088.940	6.101.931	(211.670.828)	318.520.043
Total do passivo	5.690.251.794	4.772.621	(1.223.044.860)	4.471.979.555
Passivo não corrente	3.455.442.166	4.772.621	(1.057.438.230)	2.402.776.557
Empréstimos	2.839.950.773	-	(788.100.738)	2.051.850.035
Impostos diferidos passivos	371.308.829	4.772.621	(253.744.547)	122.336.903
Outros passivos	244.182.564	-	(15.592.945)	228.589.619
Passivo corrente	2.234.809.628	-	(165.606.630)	2.069.202.998
Empréstimos	264.464.248	-	(63.053.714)	201.410.534
Fornecedores e outros passivos	1.970.345.380	-	(102.552.916)	1.867.792.464
Total do capital próprio e do passivo	7.551.813.932	18.009.890	(1.434.631.031)	6.135.192.791

Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Total do ativo	7.740.715.012	17.692.621	(1.441.644.990)	6.316.762.643
Ativo não corrente	6.050.397.022	17.692.621	(1.321.145.276)	4.746.944.367
Investimentos	107.576.109	-	467.498.817	575.074.926
Goodwill	728.060.436	-	(68.246.943)	659.813.493
Propriedades de Investimento	1.679.859.268	-	(1.679.859.268)	-
Outros ativos não correntes	3.534.901.209	17.692.621	(40.537.882)	3.512.055.948
Ativo corrente	1.690.317.990	-	(120.499.714)	1.569.818.276
Capital próprio	1.964.971.050	13.004.076	(277.583.988)	1.700.391.138
Atribuível aos acionistas	1.356.845.014	7.088.613	(345.764)	1.363.587.863
Interesses sem controle	608.126.036	5.915.463	(277.238.224)	336.803.275
Total do passivo	5.775.743.962	4.688.545	(1.164.061.002)	4.616.371.505
Passivo não corrente	3.184.095.918	4.688.545	(1.025.256.825)	2.163.527.638
Empréstimos	2.551.772.643	-	(761.037.048)	1.790.735.595
Impostos diferidos passivos	382.609.963	4.688.545	(253.106.959)	134.191.549
Outros passivos	249.713.312	-	(11.112.818)	238.600.494
Passivo corrente	2.591.648.044	-	(138.804.177)	2.452.843.867
Empréstimos	644.296.261	-	(44.586.390)	599.709.871
Fornecedores e outros passivos	1.947.351.783	-	(94.217.787)	1.853.133.996
Total do capital próprio e do passivo	7.740.715.012	17.692.621	(1.441.644.990)	6.316.762.643

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Volume de negócios	5.738.153.991	-	(197.303.653)	5.540.850.338
Varição das propriedades de investimentos	(18.932.562)	-	18.555.384	(377.178)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	(58.319)	-	83.274	24.955
Outros rendimentos	482.506.776	-	(11.214.636)	471.292.140
Total de rendimentos	6.201.669.886	-	(189.879.631)	6.011.790.255
Total de gastos	(5.538.705.926)	22.488.804	120.165.583	(5.396.051.539)
Amortizações e depreciações	662.963.960	22.488.804	(69.714.048)	615.738.716
Provisões e perdas por imparidade	(311.730.714)	(22.806.073)	2.191.474	(332.345.313)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	(56.504.634)	-	7.765.118	(48.739.516)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	294.728.612	(317.269)	(59.757.456)	234.653.887
Resultados financeiros	(109.229.902)	-	27.643.767	(81.586.135)
Resultados de associadas	(9.902.057)	-	7.845.042	(2.057.015)
Resultados antes de impostos	175.596.653	(317.269)	(24.268.647)	151.010.737
Impostos sobre o rendimento	(36.781.076)	84.076	12.589.817	(24.107.183)
Resultado líquido	138.815.577	(233.193)	(11.678.830)	126.903.554
Atribuível aos acionistas	103.429.779	(127.114)	641.411	103.944.076
Interesses sem controle	35.385.798	(106.079)	(12.320.241)	22.959.478
Resultados por ação				
Básico	0,055244	-	0,000274	0,055518
Diluído	0,054989	-	0,000278	0,055267

Demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Resultado líquido consolidado do exercício	138.815.577	-	(11.912.023)	126.903.554
Varição nas reservas de conversão cambial	(22.615.448)	-	19.032.836	(3.582.612)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	3.408.587	-	(30.385.072)	(26.976.485)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	4.545.943	-	3.211.065	7.757.008
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral	(740.622)	-	(629.953)	(1.370.575)
Outros	(2.257.602)	-	(646.959)	(2.904.561)
Outro rendimento integral do exercício	(17.659.142)	-	(9.418.083)	(27.077.225)
Total rendimento integral consolidado do exercício	121.156.435	-	(21.330.106)	99.826.329
Atribuível a:				
Acionistas da empresa-mãe	92.278.102	-	(14.702.169)	77.575.933
Interesses sem controlo	28.878.333	-	(6.627.937)	22.250.396

Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Fluxos da atividades operacionais	541.239.247	-	(84.446.072)	456.793.175
Fluxos da atividades de investimento	(238.645.917)	-	8.774.231	(229.871.686)
Fluxos da atividades de financiamento	(50.810.964)	-	25.088.899	(25.722.065)
Varição de caixa e seus equivalentes	251.782.366	-	(50.582.942)	201.199.424

5 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Porcentagem de capital detido			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
		Direto	Total	Direto	Total
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Unidades de Retalho					
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

BB Food Service, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Indústria e Distribuição Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a)	Maia	67,64%	67,64%	54,55%	54,55%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	99,89%	99,89%	100,00%	99,90%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	SDSR - Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Center Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investimentos, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC - Modelo Continente SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%
	Sonaerp - Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Zippy - Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ZYEvolution-Invest.Desenv., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telecomunicações							
	Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
2)	Connectiv Solutions Inc	a)	Delaware (EUA)	100,00%	54,57%	-	-
	Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	40,98%	75,10%	40,94%
	Lugares Virtuais, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Magma - Operação de Titularização de Créditos	c)	Portugal	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Miauger - Org. Gestão Leilões Electrónicos, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Optimus - Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
3)	Optimus SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia	86,99%	47,47%	86,99%	47,42%
	Sonae Telecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
4)	Sonaecom - Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	-	-
	Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom - Sistemas de Información España, SL	a)	Madrid	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia	55,10%	54,57%	55,63%	54,51%
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Tecnológica Telecomunicações, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	54,51%	99,99%	54,46%
	We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	54,52%	99,91%	54,46%
	We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	We Do Poland Sp.Z.o.o.	a)	Posnan (Polónia)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Austrália	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Chile, SpA	a)	Santiago (Chile)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Panamá SA	a)	Cidade do Panamá	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Singapore PTE. LDT	a)	Singapura	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Tecnologias Americas, Inc.	a)	Miami (EUA)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Tecnologias BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	<i>Gestão de Investimentos</i>						
	ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	99,98%	50,00%	99,98%	50,00%
5)	ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
6)	Herco, Consultoria de Risco, SA	a)	Maia	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	HighDome PCC Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Larim Corretora de Resseguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	99,99%	50,01%
	Lazam/mds Correctora Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
4)	MDS África, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	-	-
5) 7)	MDS Associação Corretora de Seguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	99,99%	50,01%
	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	a)	Porto	50,01%	25,01%	50,00%	25,01%
	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Malta Holding Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS, SGPS, SA	a)	Maia	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
	Miral Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
8)	Polinsur - Mediação de Seguros, Lda	a)	Oeiras	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Quorum Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	RSI Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
8)	Serenitas - Soc. Mediação Seguros, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%

9)	Terra Nossa Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Outras						
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
	Sonaecenter Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- a) Controlo detido por maioria dos votos;
- b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;
- c) Controlo determinado ao abrigo da SIC 12 - Entidades de Finalidades Especiais.

- 1) Ex- Sport Zone - Comércio de artigos de Desporto, SA;
- 2) Filial adquirida em 1 de maio de 2012;
- 3) Ex- Sonae Telecom, SGPS, SA;
- 4) Filial constituída no período;
- 5) Filiais incorporadas por fusão na Lazam/mds Correctora Ltda com efeitos a 1 de agosto de 2012;
- 6) Ex- MDS Consulting, SA;
- 7) Ex- Fontana Corretora de Seguros Ltd;
- 8) Filiais incorporadas por fusão na MDS - Corretor de Seguros, SA com efeitos a 1 de setembro de 2012;
- 9) Filial incorporada por fusão na Lazam/mds Corretora, Ltda com efeitos a 1 de julho de 2012;

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

6 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As entidades controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

6.1 Empresas conjuntamente controladas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		
		Direto	Total	Direto	Total	
Centros Comerciais						
	8ª avenida Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
1)	3DO Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Adlands BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Aegean Park, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Airone - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
ALBCC - Albufeirashopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
ALEXA Administration GmbH	Berlim (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Alexa Asset GmbH & Co	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	4,50%	9,00%	4,50%
ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
ARP Alverca Retail Park, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Avenida M-40, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Beralands BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	3,33%	20,00%	3,33%
Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Colombo Towers Holding, BV	The Hague (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Craiova Mall BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
2) Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center (FundII)	São Paulo (Brasil)	50,00%	10,34%	50,00%	3,99%
2) Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro Shopping	São Paulo (Brasil)	87,61%	15,78%	87,61%	16,90%
Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Guimarãeshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	49,78%	12,47%	49,78%	12,48%
Inparsa - Gestão de Galeria Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
La Farga - Shopping Centre, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	12,48%	100,00%	12,48%
Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
LCC - Leiriashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Loop 5 - Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Loureshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00	11,88%	50,00	11,88%
Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal (Madeira)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Maiashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Münster Arkaden, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Norte Shopping Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Park Avenue Development of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada (Açores)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Penha Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Sertório Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

	Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	Project 4, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project SC 1, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project SC 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 10 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra 11 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Project Sierra 12 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 6, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra 8 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Project Sierra Four SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 3 (three), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 2 - Development of Shopping Centres, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	Project Sierra Portugal VIII - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Project Sierra Spain 3 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 7 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Two Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Rio Sul – Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

7)	S.C. Caelum Development Srl	Bucareste (Roménia)	50,00%	25,00%	-	-
	S.C. Microcom Doi Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	SC Mediterranean Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Serra Shopping – Centro Comercial, SA	Covilhã	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
8)	Sierra Air Retail BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Berlin Holding BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	24,50%	49,00 %	24,50%
	Sierra Corporate Services Holland, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Development of Shopping Centres Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Enplanta, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
	Sierra Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra GP, Limited	Guernesey (U.K.)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Portugal, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Property Management Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Property Management, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
10)	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Sierra Solingen Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain – Shopping Centers Services, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
11)	Sierra Spain 2 Services, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Solingen Shopping Center GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
	Sonae Sierra Brasil, SA	São Paulo (Brasil)	66,65%	16,66%	66,65%	16,66%
	Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Luxemburgo	47,50%	23,75%	47,50%	23,75%
	Torre Ocidente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	50,00%	12,50%
	Unishopping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	16,66%	99,98%	16,66%
	Valecenter, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Vuelta Omega, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Weierstadt Shopping BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA	Madrid (Espanha)	49,83%	12,48%	49,83%	12,48%
	Telecomunicações					
	Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	50,00%	27,28%	50,00%	27,26%
12)	Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	Luanda (Angola)	50,00%	27,28%	-	-
	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	24,56%	45,00%	24,53%
7)	SSI Angola, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	27,28%	-	-
12)	ZOPT, SGPS, SA	Porto	50,00%	50,00%	-	-
	Gestão de Investimentos					
	Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
	Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Movimentos Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	37,50%
13)	Puravida - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador P.C.O. e Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	37,50%
	Raso SGPS, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Raso - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Viagens y Turismo de Geotur España, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

- 1) Filial incorporada por fusão na subsidiária Sierra Solingen Holding GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2012;
- 2) Em outubro de 2012, a subsidiária Fundo Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center (Fundo II) exerceu a opção de adquirir através da sociedade Sierra Investimentos Brasil Ltda 17,7% do capital social do Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro (Fundo I). Na mesma data a Sierra Investimentos Brasil Ltda realiza o aumento de capital no Fundo II pelo mesmo valor;
- 3) Ex- Project Sierra Germany Shopping Centre 1 BV;
- 4) Ex- Project Sierra Germany Shopping Centre 2 BV;
- 5) Filial incorporada por fusão na subsidiária Project Sierra Germany 4 (four) – Shopping Centre, GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2012;
- 6) Filial liquidada em 2012;
- 7) Filiais adquiridas em 2012;
- 8) Ex- Project Sierra Spain 7, BV;
- 9) Filial incorporada por fusão na subsidiária Sierra Romania Shopping Centers Services, Srl comm efeitos a 30 de junho de 2012;
- 10) Ex- Sierra Developments Romania SRL;
- 11) Ex- El Rosal Shopping, SA;
- 12) Filiais constituídas em 2012;
- 13) Filial incorporada por fusão na Movimentos Viagens – Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda com efeitos a 30 de setembro de 2012.

6.2 Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
		Direto	Total	Direto	Total
Unidades de Retalho					
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	Lisboa	33,34%	33,34%	33,34%	33,34%
Gestão de Investimentos					
1) Cooper Gay Swett & Crawford Ltd	U.K.	9,72%	4,86%	25,10%	12,55%
1) Alienação de ações representativas de 15,38% do capital social em outubro de 2012, passando a partir dessa data a ser considerada participada pelo facto do grupo deixar de ter influência significativa. No momento da alteração os interesses retidos foram registados pelo seu justo valor.					

As empresas controladas conjuntamente e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

O valor das participações em entidades controladas conjuntamente e associadas pode ser analisado como segue:

FIRMA	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Centros Comerciais		
Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	448.355.598	503.322.781
Telecomunicações		
Unipress - Centro Gráfico, Lda	453.620	661.185
Infosystems - Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	1.003	-
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	-	-
SSI Angola, S.A.	-	-
ZOPT, SGPS, S.A.	25.000	-
Gestão de Investimentos		
Raso SGPS, SA (consolidado)	6.713.236	9.475.661
Investimentos em empreendimentos conjuntos	455.548.457	513.459.627
Unidades de Retalho		
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	897.831	1.006.690
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA (Nota 36)	-	1.101.337
Gestão de Investimentos		
Cooper Gay Swett & Crawford Ltd	-	18.566.435
Investimentos em associadas	897.831	20.674.462
Total	456.446.288	534.134.089

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades, podem ser resumidos como segue:

	Ativo		Passivo	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Unidades de Retalho	12.966.266	22.327.332	11.959.946	21.044.150
Centros Comerciais	3.608.333.536	3.826.964.473	2.235.848.486	2.334.697.287
Telecomunicações	6.162.864	7.115.708	5.089.640	6.008.405
Gestão de Investimentos	65.247.647	676.395.425	35.392.945	732.213.964
TOTAL	3.692.710.313	4.532.802.938	2.288.291.017	3.093.963.806
	Rendimentos e ganhos		Gastos e perdas	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Unidades de Retalho	63.465.069	76.183.218	63.608.550	76.283.915
Centros Comerciais	286.912.729	382.282.886	331.581.034	347.758.579
Telecomunicações	4.214.111	4.406.481	4.151.585	4.303.717
Gestão de Investimentos	42.764.046	305.610.835	48.411.033	317.050.937
TOTAL	397.355.955	768.483.420	447.752.202	745.397.148

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em entidades controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	419.702.609	114.431.480	534.134.089	463.296.891	112.100.939	575.397.830
Constituições durante o exercício	31.182	-	31.182	-	-	-
Perda de influência significativa	13.174.585	(33.987.738)	(20.813.153)	-	-	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em perdas relativas a associadas	(22.841.079)	(1.541.456)	(24.382.535)	(2.057.015)	-	(2.057.015)
Dividendos distribuídos	(10.666.052)	-	(10.666.052)	(12.230.783)	-	(12.230.783)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controle	(20.898.379)	142.472	(20.755.907)	(29.306.484)	3.829.308	(25.477.176)
Outros efeitos em resultados	688.418	(1.789.754)	(1.101.336)	-	(1.498.767)	(1.498.767)
	<u>379.191.284</u>	<u>77.255.004</u>	<u>456.446.288</u>	<u>419.702.609</u>	<u>114.431.480</u>	<u>534.134.089</u>

O efeito em capitais próprios resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das empresas com moeda funcional diferente do euro.

O efeito de Goodwill registado em capital próprio corresponde ao impacto da atualização cambial que é registado diretamente em reservas de conversão.

A rubrica de "Perda de influência significativa" traduz a perda de influência significativa na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd em resultado da alienação de ações representativas 11,3% do capital social daquela sociedade, seguido de um aumento de capital daquela participada que provocou uma diminuição da percentagem de capital detido para 9,72%. Em consequência da operação referida foi registado em "Ganhos e perdas relativos a investimentos financeiros" 15.227.674 euros (incluindo o efeito de revalorização dos interesses retidos à data da operação no montante de 3.471.588 euros) na rubrica da demonstração dos resultados. Na rubrica da Demonstração da Posição Financeira "Outras dívidas de terceiros" (Nota 17) encontra-se registado o montante de 20.535.907 euros (aproximadamente 27,1 milhões de dólares), relativo ao preço da alienação o qual foi recebido em Janeiro de 2013. O valor remanescente da participação foi transferido para a rubrica da Demonstração da Posição Financeira "Outros Investimentos".

7 EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE, EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

As empresas do Grupo e associadas excluídas da consolidação e outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:



Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
		Direto	Total	Direto	Total		
Unidades de Retalho							
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	9.976	9.976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Telecomunicações							
Lusa - Agên. de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1,38%	0,75%	1,38%	0,75%	197.344	197.344
Gestão de Investimentos							
Cooper Gay Swett & Crawford Ltd ¹⁾	Londres	9,72%	4,86%	-	-	22.854.831	-
Outros investimentos						36.067.375	39.985.320
Total (Nota 13)						<u>59.877.723</u>	<u>40.940.837</u>

- 1) Alienação de ações representativas de 15,38% do capital social em outubro de 2012, passando a partir dessa data a ser considerada participada pelo facto do grupo deixar de ter influência significativa. No momento da alteração os interesses retidos foram registados pelo seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2012 estão incluídos em "Outros investimentos", entre outros:

- 33.716.476 euros (33.737.856 euros em 31 de dezembro de 2011), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 33);

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a Escrow account já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida Escrow account, nomeadamente quanto à possibilidade ou não de retenção da Escrow account para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 33). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae.

- e 4.482.000 euros em 31 de dezembro de 2011 relativos ao ativo registado correspondente à valorização das ações Sonae Capital, SGPS, SA as quais se encontravam registadas a justo valor e que foram alienadas no exercício (Nota 36).

Todos os investimentos, com exceção da Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd e da Sonae Capital, SGPS, SA, estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, atendendo ao facto de que se trata de investimentos em ações não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável.

A participação financeira na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd foi reavaliada na data da perda de influência significativa e em 31 de dezembro de 2012. A valorização da referida participação foi efetuada com base nos pressupostos utilizados para efeitos da valorização da transação, i.e com base em múltiplos de EBITDA da participação suportados em múltiplos observáveis de mercado para empresas cotadas do setor de corretagem de seguros e utilizando para o efeito os dados financeiros daquela participada com referência a 31 de dezembro de 2012.

Durante o exercício, e entre a data de perda de influência significativa e 31 de dezembro de 2012 a participação apresentou uma valorização de 3.840.447 euros a qual foi registada em capital próprio na rubrica "Reservas de justo valor".

8 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

8.1 As principais aquisições de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes (Nota 5):



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data da aquisição	
		Direto	Total
Telecomunicações Connectiv Solutions, Inc.	Delaware (EUA)	100,00%	54,98%

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012:



	Telecomunicações			
	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	À data de aquisição	31 dezembro 2012
Ativos líquidos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 10 e 11)	625.758	3.190.109	3.815.867	3.848.266
Outros ativos	1.271.965	-	1.271.965	1.403.719
Caixa e equivalentes a caixa	315.304	-	315.304	1.303.877
Empréstimos	(184.608)	-	(184.608)	(106.759)
Outros passivos	(1.144.459)	-	(1.144.459)	(811.395)
	883.960	3.190.109	4.074.069	5.637.708
Goodwill (Nota 12)	8.357.884	(3.190.109)	5.167.775	
Custo de aquisição	9.241.844	-	9.241.844	
Pagamentos efetuados	6.285.976		6.285.976	
Valores em dívida	2.955.868		2.955.868	
	9.241.844		9.241.844	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efetuados	6.285.976		6.285.976	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(315.304)		(315.304)	
	5.970.672		5.970.672	

No seguimento da aquisição da Connectiv, a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de software e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor dos ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificado, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor nos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de cerca de 1,4 milhões de euros (2 milhões de USD) a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de 1,4 milhões de euros (2 milhões de USD).

A alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a Empresa não estima alterações significativas na posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

9 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2012							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	7 e 13	33.716.476	26.161.247	-	59.877.723	-	59.877.723
Outros ativos não correntes	14	27.312.961	-	-	27.312.961	22.218.354	49.531.315
		<u>61.029.437</u>	<u>26.161.247</u>	<u>-</u>	<u>87.190.684</u>	<u>22.218.354</u>	<u>109.409.038</u>
Ativos correntes							
Clientes	16	171.053.729	-	-	171.053.729	-	171.053.729
Outras dívidas de terceiros	17	117.941.848	-	-	117.941.848	-	117.941.848
Investimentos	13	881.581	-	30.341	911.922	-	911.922
Caixa e equivalentes de caixa	21	376.635.163	-	-	376.635.163	-	376.635.163
		<u>666.512.321</u>	<u>-</u>	<u>30.341</u>	<u>666.542.662</u>	<u>-</u>	<u>666.542.662</u>
		<u>727.541.758</u>	<u>26.161.247</u>	<u>30.341</u>	<u>753.733.346</u>	<u>22.218.354</u>	<u>775.951.700</u>
A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	7 e 13	33.737.855	7.202.982	-	40.940.837	-	40.940.837
Outros ativos não correntes	14	27.003.960	-	-	27.003.960	10.988.054	37.992.014
		<u>60.741.815</u>	<u>7.202.982</u>	<u>-</u>	<u>67.944.797</u>	<u>10.988.054</u>	<u>78.932.851</u>
Ativos correntes							
Clientes	16	175.080.053	-	-	175.080.053	-	175.080.053
Outras dívidas de terceiros	17	92.701.931	-	-	92.701.931	-	92.701.931
Investimentos	13	3.064.147	-	2.797.071	5.861.218	-	5.861.218
Caixa e equivalentes de caixa	21	420.169.386	-	-	420.169.386	-	420.169.386
		<u>691.015.517</u>	<u>-</u>	<u>2.797.071</u>	<u>693.812.588</u>	<u>-</u>	<u>693.812.589</u>
		<u>751.757.332</u>	<u>7.202.982</u>	<u>2.797.071</u>	<u>761.757.384</u>	<u>10.988.054</u>	<u>772.745.439</u>



Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2012						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	364.137.659	364.137.659	-	364.137.659
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.287.944.455	1.287.944.455	-	1.287.944.455
Credores por locação financeira	24 e 25	-	27.593.734	27.593.734	-	27.593.734
Outros empréstimos	24	6.993.896	90.166	7.084.062	-	7.084.062
Outros passivos não correntes	27	-	54.308.839	54.308.839	33.649.592	87.958.431
		<u>6.993.896</u>	<u>1.734.074.853</u>	<u>1.741.068.749</u>	<u>33.649.592</u>	<u>1.774.718.341</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	65.557.681	65.557.681	-	65.557.681
Empréstimos obrigacionistas	24	-	450.820.688	450.820.688	-	450.820.688
Credores por locação financeira	24 e 25	-	7.037.038	7.037.038	-	7.037.038
Outros empréstimos	24	2.627.817	33.466	2.661.283	-	2.661.283
Fornecedores	29	-	1.221.772.727	1.221.772.727	-	1.221.772.727
Outras dívidas a terceiros	30	-	227.781.624	227.781.624	-	227.781.624
		<u>2.627.817</u>	<u>1.973.003.224</u>	<u>1.975.631.041</u>	<u>-</u>	<u>1.975.631.041</u>
		<u>9.621.713</u>	<u>3.707.078.077</u>	<u>3.716.699.790</u>	<u>33.649.592</u>	<u>3.750.349.382</u>
A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	401.355.061	401.355.061	-	401.355.061
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.349.434.313	1.349.434.313	-	1.349.434.313
Credores por locação financeira	24 e 25	-	28.812.037	28.812.037	-	28.812.037
Outros empréstimos	24	11.007.789	126.395	11.134.184	-	11.134.184
Outros passivos não correntes	27	-	141.119.296	141.119.296	6.444.821	147.564.117
		<u>11.007.789</u>	<u>1.920.847.102</u>	<u>1.931.854.891</u>	<u>6.444.821</u>	<u>1.938.299.712</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	226.882.229	226.882.229	-	226.882.229
Empréstimos obrigacionistas	24	-	365.856.920	365.856.920	-	365.856.920
Credores por locação financeira	24 e 25	-	6.894.512	6.894.512	-	6.894.512
Outros empréstimos	24	42.744	33.466	76.210	-	76.210
Fornecedores	29	-	1.244.537.123	1.244.537.123	-	1.244.537.123
Outras dívidas a terceiros	30	-	142.699.263	142.699.263	-	142.699.263
		<u>42.744</u>	<u>1.986.903.513</u>	<u>1.986.946.257</u>	<u>-</u>	<u>1.986.946.257</u>
		<u>11.050.533</u>	<u>3.907.750.615</u>	<u>3.918.801.148</u>	<u>6.444.821</u>	<u>3.925.245.969</u>

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados são apenas os derivados que se encontram classificados como de cobertura (Nota 26).

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	-	22.854.831	-	4.482.000	2.797.069	-
Derivados	-	30.341	-	-	-	-
	-	22.885.172	-	4.482.000	2.797.069	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	9.621.713	-	-	11.050.533	-
	-	9.621.713	-	-	11.050.533	-

10 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	1.954.539.711	2.089.794.841	21.773.707	301.500.395	43.169.579	83.389.267	4.494.167.500
Investimento	5.690.061	9.612.724	128.208	15.606.580	342.735	214.632.245	246.012.553
Aquisições de filiais	666.625	15.936	89.925	304.138	12.528	-	1.089.152
Desinvestimento	(32.711.103)	(101.838.757)	(872.744)	(15.384.988)	(1.454.397)	(905.368)	(153.167.357)
Variações cambiais	(23.085)	(128.544)	(44.806)	(321.312)	(14.452)	(10.493)	(542.692)
Transferências	15.438.329	192.228.337	860.841	14.565.230	3.091.166	(232.557.983)	(6.374.080)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.943.600.538	2.189.684.537	21.935.131	316.270.043	45.147.159	64.547.668	4.581.185.076
Investimento	3.946.530	8.062.867	89.529	17.113.479	46.127	186.179.820	215.438.352
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	103.084	-	1.004.738	-	-	1.107.822
Desinvestimento	(4.224.270)	(89.596.736)	(969.701)	(14.164.383)	(1.354.215)	(2.374.690)	(112.683.995)
Variações cambiais	(14.782)	(173.673)	(52.162)	(426.686)	16.015	(43.617)	(694.905)
Transferências	942.580	161.205.855	674.169	5.626.851	1.648.853	(195.618.231)	(25.519.924)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	1.944.250.596	2.269.285.934	21.676.966	325.424.042	45.503.939	52.690.950	4.658.832.426
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial 1 de janeiro de 2011	382.594.714	1.100.870.423	16.940.195	244.854.845	33.525.223	-	1.778.785.400
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	37.039.414	169.699.260	1.567.636	31.158.037	5.213.367	-	244.677.714
Aquisições de filiais	55.875	15.936	66.203	291.367	8.735	-	438.116
Desinvestimento	(5.151.651)	(88.859.563)	(839.148)	(15.144.481)	(1.426.371)	-	(111.421.214)
Variações cambiais	(6.519)	(77.328)	(27.897)	(153.785)	(140)	-	(265.669)
Transferências	221.128	(3.384.877)	(73.121)	(111.030)	(88.267)	-	(3.436.167)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2012	414.752.961	1.178.263.851	17.633.868	260.894.953	37.232.547	-	1.908.778.180
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	35.914.835	170.277.222	1.397.600	30.492.896	3.948.955	-	242.031.508
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	90.165	-	441.202	-	-	531.367
Desinvestimento	(2.143.516)	(73.678.088)	(931.824)	(13.701.428)	(1.290.821)	-	(91.745.677)
Variações cambiais	(11.584)	(110.105)	(37.574)	(251.304)	-	-	(410.567)
Transferências	(142.103)	(662.838)	(345.316)	(2.231.555)	(80.351)	-	(3.462.163)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	448.370.593	1.274.180.207	17.716.754	275.644.764	39.810.330	-	2.055.722.648
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2011	1.528.847.577	1.011.420.686	4.301.263	55.375.090	7.914.612	64.547.668	2.672.406.896
A 31 de dezembro de 2012	1.495.880.003	995.105.727	3.960.212	49.779.278	5.693.609	52.690.950	2.603.109.778

As adições do exercício de 2012 e de 2011 incluem cerca de 75 milhões de euros (57 milhões de euros em 2011) relativos a um conjunto de ativos associados às operações de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em "Ativos fixos tangíveis em curso".

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	22.221.243	14.405.432
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	842.420	4.028.693
Projectos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	8.274.617	9.184.617
Desenvolvimento da rede móvel/fixa	15.652.408	27.787.877
Sistemas de informação	1.514.961	1.326.769
Outros	4.185.301	7.814.280
	<u>52.690.950</u>	<u>64.547.668</u>

Em 31 de dezembro de 2012 os "Ativos fixos tangíveis" incluem o montante de 25,1 milhões de euros (23,3 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

O valor de desinvestimento líquido em "Ativos fixos tangíveis", inclui:

- no exercício de 2011, relativamente ao negócio do Retalho, 25,7 milhões euros relativos à operação de Sale & leaseback das lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama do Segmento do Retalho. A operação foi seguida do início de contratos de locação operacional por um período inicial de 20 anos, renováveis automaticamente por opção do arrendatário, por dois períodos consecutivos de 10 anos cada;

- nos exercícios de 2012 e de 2011, relativamente ao negócio das Telecomunicações, cerca de 11,6 milhões de euros relativos à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW). Estas alienações não geraram mais-valias significativas.

As transferências e abates do exercício incluem cerca de 8,9 milhões de euros relativos à provisão para desmantelamento de sites do segmento Telecomunicações. O valor deve-se ao registo da atualização para o valor presente das provisões criadas para desmantelamento de sites, tendo em consideração a data prevista de utilização das mesmas (Nota 32).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o segmento de negócio das Telecomunicações, apresenta um valor de compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Investimentos da área técnica	9.344.084	26.716.979
Investimentos em sistemas de informação	997.717	1.272.257
	<u>10.341.801</u>	<u>27.989.236</u>

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	454.452.874	408.280.275	48.956.308	32.135.978	943.825.435
Investimento	26.691.792	2.446.920	2.995.528	153.523.507	185.657.747
Aquisições de filiais	-	-	1.765.891	-	1.765.891
Desinvestimento	(19.795.375)	(8.730.283)	-	(450.213)	(28.975.871)
Justo valor ativos adquiridos	-	-	6.707.040	-	6.707.040
Variações cambiais	(5.518)	(341.825)	(2.906.622)	(141)	(3.254.106)
Transferências	50.586	53.097.083	(26.142)	(50.253.309)	2.868.218
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	461.394.359	454.752.170	57.492.003	134.955.822	1.108.594.354
Investimento	24.156.887	1.772.860	110.563	42.349.366	68.389.676
Aquisições de filiais (Nota 8)	1.608.263	1.686.153	-	-	3.294.416
Desinvestimento	(12.808.851)	(993.025)	(795.628)	(907.764)	(15.505.268)
Variações cambiais	(2.983)	(424.996)	(3.589.201)	(14.305)	(4.031.485)
Transferências	100.123.221	42.630.156	(4.521.369)	(132.265.679)	5.966.329
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	574.470.896	499.423.318	48.696.368	44.117.440	1.166.708.022
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	146.812.550	302.964.449	19.232.527	-	469.009.526
Amortizações do exercício	44.828.017	40.508.487	3.828.028	-	89.164.532
Desinvestimento	(19.795.375)	(8.690.796)	-	-	(28.486.171)
Justo valor ativos adquiridos	-	-	212.531	-	212.531
Variações cambiais	295	(238.859)	(468.576)	-	(707.140)
Transferências	(340.186)	167.499	(208.026)	-	(380.713)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	171.505.301	334.710.780	22.596.484	-	528.812.565
Amortizações do exercício	46.596.030	41.167.126	3.313.882	-	91.077.038
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	55.004	-	-	55.004
Desinvestimento	(12.425.614)	(860.640)	(795.628)	-	(14.081.882)
Variações cambiais	(1.849)	(344.377)	(918.268)	-	(1.264.494)
Transferências	303.814	(8.882)	(640.363)	-	(345.431)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	205.977.682	374.719.011	23.556.107	-	604.252.800
Valor líquido					
A 31 de dezembro de 2011	289.889.058	120.041.390	34.895.519	134.955.822	579.781.789
A 31 de dezembro de 2012	368.493.214	124.704.307	25.140.261	44.117.440	562.455.222

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações, S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, será realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus – Comunicações, S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus – Comunicações, S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a

sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes". Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo (Nota 27 e 31).

O ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondentes ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800MHz, 1800MHz e 2600MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo sido pago em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões. O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o Grupo tinha registado na rubrica "Propriedade Industrial" 170.425.449 euros e 180.271.530 euros, respetivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 54.005.186 euros (57.005.474 euros em 2011) relativos à licença, (ii) 18.045.113 euros (19.047.619 euros em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal, (iii) 5.542.199 euros (5.850.099 euros em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 88.218.718 euros (93.497.759 euros em 2011) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A rubrica "Propriedade industrial e outros direitos", inclui ainda cerca de 13,1 milhões de euros líquidos de amortizações (17,7 milhões de euros, em 2011) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus (Nota 4).

Adicionalmente encontrava-se ainda registado nesta rubrica o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2011).

Os restantes montantes que compõem a rubrica de ativos intangíveis em curso dizem essencialmente respeito a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

12 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Unidades de Retalho - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar e Retalho Especializado, e alocados a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento de Imobiliário do Retalho;
- Telecomunicações - O valor de Goodwill é alocado por tipo de negócio do segmento (Telecomunicações, Multimédia e Sistemas de informação);
- Gestão de Investimentos - O valor de Goodwill deste segmento é fundamentalmente relativo: (i) ao negócio de seguros tendo sido alocada às carteiras de clientes adquiridas em data anterior à entrada em vigor dos IFRS razão pela qual não são registadas no ativo intangível; e (ii) ativos adquiridos em data posterior, nomeadamente Lazam/MDS;

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho base Alimentar	472.932.511	472.932.511
Retalho Especializado	87.653.701	87.653.701
Imobiliário de Retalho	3.671.352	4.211.625
Telecomunicações	48.829.978	43.778.086
Gestão de Investimentos	45.140.508	51.237.570
	<u>658.228.050</u>	<u>659.813.493</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valor Bruto:		
Saldo inicial	664.766.628	673.559.363
Reafetação do goodwill	-	(4.712.604)
Novas empresas no consolidado (Nota 8)	5.167.775	561.100
Aumentos	-	1.583.656
Diminuições	(1.604.413)	(2.535.422)
Varição cambial	(3.827.285)	(3.675.627)
Abates	-	(13.838)
Saldo final	<u>664.502.705</u>	<u>664.766.628</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	4.953.135	2.528.842
Aumentos (Nota 32)	1.321.520	2.424.293
Saldo final	<u>6.274.655</u>	<u>4.953.135</u>
Valor líquido	<u>658.228.050</u>	<u>659.813.493</u>

A Sonae efetua testes anuais de Imparidade sobre o Goodwill e sempre que existam indicações que o Goodwill pode estar em Imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho base Alimentar	-	1.178.450
Retalho Especializado	-	298.000
Imobiliário de Retalho	540.273	-
Gestão de Investimentos	781.247	947.843
	<u>1.321.520</u>	<u>2.424.293</u>

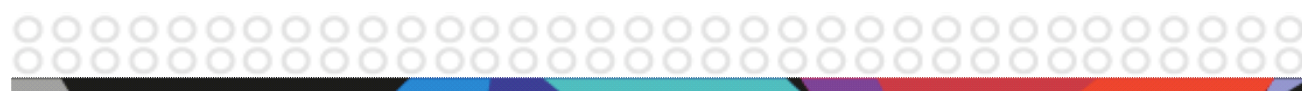
O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa, com exceção do relativo a formatos do retalho especializado, é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os formatos do retalho especializado tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos. Face a 2011, o período de projeção sofreu um incremento de 5 para 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Unidade de Retalho

Para este efeito os segmentos da área do Retalho recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade de:



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *
Retalho base Alimentar	9% a 10%	≤ 1%	3%	9% a 10%	≤ 1%	5%
Retalho Especializado	9% a 11%	≤ 1%	10%	9% a 11%	≤ 1%	16%
Gestão de Investimentos (excluindo Seguros)	8% a 10%	≤ 1,5%	5%	8% a 9%	≤ 1,5%	9%

*No Retalho especializados as taxas de crescimento do planos de 2011 correspondem a taxas compostas para um período de 5 anos e em 2012 para um período de 10 anos

Telecomunicações

Para este efeito o segmento recorre aos resultados da valorização interna das suas áreas de negócio através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os cash-flows de cada uma das unidades para períodos de 5 anos, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados suportados no conhecimento histórico do negócio.

As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital, estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos.

As taxas de desconto utilizadas são:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Telecomunicações	9,5%	9,5%
Multimédia	12,0%	10,0%
Sistemas de informação	14,0%	11,5%

Seguros

O valor do goodwill gerado em Portugal, foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efetuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros para pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de crescimento das vendas durante o período projetado	2% a 6%	8% a 12,3%	2% a 3,5%	15%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2%	4,5%	2%	4,5%
Taxa de desconto utilizada	8,9% a 10,7%	13,9%	10,7%	13,9%

13 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os movimentos ocorridos na rubrica Outros Investimentos podem ser decompostos como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas				
Saldo em 1 de janeiro - reexpresso	164.090	-	224.090	-
Aquisições durante o exercício	-	-	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro	164.090	-	164.090	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	164.090	-	164.090	-
Outros investimentos				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	40.776.747	3.064.147	43.074.613	15.195.954
Aumentos durante o exercício	580.805	177.247	118.142	-
Diminuições durante o exercício	(4.498.750)	(2.359.813)	(89.993)	(12.131.807)
Aumento/(diminuição) no justo valor	3.840.447	-	(2.324.000)	-
Transferências (Nota 6)	19.014.384	-	(2.015)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro	59.713.633	881.581	40.776.747	3.064.147
Outros investimentos	59.877.723	881.581	40.940.837	3.064.147
Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)				
Justo valor em 1 de janeiro	-	2.797.071	-	457.160
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(2.766.730)	-	2.339.911
Justo valor em 31 de dezembro	-	30.341	-	2.797.071
	59.877.723	911.922	40.940.837	5.861.218

O montante de aumento de justo valor e de transferências na rubrica "Outros Investimentos não correntes" está associado ao registo a justo valor da participação da Cooper Gay Sweet & Crawford (Nota 7).

O montante de diminuições na rubrica "Outros investimentos não correntes" está associado essencialmente à alienação das ações da Sonae Capital SGPS, SA (Nota 7).

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. É entendimento da Sonae que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de Outros investimentos não correntes inclui 3.306.383 euros (2.720.949 euros a 31 de dezembro de 2011) de investimentos registados ao custo deduzido de perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Os outros investimentos não correntes estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 32) no valor de 85.778 euros (94,406 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em outros investimentos financeiros não correntes estão registados 33.716.476 euros (33.737.856 euros a 31 de dezembro de 2011), relativos a montantes depositados numa Escrow Account (Nota 7).

14 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	10.001.942	(1.000.000)	9.001.942	9.140.430	-	9.140.430
Cientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	973.963	-	973.963	851.831	-	851.831
Reconhecimento do valor a receber da Carrefour	9.468.476	-	9.468.476	10.595.846	-	10.595.846
Cauções	5.919.711	-	5.919.711	5.962.373	-	5.962.373
Outros	1.948.869	-	1.948.869	453.480	-	453.480
	<u>18.311.019</u>	<u>-</u>	<u>18.311.019</u>	<u>17.863.530</u>	<u>-</u>	<u>17.863.530</u>
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	<u>28.312.961</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>27.312.961</u>	<u>27.003.960</u>	<u>-</u>	<u>27.003.960</u>
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.126.693	-	22.126.693	10.575.646	-	10.575.646
Outros ativos não correntes	91.661	-	91.661	412.408	-	412.408
	<u>50.531.315</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>49.531.315</u>	<u>37.992.014</u>	<u>-</u>	<u>37.992.014</u>

Os valores incluídos em "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida por terem carácter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wall-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária "on first demand" pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 9,5 milhões de euros) para fazer as supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda no sentido de recuperar judicialmente tais montantes, cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição definidos na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que será objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expetativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos.

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto, basicamente, por 7.448.667 euros (8.962.478 euros

em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para prêmios não adquiridos e 14.678.026 euros (1.613.168 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para sinistros declarados (Nota 32).

15 INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.447.061	1.569.737
Mercadorias	584.072.124	694.746.852
Produtos acabados e intermédios	318.157	707.206
Produtos e trabalhos em curso	187.376	455.467
	586.024.718	697.479.262
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 32)	(47.538.541)	(46.773.559)
	<u>538.486.177</u>	<u>650.705.703</u>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 ascendem a 3.561.004.682 euros e 3.627.642.374 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Inventários iniciais	696.316.589	717.190.764
Compras	3.472.629.581	3.624.587.836
Regularizações de inventários	(31.893.725)	(31.278.113)
Inventários finais	585.519.185	696.316.589
	<u>3.551.533.260</u>	<u>3.614.183.898</u>
Perdas por imparidade (Nota 32)	16.762.583	16.974.333
Reversão de perdas por imparidade (Nota 32)	(7.291.161)	(3.515.857)
	<u>3.561.004.682</u>	<u>3.627.642.374</u>

A rubrica de Regularização de inventários inclui cerca de 22 milhões de euros (23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos essencialmente a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de "Inventários" para a rubrica de "Ativos fixos tangíveis" ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes do segmento Telecomunicações. O valor remanescente refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelo segmento de retalho.

16 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:



Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Retalho alimentar	25.511.894	(2.797.278)	22.714.616	30.048.533	(3.369.557)	26.678.976
Retalho especializado	6.791.166	(519.778)	6.271.388	6.678.364	(819.975)	5.858.389
Imobiliário de Retalho	851.799	(47.024)	804.775	80.784	(47.024)	33.760
Telecomunicações	221.226.998	(82.069.573)	139.157.425	217.923.496	(77.847.394)	140.076.102
Gestão de Investimentos	1.789.017	(60.266)	1.728.751	2.072.308	(71.972)	2.000.336
Sonae Holding	376.774	-	376.774	432.490	-	432.490
	256.547.648	(85.493.919)	171.053.729	257.235.975	(82.155.922)	175.080.053

A exposição da Sonae ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2012 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:



31 dezembro 2012	Clientes				
	Unidades de retalho	Telecomunicações	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	10.640.201	51.700.564	312.850	376.480	63.030.095
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.413.702	18.008.982	856.513	-	21.279.197
30 - 90 dias	14.638.258	16.684.529	138.293	-	31.461.080
+ 90 dias	1.615.641	24.279.347	421.095	294	26.316.377
Total	18.667.601	58.972.858	1.415.901	294	79.056.654
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	502.766	3.957.205	1.741	-	4.461.712
90 - 180 dias	11.949	2.829.240	1.741	-	2.842.930
180 - 360 dias	78.851	6.284.434	9.071	-	6.372.356
+ 360 dias	3.253.491	97.482.697	47.713	-	100.783.901
Total	3.847.057	110.553.576	60.266	-	114.460.899
	33.154.859	221.226.998	1.789.017	376.774	256.547.648
31 dezembro 2011	Clientes				
	Unidades de retalho	Telecomunicações	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	11.983.202	54.894.832	169.962	432.490	67.480.486
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.671.330	19.527.816	1.022.640	-	23.221.786
30 - 90 dias	15.622.057	6.184.611	588.418	-	22.395.086
+ 90 dias	989.294	29.258.545	219.316	-	30.467.155
Total	19.282.681	54.970.972	1.830.374	-	76.084.027
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	679.451	4.015.724	964	-	4.696.139
90 - 180 dias	676.692	6.519.847	964	-	7.197.503
180 - 360 dias	187.768	2.172.959	-	-	2.360.727
+ 360 dias	3.997.887	95.349.162	70.044	-	99.417.093
Total	5.541.798	108.057.692	71.972	-	113.671.462
	36.807.681	217.923.496	2.072.308	432.490	257.235.975

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

17 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	7.947.797	4.350.253
Outros devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	30.250.465	40.525.100
Alienação de investimentos financeiros (Nota 6)	20.535.907	-
Regime esp.reg dívidas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	12.047.569	12.047.568
TRS relativo a ações próprias (Nota 22)	12.693.574	2.283.134
Projeto "Iniciativas E"	10.918.467	12.626.005
Dividendos a receber de empresas conjuntamente controladas	10.567.050	11.867.610
Operações com resseguradoras	6.638.468	7.264.352
Vales e cheques oferta	2.231.940	3.286.352
Adiantamentos a agentes	1.479.606	875.217
Adiantamentos a fornecedores	1.406.353	3.516.899
IVA de imóveis e de descontos de talões	1.143.779	444.020
Alienação de ativos fixos	914.767	884.139
Permuta de equipamento	805.280	-
Outros ativos correntes	14.072.095	13.793.028
	125.705.320	109.413.424
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(15.711.269)	(21.061.746)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	117.941.848	92.701.931

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde essencialmente a impostos pagos que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae.

A 31 de dezembro de 2012, a posição líquida do segmento telecomunicações com a "Fundação para as Comunicações Móveis", no âmbito do programa "Iniciativas E", correspondia a um valor a receber no montante de 10.918.467 euros (12.626.005 euros a 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, encontra-se ainda registada em "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" os montantes de 13.944.247 euros (2.253.107 euros em 31 de dezembro de 2011) e 640.159 euros (15.793.539 euros em 31 de dezembro de 2011), respetivamente, relativos às parcelas ainda não realizadas da estimativa associada aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito do programa "Iniciativas-E".

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Não vencido	61.107.297	32.813.221
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	5.717.263	6.380.348
30 - 90 dias	20.561.119	21.554.780
+ 90 dias	22.608.372	27.126.263
Total	48.886.754	55.061.391
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	854.012	1.136.182
90 - 180 dias	753.583	770.268
180 - 360 dias	872.727	1.493.853
+ 360 dias	13.230.947	18.138.509
Total	15.711.269	21.538.812
	125.705.320	109.413.424

A 31 de dezembro 2011 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em "Outros devedores" aproximam-se do seu justo valor.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	41.227.464	37.615.583
Imposto sobre o valor acrescentado	31.316.124	59.420.551
Outros Impostos	2.399.280	2.374.989
	74.942.868	99.411.123
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	8.075.614	13.856.257
Imposto sobre o valor acrescentado	33.082.297	35.437.705
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.760.480	6.139.642
Contribuições para a Segurança Social	12.007.806	11.880.897
Outros Impostos	816.021	743.500
	59.742.218	68.058.001

19 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Faturação a emitir	54.632.025	56.960.732
Receitas comerciais	30.687.590	29.937.096
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	24.864.876	18.552.692
Custos diferidos - rendas	6.459.176	6.563.537
Comissões a receber	1.926.548	1.794.095
Indemnizações relativas a sinistros	7.423.141	103.175
Outros ativos correntes	13.917.189	11.257.197
	<u>139.910.545</u>	<u>125.168.524</u>

A rubrica "Faturação a emitir" corresponde fundamentalmente ao segmento de telecomunicações respeitando a faturação a emitir a clientes e a outros operadores de telecomunicações.

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, participadas por parceiros da Sonae (Nota 38).

A rubrica de "Indemnizações relativas a sinistros" espelha a melhor estimativa da Sonae sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera, relacionada com o incêndio numa das suas lojas "Continente" em Portimão.

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.914.608	3.408.306	38.686.766	40.380.932
Homogeneização de amortizações	6.690.907	7.018.308	68.360.997	60.359.533
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	50.059.893	38.080.776	89.711	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34.731.470	43.925.949	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	13.516.992	20.202.721	1.159.359	12.574
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	107.198	9.426	48.946	582.921
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	6.440.000	-	-
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	23.732.055	22.336.051
Diferimento de custos com angariação de clientes	-	-	995.025	4.688.545
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.737.802	1.845.556
Prejuízos fiscais reportáveis	100.082.810	96.826.480	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.000.609	1.197.663
Benefícios fiscais	9.709.216	3.519.525	-	-
Outros	2.685.397	2.443.758	1.132.330	2.787.774
	<u>224.718.491</u>	<u>221.875.249</u>	<u>136.943.600</u>	<u>134.191.549</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi como segue:



	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Saldo inicial	221.875.249	207.284.904	134.191.549	122.336.903
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	511.651	762.990	(1.818.029)	(1.006.283)
Homogeneização de amortizações	(348.110)	(188.921)	5.445.911	7.809.067
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	11.606.575	18.892.209	93.775	(110.454)
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(9.227.386)	(3.662.373)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(6.685.729)	(6.015.326)	1.146.785	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(143.299)	(126.252)
Prejuízos fiscais reportáveis	3.239.385	8.273.275	-	-
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	(3.220.000)	(3.220.000)	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	1.396.003	1.396.003
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(205.410)	(141.278)
Efeito de alteração de taxa de imposto	734.663	939.076	3.640.629	2.309.496
Benefícios fiscais	6.189.691	(1.593.851)	-	-
Outros	(54.201)	155.774	(4.852.839)	(649.360)
	2.746.539	14.342.853	4.703.526	9.480.939
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	130.612	(836.526)	(574.230)	282.308
Outros	(33.909)	1.084.018	(1.377.245)	(375.000)
	96.703	247.492	(1.951.475)	(92.692)
Aquisição de filiais (Nota 8)	-	-	-	471.963
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	-	-	-	1.994.436
Saldo final	224.718.491	221.875.249	136.943.600	134.191.549

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nas empresas em Portugal, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos ativos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%, acrescido de aproximadamente 3%, nas empresas que se perspectiva o pagamento de derrama estadual nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2007	1.223.112	305.778	2013	1.223.112	305.778	2013
Gerados em 2008	1.399.902	349.975	2014	1.522.393	380.598	2014
Gerados em 2009	22.658.706	5.664.676	2015	26.546.566	6.636.641	2015
Gerados em 2010	99.670	24.918	2014	99.670	24.918	2014
Gerados em 2011	1.214.539	303.635	2015	1.209.525	302.381	2015
Gerados em 2012	87.055	21.764	2017	-	-	-
	26.682.984	6.670.746		30.601.266	7.650.316	
Sem limite de data de utilização	1.076.048	134.506		2.179.028	509.519	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)	310.915.439	93.277.558		295.437.281	88.666.645	
	311.991.487	93.412.064		297.616.309	89.176.164	
	338.674.471	100.082.810		328.217.575	96.826.480	

(a) Inclui a 31 de dezembro de 2012 cerca de 76 milhões de euros (72 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de aproximadamente 16,1 milhões de euros, no segmento das Telecomunicações decorrente da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008. Em resultado desta transação os 100 milhões de euros da operação foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados os ativos por impostos diferidos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de dezembro de 2012, foi revertido um montante de 12,9 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no segmento Retalho Especializado, foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18,3 milhões de euros (18,2 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11,8 milhões de euros (11,8 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição e tendo afetado o cálculo da respetiva diferença de consolidação negativa constatada. Nos exercícios posteriores foram acrescidos os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos gerados no valor de 17,6 milhões de euros (27,2 milhões de euros em 2011) na Worten Espanã, S.A. e 2,4 milhões de euros (4,2 milhões de euros em 2011) na Zippy Espanha que se encontram incluídos nos ativos por impostos diferidos registados no consolidado fiscal em Espanha, conforme referido no parágrafo seguinte. Adicionalmente foram ainda constatados ativos por impostos diferidos de 14,2 milhões de euros (14,2 milhões de euros em 2011) na Sport Zone Espanã, S.A. O registo de ativos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio das Empresas que prevêm a sua recuperação na íntegra, sendo que para a Sport Zone Espanã, S.A. o prazo para reporte de prejuízos fiscais é de 18 anos e para as restantes sociedades ainda não se iniciou o período de utilização. É entendimento do Conselho de Administração que os referidos ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2012 no segmento do Retalho um valor de 57,7 milhões de euros (54,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos à operação do Grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovado pelo Conselho de Administração, para aqueles mercados os quais pressupõe a ocorrência de um aumento de crescimento de vendas após 2016 bem como plano de expansão do número de lojas. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade sobre goodwill e restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo

Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 79,1 milhões de euros (74,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 23,7 milhões de euros (22,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 322,6 milhões de euros (401,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2006	-	-	2012	19.421.434	4.855.359	2012
Gerados em 2007	55.856.584	13.964.147	2013	56.171.546	14.042.888	2013
Gerados em 2008	9.842.086	2.460.522	2014	10.256.055	2.564.014	2014
Gerados em 2009	18.025.218	4.506.304	2015	24.814.767	6.203.691	2015
Gerados em 2010	15.161.998	3.790.499	2014	15.265.401	3.816.351	2014
Gerados em 2011	7.520.471	1.880.118	2015	7.205.829	1.801.457	2015
Gerados em 2012	11.693.227	2.923.307	2017	-	-	
	<u>118.099.584</u>	<u>29.524.897</u>		<u>133.135.032</u>	<u>33.283.760</u>	
Sem limite de data de utilização	36.048.907	9.941.860		37.624.334	10.604.792	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	168.461.162	43.067.009		231.159.040	57.635.615	
	<u>322.609.653</u>	<u>82.533.766</u>		<u>401.918.406</u>	<u>101.524.167</u>	

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Numerário	7.117.200	7.167.909
Depósitos bancários	290.568.494	262.539.711
Aplicações de tesouraria	78.949.469	150.461.766
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>376.635.163</u>	<u>420.169.386</u>
Descobertos bancários (Nota 24)	<u>(13.267.254)</u>	<u>(4.712.270)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>363.367.909</u>	<u>415.457.116</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos bancários.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae Holding detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, celebrou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae Holding, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae Holding optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outros passivos correntes" (Nota 30), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das 132.800.000 ações (138.568.275 euros), tendo registado com referência à data da transação na rubrica Outros passivos não correntes o montante do valor recebido relativo às ações referidas (273.568.000 euros).

Em consequência do destaque, em 4 de janeiro de 2008, dos direitos de cisão da Sonae Capital, SGPS, SA atribuíveis às ações da Sonae Holding, objeto do contrato acima referido, foi registado um ativo correspondente ao justo valor dos direitos atribuídos às 132.800.000 ações Sonae Holding mantendo-se registado no passivo a correspondente responsabilidade uma vez que foi também celebrado um Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Capital, SGPS, SA.

No período de 2009 a 2012 a Sonae Investments BV solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 9.561.419 ações Sonae Holding respetivamente, passando o instrumento financeiro derivado a incidir sobre 123.238.581 ações Sonae Holding.

Em 19 de Outubro de 2010 a Sonae Investments BV acordou com a instituição financeira a prorrogação do prazo de maturidade do Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Holding. A renovação é efetuada por um prazo máximo adicional de 3 anos, até Novembro de 2013 e mantém o mecanismo de liquidação da transação que continua a ser estritamente financeira. A operação de Cash Settled Equity Swap, sobre títulos Sonae Capital, não foi objeto de prorrogação do prazo de maturidade, tendo a Sonae adquirido em mercado 16.600.000 ações Sonae Capital, representativas de 6,6% do capital social pelo seu justo valor e que correspondia ao valor do passivo que se encontrava registado à data da transação. Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 as ações Sonae Capital foram alienadas (Nota 7).

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 84.664.905 euros (Nota 30) (58.219.905 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo ao valor de mercado das ações Sonae Holding.

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae Holding sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente (Nota 30). A 31 de dezembro de 2012 o valor a receber decorrente do efeito da variação de preço da Sonae SGPS, SA é de 12.693.574 euros (2.283.134 euros em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos distribuídos pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. O valor de dividendos atribuídos às ações Sonae SGPS, SA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 4.079.197 euros (4.198.429 euros em 2011) que foram creditados em capitais próprios.

O número de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação, considera ainda as ações acima referidas como dedução às ações emitidas pela Empresa (Nota 44).

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2012:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,48

A estrutura do capital é analisada na secção do Relatório de Gestão: "Resumo da informação financeira".

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram os seguintes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Saldo inicial em 1 de janeiro	336.803.275	318.520.043
Dividendos distribuídos	(11.481.147)	(8.158.858)
Distribuição de rendimentos	(5.986.265)	-
Variação resultante da conversão cambial	(2.094.864)	108.179
Aumento de capital e prémio de emissão	1.166.629	1.276.562
Entradas facultativas de capital	15.000.000	-
Variação de percentagem por aquisição de ações	-	2.729.871
Variação de percentagem por alienação de ações	(20.745.608)	-
Variação das reservas de cobertura e justo valor	(68.165)	50.897
Aquisição e alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	(257.882)	265.648
Perda de influência significativa (Cooper Gay)	1.775.180	-
Variação no justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.919.839	-
Outras variações	(5.247.995)	(948.545)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	39.118.124	22.959.478
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	349.901.121	336.803.275

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae, SGPS, SA	1.961.683	75.000.000	-	-
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	-	-	90.600.000	-
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	28.500.000	147.500.000	-	282.000.000
Filial da Sonae Holding	-	-	10.000.000	-
Filial da Sonae Investimentos	10.000.000	65.000.000	-	75.000.000
Sonaecom SGPS, SA - papel comercial	-	30.000.000	118.000.000	-
MDS, SGPS, SA - papel comercial	1.250.000	17.400.000	-	14.400.000
Lazam, SA	-	18.863.880	-	21.109.920
Outros	10.614.896	12.016.722	3.741.248	10.000.384
	<u>52.326.579</u>	<u>365.780.602</u>	<u>222.341.248</u>	<u>402.510.304</u>
Descobertos bancários (Nota 21)	13.267.254	-	4.712.270	-
Custos de montagem de financiamentos	(36.152)	(1.642.943)	(171.289)	(1.155.243)
Empréstimos bancários	<u>65.557.681</u>	<u>364.137.659</u>	<u>226.882.229</u>	<u>401.355.061</u>
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae / 05	100.000.000	-	-	100.000.000
Obrigações Sonae / 2007/2014	-	150.000.000	-	150.000.000
Obrigações Sonae / 2007/2015	-	250.000.000	-	250.000.000
Obrigações Continente -7% -2015	-	200.000.000	-	-
Obrigações Modelo Continente / 2005/2012	-	-	150.000.000	-
Obrigações Modelo Continente / 2007/2012	-	-	200.000.000	-
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	-	200.000.000	-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	155.000.000	155.000.000	-	310.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2009/2014	16.000.000	10.000.000	16.000.000	26.000.000
Obrigações Sonae Investimentos/ 2012/2017	-	170.000.000	-	-
Obrigações Sonaecom / 2005/2013	150.000.000	-	-	150.000.000
Obrigações Sonaecom / 2010/2013	30.000.000	-	-	30.000.000
Obrigações Sonaecom / 2010/2015	-	40.000.000	-	40.000.000
Obrigações Sonaecom / 2011/2015	-	100.000.000	-	100.000.000
Obrigações Sonaecom / 2012/2015	-	20.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(179.312)	(7.055.545)	(143.080)	(6.565.687)
Empréstimos por obrigações	<u>450.820.688</u>	<u>1.287.944.455</u>	<u>365.856.920</u>	<u>1.349.434.313</u>
Outros empréstimos	33.466	90.166	33.466	126.395
Instrumentos derivados (Nota 26)	2.627.817	6.993.896	42.744	11.007.789
Outros empréstimos	2.661.283	7.084.062	76.210	11.134.184
Credores por locações financeiras (Nota 25)	7.037.038	27.593.734	6.894.512	28.812.037
	<u>526.076.690</u>	<u>1.686.759.911</u>	<u>599.709.871</u>	<u>1.790.735.595</u>

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,83% (2,82% em 31 de dezembro de 2011).

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do preço de mercado à data do balanço.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	523.664.337	58.827.139	599.981.496	55.899.488
N+2	218.237.298	53.350.955	470.421.202	42.632.357
N+3	1.147.031.249	41.879.085	395.395.553	32.121.253
N+4	202.327.938	11.888.422	781.588.750	17.852.317
N+5	101.814.617	3.438.725	117.157.936	1.961.951
Após N+5	19.053.401	644.212	22.885.295	505.162
	<u>2.212.128.840</u>	<u>170.028.538</u>	<u>2.387.430.232</u>	<u>150.972.528</u>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2012 no segmento de Unidades de Retalho e no Segmento de Telecomunicações, existiam em algumas operações de financiamento compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociados de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte as empresas dos mencionados segmentos de negócio não se encontram em incumprimento de nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Unidades de retalho	185.763.449	400.000.000	239.202.973	203.000.000
Telecomunicações	69.000.000	-	106.430.000	-
Gestão de investimentos	3.000.000	1.350.000	2.046.100	5.600.000
Sonae Holding	152.695.242	-	62.095.242	-
	<u>410.458.691</u>	<u>401.350.000</u>	<u>409.774.315</u>	<u>208.600.000</u>
Montantes de linhas contratadas				
Unidades de retalho	227.260.000	547.500.000	239.760.000	485.000.000
Telecomunicações	69.000.000	30.000.000	224.430.000	-
Gestão de investimentos	4.250.000	18.750.000	3.000.000	20.000.000
Sonae Holding	152.695.242	-	162.695.242	-
	<u>453.205.242</u>	<u>596.250.000</u>	<u>629.885.242</u>	<u>505.000.000</u>

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	8.854.409	8.266.278	7.037.038	6.894.512
N+2	5.889.151	5.504.005	4.743.290	4.260.537
N+3	6.215.015	4.905.117	5.249.632	3.821.740
N+4	5.230.293	4.797.748	4.504.835	3.889.058
N+5	2.743.611	4.725.458	2.201.459	3.993.460
Após N+5	12.317.802	15.085.197	10.894.518	12.847.242
	41.250.281	43.283.803	34.630.772	35.706.549
Juros futuros	(6.619.509)	(7.577.254)		
	34.630.772	35.706.549		
Componente de curto prazo			7.037.038	6.894.512
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			27.593.734	28.812.037

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado, com exceção dos acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra ótica.

Nas situações em que a Sonae, em resultado de tais acordos, tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objecto de locação financeira	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Terrenos e edifícios	17.740.946	18.078.328
Equipamento básico	19.627.978	18.354.222
Equipamento transporte	18.775	11.861
Equipamento administrativo	6.766.188	9.929.487
Total de ativos fixos tangíveis	44.153.887	46.373.898
Software	856.718	-
Total de ativos fixos intangíveis	856.718	-
	45.010.605	46.373.898

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendia a 73.081.529 euros (72.029.407 euros em 31 de dezembro de 2011).

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma a Sonae contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Em 31 de dezembro de 2012 não existem derivados de taxa de câmbio que sejam considerados de especulação. O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 953.531 euros, e no ativo de 30.341 euros (42.744 euros no passivo e 2.797.071 euros no ativo em 31 de dezembro de 2011).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras".

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de "Reservas de cobertura", quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica "Diferenças Cambiais Operacionais", quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos".

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sonae existentes em 31 de dezembro de 2012, respeitam, fundamentalmente a "swaps" e opções de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 250.000.000 euros (400.000.000 euros em 31 de dezembro de 2011) cujo justo valor líquido ascendia a -8.668.182 euros (-11.007.789 euros em 31 de dezembro de 2011) de derivados registados no passivo.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos, admitindo o exercício da opção de cancelamento por parte das contrapartes a partir do momento em que as taxas de juro forward sejam superiores à taxa fixa contratada. É intenção da Sonae deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Sonae com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2012 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	30.341	2.797.071	953.531	42.744
Taxa de juro	-	-	8.668.182	11.007.789
	<u>30.341</u>	<u>2.797.071</u>	<u>9.621.713</u>	<u>11.050.533</u>

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Acionistas	22.678.988	36.639.791
Fornecedores de ativos fixos	1.676.708	1.726.708
Espectro para 4ª Geração	21.602.124	27.423.410
Outras dívidas a terceiros não correntes	8.351.019	75.329.387
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	54.308.839	141.119.296
Sociedade de informação (Nota 11)	13.944.247	2.253.107
Diferimento da alienação das extensões de garantia	14.550.263	-
Outros acréscimos e diferimentos	5.155.082	4.191.714
Outros passivos não correntes	<u>87.958.431</u>	<u>147.564.117</u>

A rubrica de "Acionistas" corresponde a valores de financiamento de acionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Retalho e Gestão de Investimentos. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

A rubrica de "Outras dívidas a terceiros" não correntes incluía em 31 de dezembro de 2011 o valor de 58.219.905 euros referente ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22 reclassificados em 2012 para a rubrica Outras dívidas a terceiros correntes (Nota 30).

A rubrica "Espectro para 4ª Geração" corresponde ao valor atual do montante a pagar nos próximos anos, resultante da atribuição à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços da 4ª Geração (Nota 11).

Estima-se que os valores incluídos em "Outros passivos" não correntes sejam aproximadamente o seu justo valor.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu, em 2012 e em anos anteriores, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2012, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em "Outras reservas" por contrapartida de "Gastos com o pessoal" pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2012, 2011 e 31 de Dezembro de 2010 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Os planos que continuam a ser liquidados em numerário mantêm-se a ser contabilizados, na demonstração da posição financeira, em Outros Passivos por contrapartida de Gastos com o pessoal.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o número total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto podem ser resumido como segue:

Ações	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes		Número de ações			
			Sonae SGPS	Sonaecom	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
					Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
	2009	2012			-	-	5.989.246	3.469.227
	2010	2013	67*	5*	1.557.748	250.987	4.026.140	2.485.188
	2011	2014	436	365	4.112.348	2.944.458	3.806.013	2.938.055
	2012	2015	439	362	6.959.217	3.057.697	-	-
Total					12.629.313	6.253.142	13.821.399	8.892.470

*Algumas das empresas do grupo pagaram este plano antecipadamente, em dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o justo valor total das ações na data da atribuição das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
		Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
2009	2012	-	-	2.519.975	3.863.852
2010	2013	980.992	340.736	1.077.999	1.761.377
2011	2014	1.648.023	2.543.766	436.740	892.434
2012	2015	1.195.246	1.132.112	-	-
Total		3.824.261	4.016.614	4.034.714	6.517.663

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	(440.586)	5.751.306
Registado em exercícios anteriores	8.513.785	9.631.305
	8.073.199	15.382.611
Registado em outros passivos	534.457	641.749
Valor registado em Outras reservas	7.538.742	14.740.862
	8.073.199	15.382.611

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Retalho alimentar	648.181.889	647.644.599	537.290
Retalho especializado	329.929.456	329.124.500	804.956
Imobiliário de Retalho	1.865.266	1.837.169	28.097
Telecomunicações	131.179.782	101.266.174	29.913.608
Gestão de Investimentos	9.989.163	9.896.898	92.265
Sonae Holding	183.564	183.564	-
	1.121.329.120	1.089.952.904	31.376.216
Fornecedores, faturas em receção e conferência	100.443.607	100.443.607	-
	1.221.772.727	1.190.396.511	31.376.216
		A pagar	
	31 dezembro 2011	até 90 dias	mais de 90 dias
	Reexpresso		
Fornecedores conta corrente			
Retalho alimentar	646.123.606	645.589.321	534.285
Retalho especializado	343.303.792	343.285.013	18.779
Imobiliário de Retalho	3.885.117	3.858.761	26.356
Telecomunicações	127.833.787	97.920.179	29.913.608
Gestão de Investimentos	10.023.235	9.895.318	127.917
Sonae Holding	117.256	117.256	-
	1.131.286.793	1.100.665.848	30.620.945
Fornecedores, faturas em receção e conferência	113.250.330	113.250.330	-
	1.244.537.123	1.213.916.178	30.620.945

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

O saldo de fornecedores conta corrente, com maturidade superior a 90 dias, do Segmento Telecomunicações, corresponde ao diferendo da subsidiária Optimus Comunicações, SA, mantida, essencialmente, com a TMN – Telecomunicações Móveis, SA relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 (Nota 33).

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores do Segmento Unidades de Retalho o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2012, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 71.680.001 euros (59.296.644 euros em 31 de dezembro de 2011).

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:



	31 dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	82.777.613	80.559.285	770.919	1.447.409
Outras dívidas	144.551.555	41.610.534	7.354.070	95.586.951
	227.329.168	122.169.819	8.124.989	97.034.360
Empresas participadas e participantes	452.456			
	227.781.624			

	31 dezembro 2011 Reexpresso	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	81.500.948	78.676.826	572.178	2.251.944
Outras dívidas	60.213.370	41.388.078	9.969.793	8.855.499
	141.714.318	120.064.904	10.541.971	11.107.443
Empresas participadas e participantes	984.945			
	142.699.263			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 84.664.905 euros referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22 e reclassificado de "Outros passivos não correntes" em 2012;
- 22.632.350 euros (19.209.200 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não abatidos;
- 8.690.788 euros (8.716.058 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 5.208.150 euros (5.828.261 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 33);
- 2.262.387 euros (2.824.896 euros a 31 de dezembro de 2011) relativos a valores a pagar a companhias de seguros, tomadores de seguros e agentes de seguros;
- 7.309.099 euros (9.630.386 euros a 31 de dezembro de 2011) relativos a valores a pagar relacionados com operações de resseguros;

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de imobilizado e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Acréscimos relativos a ativos fixos	10.940.733	87.109.212
Gastos com o pessoal	115.799.220	114.622.709
Encargos financeiros a liquidar	16.796.482	16.085.067
Faturação a emitir por operadores	30.053.910	33.764.156
Comissões a agentes	2.858.892	4.107.730
Publicidade e propagação	17.812.013	15.219.486
Sociedade de informação	640.159	15.793.539
Outros fornecimentos e serviços externos	49.041.584	48.281.811
Receitas antecipadas de clientes	24.547.723	27.305.184
Rendas fixas debitadas antecipadamente	637.896	402.199
Outros	33.735.471	32.881.749
	<u>302.864.083</u>	<u>395.572.842</u>

A rubrica "Acréscimos relativos a ativos fixos" em 31 de dezembro de 2012, inclui 6,6 milhões de euros (83 milhões de euros em 2011) referentes ao valor a pagar no curto prazo, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 11).

A rubrica "Receitas antecipadas de clientes" está associada aos carregamentos de telemóveis e à compra de minutos ainda não consumidos do segmento Telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a "Sociedade de Informação" de 640.159 euros (15.793.539 euros em 2011), é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pelo grupo, no âmbito do programa "Iniciativas-E".

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31 dezembro 2011 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2012
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6 e 13)	94.406	1.101.337	(8.628)	1.187.115
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 14)	-	1.000.000	-	1.000.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	82.155.922	20.784.764	(17.446.767)	85.493.919
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	21.061.746	8.231.857	(13.582.334)	15.711.269
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	46.773.559	16.762.583	(15.997.601)	47.538.541
Provisões não correntes	91.036.377	36.324.755	(12.890.687)	114.470.445
Provisões correntes	2.266.767	235.726	(75.684)	2.426.809
	<u>243.388.777</u>	<u>84.441.022</u>	<u>(60.001.701)</u>	<u>267.828.098</u>

Rubricas	Saldo em 31 dezembro 2010 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2011 Reexpresso
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13)	4.413	91.119	(1.126)	94.406
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	74.282.757	24.159.129	(16.285.964)	82.155.922
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	18.970.459	5.980.111	(3.888.824)	21.061.746
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	35.596.931	16.974.864	(5.798.236)	46.773.559
Provisões não correntes	62.636.516	33.735.920	(5.336.059)	91.036.377
Provisões correntes	1.598.055	700.000	(31.288)	2.266.767
	<u>193.089.131</u>	<u>81.641.143</u>	<u>(31.341.497)</u>	<u>243.388.777</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Provisões e perdas por imparidade	48.931.954	48.739.516
Perdas de imparidade não refletidas nesta nota		
Diferenças de consolidação (Nota 12)	(1.321.520)	2.424.293
Ativos intangíveis	-	(1.496.000)
Investimentos financeiros (Nota 14)	1.101.337	-
Provisão para desmantelamento de sites de telecomunicações ^(a)	-	1.365.080
Registada em custo das vendas (Nota 15)	16.762.583	16.974.333
Reclass. responsabilidades registradas em "Outros passivos correntes"	1.658.066	14.637.379
Provisão técnicas de resseguros	17.225.851	(2.246.302)
Outros	82.751	1.242.844
	<u>84.441.022</u>	<u>81.641.143</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor de diminuições de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Reversão de provisões e de perdas por imparidade	(10.843.954)	(3.861.581)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(22.390.153)	(14.509.746)
Utilizações e reversões registados em inventários	(15.997.601)	(5.798.236)
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(8.964.477)	-
Outras responsabilidades (d)	(1.805.516)	(7.171.934)
	<u>(60.001.701)</u>	<u>(31.341.497)</u>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Provisão técnicas de resseguros (a)	24.410.745	7.184.894
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (b)	24.423.571	10.545.595
Desmantelamento de sites	13.983.949	22.863.571
Garantias de clientes (c)	19.316.820	21.089.854
Processos judiciais em curso	6.933.018	8.622.709
Outras responsabilidades (d)	27.829.151	22.996.521
	<u>116.897.254</u>	<u>93.303.144</u>

- (a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto por 3.212.000 euros (2.321.970 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 21.198.745 euros (4.862.924 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" (Nota 15) e "Outras dívidas de terceiros" (Nota 18).
- (b) A rubrica "Provisões não correntes" inclui 24.423.571 euros (10.545.595 euros em 31 de dezembro de 2011) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base nos resultados do 6º processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil.
- (c) A rubrica de "Provisões não correntes" e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de 19.316.820 euros (21.089.854 euros em 31 de dezembro de 2011). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.
- (d) A rubrica "Outras Responsabilidades" inclui o valor de cerca de 19 milhões de euros (14,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a custos imputados ao exercício corrente ou a exercícios passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa, nos quais se incluem o montante de cerca de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 e 5,2 milhões de euros relacionados com descontos de roaming.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	289.550.598	324.515.879
por processos judiciais em curso	289.988	623.465
por processos autárquicos em curso	6.140.484	6.582.372
outras garantias	67.919.086	47.245.424
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	256.179.353	127.221.883

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

Filiais do segmento Unidades de Retalho prestaram garantias ou fianças a favor da administração fiscal associadas a processos referentes a liquidações adicionais de IVA no valor de 193,9 milhões de euros (148,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos aos períodos de 2004 a 2008, para os quais foram apresentadas ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

As fianças acima referidas foram constituídas por parte da Sonae SGPS, SA a favor da Sonae Investimentos, SGPS, SA. Os mais relevantes dos processos são: i) no valor de cerca de 60 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada, e ii) no valor de cerca de 50 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo.

A rubrica de "Garantias prestadas – por processos fiscais em curso" inclui:

- garantias prestadas no valor de 36 milhões de euros a favor da Administração Fiscal relativas a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas referentes ao exercício de 2007, o valor mais relevante destas garantias está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro naquele exercício. A Sonae procedeu à impugnação judicial desta liquidação adicional, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que a referida impugnação será procedente;

- uma garantia prestada por uma filial no Brasil do segmento unidades de retalho prestou em exercícios anteriores uma garantia no montante de 27,1 milhões de euros (65,6 milhões de reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda (65,6 milhões de reais em 31 de dezembro de 2011).

Para além das garantias divulgadas anteriormente, na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (26 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2012 a 39,3 milhões de euros

(39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (57,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, uma subsidiária do segmento das Telecomunicações foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi rececionada em Abril de 2011. A subsidiária foi posteriormente notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 e de 2010. A subsidiária impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008 e de 2009 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2010. É convicção do Conselho de Administração do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à subsidiária, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Em 31 de dezembro de 2012, no segmento das Telecomunicações, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37,1 milhões de euros e 29,9 milhões de euros, respetivamente, assim como saldos de 'Outros ativos correntes' no valor de 0,4 milhões de euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6,8 milhões de euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. O Grupo considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável ao Grupo. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração do ICP - Anacom, foi aplicada, a uma subsidiária do segmento Telecomunicação, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, no âmbito do processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, da deliberação do Conselho de Administração do ICP- Anacom de 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, ascenderam a 6.054.795 euros e 8.954.885 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.565.216	2.451.135
N+1	3.555.872	4.295.221
N+2	2.973.480	3.809.132
N+3	2.126.479	2.774.167
N+4	1.600.837	1.877.972
N+5	1.218.532	1.049.548
Após N+5	1.075.010	525.059
	<u>15.115.426</u>	<u>16.782.234</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 135.810.961 euros (136.088.262 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	15.717.772	27.316.677
N+1	122.376.391	124.847.030
N+2	113.367.351	115.093.790
N+3	99.247.492	105.602.001
N+4	87.757.974	87.495.031
N+5	77.393.161	76.873.024
Após N+5	537.084.095	499.935.452
	<u>1.052.944.236</u>	<u>1.037.163.005</u>

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vendas de mercadorias	4.540.093.697	4.662.156.812
Vendas de produtos	12.454.179	15.628.444
	<u>4.552.547.876</u>	<u>4.677.785.256</u>
Prestações de serviços	825.974.638	863.065.082
Vendas e prestações de serviços	<u>5.378.522.514</u>	<u>5.540.850.338</u>

36 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Dividendos	216.683	232.500
Alienação da Cooper Gay Swett & Crawford (Nota 6)	11.756.086	-
Outros	60.317	(116.710)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas	11.816.403	(116.710)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda (Nota 6)	1.592.654	-
Outros	3.471.588	-
Imparidade de investimentos em filiais	-	(78.453)
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 6)	(1.101.337)	-
Imparidade de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	(12.382)
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(1.101.337)	(90.835)
	15.995.991	24.955

Em "outros" está incluído o valor de 3.464.657 euros relativos ao justo valor da participação retida na Cooper Gay Swett & Crawford (Nota 7).

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(19.857.844)	(16.684.769)
relativos a obrigações não convertíveis	(50.075.846)	(43.110.814)
relativos a contratos de locação financeira	(1.228.152)	(1.089.816)
relativos a derivados de cobertura	(5.928.650)	(2.575.517)
outros	(7.112.377)	(14.058.710)
	(84.202.869)	(77.519.626)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.371.806)	(4.543.977)
Encargos de emissão de dívida	(9.165.094)	(7.023.671)
Outros	(7.948.197)	(9.821.253)
	(106.687.966)	(98.908.527)
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	1.843.768	1.378.956
outros	5.749.990	7.821.064
	7.593.758	9.200.020
Diferenças de câmbio favoráveis	4.369.916	6.358.824
Descontos de pronto pagamento obtidos	62.372	89.005
Outros rendimentos e ganhos financeiras	485.785	1.674.543
	12.511.831	17.322.392
Resultados financeiros	(94.176.135)	(81.586.135)

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Proveitos suplementares	372.871.531	365.757.183
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.107.864	32.077.546
Diferenças câmbio favoráveis	9.129.377	28.178.595
Trabalhos para a própria empresa	10.223.404	12.588.788
Ganhos na alienação de ativos	4.064.263	19.355.694
Goodwill negativo	-	1.068.375
Reversão de perdas de imparidade	8.989.119	3.503.636
Subsídios	287.866	398.747
Restituição de impostos	580.505	324.454
Outros	8.968.266	7.350.174
	<u>441.222.195</u>	<u>470.603.192</u>

A rubrica de "Proveitos Suplementares" diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, participadas pelos parceiros da Sonae.

A rubrica "Ganhos na alienação de ativos" incluiu cerca de 2,5 milhões de euros em 2012 associados ao ganho decorrente da estimativa de indemnização do incêndio de uma loja "Continente" em Portimão (nota 14). No exercício de 2011 explicam-se pelo processo de *sale & leaseback* operacional que o Grupo conduziu, tendo gerado no processo um encaixe financeiro de cerca de 42 milhões de euros.

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Subcontratos	229.996.755	244.253.569
Trabalhos especializados	86.544.622	96.169.512
Publicidade e propaganda	132.451.132	147.958.234
Rendas e alugueres	169.302.012	165.358.921
Comissões	25.944.320	27.472.499
Transportes de mercadorias	51.298.947	57.911.063
Eletricidade e combustíveis	71.097.165	63.420.449
Custos com terminais pagamento automático	23.647.388	25.773.390
Conservação e reparação	27.538.034	35.198.320
Vigilância e segurança	24.178.439	26.432.378
Limpeza, higiene e conforto	21.669.595	22.843.401
Seguros	6.258.158	6.166.431
Comunicação	8.931.991	10.013.665
Deslocações e estadas	13.823.888	15.145.860
Outros	75.508.042	73.002.755
	<u>968.190.488</u>	<u>1.017.120.447</u>

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remunerações	524.671.500	544.245.228
Encargos sobre remunerações	106.210.385	108.626.929
Seguros	9.883.964	12.066.232
Gastos com ação social	3.436.918	1.847.025
Outros gastos com pessoal	12.180.409	11.552.125
	<u>656.383.176</u>	<u>678.337.539</u>

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Varição cambial	9.173.380	27.838.053
Outros impostos	22.443.030	20.723.916
Perdas na alienação de ativos	1.391.311	1.713.301
Imposto municipal sobre imóveis	2.690.816	3.450.545
Donativos	8.648.722	8.686.609
Dívidas incobráveis	1.094.624	1.931.831
Outros	6.435.704	8.606.924
	<u>51.877.587</u>	<u>72.951.179</u>

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Imposto corrente	23.371.874	28.969.097
Imposto diferido (Nota 20)	1.956.986	(4.861.914)
	<u>25.328.860</u>	<u>24.107.183</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultado antes de impostos	97.019.243	151.010.737
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(16.573.400)	954.610
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	24.382.535	2.057.015
Imparidade de goodwill (Nota 12)	1.321.520	2.424.293
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	17.101.337	16.728.620
Lucro tributável	123.251.235	173.175.275
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(10.003.332)	(46.079.681)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	36.291.601	12.498.919
	149.539.504	139.594.513
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	37.384.876	34.898.628
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(7.498.355)	(7.259.113)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(14.038.031)	2.977.049
Utilização de benefícios fiscais	(9.023.280)	(9.357.095)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	1.792.900	(2.369.329)
Tributação autónoma	1.586.008	2.272.109
Derrama	13.476.502	6.338.408
Outros	1.648.240	(3.393.474)
Imposto sobre o rendimento	25.328.860	24.107.183

43 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	155.727	157.611	302.932	-
Empresas controladas conjuntamente	11.179.046	11.324.163	36.818.686	39.093.987
Empresas associadas	32.998.508	33.418.707	1.672.794	2.115.175
Entidades parceiras, acionistas e participadas	64.147.544	65.785.537	21.253.333	22.516.126
	108.480.825	110.686.018	60.047.745	63.725.288
	Juros auferidos		Juros suportados	
Transações	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	-	336.053	607.674	977.984
Empresas controladas conjuntamente	357.634	148.119	-	-
Empresas associadas	472.021	359.462	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	-	-	1.812.391	1.841.420
	829.655	843.634	2.420.065	2.819.404



Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	18.901	340.141	912.998	-
Empresas controladas conjuntamente	15.620.816	19.631.101	5.269.818	6.481.764
Empresas associadas	5.374.847	4.465.269	378.425	527.249
Entidades parceiras, acionistas e participadas	15.436.493	16.071.324	13.221.879	7.269.485
	<u>36.451.057</u>	<u>40.507.835</u>	<u>19.783.120</u>	<u>14.278.498</u>

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	7.939.822	4.342.159
Empresas associadas	-	-	8.317.566	9.136.860
Entidades parceiras, acionistas e participadas	22.209.147	35.938.565	-	-
	<u>22.209.147</u>	<u>35.938.565</u>	<u>16.257.388</u>	<u>13.479.019</u>

Na rubrica Outras partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, Raso SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS SA assim como outros acionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

No exercício de 2012 alienámos a participação detida na Sonae Capital SGPS, SA pelo montante de 3.569.000 euros a uma parte relacionada. Adicionalmente incrementamos a percentagem detida no Fundo de Investimentos Imobiliário Fechado do Imosede através da aquisição de 13% de capital social pelo valor de 20 milhões de euros a parte relacionada.

No exercício de 2012 foram alienadas a administradores da Sonae ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 19 obrigações Magma N°1 Securitization Notes detidas pela Sonae Holding pelo valor de 332.590 euros.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, tem a seguinte composição:



	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 ^(b)	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)
Benefícios a curto prazo	2.973.905	8.778.605	2.530.270	11.177.621
Benefícios com base em ações	652.000	2.376.524	644.200	3.194.887
	<u>3.625.905</u>	<u>11.155.129</u>	<u>3.174.470</u>	<u>14.372.508</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding);

(b) Inclui os colaboradores da Sonae Sierra.

44 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	32.572.259	103.944.076
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	32.572.259	103.944.076
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.872.720.391	1.872.249.464
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	12.629.313	12.720.766
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(7.553.334)	(4.207.658)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	1.877.796.370	1.880.762.572
Resultado por ação		
Básico	0,017393	0,055518
Diluído	0,017346	0,055267

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 considera 123.238.581 ações como ações próprias (126.840.751 ações em 31 de dezembro de 2011) (Nota 22).

45 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisadas como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Recebimentos		
Aplicação Financeira Bradesco e Citibank (Nota 13)	2.182.230	11.913.419
Alienação de 16.600.000 ações da Sonae Capital SGPS	3.569.000	-
Outros	112.742	141.830
	5.863.972	12.055.249
Pagamentos		
Dívida da Lazam pela aquis da ADD e Miral	5.583.606	10.233.268
Aquisição Connectiv (Nota 8)	5.970.672	-
Compra UP'S Imosede	20.000.000	-
Aquisição de ações Sonaecom	6.646.428	2.223.287
Aquisição de Polinsur e Serenitas	695.178	-
Aquisição de filiais do Grupo MDS	-	1.199.288
Outros	600.411	110.558
	39.496.295	13.766.401

46 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2011) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2011).

Relativamente a 2012, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0331 euros por ação correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

47 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Conforme apresentado no Relatório de Gestão em maior detalhe os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Retalho de base alimentar
- Retalho especializado
- Imobiliário do retalho
- Telecomunicações
- Gestão de Investimentos

A informação por segmentos reportáveis da Sonae de acordo com o IFRS 8 ao nível da Demonstração de resultados pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	Intragrupo	31 dezembro 2011 Reexpresso	Intragrupo
Volume de negócios				
Sonae MC	3.281.052.311	(3.296.830)	3.347.235.392	(3.500.118)
Ex-Fuel	3.281.052.311	(3.296.830)	3.327.239.402	(3.500.118)
Fuel	-	-	19.995.990	-
Sonae SR	1.180.236.401	-	1.235.035.320	-
Sonae RP	119.889.493	(108.478.175)	119.311.667	(108.253.046)
Sonaeacom	825.438.380	(22.448.806)	863.634.415	(22.752.742)
Gestão de investimentos	104.802.919	(2.074.497)	106.291.960	(709.116)
Eliminações e ajustamentos	(132.896.990)	-	(130.658.416)	(171.022)
Total consolidado	5.378.522.514	(136.298.308)	5.540.850.338	(135.386.044)
Amortizações, provisões e perdas por imparidade				
Sonae MC	84.304.190		90.497.938	
Sonae SR	60.314.264		65.754.240	
Sonae RP	25.493.101		24.986.334	
Sonaeacom	166.942.454		171.217.061	
Gestão de investimentos	9.377.686		9.551.881	
Outros	35.608.805		19.077.375	
Total consolidado	382.040.500		381.084.829	
EBIT				
Sonae MC	160.701.736		134.756.993	
Sonae SR	(106.848.721)		(60.644.822)	
Sonae RP	75.988.596		89.176.715	
Sonaeacom	92.582.895		82.172.902	
Gestão de investimentos	12.291.914		(6.543.642)	
Eliminações e ajustamentos	(2.253.853)		(4.496.759)	
Total consolidado direto	232.462.567		234.421.387	

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Investimento (CAPEX)		
Sonae MC	77.516.635	91.804.002
Sonae SR	33.558.073	83.757.110
Sonae RP	15.507.647	8.866.877
Sonae com	143.208.000	238.458.804
Gestão de investimentos	1.242.508	6.017.826
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	20.965.218	181.454
Total consolidado	291.998.081	429.086.073
Capital Investido		
Sonae MC	395.111.744	483.891.990
Sonae SR	258.068.203	347.470.390
Sonae RP	1.334.747.641	1.360.659.243
Sonae com	955.991.451	826.985.263
Gestão de investimentos	152.294.468	134.490.985
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	388.792.687	509.907.063
Total consolidado	3.485.006.194	3.663.404.934
Dívida Líquida Total ⁽²⁾		
Unidades de retalho	784.342.592	975.691.161
Sonae com	360.560.000	309.547.000
Gestão de investimentos	70.926.455	93.349.820
Holding ⁽¹⁾	600.618.233	584.425.797
Total consolidado	1.816.447.280	1.963.013.778

1) Inclui as contas individuais da Sonae;

2) Inclui suprimentos e exclui o contributo de financiamentos de intragrupo titulados;

A rubrica de eliminações e ajustamentos pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(136.298.308)	(135.386.044)	6.868.829	2.331
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	3.401.318	4.946.226	(9.122.682)	(4.499.090)
Outros	-	(218.598)	-	-
Eliminações e ajustamentos	(132.896.990)	(130.658.416)	(2.253.853)	(4.496.759)
	Investimento		Capital Investido	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	366.360	150.069	18.299.053	51.824.968
Participações financeiras	20.000.000	-	455.548.457	513.459.627
Cash settled equity swap ⁽³⁾	-	-	(84.664.905)	(55.936.771)
Outros	598.858	31.385	(389.918)	559.239
Eliminações e ajustamentos	20.965.218	181.454	388.792.687	509.907.063

3) Instrumento financeiro explicitado da Nota 22.

Glossário:

Capital Investido = Imobilizado bruto + outros ativos imobilizados (incluindo Goodwill) - amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneio (o qual inclui valores de ativos e passivos não correntes, que não dívida líquida total);

Dívida Líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras + derivados – caixa, depósitos bancários e investimentos correntes – outras aplicações de longo prazo;

EBIT Direto = EBT + resultado financeiro + resultado direto dos centros comerciais + outros resultados

Eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições; Investimento bruto, excluindo o encaixe decorrente da alienação de ativos

Resultado direto – exclui os contributos para o resultado indireto;

Resultados indiretos – Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a : i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill) e (iv) provisões para assets at risk; e outras provisões para possíveis responsabilidades futuras e imparidades em ativos não "core" e/ou em operações descontinuadas

As vendas e prestações de serviços e o resultado antes de imposto por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos
Portugal	4.996.418.443	103.686.067	5.176.590.159	153.991.026
Espanha	327.728.784	(32.455.460)	315.700.240	(15.709.338)
Inglaterra	3.493.835	79.614	3.866.176	(323.252)
Brasil	35.363.447	(18.032.204)	35.150.657	(6.108.769)
Resto da Europa	5.996.893	43.417.012	6.309.635	19.953.736
Resto do Mundo	9.521.112	324.214	3.233.472	(792.666)
	<u>5.378.522.514</u>	<u>97.019.243</u>	<u>5.540.850.339</u>	<u>151.010.737</u>

A repartição dos colaboradores da Sonae pelos diversos negócios pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho	29.643	29.152
Telecomunicações	2.083	2.103
Gestão de investimentos	1.251	1.121
Sonae Holding	17	17
	<u>32.994</u>	<u>32.393</u>

48 INFORMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVAMENTE AOS EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os valores de Ativos, Passivos, Rendimentos e ganhos e Gastos e perdas relativos aos empreendimentos conjunto estão divulgados na Nota 6. No entanto tendo em consideração a relevância das demonstrações financeiras da Sonae Sierra e dado que esta está a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial, apresentamos de seguida as situações mais relevantes (os valores divulgados não estão proporcionalizados pela percentagem de detenção):

a) Propriedades de investimentos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento					Total
	Em exploração	"Fit Out"	em desenvolvimento		Adiantamentos	
			ao custo	ao justo valor		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	3.259.697.429	4.057.499	123.287.636	78.528.389	1.725.000	3.467.295.954
Adições	24.032.320	(0)	29.463.930	62.228.801	(0)	115.725.051
"Write-off" e imparidades	-	-	(9.558.884)	-	-	(9.558.884)
Recebimentos	(120.000.000)	-	(13.399.528)	-	-	(133.399.528)
Recebimento de Fit-out	-	(384.103)	-	-	-	(384.103)
Transferências	-	-	(4.080)	(1.308.403)	-	(1.312.483)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	13.017.636	-	-	(13.017.636)	-	-
Ajustamento para justo valor	1.535.365	-	-	(1.311.250)	-	224.114
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:						
- Ganhos	84.938.408	173.103	-	-	-	85.111.510
- Perdas	(122.453.992)	(35.000)	-	-	-	(122.488.992)
Adições por concentrações de atividades empresariais	-	-	6.000.000	-	-	6.000.000
Diferenças de conversão cambial	(39.809.665)	-	(1.551.955)	(4.545.797)	-	(45.907.417)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	3.100.957.500	3.811.499	134.237.120	120.574.104	1.725.000	3.361.305.223
Adições	12.216.007	42.500	89.736.186	14.317.315	-	116.312.007
Recebimentos	15.236.513	-	-	-	-	15.236.513
"Write-off" e imparidades	(12.494.000)	-	(19.926.287)	-	-	(32.420.287)
Alienações	(208.763.193)	-	(8.609.386)	-	-	(217.372.579)
Recebimento de Fit-out	-	(400.617)	-	-	-	(400.617)
Transferências	-	(15.089)	(1.222.037)	(143.114)	-	(1.380.240)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	105.064.307	15.089	25.873.322	(130.952.718)	-	-
Ajustamento para justo valor	4.388.899	-	(11.765.623)	(1.301.522)	-	(8.678.246)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre ano:						
- Ganhos	53.731.346	43.789	-	-	-	53.775.136
- Perdas	(177.116.239)	(714.267)	-	-	-	(177.830.506)
Adições por concentrações de atividades empresariais	-	-	24.144.733	-	-	24.144.733
Diferenças de conversão cambial	(57.536.342)	-	(9.470.851)	(2.494.065)	-	(69.501.257)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	2.835.684.798	2.782.905	222.997.177	-	1.725.000	3.063.189.880

O montante de 19.926.287 euros reconhecido como "Imparidades e abates" refere-se essencialmente, às perdas por imparidade referentes às propriedades de investimento em desenvolvimento para as quais existe incerteza quanto à sua viabilidade futura.

Adicionalmente, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade no montante de 12.494.000 euros relativamente ao centro comercial Pantheon Plaza.

As alienações no montante de 208.763.193 euros respeitam: (i) à alienação do centro comercial localizado na Alemanha, detido pela participada Münster Arkaden BV (167.094 mil euros) e (ii) à alienação pela Sonae Sierra Brasil dos 10% de detenção no

centro comercial Pátio Boavista, dos 73,18% de detenção no centro comercial Shopping Penha e dos 30% de detenção no centro comercial Tivoli Shopping (41.669 mil euros).

O montante de 8.609.386 euros relativo a “alienações de propriedades de investimento em desenvolvimento” respeita ao recebimento em 2012 de adiantamentos efetuados em exercícios anteriores a projetos em Itália e no Brasil que foram cancelados.

O montante de 24.144.733 euros considerado como “Adições por concentração de atividades empresariais” refere-se à compra de 50% da S.C. Caelum Development Srl que é detentora do ParkLake Plaza localizado na Roménia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante das propriedades de investimento em exploração pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros
Península Ibérica	9,10% e 13,65%	6,85% e 11,15%	1.795.978	8,15% e 12,05%	6,15% e 10,05%	1.930.202
Resto da Europa	6,75% e 14,50%	6,25% e 11,50%	533.874	6,50% e 13,00%	6,00% e 10,00%	684.483
Brasil	8,65% e 14,00%	6,45% e 9,50%	505.833	12,75% e 14,00%	8,25% e 9,50%	486.272
			<u>2.835.685</u>			<u>3.100.957</u>

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield, CBRE e Jones Lang LaSalle).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sediado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rentabilidade de mercado (“Exit yield” ou “cap rate”). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rentabilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do “Red Book”, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Incerteza do mercado

De acordo com os avaliadores, sempre que a incerteza do mercado possa ter um efeito material no valor da propriedade, o Red Book exige a divulgação do facto, com indicação da causa e do grau de incerteza que foi refletido na avaliação.

É opinião dos avaliadores que a falta de financiamento continua a ter impacto no mercado, especialmente para os ativos secundárias, que tiveram um volume de transações anormalmente baixas. Como consequência, os avaliadores tiveram de exercer um maior grau de julgamento do que é habitual. Os avaliadores consideraram as evidências do mercado atual e histórica disponível e esforçou-se por refletir o sentimento do mercado atual, embora os sinais se apresentem misturados.

Considera-se que os avaliadores podem fechar as suas avaliações, com um intervalo de valores. Num mercado ilíquido este intervalo deverá ser maior, porque a incerteza que lhe é inerente obriga a um maior juízo de valor.

Apesar de algumas empresas enfrentarem dificuldades financeiras, não se pode concluir que toda a recente atividade do mercado tenha sido devida a transações forçadas. O desequilíbrio entre a oferta e a procura (por exemplo, menos compradores que vendedores) nem sempre é sinónimo de transações forçadas. Um vendedor que esteja sob pressão financeira para vender poderá conseguir vender a preço de mercado se houver mais do que um potencial comprador e se tiver o tempo necessário para comercializar o imóvel. De igual modo, as transações iniciadas durante um processo de falência não devem automaticamente ser consideradas como transações forçadas.

b) Goodwill

O valor do goodwill associado ao segmento de Centros Comerciais é alocado a cada uma das empresas que detêm propriedades de investimento. Os testes de imparidade são efetuados por comparação com o "Net Asset Value" à data da demonstração da posição financeira das participações que detêm as referidas propriedades.

O "Net Asset Value" resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado (Open Market Value) não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas.

c) Outros ativos não correntes

A Sonae Sierra tem registado em "Outros ativos não correntes" o montante 7.8 milhões de euros a receber da Câmara Municipal de Lisboa respeitante aos trabalhos executados pela participada Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. ("Colombo") na área circundante do centro Colombo, por conta da Câmara Municipal de Lisboa ("CML") ao abrigo de protocolos assinados, que foram acordados entre os serviços técnicos da CML e a Colombo no final de 2001. Por outro lado a rubrica de "Outros credores não correntes" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui o montante de 3.2 milhões de euros relativo a trabalhos executados pela CML por conta da Colombo e licenças camarárias. Foi interposta uma ação judicial em 2001, visando a cobrança dos valores referidos acrescidos de juros e outros custos incorridos pela Colombo no âmbito dos referidos protocolos, sendo convicção da Administração da Colombo, suportada em pareceres dos seus assessores legais, que a mesma lhe será favorável, razão pela qual não registou qualquer perda por imparidade para fazer face a perdas na recuperação desta conta a receber.

d) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, os principais passivos contingentes da Sonae Sierra respeitavam às seguintes situações:

- a) Durante 2010, a subsidiária Gli Orsi foi notificada pela Administração fiscal italiana no pagamento de imposto sobre o rendimento no montante de 10,6 milhões de euros. Esta notificação foi reclamada pelo Grupo, sendo que para a prossecução da mesma por via judicial, o Grupo teve de efetuar um adiantamento no montante de 3,2 milhões de euros; em janeiro de 2012 a decisão de primeira instância foi favorável à empresa e o referido adiantamento foi devolvido. As autoridades fiscais recorreram por sua vez da decisão do tribunal e a audiência teve lugar em dezembro de 2012 mas até à data de fecho destas contas ainda não tinha sido disponibilizada a decisão final;
- b) Durante 2010 a subsidiária Sierra Investments SGPS S.A. prestou uma garantia à administração fiscal portuguesa, no montante de 5.6 milhões de euros, para fazer face à reclamação apresentada pela Sonae Sierra em relação a uma notificação em sede de imposto sobre o rendimento recebida. Não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco desta contingência não é provável.
- c) Em Março de 2011 o Grupo ganhou um procedimento arbitral contra a Olympic Properties S.A. (agora denominada de ETA e dona do terreno dum projeto na Grécia) permitindo-lhe suspender o pagamento das rendas até que a licença de construção seja emitida. Nessa mesma data o Grupo comprometeu-se perante a ETA a cumprir as obrigações assumidas no contrato de concessão.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas pela Sonae Sierra a terceiros:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Garantias prestadas (milhares de euros):		
por processos fiscais em curso	3.501	3.501
por processos judiciais em curso	105	167
por bom cumprimentos da construção de vários projetos	3.569	15.454
por bom cumprimentos das obrigações com o comprador do Munster	19.000	-
por conta de empréstimos bancários obtidos	11.500	11.500
outras garantias	3.888	2.410

Não foi constituída qualquer provisão para fazer face aos compromissos de construção / desenvolvimento de projetos, por os mesmos estarem relacionados com investimentos futuros.

Relativamente às garantias bancárias relativas a processos fiscais, não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco dos mesmos não é provável.

49 COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A ALIENAÇÃO DE PARTICIPADAS SUJEITA A REVISÕES DE PREÇO

No âmbito da alienação de 49,9% das ações da Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings BV (Sierra BV) a um grupo de Investidores, ocorrida em 2003, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV, desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente, detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra às Luxcos ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na Sierra BV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- (i) no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 118 milhões de euros;
- (ii) no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 59 milhões de euros;
- (iii) no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente, detém o ativo, a revisão de preço, somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV ("Net Asset Value").

Garantias semelhantes foram prestadas pela Sonae Sierra em relação às sociedades transferidas para a Sierra BV após 2003.

Estas garantias são válidas durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes deste ou daquelas serem oferecidos a terceiros.

O Conselho de Administração entende que relativamente à estratégia de saída do Sierra BV a qual de acordo com o contrato de constituição estava prevista ocorrer em Outubro de 2013 (10 anos após a constituição), será para já tomada a opção prevista no mesmo de estender o período do Sierra Bv por dois períodos de 1 ano (a contar a partir de 2013), tal como previsto no contrato. Adicionalmente, encontram-se a ser negociadas com os investidores do Sierra BV, alternativas para a extensão do mesmo por um período adicional de tempo.

É entendimento da Sonae, que a venda direta do ativo não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

50 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e EBITDA recorrente, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto de acordo com a prática corrente no segmento dos Centros Comerciais, conforme descrito no parágrafo seguinte. O resultado Indireto inclui o efeito de provisões para possíveis responsabilidades futuras relativos a operações descontinuadas e imparidades em ativos não core.

O Resultado Indireto inclui os resultados do segmento dos Centros Comerciais para a demonstração de resultados consolidada, líquidos de impostos, que resultam de: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registadas com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill); (iv) provisões para assets a risk

O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração de resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.378.522.514	-	5.378.522.514	5.540.850.338	-	5.540.850.338
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	216.683	216.683	-	232.500	232.500	-
Imparidades	(1.101.337)	(1.101.337)	-			
Outros (Nota 38)	16.880.645	-	16.880.645	(207.545)	-	(207.545)
Outros proveitos						
Goodwill negativo	-	-	-	1.068.375	-	1.068.375
Reversão de perdas por imparidade	10.889.667	-	10.889.667	3.938.989	-	3.938.989
Outros	430.332.529	-	430.332.529	465.218.650	-	465.218.650
Total de proveitos	5.835.740.701	(884.654)	5.836.625.355	6.011.101.307	232.500	6.010.868.807
Total de gastos	(5.224.312.538)	-	(5.224.312.538)	(5.395.362.591)	-	(5.395.362.591)
Amortizações e depreciações	(333.108.546)	-	(333.108.546)	(332.345.313)	-	(332.345.313)
Imparidades não recorrentes de inventários	(13.809.750)	-	(13.809.750)	-	-	-
Provisões e perdas por imparidade						
Provisões para extensões de garantia	(75.245)	-	(75.245)	(8.358.133)	-	(8.358.133)
Provisões e imparidades não usuais	(906.000)	-	(906.000)	(4.896.878)	-	(4.896.878)
Outras	(47.950.709)	(16.000.000)	(31.950.709)	(35.484.505)	-	(35.484.505)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	215.577.913	(16.884.654)	232.462.567	234.653.887	232.500	234.421.387
Resultados financeiros	(94.176.134)	-	(94.176.134)	(81.586.135)	-	(81.586.135)
Resultados de associadas e outros						
Sonae Sierra	(23.847.555)	(55.139.875)	31.292.320	4.874.153	(27.154.530)	32.028.683
Outros	(534.981)	(216.683)	(318.298)	(6.931.168)	(232.500)	(6.698.668)
Resultados antes de impostos	97.019.243	(72.241.212)	169.260.455	151.010.737	(27.154.530)	178.165.267
Impostos sobre o rendimento	(25.328.860)	-	(25.328.860)	(24.107.183)	-	(24.107.183)
Resultado líquido	71.690.383	(72.241.212)	143.931.595	126.903.554	(27.154.530)	154.058.084
Atribuível aos acionistas	32.572.259	(72.241.212)	104.813.471	103.944.076	(27.154.530)	131.098.606
Interesses sem controlo	39.118.124	-	39.118.124	22.959.478	-	22.959.478
EBITDA (a)			600.441.905			602.140.719

- (a) EBITDA é calculado como Volume de negócios + Outras receitas - Goodwill negativo - Reversão de perdas por imparidade - Gastos operacionais - Provisões para extensões de garantias + Ganhos/perdas com alienação de filiais- imparidades não recorrentes de inventários - Provisões e imparidades não usuais.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:



Resultado indireto	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultado indireto da Sonae Sierra	(55.139.875)	(27.154.530)
Provisão para contingências no Brasil (Nota 32)	(15.000.000)	-
Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos (Nota 6 e 32)	(2.101.337)	-
Total	(72.241.212)	(27.154.530)

O recorrente pode ser analisados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
EBITDA	600.441.905	602.140.719
Mais valia com a alienação da Cooper Gay Sweet & Crawford (Nota 6)	(15.227.674)	-
Mais valia na alienação de imóveis	-	(16.300.000)
Gastos não recorrentes da Sonae RE relativos a sinistros	5.000.000	2.500.000
Indemnizações	2.800.000	-
Outros gastos considerados não recorrentes	3.540.773	3.700.000
EBITDA recorrente	596.555.004	592.040.719

51 EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, SA, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada United International Holdings BV, conjuntamente referidas como "Kento/Jadeium"), de terem alcançado um acordo no sentido de promover juntos das administrações da Zon Multimedia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA ("Zon"), e da Optimus SGPS, SA uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, SA efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira da Optimus SGPS, SA para a ZOPT.

A 7 de Março, as Assembleias Gerais extraordinárias de acionistas da Optimus SGPS e da Zon aprovaram o projeto de fusão por incorporação em que são intervenientes ambas as empresas nos termos que tinha sido aprovados pelos Conselhos de Administração em 21 de janeiro de 2013. A eficácia destas deliberações ficará sujeita à verificação prévia das seguintes condições: (i) à não oposição da Autoridade da Concorrência; (ii) emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários; e (iii) o cumprimento das demais formalidades administrativas e societárias aplicáveis ou necessárias à concretização da fusão.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Telecom ("FT-Orange") concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do sector das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20º, nº4, do Código dos Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração

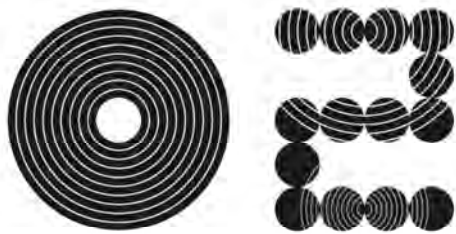
Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

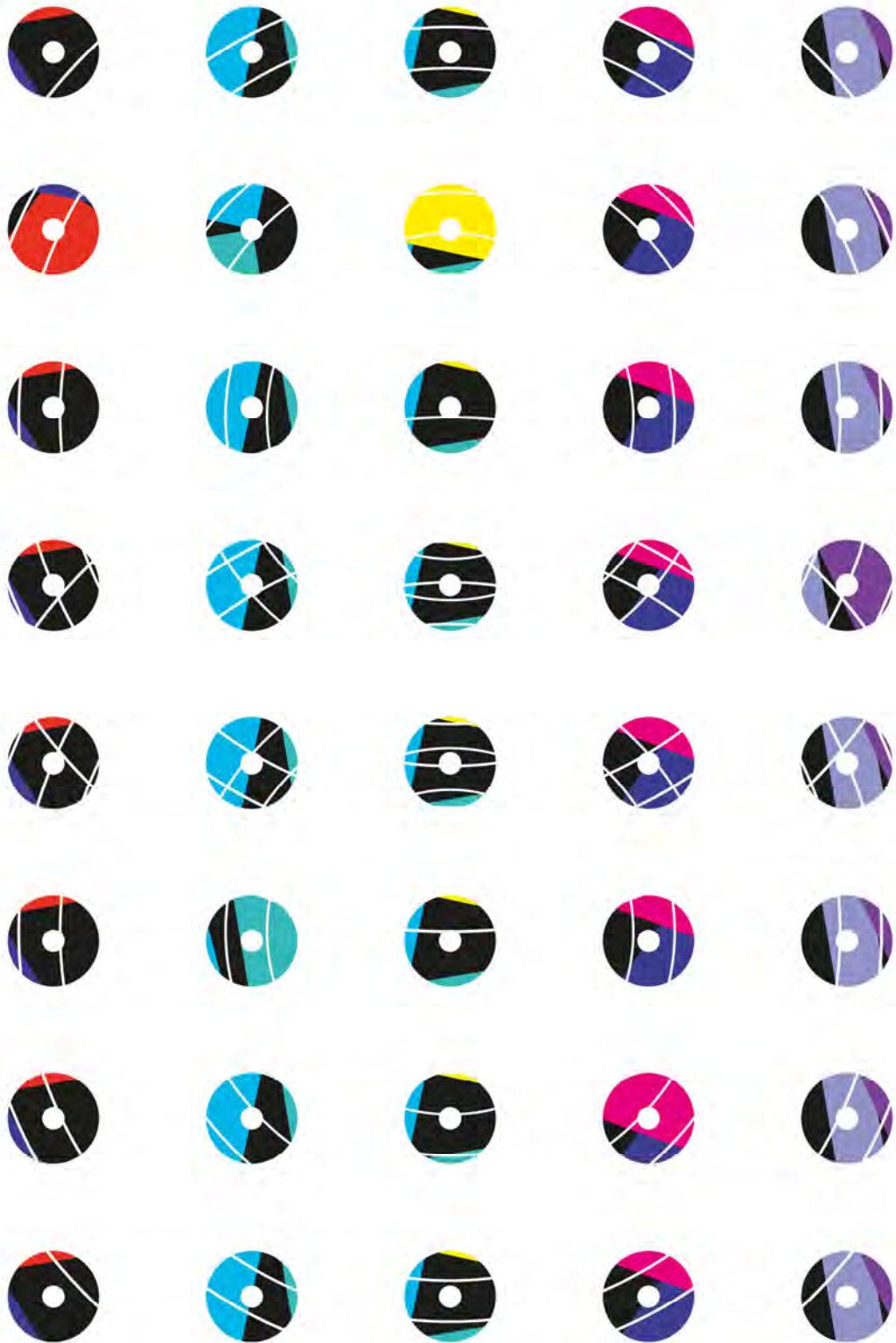
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão; membro da Comissão Executiva



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS



Demonstrações da Posição Financeira Individual em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	178.042	208.831
Ativos intangíveis	7	28.770	77.138
Investimentos em empresas do grupo	4, 8	3.503.796.314	3.561.020.983
Outros investimentos	4, 9	38.628.607	42.214.426
Outros ativos não correntes	4, 10	352.823.000	393.745.945
Total de ativos não correntes		<u>3.895.454.733</u>	<u>3.997.267.323</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 11	467.461	503.725
Outras dívidas de terceiros	4, 12	11.287.813	13.909.190
Estado e outros entes públicos	13	1.270.260	798.587
Outros ativos correntes	4, 14	2.057.079	431.397
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	158.667.623	75.589
Total de ativos correntes		<u>173.750.236</u>	<u>15.718.488</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.069.204.969</u>	<u>4.012.985.811</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	17	187.137.648	187.137.648
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	18	1.119.192.176	1.243.726.640
Resultado transitados		(63.194.492)	322.737
Resultado líquido do exercício		22.964.317	(63.517.229)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>3.266.099.649</u>	<u>3.367.669.796</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	595.047.114	497.997.648
Empréstimos bancários	4, 20	74.024.250	-
Outros passivos não correntes	4, 8	3.992.080	-
Outros empréstimos	4, 20	6.993.896	11.007.789
Total de passivos não correntes		<u>680.057.340</u>	<u>509.005.437</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	99.919.906	-
Empréstimos bancários	4, 20	1.961.683	90.600.000
Outros empréstimos	4, 20	1.674.286	-
Fornecedores	4	443.191	662.785
Outras dívidas a terceiros	4, 21	7.680.960	40.240.610
Estado e outros entes públicos	13	214.619	555.382
Outros passivos correntes	4, 22	11.153.335	4.251.801
Total de passivos correntes		<u>123.047.980</u>	<u>136.310.578</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>4.069.204.969</u>	<u>4.012.985.811</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Prestações de serviços	26	476.701	472.682
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	27	26.836.460	(78.016.561)
Rendimentos e ganhos financeiros	28	33.388.218	42.447.504
Outros rendimentos		2.458.028	1.506.844
Fornecimentos e serviços externos	29	(2.995.820)	(2.077.556)
Gastos com o pessoal	30	(2.450.853)	(2.255.791)
Depreciações e amortizações	6, 7	(108.546)	(105.431)
Gastos e perdas financeiras	28	(33.079.256)	(24.768.475)
Outros gastos e perdas		(1.551.201)	(581.026)
Resultado antes de impostos		<u>22.973.731</u>	<u>(63.377.810)</u>
Imposto sobre o rendimento	31	(9.414)	(139.419)
Resultado líquido individual do exercício		<u>22.964.317</u>	<u>(63.517.229)</u>
Resultados por ação			
Básico	32	0,011485	(0,031759)
Diluído	32	0,011480	(0,031744)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Resultado líquido individual do exercício	22.964.317	(63.517.229)
Varição no justo valor dos ativos disponíveis para venda	(61.201.255)	(41.401.857)
Transferência de justo valor dos ativos disponíveis para venda para resultados do exercício	50.271	(6.345)
Perdas de imparidade em ativos disponíveis para venda	-	2.490.000
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	2.646.872	2.632.607
Outro rendimento integral do exercício	<u>(58.504.112)</u>	<u>(36.285.595)</u>
Total rendimento integral individual do exercício	<u>(35.539.795)</u>	<u>(99.802.824)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Reservas e resultados transitados										
		Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de justo valor	Reservas cobertura	Reserva para planos pagamento baseados em ações	Reservas livres	Resultados transitados	Total reservas e res.transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011		2.000.000.000	-	167.816.034	612.472.662	(7.662.771)	725.653	373.469.086	322.737	1.147.143.401	386.432.293	3.533.575.694
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	(38.918.202)	2.632.607	-	-	-	(36.285.595)	(63.517.229)	(99.802.824)
Aplicação do resultado individual de 2010:												
Transferência para reserva legal e reservas livres	17	-	-	19.321.614	-	-	-	300.910.679	-	320.232.293	(320.232.293)	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.200.000)	(66.200.000)
Aquisição de ações próprias		-	(289.862)	-	-	-	-	-	-	-	-	(289.862)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	289.862	-	-	-	100.300	(3.374)	-	96.926	-	386.788
Saldo em 31 de dezembro de 2011		2.000.000.000	-	187.137.648	573.554.460	(5.030.164)	825.953	674.376.391	322.737	1.431.187.025	(63.517.229)	3.367.669.796
Saldo em 1 de janeiro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	573.554.460	(5.030.164)	825.953	674.376.391	322.737	1.431.187.025	(63.517.229)	3.367.669.796
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	(61.150.984)	2.646.872	-	-	-	(58.504.112)	22.964.317	(35.539.795)
Aplicação do resultado individual de 2011:												
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(63.517.229)	(63.517.229)	63.517.229	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)
Aquisição de ações próprias		-	(2.612.424)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.612.424)
Alienação de ações próprias		-	2.346.376	-	-	-	-	98.337	-	98.337	-	2.444.713
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	266.048	-	-	-	(170.952)	230.076	-	59.124	-	325.172
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	512.403.476	(2.383.292)	655.001	608.516.991	(63.194.492)	1.243.135.332	22.964.317	3.266.099.649

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		512.727	466.755
Pagamentos a fornecedores		(2.876.547)	(2.651.766)
Pagamentos ao pessoal		(2.085.266)	(1.906.825)
Fluxos gerados pelas operações		(4.449.086)	(4.091.836)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(610.903)	118.428
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		512.413	(124.377)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(4.547.576)	(4.097.785)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	33	22.689.000	19.549.954
Ativos fixos tangíveis		170	2.066
Ativos intangíveis		-	650
Juros e rendimentos similares		33.671.828	47.499.246
Dividendos	27	29.071.221	107.599
Outros		3.291.839	-
Empréstimos concedidos		668.825.307	1.352.499.177
		757.549.365	1.419.658.692
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	33	(23.263.454)	(500.002.245)
Ativos fixos tangíveis		(20.201)	(37.014)
Ativos intangíveis		(9.188)	(14.071)
Empréstimos concedidos		(627.783.241)	(895.333.546)
		(651.076.084)	(1.395.386.876)
Fluxos das atividades de investimento (2)		106.473.281	24.271.816
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.722.262.341	2.743.131.000
Venda de ações próprias		2.189.569	-
		1.724.451.910	2.743.131.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.568.619.259)	(2.673.776.000)
Juros e gastos similares		(30.367.342)	(23.274.245)
Dividendos		(66.186.556)	(66.196.465)
Aquisição ações próprias		(2.612.424)	(289.862)
		(1.667.785.581)	(2.763.536.572)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		56.666.329	(20.405.572)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		158.592.034	(231.541)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	75.589	307.130
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	158.667.623	75.589

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Empresa" ou "Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro "IFRS" tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros, incluindo participações em empresas subsidiárias, que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes.

Os investimentos em partes de capital em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos, são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira (medido pela cotação ou valor de avaliação), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição ou referencial da última data para os quais foi possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é considerado que o efeito de desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação ser coberta no início da cobertura;
- Transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afetam diretamente as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os instrumentos de acolhimento não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias que não sejam cotadas e, consequentemente mensurados pelo seu custo de aquisição líquido de imparidade (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com exceção de ativos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

2.7 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

Quando a liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal.

Quando a liquidação é efetuada em dinheiro o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método da demonstração da posição financeira, sendo que os ativos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfolio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

3.3 Risco de liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2012, o total da dívida bruta era de 780 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 era de 600 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2012 a maturidade média da dívida da Sonae era de aproximadamente 1,9 anos (em 31 de dezembro de 2011 era de 2,3 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 181,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas das quais apenas 31% são anuláveis com pré-aviso de 6 meses sendo as restantes anuláveis com pelo menos 360 dias de antecedência, que se encontravam totalmente disponíveis (a 31 de dezembro de 2011 tinha linhas de crédito contratadas no valor de 191,5 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2012 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes de 159 milhões de euros (0,075 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades

normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;
- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas individuais) em 31 de dezembro de 2012 seria inferior em cerca de 1,5 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seriam superiores em cerca de 584 mil euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 0,75 pontos percentuais superiores, a 31 de dezembro de 2012 seria superior em cerca de 3,2 milhões de euros (3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados nas Nota 8.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

As políticas contábilísticas apresentadas na nota 2.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:



		31.dezembro.2012					
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos financeiros							
Ativos não correntes							
	Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.503.796.314	3.503.796.314	-	3.503.796.314
	Outros investimentos	9	-	38.628.607	38.628.607	-	38.628.607
	Outros ativos não correntes	10	352.823.000	-	352.823.000	-	352.823.000
			<u>352.823.000</u>	<u>3.542.424.921</u>	<u>3.895.247.921</u>	<u>-</u>	<u>3.895.247.921</u>
Ativos correntes							
	Clientes	11	467.461	-	467.461	-	467.461
	Outras dívidas de terceiros	12	11.287.813	-	11.287.813	-	11.287.813
	Outros ativos correntes	14	1.974.168	-	1.974.168	82.911	2.057.079
	Caixa e equivalentes de caixa	15	158.667.623	-	158.667.623	-	158.667.623
			<u>172.397.065</u>	<u>-</u>	<u>172.397.065</u>	<u>82.911</u>	<u>172.479.976</u>
			<u>525.220.065</u>	<u>3.542.424.921</u>	<u>4.067.644.986</u>	<u>82.911</u>	<u>4.067.727.897</u>
		31.dezembro.2011					
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
	Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.561.020.983	3.561.020.983	-	3.561.020.983
	Outros investimentos	9	-	42.214.426	42.214.426	-	42.214.426
	Outros ativos não correntes	10	393.745.945	-	393.745.945	-	393.745.945
			<u>393.745.945</u>	<u>3.603.235.409</u>	<u>3.996.981.354</u>	<u>-</u>	<u>3.996.981.354</u>
Ativos correntes							
	Clientes	11	503.725	-	503.725	-	503.725
	Outras dívidas de terceiros	12	13.909.190	-	13.909.190	-	13.909.190
	Outros ativos correntes	14	330.940	-	330.940	100.457	431.397
	Caixa e equivalentes de caixa	15	75.589	-	75.589	-	75.589
			<u>14.819.444</u>	<u>-</u>	<u>14.819.444</u>	<u>100.457</u>	<u>14.919.901</u>
			<u>408.565.389</u>	<u>3.603.235.409</u>	<u>4.011.800.798</u>	<u>100.457</u>	<u>4.011.901.255</u>

Passivos financeiros

31.dezembro.2012

	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	595.047.114	595.047.114	-	595.047.114
Empréstimos bancários	20	-	74.024.250	74.024.250	-	74.024.250
Outros passivos não correntes	8	3.992.080	-	3.992.080	-	3.992.080
Outros empréstimos	20	6.993.896	-	6.993.896	-	6.993.896
		<u>10.985.976</u>	<u>669.071.364</u>	<u>680.057.340</u>	<u>-</u>	<u>680.057.340</u>
Passivos correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	99.919.906	99.919.906	-	99.919.906
Empréstimos bancários	20	-	1.961.683	1.961.683	-	1.961.683
Outros empréstimos	20	1.674.286	-	1.674.286	-	1.674.286
Fornecedores		-	443.191	443.191	-	443.191
Outras dívidas a terceiros	21	-	7.680.960	7.680.960	-	7.680.960
Outros passivos correntes	22	-	10.275.049	10.275.049	878.286	11.153.335
		<u>1.674.286</u>	<u>120.280.789</u>	<u>121.955.075</u>	<u>878.286</u>	<u>122.833.361</u>
		<u>12.660.262</u>	<u>789.352.153</u>	<u>802.012.415</u>	<u>878.286</u>	<u>802.890.701</u>

31.dezembro.2011

	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	497.997.648	497.997.648	-	497.997.648
Outros empréstimos	20	11.007.789	-	11.007.789	-	11.007.789
		<u>11.007.789</u>	<u>497.997.648</u>	<u>509.005.437</u>	<u>-</u>	<u>509.005.437</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	20	-	90.600.000	90.600.000	-	90.600.000
Fornecedores		-	662.785	662.785	-	662.785
Outras dívidas a terceiros	21	-	40.240.610	40.240.610	-	40.240.610
Outros passivos correntes	22	-	3.687.199	3.687.199	564.602	4.251.801
		-	135.190.594	135.190.594	564.602	135.755.196
		<u>11.007.789</u>	<u>633.188.242</u>	<u>644.196.031</u>	<u>564.602</u>	<u>644.760.633</u>

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.dezembro.2012			31.dezembro.2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos em empresas do grupo	5.079.830	524.986.000	-	1.132.175	625.463.000	-
Outros investimentos	-	19.936.181	-	6.806.000	-	-
	<u>5.079.830</u>	<u>544.922.181</u>	<u>-</u>	<u>7.938.175</u>	<u>625.463.000</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	3.992.080	8.668.182	-	-	13.990.754	-
	<u>3.992.080</u>	<u>8.668.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.990.754</u>	<u>-</u>

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	136.027	194.768	1.745.827	723	412	2.077.757
Aumentos	-	-	-	-	34.640	34.640
Diminuições	(17.352)	-	(128.420)	-	(412)	(146.184)
Transferências / abates	2.903	-	31.737	-	(34.640)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	121.578	194.768	1.649.144	723	-	1.966.213
Aumentos	50	-	-	-	20.151	20.201
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Transferências / abates	11.114	-	9.037	-	(20.151)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	132.742	194.768	1.656.181	723	-	1.984.414
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	29.924	194.768	1.626.874	692	-	1.852.258
Aumentos	12.866	-	37.999	31	-	50.896
Diminuições	(17.352)	-	(128.420)	-	-	(145.772)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	25.438	194.768	1.536.453	723	-	1.757.382
Aumentos	13.585	-	37.405	-	-	50.990
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	39.023	194.768	1.571.858	723	-	1.806.372
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2011	96.140	-	112.691	-	-	208.831
A 31 de dezembro de 2012	93.719	-	84.323	-	-	178.042

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:



	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	153.928	2.682	-	156.610
Aumentos	-	-	14.071	14.071
Diminuições	-	-	(650)	(650)
Transferências / abates	13.421	-	(13.421)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	167.349	2.682	-	170.031
Aumentos	-	-	9.188	9.188
Transferências / abates	9.188	-	(9.188)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	176.537	2.682	-	179.219
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	36.644	1.714	-	38.358
Aumentos	53.641	894	-	54.535
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	90.285	2.608	-	92.893
Aumentos	57.482	74	-	57.556
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	147.767	2.682	-	150.449
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2011	77.064	74	-	77.138
A 31 de dezembro de 2012	28.770	-	-	28.770

8 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo era o seguinte:



Empresa	31.dezembro.2012					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.270.729	-	51.249	-	1.893.219.480
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra, SGPS, SA (b)	50,00%	586.449.500	-	-	(61.463.500)	524.986.000
Sonaecom, SGPS, SA	0,94%	789.750	3.263.451	-	1.026.629	5.079.830
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV	42,86%	405.641.099	-	-	-	405.641.099
Total		3.726.520.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.669.296.314
Imparidade		165.500.000	-	-	-	165.500.000
Total		3.561.020.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.503.796.314

Empresa	31.dezembro.2011					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.270.729	-	-	-	1.893.270.729
Sonae Investments, BV (c)	100,00%	550.000.000	285.700.000	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra, SGPS, SA (b)	50,00%	625.463.000	-	-	(39.013.500)	586.449.500
Sonaecom, SGPS, SA	0,18%	1.132.175	-	271.724	(70.701)	789.750
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV (c)	42,86%	191.341.400	214.299.699	-	-	405.641.099
Total		3.265.877.209	499.999.699	271.724	(39.084.201)	3.726.520.983
Imparidade		88.500.000	77.000.000	-	-	165.500.000
Total		3.177.377.209	422.999.699	271.724	(39.084.201)	3.561.020.983

- (a) O valor desta participação é o preço da oferta pública de aquisição tendente ao domínio total realizada em 2006, não tendo sido registada qualquer variação desde então.
- (b) O valor de mercado foi determinado tendo por base a avaliação independente a 31 de dezembro de 2012 e 2011 dos ativos imobiliários detidos por esta filial, à qual foram deduzidas a correspondente dívida líquida e a quota-parte de minoritários. Os pressupostos da valorização dos ativos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (c) Durante o exercício procedeu-se ao aumento do capital social destas sociedades.

Durante o exercício de 2012, a Sonae celebrou com a Sonaecom, SGPS, SA um contrato em que se obriga a efetuar a entrega de ações Sonaecom a colaboradores daquela subsidiária, durante o exercício de 2016. Esta obrigação refere-se a 2.780.000 ações que foram adquiridas por 3.263.451 euros. Tendo assumido um passivo no montante de 3.291.520 euros que se encontra registado na rubrica da demonstração da posição financeira em outros passivos não correntes. A variação da valorização da participação adquirida e do passivo assumido no montante de 700.560 euros encontra-se registada na demonstração de resultados.

Em exercícios anteriores a Empresa constatou uma perda de imparidade relativa à participação financeira detida na Sontel, BV em resultado da aplicação da política contabilística referida em 2.6 k) e com base na avaliação dos ativos daquela

subsidiária efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. A perda de imparidade acumulada nesta subsidiária a 31 de dezembro de 2012 é de 165.500.000 euros (igual montante em 31 de dezembro de 2011).

Os pressupostos utilizados correspondem aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

9 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros investimentos era o seguinte:



Empresa	31.dezembro.2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosona e Dois	2.546	-	-	-	2.546
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	20.000.003	-	(63.822)	19.936.181
Magma No. 1 Securitisation Notes	37.680.000	-	19.040.000	-	18.640.000
Sonae Capital, SGPS, SA	6.972.000	-	6.972.000	-	-
Total	44.704.426	20.000.003	26.012.000	(63.822)	38.628.607
Imparidade	2.490.000	-	2.490.000	-	-
Total	42.214.426	20.000.003	23.522.000	(63.822)	38.628.607

Empresa	31.dezembro.2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosona e Dois	-	2.546	-	-	2.546
Magma No. 1 Securitisation Notes	56.940.000	-	19.260.000	-	37.680.000
Sonae Capital, SGPS, SA	6.806.000	-	-	166.000	6.972.000
Total	63.795.880	2.546	19.260.000	166.000	44.704.426
Imparidade	-	-	-	2.490.000	2.490.000
Total	63.795.880	2.546	19.260.000	(2.324.000)	42.214.426

No primeiro trimestre de 2012 procedeu-se à alienação da participação detida na Sonae Capital, SGPS, SA pelo montante de 3.569.000 euros.

Em dezembro de 2012 procedeu-se à aquisição de 24.905 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede.

Em dezembro de 2008, a Empresa procedeu à tomada de obrigações titularizadas através de subscrição particular, no montante de 100.000.000 de euros emitidas por Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, SA denominadas Magma Nº 1 Securitisation Notes.

Estas obrigações foram emitidas pelo período de 5 anos (2008/2013) e são amortizáveis em prestações trimestrais de igual valor, tendo como ativos subjacentes os créditos futuros gerados por contratos de clientes empresariais da Sonaecom - Serviços de Comunicações, SA, com um sobrecolateralização confortável que minimiza substancialmente o risco de crédito deste investimento.

Durante o exercício de 2012 o valor da diminuição no montante de 19.040.000 euros corresponde a 18.692.500 euros de amortizações e a 347.500 euros de alienações, as quais não geraram qualquer ganho ou perda. Tendo em consideração estas transações o valor deste instrumento aproxima-se do seu valor contabilístico.

10 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	5.403.000	45.560.933
Sonae Investimentos, SGPS, SA	347.400.000	347.400.000
Sontel, BV	20.000	785.012
	352.823.000	393.745.945

O valor registado em empréstimos concedidos à Sonae Investimentos, SGPS, SA é um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo. Em dezembro de 2011 procedeu-se à alienação de 1.052 obrigações a uma subsidiária pelo montante de 42.080.000 euros.

O justo valor das obrigações associadas a este empréstimo a 31 de dezembro de 2012 é de 42.606 euros (40.000 euros em 31 de dezembro de 2011) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados, não existindo qualquer indício de imparidade do referido empréstimo.

Os restantes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.6.

11 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 467.461 euros e de 503.725 euros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Sonaecenter Serviços, SA	-	119.120
	-	119.120
Empresas do grupo - Juros:		
Sonae Investments, BV	138.928	334.583
Sontel, BV	1.202	180.628
	140.130	515.211
Empresas do grupo - Dividendos:		
Sonae Sierra SGPS, SA (Nota 27)	10.567.050	11.867.610
	10.567.050	11.867.610
Outros devedores		
Outros	580.633	1.407.249
	11.287.813	13.909.190

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Saldos devedores		
Pagamentos por conta	117.872	40.921
Retenções na fonte	1.110.404	715.616
Outros	41.984	42.050
	1.270.260	798.587
Saldos credores		
Imposto estimado	9.350	139.100
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	42.534	38.092
Capitais	52.769	229.590
Imposto sobre o valor acrescentado	97.420	106.798
Contribuições para a segurança social	12.426	11.065
Imposto de selo	120	30.737
	214.619	555.382

14 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:



	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Acréscimos de rendimentos	1.974.168	330.939
Gastos diferidos	82.911	100.458
	<u>2.057.079</u>	<u>431.397</u>

O valor registado na rubrica de acréscimos de rendimentos corresponde essencialmente à especialização de juros relativos a empréstimos concedidos a participadas.

15 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:



	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Numerário	89	89
Depósitos bancários	158.667.534	75.500
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>158.667.623</u>	<u>75.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>158.667.623</u>	<u>75.589</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a sociedade detinha depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses no valor de 158.574.000 euros que foram resgatados no início de 2013.

16 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

17 RESERVAS LEGAIS

A Sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2011 transferiu para esta rubrica resultados no valor 19.321.614 euros.

18 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de outras reservas era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Reservas livres	608.516.991	674.376.391
Reserva de cobertura	(2.383.292)	(5.030.164)
Reserva de justo valor	512.403.476	573.554.460
Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 19)	655.001	825.953
	<u>1.119.192.176</u>	<u>1.243.726.640</u>

Os movimentos ocorridos em 2012 e em 2011 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração do rendimento integral.

As reservas de cobertura refletem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As reservas de justo valor correspondem a variações de justo valor de instrumentos financeiros classificados como ativos disponíveis para venda.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem a responsabilidade com os planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

19 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu em 2012 e em anos anteriores, ao Conselho de Administração prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os planos em aberto são os seguintes:



	Período de diferimento		31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2008	2009	2012	-	-	1	570.258
Plano 2009	2010	2013	1	411.564	1	411.564
Plano 2010	2011	2014	1	425.401	1	425.401
Plano 2011	2012	2015	1	836.409	-	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número de ações		
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Saldo inicial	1.407.223	1.322.666
Movimento do exercício:		
Atribuídas	836.409	425.401
Vencidas	(570.258)	(340.844)
Saldo final	1.673.374	1.407.223
Em valor		
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	325.172	386.786
Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	329.829	439.167
	655.001	825.953

20 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Obrigações Sonae 2007/2014	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonae 2010/2015	250.000.000	250.000.000
Obrigações Sonae 05	-	100.000.000
Obrigações Continente -7% -2015	200.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(4.952.886)	(2.002.352)
Empréstimos obrigacionistas	595.047.114	497.997.648
Valor nominal dos empréstimos bancários	75.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(975.750)	-
Empréstimos bancários	74.024.250	-
Derivados	6.993.896	11.007.789
Empréstimos não correntes	676.065.260	509.005.437
Obrigações Sonae 05	100.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(80.094)	-
Empréstimos obrigacionistas	99.919.906	-
Papel comercial	-	90.600.000
Derivados	1.674.286	-
Outros empréstimos bancários	1.961.683	-
Empréstimos correntes	103.555.875	90.600.000

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com a exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do seu preço de mercado à data do balanço.

Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	101.961.683	25.514.464	90.600.000	16.050.981
N+2	150.000.000	23.820.144	100.000.000	14.483.128
N+3	525.000.000	19.817.448	150.000.000	11.362.035
N+4	-	-	250.000.000	4.771.181

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de dezembro.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser resumidas como se segue:



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	146.500.000	35.000.000	156.500.000	35.000.000
Montante de linhas disponíveis	146.500.000	35.000.000	65.900.000	35.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média de 3,37% (3,37% em 31 de dezembro de 2011).

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros considerados de cobertura correspondem a swaps que convertem taxa variável em taxa fixa contraídas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 250 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2011), a cobertura foi efetuada para 100% do valor dos empréstimos, cujo justo valor ascendia a -8.668.182 euros (-11.007.789 euros em 31 de dezembro de 2011).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Empresa com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado, estimada para as datas de fixação de juro com base em curvas de mercado retiradas da Bloomberg.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os derivados tinham os seguintes cash-flows estimados:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
N+1	(6.297.744)	(4.431.568)
N+2	(2.393.076)	(5.117.090)
N+3	-	(1.656.143)

21 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Sonae Investments, BV	-	40.160.000
Sonaecenter Serviços, SA	145.135	-
Sontel, BV	7.296.265	-
	<u>7.441.400</u>	<u>40.160.000</u>
Acionistas	70.350	69.093
Outros	169.210	11.517
	<u>7.680.960</u>	<u>40.240.610</u>

22 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	525.658	491.892
Juros a liquidar	10.275.049	3.687.199
Outros	352.628	72.710
	<u>11.153.335</u>	<u>4.251.801</u>

23 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	48.093.333	92.283
por processos judiciais em curso	70.766	145.256
Fianças prestadas favor de subsidiárias (a)	230.569.501	130.066.153

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas no valor de 36 milhões de euros a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente ao exercício de 2007. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro naquele exercício. A Empresa procedeu à impugnação judicial desta liquidação adicional, sendo

entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que a referida impugnação judicial será procedente.

Não foi criada provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

24 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	255.319	247.019
N+1	25.242	22.420
N+2	22.276	17.797
N+3	7.445	14.831
N+4	7.445	-
N+5	3.102	-
	<u>320.829</u>	<u>302.067</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 278.773 euros (304.650 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a contratos de locação operacional.

25 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:



Saldos:	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas subsidiárias	2.576.963	2.248.938
Empresas controladas conjuntamente	10.779.542	12.094.116
Outras partes relacionadas	98.000	109.053
Contas a receber	<u>13.454.505</u>	<u>14.452.107</u>
Empresa mãe	912.998	-
Empresas subsidiárias	3.738.595	657.699
Empresas controladas conjuntamente	39.654	-
Outras partes relacionadas	4.533	27.466
Contas a pagar	<u>4.695.780</u>	<u>685.165</u>
Empresas subsidiárias	<u>352.823.000</u>	<u>393.865.065</u>
Empréstimos concedidos	<u>352.823.000</u>	<u>393.865.065</u>
Empresas subsidiárias	<u>7.441.400</u>	<u>40.160.000</u>
Empréstimos obtidos	<u>7.441.400</u>	<u>40.160.000</u>

Transações:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas subsidiárias	2.602.884	1.624.611
Empresas controladas conjuntamente	217.467	212.682
Outras partes relacionadas	100.000	100.000
Prestação de serviços e outros rendimentos	2.920.351	1.937.293
Empresa mãe	305.324	-
Empresas subsidiárias	1.130.900	1.135.851
Empresas controladas conjuntamente	65.660	-
Outras partes relacionadas	29.675	85.713
Compras e serviços recebidos	1.531.559	1.221.564
Empresas subsidiárias	31.731.142	40.036.497
Juros auferidos	31.731.142	40.036.497
Empresa mãe	607.674	977.984
Empresas subsidiárias	1.202.304	461.361
Juros suportados	1.809.978	1.439.345
Empresas subsidiárias	17.203.611	107.599
Empresas controladas conjuntamente	10.567.050	11.867.610
Dividendos (Nota 27)	27.770.661	11.975.209
Empresas subsidiárias	80.000	289.954
Outras partes relacionadas	3.569.000	-
Alienação investimentos financeiros (Nota 33)	3.649.000	289.954
Outras partes relacionadas	-	42.080.000
Alienação obrigações	-	42.080.000
Empresas subsidiárias	-	500.002.245
Outras partes relacionadas	20.000.003	-
Aquisição/aumento de investimentos financeiros (Nota 33)	20.000.003	500.002.245
Empresas subsidiárias	2.061.797	-
Empresas controladas conjuntamente	382.914	-
Alienação de ações próprias	2.444.711	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA (empresa mãe) e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA (outras partes relacionadas).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Benefícios a curto prazo	1.958.940	1.749.410
Benefícios com base em ações	483.300	335.400
	2.442.240	2.084.810

Em 2012 e 2011, não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

No exercício de 2012 foram alienadas a Administradores da sociedade ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 19 obrigações Magma Nº 1 Securitisation Notes (Nota 9) pelo valor de 332.500 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

26 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 476.701 euros e 472.682 euros relativos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

27 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Dividendos	27.770.661	11.975.209
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	(934.201)	(10.501.770)
Perdas de imparidade (Notas 8 e 9)	-	(79.490.000)
	<u>26.836.460</u>	<u>(78.016.561)</u>

Os dividendos foram atribuídos pelas filiais Sonae Investimentos, SGPS, SA (17.079.574 euros), Sonae Sierra, SGPS, SA (10.567.050 euros), Sonaegest, SA (78.537 euros) e Sonaecom, SGPS, SA (45.500 euros).

28 GANHOS OU PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(3.230.432)	(1.146.845)
Relativos a obrigações não convertíveis	(18.639.880)	(14.593.181)
Outros	(7.738.627)	(6.825.614)
Encargos com emissão de dívida	(3.372.947)	(880.060)
Outros gastos e perdas financeiras	(97.370)	(1.322.775)
Gastos e perdas financeiras	<u>(33.079.256)</u>	<u>(24.768.475)</u>
Juros obtidos	33.388.218	42.447.504
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>33.388.218</u>	<u>42.447.504</u>

29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Rendas e alugueres	376.868	410.243
Trabalhos especializados	1.941.798	1.300.244
Outros fornecimentos e serviços	677.154	367.069
	<u>2.995.820</u>	<u>2.077.556</u>

30 GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Remunerações	2.285.376	2.153.446
Encargos sobre remunerações	88.518	78.616
Outros gastos com o pessoal	76.959	23.729
	<u>2.450.853</u>	<u>2.255.791</u>

31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 9.414 euros e 139.419 euros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respetivamente.

31.1. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como se segue:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Resultado antes de imposto	22.973.731	(63.377.810)
Acréscimos/(Reduções) à matéria coletável	(26.332.604)	67.881.596
Matéria coletável	(3.358.873)	4.503.786
Utilização reportes fiscais	-	(4.503.786)
Prejuízos fiscais para os quais não foram constatados impostos diferidos	3.358.873	-
Matéria coletável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Insuficiência de estimativa de imposto	64	319
Tributações autónomas	9.350	8.698
Derrama	-	130.402
Imposto do exercício	9.414	139.419
Taxa média efetiva de imposto	<u>0,041%</u>	<u>0,220%</u>

31.2. Reportes fiscais



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2010	5.883.052	2014	5.979.825	2014
Gerados em 2012	<u>3.358.873</u>	2016	-	-
	<u>9.241.925</u>		<u>5.979.825</u>	

32 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	22.964.317	(63.517.229)
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>22.964.317</u>	<u>(63.517.229)</u>
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.999.432.845	2.000.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido (Nota 19)	1.673.374	1.407.223
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	<u>(700.550)</u>	<u>(494.220)</u>
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>2.000.405.669</u>	<u>2.000.913.003</u>
Resultado por ação		
Básico	0,011485	(0,031759)
Diluído	<u>0,011480</u>	<u>(0,031744)</u>

33 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos ocorridos no exercício de 2012 e 2011 foram os seguintes:



Empresas	31.dezembro.2012			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	19.040.000	19.040.000	-	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	-	-	20.000.003	20.000.003
Sonacom, SGPS, SA	-	-	3.263.451	3.263.451
Sonae Investimentos, SGPS, SA	80.000	80.000	-	-
Sonae Capital, SGPS, SA	3.569.000	3.569.000	-	-
	<u>22.689.000</u>	<u>22.689.000</u>	<u>23.263.454</u>	<u>23.263.454</u>

Empresas	31.dezembro.2011			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	19.260.000	19.260.000	-	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	-	-	2.546	2.546
Sontel, BV	-	-	214.299.699	214.299.699
Sonae Investments, BV	-	-	285.700.000	285.700.000
Sonacom, SGPS, SA	289.954	289.954	-	-
	<u>19.549.954</u>	<u>19.549.954</u>	<u>500.002.245</u>	<u>500.002.245</u>

34 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2011) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2011).

Relativamente ao exercício de 2012, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0331 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 66.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

36 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Investments, BV

Sontel, BV

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, SA

Modelo Hiper Imobiliária, SA

Modelo.com – Vendas por Correspondência, SA

Sesagest Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sonae Investimentos, SGPS, SA

Sontel, BV

Sonae Specialized Retail, SGPS, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonaecom, SGPS, SA

Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:



	Saldo final
Sonaecenter Serviços, SA	145.135
Sontel, BV	7.296.265
	<u>7.441.400</u>

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:



	Saldo final
Sonae Investments, BV	5.403.000
Sontel, BV	20.000
	<u>5.423.000</u>

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2012 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 28.084 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração

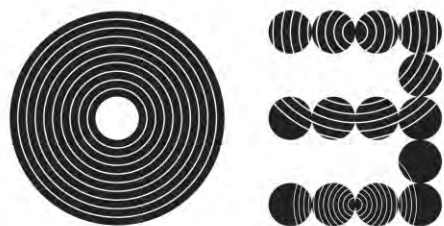
Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

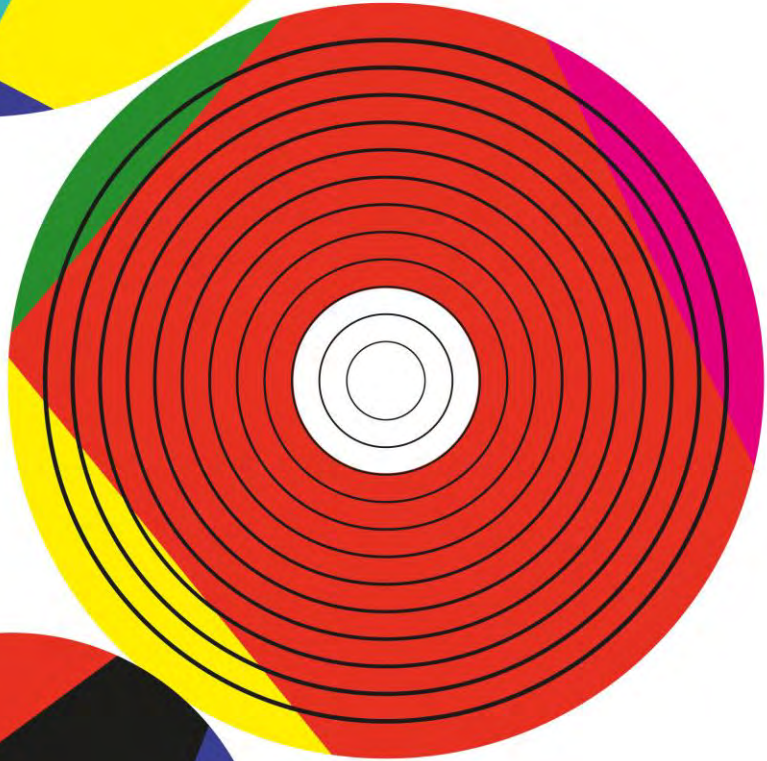
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão; membro da Comissão Executiva



CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DE CONTAS
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Sonae, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 6.035.355.458 Euros e 4.069.204.969 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 1.668.558.921 Euros e de 3.266.099.649 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe no montante de 32.572.259 Euros e um resultado líquido individual no montante de 22.964.317 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme referido nas Notas 1 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Sonae SGPS, S.A. alterou voluntariamente as suas políticas contabilísticas relativas ao registo de: i) interesses em entidades conjuntamente controladas; e ii) encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes. Em conformidade com o previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, as alterações das políticas contabilísticas foram efectuadas retrospectivamente, pelo que as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, bem como as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram reexpressas em conformidade.

Relato sobre outros requisitos legais

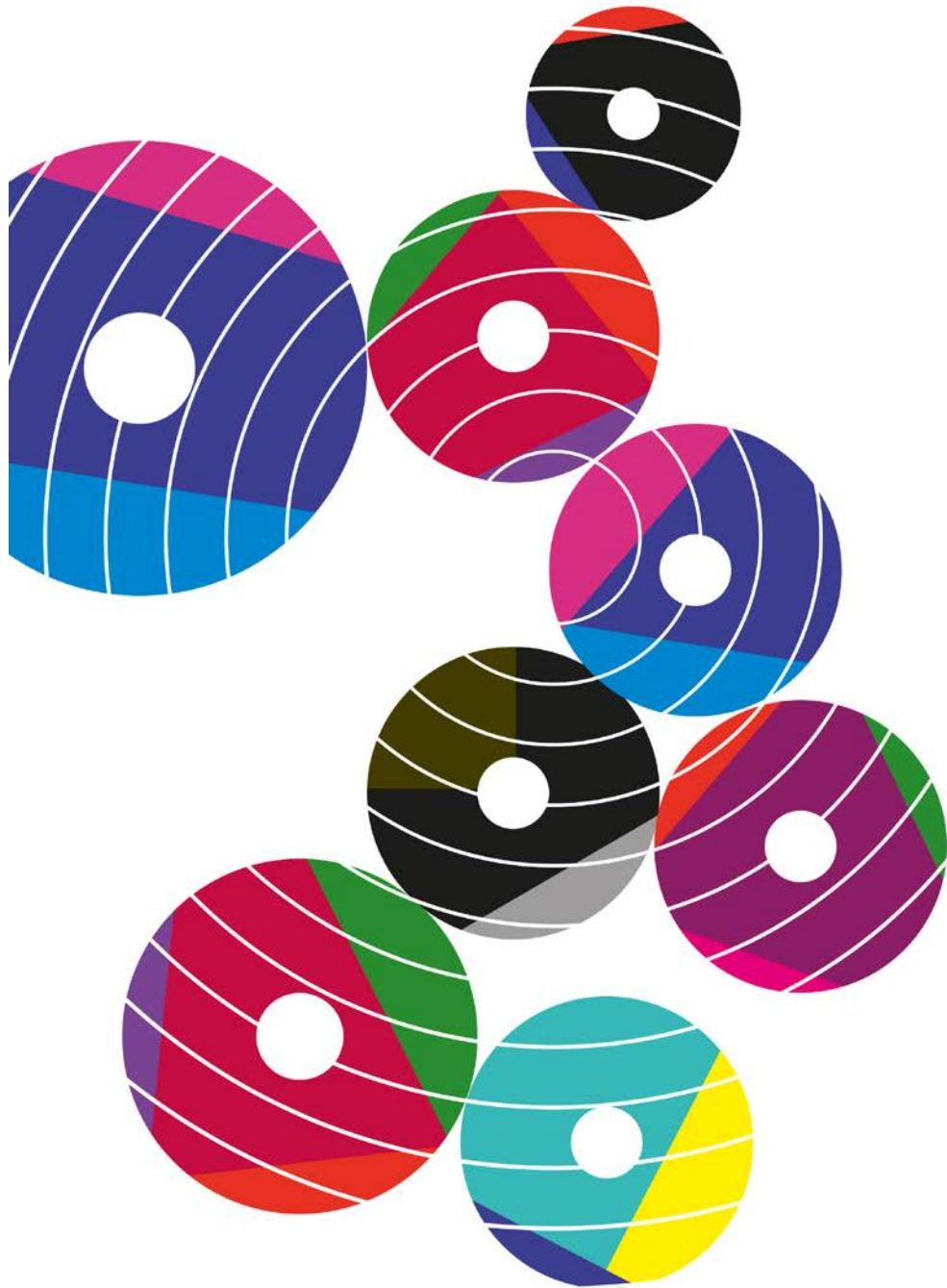
7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 12 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS,S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão requerida a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respetivas políticas contabilísticas e critérios de valorimetria e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal realizou reuniões de periodicidade trimestral nas quais obteve a presença da Administração, de responsáveis pelo Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, Financeiros e da Contabilidade, dos Assuntos Fiscais, de Auditoria Interna, de Provedoria e Gestão de Risco e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. Adicionalmente, participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, analisou a atividade dos Auditores externo e interno, apreciou os relatórios emitidos pelo Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, das Direções dos Assuntos Fiscais, Tesouraria e Finanças, Auditoria Interna, da Provedoria Sonae e de Gestão de Risco do Grupo e analisou o relatório da auditoria externa.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

Em cumprimento da Recomendação IV.1.2 da CMVM, o Conselho Fiscal teve em conta os critérios necessários para a caracterização dos negócios de relevância significativa em que intervenha a sociedade e acionistas titulares de participações qualificadas, ou entidades relacionadas nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários e cuja realização deve ser precedida de parecer a emitir por este órgão.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, e, nestes termos, analisou-se que o mesmo contém os elementos referidos no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal pronunciou-se, em termos favoráveis, pela prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade, por um conjunto de fundamentos alinhados com o interesse social, não pondo em causa a sua independência. Estes serviços adicionais não ultrapassaram trinta por cento do valor total dos serviços prestados, foram remunerados em condições de mercado e, adicionalmente, verificou-se ser do interesse da sociedade beneficiar dos resultados do conhecimento, experiência e tempestividade daquela prestação.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidada e individual do rendimento integral, as demonstrações consolidada e individual das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidada e individual dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação d e resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3– Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 27 de março de 2013

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Arlindo Dias Duarte Silva

Jorge Manuel Felizes Morgado

Direção de Comunicação, Marca e Responsabilidade Corporativa

Catarina Oliveira Fernandes
catarina.fernandes@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 47 05

Direção de Relações com Investidores

António Castro
antonio.gcastro@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 47 94

Propriedade

Sonae SGPS, S.A.
Lugar do Espido, Via Norte
4471-909 Maia
Portugal
Tel.: + 351 22 948 75 22
Fax.: + 351 22 940 46 34

Design Gráfico

Ivity Brand Corp.

A Sonae é cotada na Euronext Stock Exchange.
Pode aceder a informação na Reuters sob o símbolo SONP.IN e na Bloomberg sob o símbolo SONPL.

Relatório disponível no site institucional da Sonae:
www.sonae.pt

